UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Francine Costa

Mulheres Negras como Agentes da Pastoral do Negro e Grupo Consciencia Negra em Joinville: trânsitos políticos e produção contracolonial (1980-2000)

Florianópolis – SC
2026

Francine Costa

Mulheres Negras como Agentes da Pastoral do Negro e Grupo Consciencia Negra em Joinville: trânsitos políticos e produção contracolonial (1980-2000)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Ilka Boaventura Leite.
Coorientadora: Profa. Dra. Cristine Gorski Severo.

Florianópolis
2026

Costa , Francine
Mulheres Negras como Agentes da Pastoral do Negro e Grupo Consciencia Negra em Joinville : trânsitos políticos e produção contracolonial (1980-2000) / Francine Costa ; orientadora, Ilka Boaventura Leite, coorientador, Cristine Gorski Severo, 2026.
177 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Trânsitos políticos. 3. Agentes de Pastoral do Negro. 4. Movimento negro. 5. Interdiciplinar em Ciências Humanas. I. Leite, Ilka Boaventura . II. Severo, Cristine Gorski . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Francine Costa

Mulheres Negras como Agentes da Pastoral do Negro e Grupo Consciencia Negra em Joinville: trânsitos políticos e produção contracolonial (1980-2000)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 16 de dezembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Cristine Gorski Severo,
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi,
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Alexandra Eliza Vieira Alencar
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Maria Aparecida Clemêncio
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Interdisciplinar em Ciências Humanas.

ICP-Edu
Documento assinado digitalmente
Janine Gomes da Silva
Data: 18/03/2026 00:38:56-0300
CPF: ***.959.989-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

_____

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

ICP-Edu
Documento assinado digitalmente
Ilka Boaventura Leite
Data: 17/03/2026 20:41:53-0300
CPF: ***.670.236-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

_____

Profa. Dra. Ilka Boaventura Leite,
Orientadora

Florianópolis, 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas e coletivos que de alguma forma partilham da jornada formativa que me traz até aqui. A elaboração do trabalho intelectual, igual a muitos realizados ao longo da vida, se constrói de forma coletiva e não está desconectada de pessoas ou do mundo. Ao longo do tempo, acumulei partilhas e contribuições com pessoas que têm passado por minha vida. Agradeço, especialmente, à professora Ilka Boaventura Leite, por orientar a pesquisa com paciência e generosidade, partilhando experiências, indicando caminhos e mantendo-se atenta às tensões e dificuldades que atravessaram todo o percurso, acolhendo tempos e dúvidas, incentivando a continuidade do trabalho e dialogando sobre as escolhas teóricas e políticas da pesquisa. À coorientadora Cristine Gorski Severo, pelas contribuições em momentos importantes do percurso, indicações de referências, aprendizagens em disciplinas cursadas e interlocuções que colaboraram para qualificar caminhos.

À minha companheira de vida e também profissão, Zâmbia Osório, por seguirmos juntas e nos apoiando por tantos caminhos. À Família, meus pais Rosângela e Rogério, aos irmãos Júlia e Leandro, minha avó Sueli pelo amor e carinho, à memória do meu avô Alberto, cujas conversas, perguntas e histórias acompanharam e incentivaram a escolha do tema de pesquisa. Às memórias dos meus avós paternos, Constância e Isaías. Às interlocutoras da pesquisa, sem as quais não seria viável realizar a caminhada até aqui. Aos colegas do PPGICH/UFSC, NUER e NIGS pelas experiências e aprendizagens compartilhadas no decorrer da pós-graduação. À todas as mulheres que partilharam suas vivências, conhecimentos e resistências nos espaços sociais, acadêmicos e de militância.

À banca de qualificação e posterior banca de defesa, agradeço a disponibilidade, as contribuições atentas, o aceite do convite para examinar e colaborar com essa pesquisa de doutorado. Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiadora da pesquisa. Por fim, à todas as pessoas que lutam por uma educação acessível, gratuita e de qualidade. Gratidão.

RESUMO

O trabalho analisa como os trânsitos políticos de mulheres negras que atuaram como Agentes de Pastoral do Negro (APNs)/Grupo Consciência Negra (GCN) em Joinville, Santa Catarina (SC), entre as décadas de 1980 e 2000, configuram formas situadas de produção política contracolonial (Santos, 2023) e (re)inscrevem a presença negra (Leite, 1996) na cidade por meio do Movimento Negro (Gomes, 2017; Lima, 2009; Romão, 2021). Interdisciplinar, a pesquisa articula conhecimentos dos campos da História e da Antropoogia em dialólogo com epistemologias de intelectuais negros (Akotirene, 2018; Bairros, 1995; Cardoso, 2014; Carneiro, 2003, 2005, 2011a,b, 2019; Collins, 1990, 1997, 2018, 2019; Curiel, 2019; Figueiredo 2020; Gonzalez, 1980, 1984, 1988, 2020; Hooks, 1995, 2015, 2017; Lorde, 2019; Miñoso, 2019; Rios, 2020) e contracolonial (Santos, 2015; 2023). Escolha teórico-metodológica ancorada em epistemologias do Sul, com destaque para os feminismos negros, articulando raça, gênero, território e religiosidade na análise do movimento negro em um contexto marcado por projeto de embranquecimento (Ramos, 1957; Munanga, 1999; Bento, 2020). Metodologicamente, utiliza-se de análise e núcleos de significados (Aguiar; Ozela, 2013a; Aguiar; Ozela, 2013b;), combinando entrevistas semiestruturadas com duas interlocutoras, conversas informais com outros sujeitos, diário de campo, análise documental e pesquisa em arquivos locais. Ao longo da investigação, formula-se a categoria analítica de trânsitos políticos para nomear deslocamentos políticos e territoriais que constituem formas de agência de mulheres negras na disputa por pertencimento, memória e intervenção política. A tese contribui para estudos sobre o movimento negro no Sul do Brasil, as epistemologias negras e o debate sobre posições decoloniais e contracoloniais na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Trânsitos políticos; mulheres negras; movimento negro; Agentes de Pastoral do Negro; Contracolonialidade; Interdiciplinar em Ciências Humanas.

ABSTRACT

The study examines how the political transits of Black women who worked as Agentes de Pastoral do Negro (APNs)/Grupo Consciência Negra (GCN) in Joinville, Santa Catarina (SC), between the 1980s and 2000s, configure situated forms of counter-colonial political production (Santos, 2023) and (re)inscribe Black Presence (Leite, 1996) in the city through the Black Movement (Gomes, 2017; Lima, 2009; Romão, 2021). Interdisciplinary in scope, the research articulates knowledge from the theoretical field of History and Anthropology in dialogue with epistemologies produced by Black intellectuals (Akotirene, 2018; Bairros, 1995; Cardoso, 2014; Carneiro, 2003, 2005, 2011a,b, 2019; Collins, 1990, 1997, 2018, 2019; Curiel, 2019; Figueiredo, 2020; Gonzalez, 1980, 1984, 1988, 2020; hooks, 1995, 2015, 2017; Lorde, 2019; Miñoso, 2019; Rios, 2020) and from a countercolonial perspective (Santos, 2015, 2023). The theoretical-methodological choice is anchored in epistemologies of the South, with particular emphasis on Black feminisms, articulating race, gender, territory, and religiosity in the analysis of the Black movement in a context marked by a project of racial whitening (Ramos, 1957; Munanga, 1999; Bento, 2020). Methodologically, the study employs micro-analysis and nuclei of meaning (Aguiar; Ozella, 2013a; Aguiar; Ozella, 2013b), combining semi-structured interviews with two interlocutors, informal conversations with other participants, field notebook, documentary analysis, and research in local archives. Throughout the investigation, the analytical category of political transits is formulated to name political and territorial displacements that constitute forms of agency of Black women in the struggle over belonging, memory, and political intervention. The PhD thesis contributes to studies on the Black movement in the Brazilian South, to Black epistemologies, and to debates on decolonial and counter-colonial positions in the production of knowledge.

Keywords: political transits; Black women; Black movement; Black Pastoral Agents; Counter-coloniality; Interdisciplinary Human Sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte da Hemeroteca AHJ - As Teorias da Libertação 41
Figura 2 – Recorte da Hemeroteca AHJ - O Caso Boff 43
Figura 3 – Manifestação das CEBs, sem data (~1988/1993), Bairro Fátima, Joinville (SC) 45
Figura 4– Manifestação em ocupação do bairro Fátima, 1987 46
Figura 5 – Reportagem do Jornal O Estado, 29 de Novembro de 1987 46
Figura 6 – Tropa de choque da Polícia Militar de Santa Catarina em 1987 no Bairro Fátima 50
Figura 7 – Reportagem no Diário Catarinense de 1988 sobre debate com candidatos negros à câmarade vereadores da cidade 58
Figura 8 – Jornal noticia a fundação da Pastoral do Negro 59
Figura 9 – Reportagem A Notícia (1997), grupo discute atuação negra 62
Figura 10 – Registro de reunião do grupo Consciência Negra 65
Figura 11 – Montagem com registros encontrados em livros de acervo bibliográfico 66
Figura 12 – Informativo Fala Consciência - 13 de Maio de 1998, página 1 70
Figura 13 – Informativo Fala Consciência - 13 de Maio de 1998, página 2 71
Figura 14 – Notícia em Jornal de Festa organizada pelo GCN 73
Figura 15 – Reportagem concedida por interlocutora ao jornal A Notícia (1997) 76
Figura 16 – Notícia sobre a fundação da Pastoral do Negro em 1987 86
Figura 17– Reportagem do Jornal Extra de 20 de Novembro de 1985 90
Figura 18 – Maria Laura fala de projeto em entrevista (1988) 92
Figura 19 – Montagem com fotografias de evento no Kênia Clube com APN (Junho de 1989) 94
Figura 20 – Montagem com fotografias tiradas em momentos registrados em diário campo 114
Figura 21– Mesa do 1º Encontro Estadual do Movimento Negro de Santa Catarina, Florianópolis, 1993 120
Figura 22 – Celebração da CEBs Estadual, Paróquia Imaculada Conceição - Boa Vista/Joinville, 1986 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Reportagens selecionadas sobre ocupações em área de manguezal de Joinville ao longo do anos de 1980 53
Quadro 2 – Listagem de acervo bibliográfico acessado 67
Quadro 3 – Fontes relacionadas à atuação de movimentos negros em Joinville ao longo da pesquisa 79
Quadro 4 – Unidades de significado de Consolação 134
Quadro 5 – Unidades de Significado de Ana Lúcia 145
Quadro 6 – Núcleos de significados partilhados entre Consolação e Ana Lúcia 153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHJ Arquivo Histórico de Joinville

APN Agentes de Pastoral do Negro

BDTD Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CDH Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz

EC Era Comum

FAED/UDESC Centro de Ciências Humanas e da Educação

FNB Frente Negra Brasileira

GUNC Grupo Unitivo do Negro Catarinense

GCN Grupo Consciência Negra

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JLLE Joinville

MG Minas Gerais

MNU Movimento Negro Unificado

NEN Núcleo de Estudos Negros

NEAB Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGICH Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

PT Partido dos Trabalhadores

REF Revista de Estudos Feministas

ERER Educação das Relações Étnico-Raciais

RJ Rio de Janeiro

RN Rio Grande do Norte

SC Santa Catarina

UCHIC União Catarinense dos Homens de Cor

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

TEN Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**

2. ZONAS DE FRONTEIRA NO SUL DO BRASIL: A JOINVILLE NEGRA, CONHECENDO E CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA **20**

2.1 JOINVILLE: UMA LOCALIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE UMA CIDADE EMBRANQUECIDA 22

2.2 VOZES POLÍTICAS, FEMINISMOS NEGROS E MOVIMENTO NEGRO: TESSITURAS ENTRE O AFROCATOLICISMO, CEBs, TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS 28

2.2.1 Um olhar sobre movimentos sociais, movimento negro e a APN/Consciência Negra em Joinville **45**

2.2.1.1 Maria Laura: a semana Afro-catarinense e atuação em rede *88*

3. EPISTEMOLOGIAS DO SUL, CONTRACOLONIALIDADE E POSSIBILIDADES DE PESQUISA: ESCOLHAS E APOSTAS **96**

3.1 ONDE ESTÁ O SUL? PRIMEIRAS PALAVRAS: QUANDO A FICÇÃO VIRA REALIDADE 96

3.2 DIÁLOGOS AO SUL: POSSIBILIDADES, ESCOLHAS E APOSTAS NA PESQUISA 100

4. PERCURSO METODOLÓGICO: CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO COM O CAMPO DE PESQUISA **111**

4.1 DIÁRIO DE CAMPO: BREVE REGISTRO DOS ITINERÁRIOS DA PESQUISA 111

4.2 LOCALIZAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA: ESTADO DO CONHECIMENTO, FONTES MAPEADAS E DIÁLOGO COM AS INTERLOCUTORAS 116

4.3 ROTEIRO DE ENTREVISTAS 124

5. TRAJETÓRIAS DE MULHERES APN/GCN: TRÂNSITOS POLÍTICOS, LUGARES DE ATUAÇÃO E LUTAS POLÍTICAS. **126**

5.1 Consolação: da Pastoral do Negro à rede de educação antirracista e ambiental 130

5.1.1 Unidades de significado **130**

5.1 Consolação/Consola/Fumacinha: da Pastoral do Negro à rede de educação antirracista e do meio ambiente 134

5.1.1 Dos fragmentos de significado às unidades de significado 134

5.1.2 Núcleos de significados específicos de Consolação 138

5.1.2.1 Núcleo 1 — "Espiritualidade insurgente" 138

5.1.2.2 Núcleo 2 — "Pedagogia do contra-racismo" 139

5.1.2.3 Núcleo 3 — "Economia do cuidado expropriado" 140

5.2 Ana Lúcia: dança, religiosidade e política institucional 142

5.2.1 Unidades de significado 144

5.2.2 Núcleos de significado específicos de Ana Lúcia: aprofundando a análise 148

5.2.2.1 Núcleo 1 - Corpo em movimento político 148

5.2.2.2 Núcleo 2 - Espiritualidade afrocatólica e feminismos de terreiro 150

5.2.2.3 Núcleo 3 - Estratificação e redes emancipatórias 151

5.3 Síntese interpretativa: núcleos de significação compartilhados 153

5.3.1 Liderança feminina invisibilizada 154

5.3.2 Espiritualidade em disputa 155

5.3.3 Educação como militância e produção de saber 156

5.3.4 Estratificação interna e política de classe na comunidade negra 156

5.3.5 Trânsitos políticos e redes 157

CONSIDERAÇÕES FINAIS 158

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 163

APÊNDICE 171

QUADROS **Erro! Indicador não definido.**

INTRODUÇÃO

Anuncio as primeiras palavras da pesquisa de forma posicionada enquanto mulher negra, pesquisadora, nascida na cidade de Joinville (Jlle), no estado de Santa Catarina (SC), militante no movimento negro em Santa Catarina e educadora que retorna à cidade como pesquisadora para interrogar as formas de presença, organização e produção política da população negra em um território reiteradamente narrado como branco, europeu e homogêneo.

Realizo interações com o mundo ocupando um corpo que muitas vezes se entende às margens da sociedade e pretendo, nesse exercício investigativo, entender de que modo os trânsitos políticos de mulheres negras que atuaram nas Agentes de Pastoral do Negro[1] (APNs[2]) em Joinville, entre as décadas de 1980 e 2000, configuram formas situadas de produção política contracolonial (Antônio Bispo dos Santos, 2023) e colaboram na inscrição da presença negra na cidade no sentido de inscrever-se novamente. A grafia escolhida na tese para expressar essa colaboração é "(re)inscrever" e (re)significar, a partir da análise construída na pesquisa. *Trânsitos políticos* é a categoria analítica que emerge como deslocamentos políticos e territoriais que se dão, em grande medida, nas bordas da institucionalidade, e que constituem formas de agência de mulheres negras na disputa por pertencimento, memória e intervenção política.

Ao longo da pesquisa, exerço o movimento de artesanar tessituras, o ato de fazer algo com as mãos, usando técnicas manuais como o tecer. No caso da pesquisa, artesanato teórico-metodológico que articulam raça, gênero, classe e território em deslocamentos que atravessam instituições religiosas, redes de militância e espaços geográficos. Esse artesanar tessituras se ancora em epistemologias do sul global, problematizadas pela noção de divisão imperial do trabalho intelectual (Raewyn Connell, 2012) e pela compreensão da linha imaginária entre Norte e Sul como efeito de relações de poder (Nilma Lino Gomes, 2017; Michel-Rolph Trouillot, 2016), bem como pela crítica à ficção colonial que produz o "Sul" como lugar sexualizado e racializado (Aníbal Quijano, 2009; Paul Preciado, 2017).

Reconheço que escrevo inserida em espaço acadêmico e, portanto, dentro da divisão imperial do trabalho intelectual, mesmo quando mobilizo referenciais decoloniais. É justamente por compreender minha escrita acadêmica abarcada por esse regime de produção

[1] A Pastoral do Negro também é chamada de Pastoral Afro e Pastoral Afro-brasileira, nesta pesquisa se optou por utilizar Pastoral do Negro por ser a denominação utilizada em Joinville e outra regiões de Santa Catarina.
[2] A Sigla APN será utilizada ao longo do texto para se referir à Agentes de Pastoral do Negro.

de conhecimento que me aproximo da proposta de posição contracolonial de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023), como borda e horizonte de interlocução: tomo como chave para ler as práticas e piratarias das interlocutoras da pesquisa; e, tensionar meus modos de pesquisar, sem apagar que a tese permanece um texto acadêmico situado, produzido em diálogo, mas também em fricção, com a lente da decolonialidade.

Nessa tessitura, dialogo com feminismos negros e com a crítica à colonialidade de gênero (María Lugones, 2011; Patrícia Hill Collins, 2018; Angela Lucia Silva Figueiredo, 2020), articulando raça, gênero e classe como eixos indissociáveis de análise. Concílio a posição contracolonial como principal horizonte de interlocução teórica e política (Santos, 2015; 2023), produzindo a pesquisa a partir do Sul e com o Sul, reconhecendo as marcas históricas da experiência colonial (Aimé Fernand David Césaire, 1978; 2020; Frantz Omar Fanon, 2008; Joseph-Achille Mbembe, 2015).

Aproximo minha trajetória de militância e formação acadêmica das experiências de mulheres negras ligadas às APNs e ao Grupo Consciência Negra (GCN), busco compreender como se tecem *trânsitos políticos* entre Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais sociais, associações de bairro, escolas, movimentos negros e outros espaços de luta pela vida digna da população negra na cidade.

A pesquisa foca em uma análise situada, dialogando com interlocutoras negras que, a partir de suas experiências com a APN e seus deslocamentos posteriores, constroem práticas e sentidos de existir que podem tensionar os marcos hegemônicos da política, da religiosidade e do pertencimento negro no contexto sul-brasileiro e, mais especificamente, na região de Joinville, cidade catarinense localizada à nordeste da capital Florianópolis e que, assim como todo lugar, possui suas especificidades de território. É o lugar onde analiso os *trânsitos políticos*, categoria analítica autoral desenvolvida ao longo da tese.

Pergunto, em especial, como esses trânsitos (cotidianos, espirituais, territoriais e organizativos) configuram formas contracoloniais de produção de conhecimento e de ação política. Ao tomar as experiências dessas mulheres como objetos centrais de investigação, tenciono definições hegemônicas de "política" e "militância", frequentemente associadas a partidos, sindicatos ou organizações formais, para reconhecer como práticas de cuidado, fé, solidariedade e organização comunitária também são operações políticas que disputam a cidade e sua memória.

Com base em entrevistas semiestruturadas, análise documental, elaboração teórica crítica, caminhada etnográfica por territórios e diálogo com as pessoas que encontrei no percurso da pesquisa, este trabalho busca compreender como esses trânsitos políticos operam

como estratégias de sobrevivência e formas insurgentes da presença negra em uma cidade marcada pelo embranquecimento de sua memória pública.

Quando iniciei o processo de pesquisa, enxergava como principal lócus de atuação das minhas interlocutoras o movimento de Agentes de Pastoral do Negro, movimento que após certo tempo de atuação foi renomeado por seus integrantes como Grupo Consciência Negra (GCN)[3], e seguiu atuando entre as décadas de 1980 e 2000. O caminhar da pesquisa, as interlocuções e diálogos mostraram que esse foi um lugar importante de atuação, mas não o único. Essas mulheres se movimentavam de forma insurgente antes da APN e seguiram se movimentando após o grupo deixar de existir e seus integrantes seguirem suas redes de luta, transitando e se conectando com outros lugares de atuação, sem necessariamente existir uma ruptura ou quebra entre as pessoas que compuseram a APN.

Essa compreensão conduziu a escolha de investigar as experiências de mulheres negras vinculadas à atuação das APNs em Joinville, percebendo que a proposta de pesquisa se insere em um campo de disputas epistemológicas que busca compreender como práticas políticas contracoloniais emergem de *trânsitos políticos*, conceito em construção que busca nomear formas de agência que se manifestam em ações situadas, nas bordas da institucionalidade, e que constroem sentidos de pertencimento e intervenção política reconhecendo saberes ancorados na experiência vivida.

Do ponto de vista metodológico, articularam-se entrevistas semiestruturadas, análise documental, diário de campo e leitura de registros históricos e eclesiais. O exercício de pesquisa se concentra na análise de duas trajetórias de mulheres negras, Maria da Consolação Pereira Osório e Ana Lúcia Martins Rosskamp, cujos nomes verdadeiros estão inscritos ao longo da tese por escolha política de reconhecimento (ambas compuseram as APNs e o Grupo Consciência Negra em Joinville), acompanhada de conversas registradas em diário de campo com mulheres e homens negros que transitaram por esses mesmos espaços. Também realizo a sistematização de fontes orais e escritas relativas à cidade e às pastorais para contextualizar o campo de pesquisa.

Além das entrevistas realizadas com essas duas mulheres, a pesquisa incorpora conversas informais (sem ser uma entrevista semiestruturada) com Irma, freira aposentada, mulher branca, com grande atuação na luta por direitos humanos na cidade de Joinville, duas outras mulheres negras, Terezinha e Maria, que atuaram na APN, um homem negro, Robson

[3] O grupo foi fundado com o nome Agentes de Pastoral do Negros, mas, ao longo das atividades, utilizou destes dois nomes. Ao longo da pesquisa em curso se pretende explorar e compreender os usos destes dois nomes.

Benta[4], e indicações generosas de Jeruse Maria Romão. A análise documental se debruça sobre documentos coletados em pesquisas no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e no Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz (CDH[5]) da cidade.

Sobre o conjunto empírico, ainda que deliberadamente limitado, a opção viabiliza uma análise centrada em sentidos produzidos pelas próprias interlocutoras — e não apenas em suas trajetórias — assim, o processo de pesquisa não busca uma reconstrução do percurso institucional da APN ou uma construção de trajetória de vida. Visa algo no sentido da análise situada das experiências narradas, seus possíveis efeitos subjetivos e suas implicações políticas ligadas ao movimento negro, produzindo e colaborando com o campo de conhecimento das Ciências Humanas de forma interdisciplinar, posiciona, com o olhar contracolonial, articulando elaborações teóricas, análise crítica de registros históricos e fontes orais como as entrevistas. Escolhas viáveis no lugar onde a pesquisa se insere na produção de conhecimento acadêmico.

Na pesquisa escolho o estudo de casos singulares sem o objetivo de generalizar experiências para colaborar na percepção da pluralidade de formas de ação política da população negra em contextos periféricos, religiosos e diaspóricos, caso do Brasil. Através de ferramentas e processos teóricos-metodológicos de campos das Ciências Humanas, principalmente a Antropologia e História, assim como da linguística para pensar categorias como vozes e a análise de núcleos de significados, realizo escuta densa e interpretativa de trajetórias que podem contribuir para os campos dos estudos decoloniais e da posição contracolonial, das epistemologias negras e da produção de conhecimento localizada no Sul Global de forma interdisciplinar.

O recorte temporal, tempo cronológico com o qual a pesquisa mais se detém, circula principalmente entre meados das décadas de 1980 a 2000. Foi o momento de maior atuação da APN/GCN, período em que se intensificam, em Joinville, tanto as articulações do movimento negro e das pastorais sociais quanto os conflitos urbanos em torno de ocupações de manguezais, moradia, saneamento e direitos humanos. É nesse intervalo que a Pastoral do Negro se consolida como um espaço de articulação entre afrocatolicismo, teologia da libertação, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Movimento Negro. Após essa fase temporal as pessoas que integravam o grupo passaram a militar com maior presença em

[4] Essas pessoas aceitaram realizar uma entrevista semiestruturada e forneceram informações importantes para a caminhada de pesquisa. A entrevista não foi realizada devido à falta de agenda e tempo hábil para o tempo limitado do processo de pesquisa de doutoramento.

[5] O está registrado em diferentes materiais de diferentes formas como CDH Joinville, CDH Maria da Graça Braz ou simplesmente CDH, por ser reconhecido como tal no contexto catarinense.

outros espaços. As atuações se deram em diferentes meios sociais, como a luta antirracista, luta por moradia e saneamento básico, seguindo redes que se conectam à atuação do movimento negro na região de Joinville.

Retorno ao cenário da pesquisa, a cidade de Joinville, que assim como o Brasil, é estruturalmente marcado pelo racismo e com histórico de movimentos negros presentes na luta contra desigualdades, violências e preconceitos. Santa Catarina, apesar de ser um estado conhecido por sua predominância branca e por vezes associado a uma falsa ideia de homogeneidade racial, as dinâmicas raciais são profundamente complexas e permeadas por desigualdades históricas.

O racismo estrutural (Silvio Luiz de Almeida, 2019) se manifesta de forma engendrada nos diversos aspectos da vida cotidiana, desde o acesso desigual à educação e oportunidades de trabalho até a violência policial e a segregação espacial. Nesse contexto, os movimentos negros têm desempenhado um papel fundamental na denúncia dessas injustiças e na luta por políticas afirmativas e na conscientização racial, atuando a partir das margens e das fronteiras em um contexto dominado por narrativas da branquitude.

Epistemologicamente, penso a pesquisa a partir de um posicionamento feminista negro e contracolonial, em diálogo com mulheres negras no campo de pesquisa, e, consciente que elas podem ou não se autoidentificar como feministas. As escolhas teóricas que mobilizo se inscrevem, prioritariamente, no campo dos feminismos negros e de perspectivas decoloniais, em diálogo com a "maré feminista negra" proposta por Angela Figueiredo (2020), que reivindica uma epistemologia insubmissa feminista negra atenta à geopolítica do conhecimento e às experiências plurais de mulheres negras. As tessituras amarram elaborações como as de Lélia de Almeida Gonzalez (1988; 2020) e Aparecida Sueli Carneiro (2003; 2011a,b; 2019), que tensionam o feminismo hegemônico ao enegrecer suas bases e recentrar o racismo como estruturante.

É nesse horizonte que leio a interseccionalidade (Kimberlé Williams Crenshaw, 1989) a partir da formulação de Carla Akotirene (2018), articulando-a à colonialidade de gênero de Maria Lugones (2011) e às contribuições de Patricia Hill Collins (1990; 1997; 2018; 2019) sobre ponto de vista, experiência e epistemologia feminista negra, em diálogo com autoras que tematizam conhecimento situado, lugar de fala e v*ozes políticas* (categoria elaborada na pesquisa), como Donna Jeanne Haraway (1995), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Djamila Ribeiro (2017).

As epistemologias situadas evocadas na pesquisa ocorrem pela opção do diálogo com intelectuais que habitam diversidade de corpos e discutem questões que de alguma forma

atravessam essa pesquisa. Os objetivos dessas escolhas visam a diversidade de saberes que podem ser mobilizados ao longo da pesquisa e o deslocamento da hegemonia de poder na produção acadêmica para pensar a partir das margens e dos lugares de fronteira. Reconheço a centralidade da experiência colonial na constituição de uma divisão racializada do trabalho intelectual e assumo compromisso de deslocar a hegemonia de matrizes teóricas eurocentradas, tomando o ponto de vista de mulheres negras como referência para elaborar categorias, perguntas e interpretações.

Procuro visualizar o movimento de mulheres negras em processo constante de organizações de forças culturais e sociais, construção de (contra)narrativas sociais e de afirmação de identidade racial no jogo dialético ético, estético e político (Marcos Cardoso, 2002). Essa visão pode contribuir para avançar no debate sobre as relações raciais, da cultura e história da população negra nos lugares atravessados pela experiência colonial e também na construção de conhecimento focado em epistemologias do sul global e no agir, no esforço pela transformação social conforme propõe a posição contracolonial (Santos, 2015; 2023), conceitos que serão melhor aprofundados em momento oportuno no texto.

Como mobilizo políticamente a categoria “negro” ao longo da pesquisa, considero necessário demarcar que no Brasil a identificação como pessoa negra, segundo a convenção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorre quando alguém se autodeclara como preto ou pardo no censo. Essa definição abrange aproximadamente 55,5% da população brasileira, conforme dados do Censo de 2022. No entanto, ser negro vai além de uma categorização descritiva e estatística, envolvendo também uma dimensão política que ganhou destaque a partir da década de 1970.

Nesse período, movimentos negros no Brasil passaram a adotar e reafirmar a terminologia "negro" como uma forma de autoidentificação consciente. Essa escolha busca refletir a diversidade étnica e racial do país e também representa uma posição política que visa combater o racismo estrutural (Silvio Almeida, 2019), promover a equidade e afirmar a identidade e a dignidade da comunidade negra no contexto brasileiro. Em coerência com essa escolha, mantenho a categoria “negro” como designação política de pertencimento coletivo e de afirmação de identidade, ciente das disputas terminológicas envolvidas e das ressonâncias entre usos do termo no Brasil e discussões internacionais.

Pensar a construção de conhecimento desde as margens e as zonas de fronteira implica reconhecer que lugares como Joinville são espaços privilegiados para analisar como se produzem silenciamentos e resistências. As APNs/GCN, ao articularem fé, política e cotidiano, constituem um desses lugares de fronteira, em que se cruzam práticas pastorais,

lutas por direitos, processos de formação popular e disputas por memória. É nesse entrecruzamento que situo a noção de trânsitos políticos das minhas interlocutoras, entendidos como movimentos que atravessam instituições, territórios e linguagens, sem se fixar integralmente em nenhum deles.

Aqui cabe expor algo que ficou pelo caminho da pesquisa, não por deixar de ver sentido ou contradizer, apenas escolha após intensas reflexões e diálogos. Durante boa parte do processo de pesquisa conduzi a escrita a partir da leitura de Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial, de Angela Figueiredo (2020), optando por seguir o grifo black no trabalho. Assim, durante boa parte do processo de escrita, quando referenciei pela primeira vez pesquisadores que se autodeclaram negros, seus sobrenomes estiveram com destaque. Após diálogos e discussões quanto à essa opção, já no processo final de escrita, optei por deixar de seguir o grifo black na versão final do trabalho de tese. A decisão de não manter o grifo black não significa recuar do compromisso em reconhecer e afirmar a centralidade de intelectuais negros na pesquisa, enfatizado pelas escolhas teóricas e posicionamento feminista negro assumido.

Por outro lado, mantive a opção de indicação da Revista de Estudos Feministas (REF), quando um/a intelectual for citada/o pela primeira vez, será demarcado o primeiro nome, para destacar o gênero das pessoas interlocutoras. Outra escolha na escrita da pesquisa foi, pela primeira vez, escrever na primeira pessoa do singular, embora reconheça que nenhuma escrita se faz sozinha, mas em diálogo e partilha com interlocutores, pares, professores e orientadoras.

Após esse breve adendo de localização teórica e escolhas políticas, retorno à explicitação dos objetivos de pesquisa: Analisar como os trânsitos políticos de mulheres negras que atuaram como agentes de Pastoral do Negro (APNs) em Joinville, entre as décadas de 1980 e 2000, configuram formas situadas de produção política contracolonial, que consideram suas trajetórias, deslocamentos e articulações com redes de militância no movimento negro.

Para tal, busco descrever as trajetórias de duas mulheres negras atuantes nas APNs de Joinville, identificando seus deslocamentos e vínculos com diferentes espaços de militância política ao longo das décadas de 1980 a 2000; compreender os sentidos atribuídos por essas mulheres aos seus deslocamentos e experiências de atuação, com foco nos atravessamentos de raça, gênero, classe, território e pertencimento; mapear os trânsitos políticos vividos pelas interlocutoras como práticas contracoloniais, operando nas margens da sociedade e reinscrevendo a presença negra no contexto de Joinville; estabelecer diálogo com as teorias

decoloniais, em especial com a proposta de posição contracolonial, articulando essas reflexões ao cenário das organizações políticas presentes no cenário Joinville no período que abrange a pesquisa; realizar revisão historiográfica sobre produções relacionada às CEBs e pastoral do negro em Joinville e, na medida do possível, Santa Catarina; discutir o conceito de trânsitos políticos como operador analítico para estudos de experiências negras femininas em contextos periféricos, contribuindo para o campo das epistemologias negras e contracoloniais.

Minha trajetória de militância e inserção em redes de educação e movimento negro informa o modo como me aproximo do campo, das interlocutoras e das fontes. Reconheço que não há separação rígida entre "sujeito pesquisador" e "objeto pesquisado". Há relações de coprodução de conhecimento, marcadas por assimetrias de poder e afinidades ético-políticas. O uso de diário de campo, a explicitação das condições de realização das entrevistas e a reflexão sobre os lugares de aproximação fazem parte do esforço de sustentar uma postura ética de pesquisa comprometida com as pessoas e coletivos que compõem o campo e com o legado político das experiências analisadas.

Por fim, apresento brevemente o percurso da tese. No Capítulo 2, discuto Joinville como zona de fronteira no Sul do Brasil, costurando linhas da história da cidade e evidenciando o modo como a presença negra foi silenciada ou marginalizada nas narrativas oficiais, ao mesmo tempo em que se constituíram territórios e redes de pertença negra.

Ao longo do Capítulo 3 aprofundo o debate teórico, apresentando as epistemologias do Sul, as contribuições do feminismo negro e da perspectiva contracolonial que sustentam as lentes analíticas da pesquisa, bem como as escolhas em torno da categoria "negro" e do conceito de trânsitos políticos.

O Capítulo 4 é dedicado ao percurso metodológico, explicitando as estratégias de pesquisa (entrevistas, análise documental, diário de campo, núcleos de significação) e as escolhas éticas envolvidas na construção do campo. Já o Capítulo 5, penúltimo da tese, desenvolve a análise das entrevistas com Maria da Consolação e Ana Lúcia, mulheres negras que compõem a análise empírica da pesquisa, tecendo elaborações sobre os núcleos de significado que emergem de seus relatos, a exemplo, economia do cuidado expropriado, corpo em movimento político, espiritualidade afrocatólica e piratarias contracoloniais.

As tessituras que percorrem a pesquisa articulam fios e redes de elaborações historiográficas e antropológicas à história do movimento negro em Joinville. Nas considerações finais retomo o problema de pesquisa, enfatizando as principais contribuições teóricas e políticas da tese, apontando limites e possibilidades de desdobramentos futuros.

2. ZONAS DE FRONTEIRA NO SUL DO BRASIL: A JOINVILLE NEGRA, CONHECENDO E CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA

Cada território é singular, inclusive quanto às demandas dos movimentos sociais que ali tensionam fronteiras. A construção de um espaço como a APN na cidade de Joinville, lugar dotado de geopolítica e características específicas, pode ser percebida com diferentes conexões, a exemplo, um lugar ligado às Comunidades Eclesiais de Base, com filosofia religiosa e política e, marcado por especificidades territoriais, políticas, econômicas e sociais da cidade de Joinville.

Nesse capítulo procuro, através de pesquisa bibliográfica, análise de fontes documentais e diálogo com interlocutoras, mapear o campo de pesquisa, contextualizando a criação da Pastoral do Negro em Joinville em diálogo com a posição feminista e negra da qual dialogo. Movimento de análise feito em conjunto com a compreensão do território onde se inscrevem os trânsitos políticos das interlocutoras, percebendo Joinville como um território que dentre muitos sentidos possíveis, também é negro e potente quanto à práticas contracolonais (Antonio Bispo dos Santos, 2023), ainda que silenciado institucionalmente pelo poder público e pelo processo de embranquecimento simbólico e material da cidade através da elite local.

Em Joinville, a produção acadêmica sobre população negra ainda é escassa. Entre os trabalhos que se debruçam sobre mulheres negras na cidade, destaco a dissertação de Vanessa da Rosa (2006), *A invisibilidade da mulher negra em Joinville: formação e inserção ocupacional*, que analisou trajetórias e estratégias de inserção ocupacional de mulheres negras nos campos da educação infantil e da saúde, evidenciando os efeitos conjugados de raça, gênero e classe na conformação de um mercado de trabalho profundamente hierarquizado. Minha pesquisa dialoga com esse estudo ao deslocar o foco analítico da inserção ocupacional para os trânsitos políticos de mulheres negras ligadas à APN e ao que se tornaria futuramente o Grupo Consciência Negra, ampliando a compreensão sobre formas de presença e agência negra em Joinville.

Acrescento na tessitura da abordagem um olhar histórico sobre a cidade, percebendo elementos que constituem o imaginário social que se construiu ao longo do tempo a partir da narrativa colonialista do poder local e também reconhecer movimentações que tensionam e pirateiam essa estrutura social. No tópico a seguir, essa tessitura acontece, considerando fatores como o projeto de Brasil que envolve a constituição da cidade de Joinville.

Embora o livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930* (Lilia Moritz Schwarcz, 2022) demarque um período histórico posterior à instalação da colônia Dona Francisca (1851), a elite política e intelectual brasileira desde antes olhava para o Brasil a partir do "medo da degeneração" do país, composto em grande maioria por pessoas não brancas e projetava um futuro que desse conta desses obstáculos e barreiras à civilização através de um olhar higienista e racializado (Schwarcz, 2022).

Durante o período imperial (1822–1889) se instituiu uma série de marcos legais, administrativos e políticos que incentivaram a imigração europeia para o Brasil, sobretudo de origens de regiões que viriam a se tornar os Estados Modernos Alemanha e Itália. A estratégia do Estado Imperial, composto por uma elite de origem européia herdeira dos benefícios do período colonial e ainda lucrando com sistema econômico escravista, visava tornar o país civilizado aos moldes da visão de civilização da Europa, fundamentado em padrões brancocentrados. O caminho escolhido foi a exclusão de populações negras e indígenas do acesso à melhores condições de vida na sociedade e incluíram a criação de colônias imperiais através de decreto de 1824, sendo a primeira, registrada como Colônia Alemã de São Leopoldo no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina a primeira colônia, com pessoas de origem germânica, foi instituída em 01 de março de 1829 homenageando o imperador com o nome Colônia São Pedro de Alcântara. Na região, anteriormente ocupada por indígenas, pessoas brancasproprietárias de grandes terras e pessoas de origem africana escravizadas e livres, existia a Vila Biscina – homenagem à Abissínia, na Etiópia – , morada da pessoas de origem africana e escravizadas que trabalharam na instituição do que se tornou a primeira colônia alemã de Santa Catarina. Em reportagem sem autoria atribuída do jornal *O Estado* de 03/10/1979, que hoje é fonte histórica na exposição da Casa da Cultura e Turismo de São Pedro de Alcântara, o entrevistado Arcanjo Venâncio da Cunha conta que é descendente de escravizados, sendo o seu pai uma pessoa que foi alforriada e seu avô, uma pessoa que "deu duro aqui, trabalhando para os alemães".

As colônias que compõem esse projeto civilizatório foram construídas através de acordos, financiamentos, subsídios e políticas públicas. No sul do Brasil, juntas de colonização e imigração distribuíram lotes de terra e fizeram o apoio logístico para os imigrantes que foram instalados, na maioria das vezes, em regiões que necessitavam de controle e repressão das populações não desejadas para o futuro do país.

Junto ao contexto da Lei de Terras de 1850, que estabeleceu novas regras para a posse e a aquisição de terras devolutas (terras públicas) do Império do Brasil, e, do fim do tráfico de

escravizados, a Lei pretendeu organizar a propriedade da terra, promover a ocupação do Brasil via colonização por europeus e constituir barreira de acesso à terra para pessoas não brancas. Outras ações dos governos provinciais foram tomadas. São exemplos: criar leis de isenção para imigrantes europeus, doação ou venda de terras públicas com facilidade para pagamento, construção de estruturas para a administração das colônias, abertura de estradas e, em alguns casos, barracões para moradia temporária de recém chegados até a organização das suas futuras casas.

Ao mesmo tempo, houve ausência de políticas públicas de inclusão e acesso a melhores condições de viver para pessoas indígenas, africanas e descendentes de africanas. Junto, ocorreu um processo de abolição onde a legislação foi utilizada como meio de protelar a abolição total e garantir os lucros da elite econômica, meio de criminalização da pobreza das pessoas de origem africana com leis como a vadiagem e a capoeiragem[6], e, pressão sobre os povos indígenas, que foram sistematicamente deslocados, aldeados ou exterminados. Processo histórico que marca o imaginário identitário do sul do Brasil e de Santa Catarina:

> [...] a identidade do Sul se constrói pela negação do negro. É principalmente neste século que a imagem do negro vai pouco a pouco fazendo parte da identidade nacional em construção, da ideia de "cultura brasileira". Neste mesmo período, no Sul, ele é sistematicamente retirado do quadro da identidade regional. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul é a sua branquidade, a sua europeização. (Ilka Boaventura Leite, 1996, p.50)

As tessituras a seguir caminham para um contexto específico do cenário narrado ao longo do tópico, a cidade de Joinville em Santa Catarina. Todo território é carregado de especificidades. Através do processo de pesquisa e escrita historiográfica como ferramenta teórico-metodológica se institui uma possibilidade de estabelecer compreensões que conectam o contexto da cidade ao cenário costurado sobre o Brasil e região sul do país.

2.1 JOINVILLE: UMA LOCALIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE UMA CIDADE EMBRANQUECIDA

Não é incomum, principalmente nas divulgações turísticas e nos discursos oficiais presentes no poder administrativo, uma narrativa que privilegia a imigração germânica da cidade de Joinville. Esse processo de ocupação do território foi promovido por uma companhia colonizadora, Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo

[6] Revogado Decreto nº 847 do Código Penal de 1890 intitulado "Dos Vadios e Capoeiras". Criminaliza a ociosidade e incluí a proibição do exercício de "agilidade e destreza corporal" (artigo 402) conhecido como capoeiragem em praças públicas, punindo as práticas com prisão.

(*Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg*), a partir da década de 1850, sendo 1851 o ano oficial da fundação da cidade.

Narrativa que deixa às margens os habitantes anteriores à chegada dos imigrantes europeus e aqueles que posteriormente ou concomitantemente ocuparam este território. A área onde a colônia Dona Francisca[7] foi instalada pertencia ao território portuário que hoje corresponde ao município de São Francisco do Sul:

> O município de São Francisco do Sul, atualmente restrito à ilha de mesmo nome e a parte da península do Saí, abrangia à época da colonização de Joinville um vasto território que foi aos poucos sendo subdividido. Assim, quando chegaram os primeiros imigrantes à Colônia Dona Francisca, em março de 1851, já havia uma série de fazendas e sítios habitados por francisquenses e seus escravos (Sandra Paschoal Leite Camargo Guedes, 2007, p. 2).

Anterior a esse momento da história imperial do Brasil (1822 a 1889), que compõe um projeto do governo imperial para civilizar, branquear e ocupar o Sul do então Império, a região já era ocupada por povos originários. A partir do período colonial brasileiro, se somaram à região população composta por colonos brancos:

> No início de seu povoamento no século XVII, existiu o fluxo espontâneo de colonos brancos, e se faz necessário distingui-los dos estrangeiros que se fixaram na região por intermédio do processo de colonização levado a efeito pelo governo imperial, no século XIX, como resultado uma política estimulada de povoamento (Eleide Findlay, 2011, p.1)

Pessoas de origem africana livres e escravizadas também habitavam a região no período anterior à instalação da colônia em 1851. Por exemplo, no distrito de Pirabeiraba, a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto é certificada pelo Governo Federal e comprova sua existência desde o período da Colônia Dona Francisca, atual Joinville.

Porém, os registros dessas presenças escapam aos documentos oficiais. Sandra Guedes (2007) indica imprecisão em dados e censos oficiais, principalmente os anteriores ao século XX EC., quando comparados a dados eclesiásticos e cartoriais de mesmo período:

> Os documentos eclesiásticos disponíveis relativos aos registros de batizado e óbitos de ingênuos existentes após 1871, quando foi estabelecida a Lei do Ventre Livre, que obrigava o registro de todas as crianças filhas de escravas que nascessem a partir daquela data, mostram uma camada da população católica e proprietária de escravos, aparentemente não contabilizada nas estatísticas da Colônia (Guedes, 2007, p. 6).

---

[7] A Colônia Dona Francisca, nome que homenageia a princesa Francisca Carolina do Brasil, filha do então Imperador do Brasil, foi uma colônia instalada após firma de contrato em abril de 1849 entre Léonce Aubé, procurador dos Príncipes de Joinville com o Senador Christian Mathias Schroeder de Hamburgo para abrigar imigrantes alemães em território que atualmente pertence à cidade de Joinville, em Santa Catarina.

A administração da Colônia Dona Francisca, que pode ser representada pela estrutura predial que hoje abriga o Museu Nacional da Imigração e Colonização de Joinville, registrava principalmente dados referentes à população de origem germânica instalada na colônia. Informações referentes a outros grupos que habitavam a região, como povos indígenas, de origem africana ou afro-brasileira, são menos precisas nos dados oficiais registrados na época. Entre as dificuldades para mapear dados como esses está a ausência de padrões de registro e as subnotificações. Fontes de pesquisa podem ser localizadas seguindo documentos como os registros cartoriais e eclesiásticos, disponíveis em Igrejas Católicas da região.

Com financiamento da prefeitura de Joinville na gestão de Helmuth Fallgatter (1961–1966), o historiador alemão e escritor de obras que compõem a história oficial de Joinville Carlos Ficker publicou em 1965 o livro *História de Joinville: Crônica da Colônia Dona Francisca*, a obra utiliza principalmente da análise de documentos oficiais e administrativos da colônia e da posterior gestão municipal para narrar com detalhes uma história de Joinville que começa com o acordo de instalação de uma colônia em terras pertencentes à freguesia de São Francisco do Sul, descreve como era a região no momento do acordo, narra o processo de instalação da colônia Dona Francisca, pontua acontecimentos administrativos da colônia e da posterior cidade de Joinville.

O livro é referenciado em produções de divulgação turística e na história oficial da cidade de forma que colabora no processo de forjar, produzir e reproduzir imaginários como a "Manchester Catarinense" e a cidade germânica trabalhadora e do progresso. Ao longo da pesquisa apresentada, Carlos Ficker (1965b) foca a narrativa em acontecimentos que envolvem a elite local, os feitos de empresários, industriais e prefeitos que marcaram a cidade. Também fornece informações que viabilizam mapear a presença negra na região e a provável subnotificação de registros de pessoas escravizadas.

De acordo com o historiador e pesquisas historiográficas posteriores, antes da instalação da colônia Dona Francisca, na região próxima ao rio Três Barras, no extremo norte da atual Joinville, existiam engenhos e produção de açúcar no bairro Pirabeiraba (Fernando César Sossai; Ilanil Coelho, 2012). A região, que hoje abriga territórios quilombolas[8], possuía uma população negra considerável de livres e escravizados (Andrew Bernardo Corrêa; Roberta Barros Meira, 2021).

Próximo ao rio Cachoeira, no antigo porto do Bucarein, desembarcaram de pequenas embarcações cedidas por coronéis locais os imigrantes que chegavam ao porto de São

[8] A comunidade Beco do Caminho Curto foi reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2019.

Francisco do Sul (o maior da região norte de Santa Catarina) após a viagem transatlântica, saindo das atuais Alemanha e Suíça. Quando descreve a chegada dos imigrantes, Carlos Ficker traz a figura do coronel Vieira, que vivia na região do Bucarein (território entre os atuais bairros Boa Vista e Centro) desde 1826 com fazendas e muitos escravizados. De acordo com o historiador, foram os escravizados desse coronel que transportavam em embarcações movidas a remos os passageiros imigrantes que chegavam no grande porto e precisavam chegar na região da instalação da colônia navegando pela baía da Babitonga até o rio Cachoeira, no pequeno porto do Bucarein.

Carlos Ficker pontua que pessoas negras eram vistas frequentemente na vila a serviço de seus senhores lusos ou emprestadas aos imigrantes. O historiador utiliza o termo empréstimo para descrever a relação de parceria entre lusos e novos imigrantes europeus na utilização da mão de obra de pessoas escravizadas devido à legislação do período, que impedia os novos imigrantes europeus de possuir a propriedade ou estabelecer contratos comerciais de escravizados, embora existam propagandas de venda e aluguel de pessoas escravizadas nos jornais que circularam durante esse período na região. Ainda sobre o processo de instalação da colônia, Carlos Ficker afirma algo parecido com o ocorrido em outros processos de instação colonial: foram os lusos, caboclos e negros que ensinaram aos imigrantes os segredos da terra, das plantas, dos bichos, das matas, dos rios e das aves (Ficker, 1965a).

No ano de 1866 a região da colônia foi elevada à Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, se encontra no Censo de 1872 (IBGE, 1874) a quantidade de 75 escravizados na freguesia, sem informações em relação a negros[9] livres e libertos. Esse número é questionado por Sandra Guedes (2007) ao levantar registros de batizados e inventários entre os anos de 1872 e 1888, onde encontrou 60 nomes de mães escravizadas, informação que a faz considerar o Censo de 1872 subestimado e por Rosa (2006), que destacar o trabalho realizado por pessoas escravizadas para os proprietários sesmeiros da região e explicitar como abolicionismo e imigrantismo foram articulados em chave branqueadora, produzindo a invisibilidade da população negra nas narrativas sobre o estado e sobre Joinville.

Três Censos foram realizados no período anterior à instalação do Instituto Nacional de Estatística, atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936. As

[9] A partir deste momento da pesquisa utilizarei a categoria política "negra" para se referir às populações de origem africana e afro-brasileira, ciente que esta categoria é politicamente pensada pelo movimento negro e contemporânea à pesquisa realizada (principalmente após a década de 1960). Reconheço que a categoria "negra" não era utilizada no período histórico colonial do Brasil, quando outros termos eram utilizados, em geral, termos pejorativos e vinculados à escravização e desumanização das pessoas.

informações são contestadas em pesquisas historiográficas que comparam os dados populacionais com documentos cartoriais e eclesiásticos, principalmente em relação às populações não brancas. Situação também encontrada nos censos realizados nas localidades que compõem a atual Santa Catarina, verificada em pesquisas históricas publicadas no Estado (Francine Costa**,** 2018).

Os dados de censo anteriores a 1940 apresentam informações imprecisas, mas registram a presença de população negra na região de Joinville, também encontrada em documentos de trabalhos na agricultura, agroindústria e atividades portuárias no Porto do Cachoeira e Porto Bucarein, região do atual Mercado Público de Joinville (SEPUD, 2020).

Desde 1940 o IBGE organiza no Brasil censos por década, com coleta de informações de cor-etnia apenas nos anos de 1960, 1980 e 2010. Nos dois primeiros casos, não se divulgou a quantidade contabilizada por município (Edith Piza; Fúlvia Rosemberg, 2003). Segundo o documento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, Santa Catarina aparece com a contagem de 4.621.052 Habitantes, 354.943 negras e negros - 7.68 % da população total[10]. Em 2010, esta percentagem dobra, Santa Catarina contabiliza no Censo 959.415 negras e negros, 15.35% da população total de 6.248.436 habitantes.

Até o censo de 2000, os registros relacionados à Joinville computam a população total, sem separar cor e/ou etnia. Publicado no ano de 2010, o Censo registrou Joinville com 515.228 habitantes, dentro deste número a composição etnico-raciais é de 441.813 brancas e brancos, 523 indígenas e 70.989 negras e negros, 13,77% da população, número próximo ao total registrado em Santa Catarina.

No último Censo, em 2022, o IBGE calculou 616.317 habitantes na cidade, sendo 25.532 pessoas autodeclaradas pretas (cerca de 4,1% da população total) e 120.284 pessoas autodeclaradas pardas (cerca de 19,5% da população total). As duas categorias que compõem a população negra no Brasil somadas totalizam 145.816 pessoas, cerca de 23,6% dos 616.317 habitantes da cidade[11]. Embora exista imprecisão censitária da população negra em Joinville até o Censo de 2010, combinações com dados referentes ao Estado de Santa Catarina mostram aumento constante de presença em percentagem ao longo das décadas até a atualidade.

Em relação à movimentos negros na cidade, existem registros da criação de um clube com a denominação Instrução e Beneficência, em 1889, pelo grupo que se autonominava *os libertos de 13 de maio* (Arselle Fontoura; Janine Gomes da Silva, 2006), fato que demarca

[10] Para contabilizar a população negra em Santa Catarina na PNAD 1999, foram somados 92.1333 pretos e 262.810 pardos. Mesmo método utilizado para calcular a população negra nos dados do Censo de 2010.
[11] Os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE indicam que a população negra em Joinville dobrou em número absoluto em comparação com o censo anterior.

histórico de organizações deste o século XIX EC.. No ano de 1960 foi fundada a Sociedade Kênia Clube como um espaço de resistência da cultura negra e combate ao racismo com intensa atuação (Maria da Consolação Pereira Osório, 1996), de acordo com uma das entrevistadas na pesquisa, com a falta de espaços de lazer para a população negra na cidade, clubes pequenos fundados por pessoas negras eram comuns nos bairros.

Pessoas que compuseram a Pastoral do Negro também integraram atividades em clubes e sociedades, inclusive a Sociedade Kênia Clube. Atualmente, a referida sociedade continua em atividade, com encontros, escola de samba, maracatu, zumba, festas, eventos e capoeira. Organizações do movimento negro fazem atividades no Kênia, como o Coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville que realiza no tempo presente seus encontros na sociedade e o Movimento Negro Maria Laura, que promoveu no local, em 2024, a I Jornada Antirracista de Joinville. Durante pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville, registros de movimentos negros foram encontrados nos jornais, revelando fios que tecem um olhar possível sobre o movimento negro na cidade, com destaque para o Grupo Unitivo do Negro Catarinense (GUNC) e a APN/Consciência Negra, tessituras que serão apresentadas no tópico 2.2.1 deste capítulo.

A partir da década de 1960, e principalmente após 1970, em meio ao cenário de ditadura cívico-militar no governo federal, Joinville passou por um intenso processo de industrialização, principalmente no setor do metal-mecânico. A demanda por mão de obra atraiu trabalhadores, inclusive grande número de pessoas negras, migrantes vindos da região sul do Brasil e diversas outras localidades do Brasil.

A compreensão dos trânsitos políticos das minhas interlocutoras exige reconhecer o modo como a cidade é historicamente narrada como “alemã”, industrial e branca, apagando presenças negras e indígenas. Rosa (2006) nomeia esse apagamento como uma história marcada pela invisibilidade, ao mostrar como os registros oficiais sobre Joinville, ao exaltarem o sucesso do projeto colonizador germânico, silenciam a participação de negros e negras na constituição do município e de seu parque industrial.

Famílias recém chegadas à cidade passam a buscar locais para moradia, muitas se instalam nas regiões próximas aos manguezais[12] e às indústrias. Nos espaços da cidade, que estabelecia e promovia uma nostalgia estetizada ao seu passado germânico (Bruno Ramos

[12] Os manguezais constituem ecossistemas costeiros presentes na zona de transição entre a terra firme e o mar. Esses ambientes se desenvolvem predominantemente em estuários, baías e enseadas, sendo encontrados em regiões de clima tropical e subtropical ao redor do globo. No Brasil, sua extensão abrange o litoral desde o Estado do Amapá até Santa Catarina, e, constituem territórios de ecossistema e infraestrutura frágeis com aluguéis e valor para compra e venda mais baratos.

Rodrigues, 2015), tensões sociais, lutas por moradia e resistências se intensificam com os fluxos migratórios, intenso entre 1970 e 1990.

No tópico a seguir procuro tecer fios historiográficos que possibilitam compreender as Agentes de Pastoral do Negro desde o afrocatolicismo e a agência de pessoas negras, as lutas dos movimentos sociais, como movimento negro na cidade, a teologia da libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e as agentes de pastorais. Lembro que a tessitura dos fios rendados neste texto não possuem uma característica cronológica e se cruzam, formando redes. As conexões mapeadas permitem compreender a existência das APNs.

2.2 VOZES POLÍTICAS, FEMINISMOS NEGROS E MOVIMENTO NEGRO: TESSITURAS ENTRE O AFROCATOLICISMO, CEBs, TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS

Como quadros de APN, pessoas negras, em grande maioria mulheres (Ivan Costa Lima, 2009), agiram a partir da pauta da conscientização sobre a negritude e mobilizaram pautas ligadas às demandas de suas comunidades. Na cidade de Joinville, as pautas de luta estavam unidas à CEBs e se direcionaram a políticas públicas, como o direito à moradia de pessoas em situação de ocupação na região de manguezais, acesso à cidadania e a luta antirracista.

Dois objetivos de organização de APNs em Santa Catarina são apontados por Ivan Costa Lima (2009): ser espaço de reflexão para pessoas negras sobre as suas atuações como tais, e sensibilizar diante da prática discriminatória que sofre a população negra. Lima (2009) destaca o papel das mulheres negras, maioria no movimento de agentes e também nos movimentos negros que se formam no transcorrer dos anos em Santa Catarina.

Com a proposta de identificar e localizar narrativas de resistência que atravessam o espaço político e religioso de APN, em diálogo com experiências de mulheres negras, as agência dos sujeitos que atuam nos meios sociais via luta por efetivação de direitos, por políticas públicas e antirracistas, nesta reflexão, proponho utilizar o termo “trânsitos políticos” como atuação política e seus deslocamentos na luta por cidadania. As elaborações teóricas, argumentos e reflexões tecidas ao longo da tese colaboram para conceitualizar e explicar a utilização do termo.

Sobre a experiência vivida de forma localizada, Carla Akotirene (2018) conceitua o sentido de uso, nos movimentos feministas negros, da categoria interseccionalidade (Crenshaw, 1989) enquanto ferramenta teórica e metodológica para enxergar, na colisão das

estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, a interação simultânea das avenidas identitárias, são questões historicamente levantadas por mulheres negras, importantes nas lutas por equidade e bem viver na sociedade.

No Brasil, Lélia Gonzalez (1988), junto à mulheres negras intelectuais e ativistas, mesmo não usando o termo interseccionalidade, operaram a práxis proposta nesta categoria, assim como, em Boston - Estados Unidos da América - , o coletivo de feministas negras e lésbicas Combahee River (1974), quando passaram a discutir sistema de opressões interligados, exemplos que demonstram mulheres negras promovendo estas discussões em espaços diferentes mas que se aproximam pela experiência de ser mulher negra.

As discussões feministas negras encontram referências em mulheres como Lélia Gonzalez (1988) para se referir às resistências e ao quadro das desigualdades raciais existentes no continente, articulada a desigualdade sexual. As mulheres amefricanas e ameríndias (Gonzalez, 1988) estão entre as mulheres mais oprimidas e exploradas do ocidente, região do mundo dominada pelo capitalismo patriarcal-racista, imersas na colonialidade que transforma as diferenças em desigualdades.

Yuderkys Miñoso (2019) propõe uma prática feminista que considere as interseccionalidades constituintes da modernidade ocidental, posição ampliada por Ochy Curiel (2019) quando defende que uma atuação contra a dominação na sociedade demanda considerar que sistemas de dominação são co-constitutivos e historicamente situados, posição que dialoga com o pensamento de feministas negras do Brasil, a exemplo, a historicidade proposta por Luiza Bairros (1995) no texto manifesto “Nossos feminismos revisitados”.

Aqui inscrevo uma das posições epistemológicas no qual este trabalho se engaja, a produção intelectual de mulheres negras. Movimento que compartilha com “o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros” (Figueiredo, 2020, p.4) e partilhar de uma perspectiva não significa negar outras e sim, somar perspectivas.

Na elaboração de pessoas que integraram a Pastoral do Negro, o elemento da indissociabilidade das lutas contra o sexismo e o racismo se materializam, mas as falas atravessam também a constante preocupação em integrar a presença de homens negros como parte diretamente afetada pela dominação, embora de lugar de diferente. Elaborações essas que consideram compreensões da intersseccionalidade, de sistemas de dominação co-constitutivos e historicamente situados, trazem esses sujeitos como diretamente implicados nessa luta.

O lugar que os corpos ocupam na sociedade contribuem para a produção de formas de "conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação" (Donna Haraway, 1995, p. 24), pois possuem o que Patrícia Hill Collins (1997), quando pensa sobre as imbricações das posicionalidades na produção do conhecimento, escreve como a noção de *stand point,* como um lugar privilegiado, um lugar historicamente construído e através do qual é possível observar/compreender aspectos importantes do grupo quando se é parte dele.

Em busca do bem viver na sociedade estruturalmente racista, patriarcal, capitalista e heteronormativa, onde as relações se atravessam por opressões, processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexual, se acredita em outras formas de gestão do coletivo e do individual. O bem viver reivindica a viabilidade de outras formas de viver, alternativas às relações exploratórias do capitalismo. Neste âmbito de luta, grupos sociais reafirmam identidades políticas para operar nas estruturas que as oprimem através de movimentações e (re)siginificações. Entre as primeiras pautas de luta da Pastoral do Negro em Joinville está a luta por moradia, em parceria com a Pastoral da Terra.

A questão agrária e da propriedade de terras produtivas é um grande problema colonial, acrescento a posse de terra em perímetro urbano a este problema, que envolve a questão da proletarização do mundo e a expropriação, produções do capitalismo feitas a partir de processos de genocídios e perpetuação de desigualdades sociais.

Conhecer a experiência vivida de forma localizada nestes espaços, identificar e localizar narrativas de resistência, caminha no sentido teórico e metodológico feministas e negra, uma perspectiva de construção de saberes que mobiliza a subjetividade contaminada pela condição de mulher negra ao tratar de questões historicamente levantadas por mulheres negras.

Lugares como a APN e o Grupo Consciência Negra constituem trânsitos de mulheres negras entre espaço religioso e político para fazer resistência. Conceituo trânsitos como atuação política na luta por cidadania, a agência das ações nos meios sociais, nas lutas por efetivação de direitos, por políticas públicas e antirracista promovidas por mulheres negras. Considero fundamentais o ponto de vista negro (Collins, 1997) e a experiência negra (bell hooks, 1995), categorias de compreensão sobre a realidade, pois a experiência do vivido é parte inerente da reflexão, podendo ter diferentes lógicas em diferentes lugares (hooks, 1995). É também a experiência vivida de forma localizada: ferramenta teórica e metodológica para enxergar, na colisão das estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, a

interação simultânea das avenidas indenitárias, como propõe a intelectual Carla Akotirene (2018).

Esse é um dos lócus de enunciação dos quais me coloco em diálogo com as mulheres que compuseram a APN. Observar registros de atividades mostram que a luta antirracista promove grande mobilização social e atua em diferentes espaços, ampliando a agenda de forma a contemplar a disputa por cidadania em sua integridade, movimento que repercutiria operando em toda a sociedade.

Compreender a atuação de mulheres negras que compuseram o quadro de APN e do Grupo Consciência Negra demandam uma postura metodológica. Caminho iniciado com meu posicionamento epistemológico e metodológico, em diálogo com produções localizadas geopoliticamente no sul global, principalmente intelectuais negras e negros, e a experiência afetada enquanto pesquisadora, mulher negra no espaço acadêmico em diálogo com outras mulheres negras atuantes no espaço de movimento social para conhecer suas experiências, suas epistemologias e os impactos que o engajamento destas mulheres causam. Busco entender as ações em espaços como APN e Grupo Consciência Negra, identificar resistências, os trânsitos realizados nos meios sociais na luta por direitos e na luta antirracista e se este espaço pode ser entendido como lugar contracolonial e afrocatólico.

Uma forma de apreender essa proposta pode envolver a compreensão sobre o corpo colonial em diáspora e de *vozes políticas*. Laura Cecília Lopes (2015) discorre, no texto *O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora,* sobre as mobilizações afro-latino-americanas de mulheres negras. Estas ocupam um corpo que transita às margens entre o movimento negro e o feminista, são corpos/sujeitos decoloniais que demandam justiça racial e também são corpos que estão em diáspora/deslocamento. Considero que o lugar às margens, de fronteira, é potente e capaz de provocar deslocamentos, algo que Lopes (2015) também pontua quando apresenta o conceito de diáspora ligado à força de deslocamento do corpo nas mobilizações negras, criando um vínculo com as políticas e poéticas do corpo/espaço/tempo, o corpo colonial (Lopes, 2015) em diáspora.

Este olhar conceitual de diáspora dialoga com Kim Butler e Petrônio Domingues (2020) no capítulo de *Diásporas Imaginadas* chamado “Definições de diáspora: articulações de um discurso comparativo”. Chamo atenção para o conceito de “Rizoma”, como a constante transformação e a fluidez de um organismo em constante movimento para entender que a compreensão de diáspora não pode ser estática e, também, a compreensão sobre a diáspora ser uma experiência coletiva. Os escritos de Lopes, Butler e Domingues levantam elementos que colaboraram com as elaborações sobre quem são as mulheres com quem dialogo na pesquisa.

A dimensão da linguagem ajuda a explicar como compreendo na pesquisa o conceito de *vozes políticas*. Para tecer sobre a dimensão da linguagem e explicar o conceito de *vozes políticas* no contexto da pesquisa, primeiro me atenho ao conceito de falar, que para Franz Fanon (2008) é existir para o outro, assumir uma cultura e suportar o peso de uma civilização. Contenda que engloba o tomar posição frente a linguagem. Lélia Gonzalez (2019), no texto *Para compreender a "Améfrica" e o "pretuguês"*, realiza uma crítica ao mito da democracia racial e pergunta sobre o lugar da mulher negra nesse discurso. Questão que a presente pesquisa pode colaborar na elaboração. Sobre falar, Gonzalez lembra que os negros são tratatados como lata de lixo lógica, então, quando se posiciona em relação à questões raciais e de gênero ainda na década de 1980, aponta de forma enfática que "o lixo vai falar e numa boa".

Djamila Ribeiro (2017) também aborda a questão da fala, através de saberes e produções pela ótica das mulheres negras. Grada Kilomba (2019) aponta a mulher negra vista como "o outro do outro" e pensa o lugar de fala como um lugar social de onde se fala. A questão do lugar de fala, no sentido de vozes políticas, é de grande relevância na pesquisa, aproximo a seguir, mulheres negras intelectuais que produziram conceitos que colaboram com essa compreensão.

Para bell hooks (2015), mulheres negras podem delinear um entendimento no qual o postulado da sua dupla experiência (a coletiva e a individual) e do *blackness* e *black experience* (categorias de compreensão coletivas construídas sobre a realidade a partir da sua experiência), emergem de um contexto político "multi-localizável" no qual a experiência do vivido é parte inerente da reflexão, podendo ter diferentes lógicas em diferentes lugares (hooks, 2020, p. 11). Temos o lugar da experiência de onde se fala como uma metáfora para indicar um modo diferente de viver a vida, o *black experience*, é mobilizado por hooks (1995) para apontar também a consistência de uma epistemologia feminista que se baseia em uma visão de mundo amparada por uma *black aesthetic* (hooks, 1995, p. 67). Uma perspectiva de construção de saberes que mobiliza a subjetividade não apenas como axiologia científica, mas como escolha política na qual a explicação do que se vive implica na intencionalidade do conhecido, situando o conhecimento sobre aquilo que se pretende conhecer (Collins, 1997), o escrever, viver, se ver que Conceição Evaristo conceitua como *escrevivência*: o contar nossas histórias a partir das nossas perspectivas e vivências, contaminadas pela condição de mulher negra na sociedade. A união das posições destas mulheres negras intelectuais abrem margem para mobilizar conhecimentos vindos das experiências, do lugar de fala, da escrevivência, no sentido de *vozes políticas*.

Outra construção conceitual que contribui com a pesquisa, é a de *El Viento Común,* de Julius Sherrod Scott (2021). Scott elabora, a partir da região do Caribe, o movimento transatlântico e os contatos regionais que se espalham pelo mundo, como o vento, via comunicação em rede. Considero ser uma característica dos movimentos de pessoas negras a questão da comunicação em rede. Conceito que nesta pesquisa possibilita pensar o movimento social feito por pessoas negras, pois, os ventos da comunicação e revolução são de luta e atravessam fronteiras linguísticas, geográficas, imperiais.

Mapear redes passa pelo exercício de ouvir vozes *políticas* de corpos coloniais em diáspora. Sandra Regina Almeida (2011), quando trata do trânsito do corpo em exílio, aponta que este carrega pluralidade de visão e consciência, que conduz à narrativas alternativas e intervenção ativa no mundo. Trago os diversos escritos da martinicana Françoise Ega (2021) e da moçambicana Noémia Souza (2001) como exemplos de agência política de mulheres negras no mundo através de suas memórias, experiências, conhecimentos, lugar de fala e escrevivência. São vozes, no sentido de *vozes políticas*, que narram agências, formas de resistência e mobilização em sociedades imersas na colonialidade.

As perspectivas epistemológicas que abordam a colonialidade consideram as desigualdades que engendram relações e naturalizam desigualdades no viver em sociedade. No âmbito das relações raciais, Sueli Carneiro (2011b) descreve a discriminação e a intolerância no Brasil como resultado de uma postura de negação histórica dos sujeitos negros em detrimento dos brancos na organização da sociedade onde as identidades brancas, principalmente as identidades masculina, hétero e de alta classe social são privilegiadas. As mobilizações e tensionamentos políticos de movimentos sociais, como o movimento negro, onde mulheres negras historicamente pautam políticas que podem ser percebidas como feministas e também de intelectuais engajadas como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Neusa Santos, Sueli Carneiro, Ângela Figueiredo e muitas e muitos outros popularmente reconhecidas/os academicamente ou não, pautam historicamente lutas de mulheres e antirracistas.

Lélia Gonzalez, intelectual ativa no movimento negro e feminista, cunhou a categoria política e cultural “amefricanidade” (na década de 1980) ao se referir à semelhança entre as manifestações culturais praticadas em diferentes regiões das Américas (Alex Ratts, Flávia Rios, 2010) esta posição nos provoca por um pensamento feminista afro-latino-americano na diáspora. Ainda década de 1980, em diálogo com textos e a prática feminista, Gonzalez (1988) escreve sobre perceber o esquecimento da questão racial. Um exemplo de definição do feminismo foi apresentado: consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações

sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada" (Gonzalez, 1988, p.13). Para a antropóloga, bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou indígenas), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo: "racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação" (Gonzalez, 1988, p.13).

Pensando em epistemologias feministas negras, Sueli Carneiro (2019), afirma que a experiência histórica das mulheres negras é diferenciada e que o discurso clássico sobre a opressão feminina não as reconhece em suas especificidades e efeitos que perduram há séculos. Cláudia Pons Cardoso (2012) aponta para um pensamento feminista crítico alimentado por valores, princípios e cosmovisão organizados a partir de referenciais negro-africanos e pluralidade epistemológica para revelar a atuação das mulheres negras em diversas áreas do conhecimento. Quando se dialoga com a produção intelectual e militante de Lélia Gonzalez (1982)**,** as leituras de Franz Fanon mostram em seu pensamento a busca por similaridades nos diversos contextos da diáspora negra, desenvolvem explicações em comum para abordar o racismo e recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas (Cláudia Pons Cardoso, 2014). Ressalta o pensamento de Lélia Gonzalez:

> [...] aproximação com a "colonialidade do poder", de Aníbal Quijano, e a "colonialidade de gênero", de María Lugones, revelando a atualidade de suas ideias. Estruturada em abordagem mais holística, Lélia Gonzalez pensa as mulheres negras da diáspora e aponta para algumas questões que se pode tomar como formadoras de um feminismo negro, aqui retomadas, visando contribuir para o debate, inclusive, do feminismo latino-americano (Cardoso, 2014, s.p.).

Pautar pensamentos feministas negros que objetivam não só transformar efetivamente a vida das mulheres, mas a própria sociedade se faz considerando diferentes práxis, as mulheres que se movimentam nesse sentido são diversas e constituem corpos que não estão limitado às intelectuais negras que se posicionam como feministas. As práticas de luta por transformação social também são feitas pelas mulheres ativistas no movimento negro, incluso as que não se autoidentificam ou adotam o termo feminista. São nossas práticas que nos aproximam, é o enfrentamento de estruturas de poder: racismo, sexismo, divisão de classes e heterossexismo e a descolonização do conhecimento partindo de categorias baseadas em nossas experiências de mulheres negras na diáspora (Cardoso, 2012). Uma possibilidade de leitura da realidade na busca de empreender sobre ações de intervenção política de mulheres negras na sociedade considera a perspectiva interseccional (Cardoso, 2012) no esforço de

entender o impacto de experiências de mulheres negras em processo constante de organizações de forças políticas, culturais e sociais.

No Brasil, as experiências com CEBs são registradas desde 1957 no Rio Grande do Norte (RN) e podem ser encontradas em lugares da América Latina e Caribe. Benedito Ferraro (2009) localiza na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín - Colômbia (1968), evento de recepção do Concílio Vaticano II nas Américas com proposta de renovação do modelo eclesial, o momento onde a corrente do movimento da Teologia da Libertação incentiva cristãos na luta política de libertação. Essa linha teológica inspirou o surgimento das CEBs, com vista à construção de uma sociedade pautada na justiça e na solidariedade, na defesa dos interesses econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes. Também neste contexto se organizaram dentro dos CEBs, grupos de agentes pastorais diversos, comprometidos com causas políticas e sociais.

A proposta política e religiosa das CEBs visava a conscientização do povo através da organização e educação popular. Laura Duarte descreve as CEBs como fenômeno social surgido de "novo estilo de se viver a fé, entre os cristãos, como um modo novo de se fazer a Igreja, como uma resposta aos anseios do povo que aspira por uma maior participação no desenrolar de sua própria história" (1983, p.15). Compreender as CEBs como fenômeno social inclui, para Clodovis Boff (1978), pensar sua organização enquanto comunidade de participação igualitária, reflexão crítica e conscientização; eclesial, por confrontar religiosidade com a realidade para fusão entre práticas religiosas e políticas; e, de base por ser o povo, feito dentro dos movimentos populares. Esta organização tem forte caráter educativo, motivada na educação popular proposta por Paulo Freire com o incentivo ao saber-instrumento, aquele capaz de transformar, desburocratizar, democratizar e reivindicar cidadania através da conscientização e transformação (Laura Maria Schneider Duarte, 1983).

Em Joinville, o precursor das CEBs foi o padre Luiz Facchini (1943-2018), mestre em Teologia pela Universidade Católica de Fribourg e ordenado na Comunidade Católica de Herbriggen (Suíça), com início das atividades eclesiais na cidade a partir da Paróquia Cristo Ressuscitado. Padre Facchini enfatizava a interação entre fé, política e vida através das CEBs, lugar de "resistência a todo sistema humano centrado no poder, na ganância, no acúmulo de bens, tudo o que proporciona as desigualdades sociais e o grande sofrimento do povo" (Facchini, 2008, p.73). Apostou na linguagem litúrgica da teologia da libertação em contraposição à linguagem litúrgica tradicional, apontada como ideologizada por um sistema de poder religioso, para conceder a palavra ao povo e redescobrir a sabedoria popular tal qual nas origens da Igreja.

A historiadora Raquel Thiago entrevistou o padre Luiz Facchini para a revista Tempos de Joinville em 2008. Na entrevista Facchini contou sobre a importância da ação político-partidária, das demandas por políticas públicas e do programa educativo no trabalho de politização das e dos fiéis através das CEBs. Na ocasião, o padre explicou que a organização dos Partido dos Trabalhadores na cidade nasceu da atuação e engajamento entre as pessoas da CEBs quanto à importância da cidadania, comprometimento político e voto.

Facchini iniciou suas liturgias na cidade em 1969, momento em que o país estava sob regime da ditadura cívico-militar. O historiador Izaías de Souza Freire (2015), ao estudar a luta pela democratização em Joinville, destaca a atuação do padre, com destaque à criação da primeira Pastoral Operária do estado de Santa Catarina e do primeiro Centro de Defesa dos direitos Humanos do Sul do Brasil no ano de 1978:

> A partir de 1975, um novo cenário começa a se configurar em Joinville, por meio da vertente progressista da Igreja, com a fundação da Paróquia Cristo Ressuscitado, no bairro Floresta. Situado na Zona Sul da cidade, cuja paisagem sócio-econômica contrastava com a Zona Norte, o bairro era formado por moradores pobres e de classe média baixa, sobretudo, por uma mão-de-obra operária das indústrias locais. Os intercâmbios da Paróquia Cristo Ressuscitado com outros grandes centros operários do país, fundamentalmente São Paulo, onde as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) possuíam melhores estruturas. (Freire, 2015, p. 156)

Izaias Freire indica este movimento como porta para revolução de mentalidade, de entrada na arena de lutas sociais na cidade e da luta pela democratização, assim, as CEBs em meados do fim da década de 1970 representava para a elite industrial e política local "um temor de que o maior centro operário do Estado pudesse ser contagiado pelo sindicalismo combativo" (Freire, 2015, p.171). O cenário mapeado pelo historiador demonstra forte combate da elite local à atuação da população a partir das missas progressistas e das CEBs enquanto movimento social, com discursos públicos que "exortava o empresariado, os "homens de bem", a serem sentinelas contra os "aventureiros" e "vilões" que pudessem colocar em cheque o funcionamento da cidade do trabalho" (Freire, 2015, p.174).

Para Ilse Scherer-Warren, quando movimentos sociais organizam suas demandas materiais, possuem "como referência objetiva as exclusões e carências cotidianas dos sujeitos-base das lutas e são, portanto, histórica e espacialmente referenciadas" (2008, p. 506). O período histórico de criação das CEBs e Pastorais no Brasil foi marcado por contexto de organização de movimentos ,sociais e populares, lutas pelas necessidades básicas, disputas pela busca de cidadania, promoção de movimentos sindicais e movimentos pela terra. Essas lutas históricas também eram pautadas no momento em que o Brasil e muitos lugares da América Latina experienciaram ditaduras.

Dentre os movimentos sociais em luta neste período destaco o movimento negro e sua história, marcada pela atuação das mulheres. Enfatizo a organização da população negra na Igreja católica desde o período colonial, principalmente através das irmandades (e congadas) e articulo a noção de afrocatolicismo à essa organização.

No movimento de elaboração que proponho é necessário deslocalizar o catolicismo em relação ao colonialismo apenas pelo viés da inegável dominação e imposição religiosa: ampliar as percepções e reconhecer a agência das pessoas negras neste lugar, considerar as matrizes simbólicas do pensar, as cosmogonias e as religiosidades que atravessaram o atlântico na afrodiáspora e que atravessam o catolicismo (Léa Freitas Freitas Perez; Marcos Martins; Rafael Gomes, 2014).

Esse elemento do catolicismo no Brasil é importante para pensar a religiosidade católica praticada por pessoas negras. Na diáspora do continente africano para as américas cruzaram o Atlântico Negro (Paul Gilroy, 2001) pessoas de diferentes culturas e etnias, cosmogonias que não absorveram o catolicismo de forma passiva.

A relação com a Igreja católica é carregada de complexidades, a exemplo, a criação de irmandades de Nossa Senhora do Rosário desde o século XV (no período colonial), exercendo o papel de espaço para o processo de conversão religiosa, lócus de luta e sociabilidades de populações negras (inclusa a construção de templos Católicos[13] próprios). Julita Scarano (1978) atrela às irmandades a função de aumentar o campo de ação da população negra. Para a autora, as irmandades desempenharam função cultural e as manifestações foram possíveis porque os brancos (o Estado, dirigentes e ordem religiosa) permitiram. Scarano (1978) entende que a religiosidade praticada nas irmandades é uma cultura imposta pelos brancos. Embora concorde com a visão sobre a função cultural das irmandades, argumento por uma visão ampliada sobre estes espaços, mais próxima da compreensão de Lidiane Gomes (2019).

Ao pesquisar sobre irmandades negras em Minas Gerais, Gomes apresenta estudos historiográficos sobre a vida cotidiana e política da população negra no Brasil, a formação de família e a construção cultural com intensa conexão entre religiosidade, música e formas de entender a natureza. Assim, para Gomes (2019) a cultura das irmandades é fruto da ação dos agentes históricos e as irmandades, inclusive, intermediaram o contato Estado-Igreja, pois, a organização de livres entidades em espaços diferentes da Igreja Católica eram proibidas. A expressão “as rédeas eram eficazes mas frouxas”’ de Caio Boschi (1986) ajuda a dimensionar essa visão.

---

[13] Durante o período histórico descrito, a segregação na maioria dos espaços onde eram realizados ritos da missa Católica proibia a população negra de frequentar os mesmo templos frequentados pelos brancos.

Acrescento ao fio o cuidado que as pesquisas precisam ter quanto à cosmogonia estudada no contexto das irmandades e outras organizações. Por exemplo, creditar aos bantos a cosmogonia das irmandades (Perez; Martins; Gomes, 2014) pois os registros documentais dificultam descrever, ou mesmo mencionar, com exatidão essas conexões. Embora existam estudos como os de Édison Carneiro (1968 [1932]) que caminham nesse esforço, as realidades das pessoas negras são ligadas por complexas redes[14].

O tecer dos fios dessa pesquisa levam à questão do catolicismo negro ou afro-brasileiro, o catolicismo como integrando às práticas religiosas de matriz africana (Perez; Martins; Gomes, 2014). Proponho pensar o termo afrocatolicismo, em diálogo com as pesquisadoras Thais Alves Marinho e Rosinalda Corrêa da Silva Simoni (2021), na esteira da compreensão onde o estabelecimento do catolicismo, enquanto religião hegemônica do Brasil, dependeu em grande medida da atuação das mulheres negras na condução da religiosidade popular.

Dessa forma, as mulheres negras, ainda durante o processo do período colonial do Brasil[15], se organizaram a partir de negociações e adaptações, ora por meio do próprio catolicismo, como nas irmandades e congadas, ora por meio da manutenção da espiritualidade ancestral africana em espaços como os terreiros, ou em outras formas de organizações religiosas. “Essas ações coletivas possibilitaram a essas mulheres a manutenção de uma coesão social que foi perdida ou desarrumada durante o processo de escravização e também o enfrentamento ao racismo e às violências cotidianas contra as mulheres negras.” (Thais Marinho, Rosinalda Simoni, 2021, p.42)

Então, o conceito Afrocatolocismo aqui é compreendido como o catolicismo praticado por pessoas negras, uma prática religiosa carregada por cosmovisões diaspóricas: “Assim, embora tenha havido a imposição hegemônica do catolicismo sobre os escravizados e escravizadas, esses católicos e católicas negras são também diferentes daquilo que o cristianismo hegemônico buscou transformá-los/as [...]” (Marinho; Simoni, 2021, p. 43).

Os fios historiográficos tramados até aqui revelam a importância de visualizar a agência das pessoas negras (e dos movimentos sociais) para pensar a atuação destas nos

[14] Édison Carneiro [1932] (1968), quando pensa o negro como objeto de ciência aponta a existência de poucos relatos sobre como a população negra fez seu caminho na sociedade brasileira, as construções de modo de vida, seus ofícios, relações, hábitos e lugares - como as irmandades - onde tiveram contato com pessoas negras e suas multiplicidades. A crítica de Carneiro diz respeito aos tipos de dados registrados nos documentos oficiais e aos estudos coetâneos ao seu tempo. De forma posterior à publicação dessa crítica, Carneiro realizou estudos sobre cosmogonias e religiosidade na Bahia, com destaque para as obras Candomblés da Bahia e Negros Bantos, porém não é objetivo da pesquisa mergulhar neste diálogo.

[15] Abro um parêntese para historicizar e demarcar esse tempo, que durou desde o contato colonial até 1815, quando o Brasil passou pela independência de Portugal, e, incluo o período que transcorre até a primeira república, em 1889 (sendo que o fim do “oficial” do sistema escravista ocorreu em 1888).

espaços e territórios, como as CEBs e APNs. Retorno ao contexto sociopolítico e cultural das décadas de 1970 e 1980, quando diversos países da América Latina estavam sob regimes ditatoriais e com decorrentes denúncias de violações de direitos, aprofundamento da pobreza e desigualdade social.

Durante essas décadas ocorreram movimentos católicos como a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), em Medellín, na Colômbia; o Concílio Vaticano II; a Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi (1975), de São Paulo VI; e, a 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1979) em Puebla, no México, com o tema "Evangelização no presente e no futuro da América Latina".

Esses encontros produziram documentos que levantaram preocupações com o cenário sociopolítico e com a condição de vida das pessoas na América Latina, como a opção preferencial pelos pobres que ganhou força no encontro de Puebla (1979) e impactou nos posicionamentos epistemológicos e políticos na Igreja Católica. Trago como exemplo os estudos do já citado Benedito Ferraro (2009) e, de Laura Duarte (1983), que encontrou pluralidade de posicionamentos na instituição quando pesquisou as CEBs na região de Vitória (Espírito Santo).

Duarte, assim como Ferraro, visualiza Puebla (1979), junto à Medellín (1968), como momentos de um projeto político de mudança da sociedade. Percebeu no seu campo de estudo em Vitória que este projeto político não era maioria na Arquidiocese, mas localizou uma pluralidade de expressões onde estava incluso "uma minoria consciente que caminha na busca de maior inserção no mundo, comprometendo-se cada vez mais com a vida dos pobres e de suas pequenas comunidades" (Duarte, 1983, p.31).

Esse trecho demonstra que o viés epistemológico do projeto político de opção pelos pobres não era hegemônico entre as arquidioceses, mas não estava ausente. Duarte (1983) também localizou no Concílio Vaticano II uma força da ideia evangélica do serviço que se espalhou por muitas dioceses. Em seu campo de pesquisa pôde identificar paróquias e padres que incentivaram as CEBs, estes lugares tinham pastorais fortalecidas e movimentadas.

CEBs atuantes foram realidade em diferentes lugares do Brasil, formando comunidades ligadas em comunhão e participação com a Igreja local, politização e abertura para o social (Duarte, 1983). Quadros da Igreja passaram a intervir de maneira mais próxima no âmbito social, formar equipes de trabalho, distribuir tarefas, realizar encontros, conferências e frentes de mobilização que lutavam contra opressões, injustiças, desigualdades e exploração humana, como as pastorais, incluída entre elas, a pastoral do negro, iniciada em

1983 (Lima, 2009) com foco na identidade negra e na politização para as desigualdades raciais (Camila Oliveira, 2018).

Por todo o país existiram e existem quadros de agentes da pastoral em espaços dentro da Igreja Católica, como a pastoral da mulher, com o objetivo incentivar o exercício da cidadania, estimular a consciência crítica e elementos que consideram compor, como autonomia. O papel das e dos agentes de pastoral é o de intervenção para o desenvolvimento das atividades pedagógicas das CEBs, animando, assessorando e participando da educação na comunidade onde atua. São pessoas de diferentes níveis sociais e de escolaridade com visão global da comunidade e percepção sobre problemas específicos, capacidade de ouvir e de analisar a própria prática e de refletir sobre o que é valor do povo e o que é ideologia dominante (Duarte, 1983). Agentes de pastoral são educadores populares que estimulam a autonomia, a libertação e as transformações sociais, inspirados na teologia da libertação e na pedagogia de Paulo Freire.

Compreender a recepção e tensões da teologia da libertação no campo de pesquisa em diálogo com fontes históricas é uma demanda desta pesquisa. Durante pesquisa na hemeroteca do AHJ localizei uma caixa de clipagens com o recorte temático “Religiões, Cultos e Seitas”. Um dos tópicos temáticos da caixa inclui uma pasta[16] onde um dos temas relacionados é “teologia da libertação”. Dentre as fontes documentais de hemeroteca armazenadas estão um conjunto que organizo em meus arquivos como “O caso Leonardo Boff”.

No início da década de 1980, a corrente cristã da Teologia da Libertação sofria censura ferrenha da parte conservadora da Igreja Católica, a exemplo, o Papa João Paulo II e o então cardeal e futuro Papa Bento XVI, Joseph Ratzinger, que também impulsionou a agenda anti-gênero que atualmente pode ser contextualizada pelo polêmico termo “ideologia de gênero”. Ratzinger era também presidente da Congregação para a Doutrina da fé. Essa ala da Igreja exercia forte crítica à proximidade de teólogos, principalmente da América Latina, ao materialismo histórico, além de reforçar posições de forte aversão ao marxismo. Neste contexto ocorreu o julgamento, no Vaticano (em Roma), do então franciscano Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff, a 12 meses de silêncio obsequioso, dos quais 11 meses foram cumpridos.

Boff integrou a Ordem dos Frades Menores, como frei franciscano. É doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade de Munique, na Alemanha (1970) e foi grande impulsionador da Teologia da Libertação no Brasil, sendo professor de Teologia Sistemática

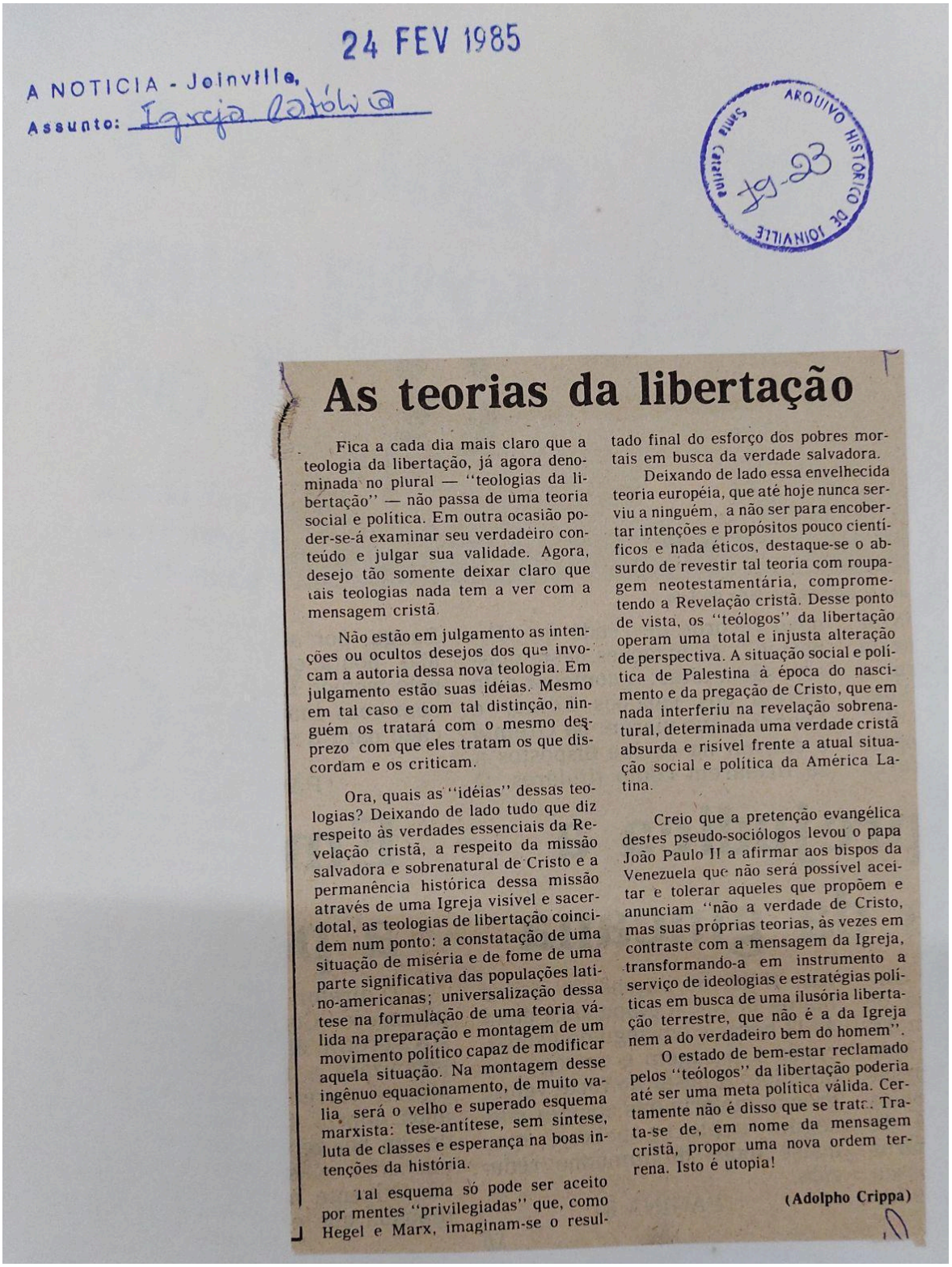
[16] Acesso ao registro fotográfico da pasta:
< https://drive.google.com/file/d/1zdOyXjtX9uPYKZirjbOLlDcSLCoid-tK/view?usp=sharing >.

e Ecumênica no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, no Rio de Janeiro (RJ). Sua condenação no Vaticano ocorreu cercada de grande polêmica e em momento de combate à teologia defendida por Boff, seguidor de São Francisco de Assis que partia do princípio da opção pelos pobres e à época era combatido pelo alto escalão da Igreja Católica e pela mídia dominante como um grupo de esquerda católico cuja influência crescia de forma preocupante na América.

De acordo com a pesquisa historiográfica desenvolvida ao longo da pesquisa, a repercussão do cenário de combate à teologia da libertação por parte da Igreja também aconteceu em Joinville, com a elite política e industrial combatendo a atuação da CEBs. Através da investigação no recorte temático Teologia da Libertação da hemeroteca do AHJ[17] localizei o texto "As teorias da libertação", publicado por Adolpho Crippa no jornal *A Notícia* de 24 de fevereiro de 1985:

Figura 1 – Recorte da Hemeroteca AHJ - As Teorias da Libertação

[17] Acessar recortes de jornais relacionados à teologia da libertação mapeados no AHJ: https://drive.google.com/drive/folders/143hMnYiXlj72cCRf61_tGcnytmfKqy6t?usp=sharing



24 FEV 1985

A NOTICIA - Joinville,

Assunto: Igreja Católica

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE Santa Catarina Ig-23

As teorias da libertação

Fica a cada dia mais claro que a teologia da libertação, já agora denominada no plural — "teologias da libertação" — não passa de uma teoria social e política. Em outra ocasião poder-se-á examinar seu verdadeiro conteúdo e julgar sua validade. Agora, desejo tão somente deixar claro que tais teologias nada tem a ver com a mensagem cristã.

Não estão em julgamento as intenções ou ocultos desejos dos que invocam a autoria dessa nova teologia. Em julgamento estão suas idéias. Mesmo em tal caso e com tal distinção, ninguém os tratará com o mesmo desprezo com que eles tratam os que discordam e os criticam.

Ora, quais as "idéias" dessas teologias? Deixando de lado tudo que diz respeito às verdades essenciais da Revelação cristã, a respeito da missão salvadora e sobrenatural de Cristo e a permanência histórica dessa missão através de uma Igreja visível e sacerdotal, as teologias de libertação coincidem num ponto: a constatação de uma situação de miséria e de fome de uma parte significativa das populações latino-americanas; universalização dessa tese na formulação de uma teoria válida na preparação e montagem de um movimento político capaz de modificar aquela situação. Na montagem desse ingênuo equacionamento, de muito valia, será o velho e superado esquema marxista: tese-antítese, sem síntese, luta de classes e esperança na boas intenções da história.

Tal esquema só pode ser aceito por mentes "privilegiadas" que, como Hegel e Marx, imaginam-se o resultado final do esforço dos pobres mortais em busca da verdade salvadora.

Deixando de lado essa envelhecida teoria européia, que até hoje nunca serviu a ninguém, a não ser para encobertar intenções e propósitos pouco científicos e nada éticos, destaque-se o absurdo de revestir tal teoria com roupagem neotestamentária, comprometendo a Revelação cristã. Desse ponto de vista, os "teólogos" da libertação operam uma total e injusta alteração de perspectiva. A situação social e política de Palestina à época do nascimento e da pregação de Cristo, que em nada interferiu na revelação sobrenatural, determinada uma verdade cristã absurda e risível frente a atual situação social e política da América Latina.

Creio que a pretenção evangélica destes pseudo-sociólogos levou o papa João Paulo II a afirmar aos bispos da Venezuela que não será possível aceitar e tolerar aqueles que propõem e anunciam "não a verdade de Cristo, mas suas próprias teorias, às vezes em contraste com a mensagem da Igreja, transformando-a em instrumento a serviço de ideologias e estratégias políticas em busca de uma ilusória libertação terrestre, que não é a da Igreja nem a do verdadeiro bem do homem".

O estado de bem-estar reclamado pelos "teólogos" da libertação poderia até ser uma meta política válida. Certamente não é disso que se trata. Trata-se de, em nome da mensagem cristã, propor uma nova ordem terrena. Isto é utopia!

(Adolpho Crippa)

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville , registro da pesquisadora (2021).

Essa reportagem foi publicada no jornal de maior audiência da cidade na época, três anos antes da criação da APN Joinville, mas em contexto onde já exista forte atuação das CEBs de forma associada à filosofia da teologia da libertação. O autor do texto, formado em

filosofia e teologia, aponta a teologia da libertação como teoria social e política, supostamente não tendo relação com a mensagem cristã, com total e injusta alteração de perspectiva, proposta de nova ordem terrestre e utopia. Se percebe disputas de perspectivas teológicas na cidade, indicativo de pluralidade de perspectivas e tensionamentos de posição político-teológica dentro da Igreja Católica que pode ser entendida através das notas divulgadas nas mídias impressas que circulavam na cidade.

Destaco a atuação da mídia de Joinville, principalmente em relação ao Jornal A Notícia. As pesquisadoras Fernanda Eliza da Silva e Marília Crispi de Moraes (2020) analisaram todas as edições do jornal durante os anos de 1975 e 1980, dentre os objetivos da análise está a proposta de perceber como a CEBs foi abordada no jornal. As edições do jornal pouco retrataram as resistências da CEBs frente à ditadura militar e ao cenário político e social da cidade, embora fossem frequentes as publicações sobre o cotidiano religioso "tradicional".

Um exemplo citado pelas pesquisadoras foi o destaque à doação de alimentos por damas na Catedral no mesmo momento em que ocorreu a feira comunitária promovida pela Pastoral da Terra para combater o alto custo de vida na cidade, este segundo evento da Igreja não foi noticiado (Silva; Moraes, 2020). Também foi percebido pelas pesquisadoras a abordagem positiva sobre o regime cívico-militar, com uma visão desenvolvimentista sobre o regime, além de silêncio sobre uma ameaça de morte enviada via carta ao padre Facchini, pelo Comando de Caça aos Comunistas de São Paulo em 1978. A postura narrativa do jornal A Notícia pode ser percebida como aliada à elite política e industrial local, percepção que será abordada com longo da análise de fontes que compõem esse capítulo da pesquisa.

Outro exemplo, relacionado às tensões sobre a teologia da libertação na cidade é a reportagem "O Caso Boff"[18], publicada originalmente na *Revista Manchete* de 25 de maio de 1985. Esse texto, sem assinatura de autoria, considera a posição de Leonardo Boff como contrária à doutrina católica. Para se referir à contrariedade da teologia da libertação com a Igreja Católica, a reportagem usa uma analogia em que um trabalhador da *General Motors* fala que os carros de uma montadora concorrente são melhores e mais seguros para dizer que a *General Motors* (ou a Igreja Católica) não pode permitir que diretores e funcionários questionem publicamente a qualidade de seus produtos.

Figura 2 – Recorte da Hemeroteca AHJ - O Caso Boff

[18] Acesso à reportagem com alta definição.: https://drive.google.com/file/d/1u0bQFdgF5d2QYjwcbynTfUVJTP3HkGZz/view?usp=sharing

Revista MANCHETE - 25/05/1985
Assunto: Igreja Católica

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
19.94

O CASO BOFF

Quando Luiz Carlos Prestes foi destituído da Secretaria Geral do Partido Comunista Brasileiro, uma vez que suas idéias não mais se adequavam à linha adotada pela maioria dos adeptos daquele partido, as comissões de direitos humanos que atuam no mercado não se manifestaram. O legendário líder, com um passado de lutas e de martírio pela causa, foi jogado na rua e na amargura — em todos os sentidos. Veladamente, chegaram a acusá-lo de estar fazendo o jogo do adversário. Na preocupação de conquistarem a legalização — afinal obtida, e merecidamente — os comunistas jogaram ao mar o Jonas que atrapalhava os novos tempos e as novas táticas. No entanto, Prestes era e é o mesmo: não foi ele quem mudou, e sim os comunistas brasileiros.

Pulando para outro pólo: o franciscano Leonardo Boff, cidadão que livremente abraçou as regras da Ordem dos Frades Menores, foi punido com uma sanção prevista nas mesmas regras que adotou e — ao que consta — continua adotando: depois de ouvido por uma comissão em Roma, recebeu a pena de um ano de silêncio, ou seja, durante 12 meses ele estará proibido de pregar a linha teológica nascida na Alemanha e que entre nós passa por ser uma espécie de curiosa teologia do Terceiro Mundo. A ignorância dos líderes dos direitos humanos — com a honrosa exceção do Dr. Sobral Pinto — acredita que no caso de Boff estaria se repetindo a mesma opressão dos tempos da Inquisição e de Galileu. Na totalidade, são pessoas que apenas vão na onda, aflitas por faturarem em cima de uma causa que lhes parece bacana, com direito a ter o nome nos jornais, mas sem saber nada e sem nada querer saber a respeito do assunto. Se os comunistas têm o direito de promover a autocrítica de seus adeptos que pisam na bola, a Igreja também o tem. E não só a Igreja e os PCs da vida: a General Motors, a Coca-Cola não poderão consentir que seus diretores e funcionários de cúpula questionem publicamente a qualidade de seus produtos. Um montador da General Motors cometerá falta profissional se declarar em público que prefere os carros da Ford porque são melhores e mais seguros.

A comparação claudica como qualquer comparação, mas clarifica o problema. O franciscano Leonardo Boff foi gradativamente adotando em seus escritos um jargão suspeito aos olhos da Igreja, e, ao invés de se ater ao corpo básico da doutrina que professa — e que lhe dá autoridade para inclusive defender a Teologia da Libertação —, criou inarredável ambigüidade em seus textos e intenções. Na medida em que preferiu adotar alguns elementos primários do materialismo histórico para chegar às conclusões a que poderia ter chegado com o arsenal ideológico de sua corrente teológica, ele criou apenas uma tática oportunista para vender o seu peixe. Afinal, a questão se coloca no único dilema do pensamento humano: existe ou não existe Deus? Se Deus não existe — então tudo é permitido e a doutrina marxista seria, realmente como é, um método científico para interpretar a história e criar uma doutrina social mais justa. Mas se Deus existe — como crê Frei Boff — então são outros quinhentos: Deus seria o arco e flecha da evolução, o centro da história, o alfa e o ômega do universo — nele se incluindo a trajetória da matéria e do homem.

O fundador da ordem a que Frei Boff pertence foi um dos homens mais admiráveis desta mesma história. Sem necessidade de apelar para outras ideologias que não a da Igreja que abraçou — resumida nos Evangelhos que são os mesmos até hoje — Francisco de Assis praticou com honestidade e em grau de imensa grandeza a opção preferencial pelos pobres. Alguns séculos antes de Marx e Engels, ele encontrou a via de existir numa sociedade sem classes, pois todos seriam pobres como ele.

Não se pode cobrar de Frei Boff o exemplo do fundador de sua ordem. Mas há que exigir de sua honestidade profissional uma clara opção sobre as duas vertentes em que se desenrola o drama humano. Durante a II Grande Guerra Mundial, os padres da Resistência francesa deram as mãos aos comunistas que lutavam nas mesmas trincheiras pela mesma causa. Nenhum deles precisou reformular a doutrina que livremente havia escolhido, ao fazer, respectivamente, a opção pelo sacerdócio ou pela militância no complicadíssimo PC francês. Aqueles que não aceitam a doutrina da Igreja têm o dever moral de abandoná-la, embora, em alguns casos, mantenham laços afetivos com ela. Para dar este passo — doloroso na carne e na alma — é necessário muita coragem, uma coragem não apenas intelectual. A coragem que não faltou a Lutero. E a muitos sacerdotes que, por um motivo ou outro, se atritaram com a Igreja e assumiram a condição de leigo para, em coerência moral e física, seguirem o novo caminho. Muitos deles passaram necessidade de boca, deixaram boas paróquias ou cátedras de universidades para ensinar latim em ginásios de subúrbio: afinal, os frades são obrigados ao voto da pobreza mas vivem sob o prestígio e a proteção maternal de uma ordem rica.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville , registro da pesquisadora (2021).

Perceber o cenário político-teológico envolto na teologia da libertação durante a década de 1980 é fundamental para pensar a pastoral do negro, organização ligada à teologia da libertação que se consolidou durante esta década. Embora as primeiras tenham surgido desde 1983, muitas APNs surgiram nos movimentos ligados à organização da Campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema era "*Ouvir o clamor desse povo*" em contexto do centenário da abolição da escravatura, momento de intenso diálogo com o movimento negro, sendo Joinville, no estado de Santa Catarina (SC) um deles. Atualmente as APNs se inscrevem

como instituição macro-ecumênica e apartidária com objetivo de pautar políticas públicas e ações afirmativas que garantam à população negra o acesso aos direitos e à cidadania.

2.2.1 Um olhar sobre movimentos sociais, movimento negro e a APN/Consciência Negra em Joinville

Figura 3 – Manifestação das CEBs, sem data (~1988/1993), Bairro Fátima, Joinville (SC)

Fonte: Acervo do Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz de Joinville (2023).

Ao ser formada em 1988, a Pastoral do Negro uniu pautas e forças com as pastorais que faziam parte das Comunidades Eclesiais de Base de Joinville. Trago como exemplo, ações realizadas em conjunto com a Associação de Moradores do Bairro Fátima, região de manguezal do sul da cidade, na luta de ocupação de terra com moradores expulsos da região do mangue durante os processos de aterro na região e ao combate à exploração imobiliária[19]. Com o apoio da Igreja Católica através das CEBs, os encontros eram realizados no Centro de Pastorais, na sede da Diocese da cidade.

As articulações entre movimentos sociais e união de pautas de luta é um elemento importante para compreender o campo de pesquisa, atravessado por diferentes demandas e

[19] Acesso ao acervo de hemeroteca relacionado à ocupação dos manguezais no período.

lutas das populações menos favorecidas da cidade. A tessitura apresentada a seguir constitui um esforço nesse sentido:

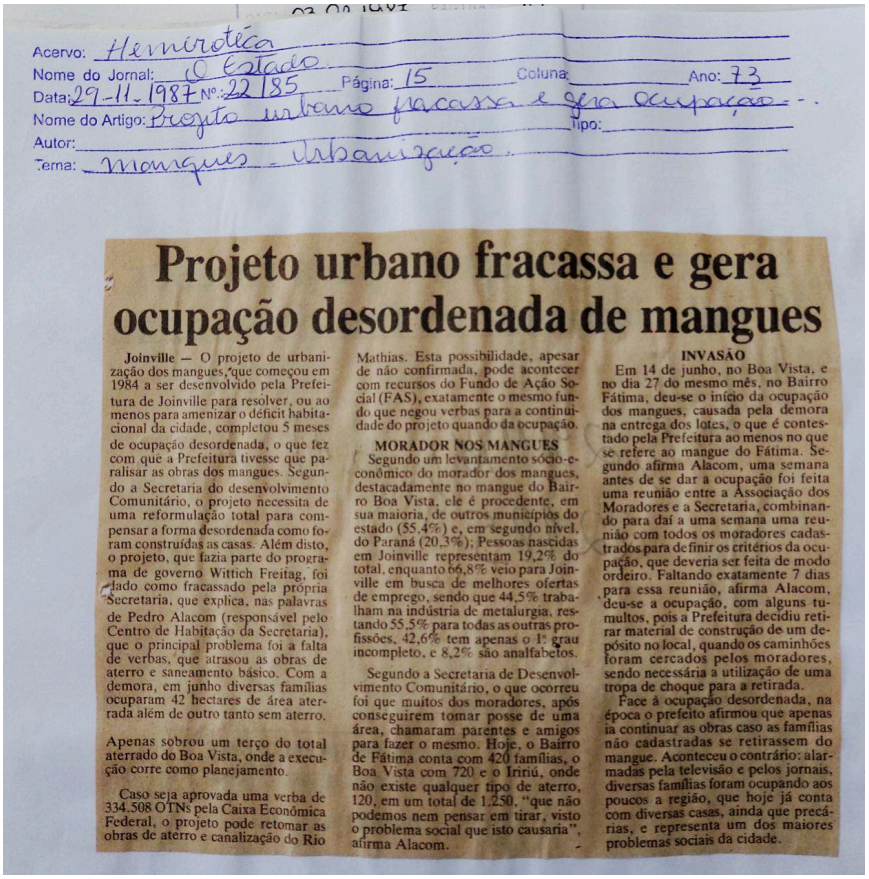
Figura 4– Manifestação em ocupação do bairro Fátima, 1987

Fonte: Acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz de Joinville (2024).

Acima, está um registro de manifestação em ocupação do atual do bairro Fátima (1987), a faixa em destaque é da Pastoral da Juventude, as pastorais que compuseram as CEBs eram aliadas à luta por direitos humanos na cidade e seus agentes de pastoral circulavam entre as diferentes pastorais, inclusive a APN. Ao cruzar fontes históricas coletadas ao longo da pesquisa, foi possível identificar a data da manifestação que está registrada na fotografia e o desfecho da situação.

Trata-se de meados de 28 novembro de 1987, momento em que a demanda por moradia na cidade, urgente desde o início da década de 1970, estava crítica:

Figura 5 – Reportagem do Jornal O Estado, 29 de Novembro de 1987



Acervo: Hemeroteca
Nome do Jornal: O Estado
Data: 29-11-1987 Nº: 22185 Página: 15 Coluna: Ano: 73
Nome do Artigo: Projeto urbano fracassa e gera ocupação... Tipo:
Autor:
Tema: Mangues - Urbanização

Projeto urbano fracassa e gera ocupação desordenada de mangues

Joinville — O projeto de urbanização dos mangues, que começou em 1984 a ser desenvolvido pela Prefeitura de Joinville para resolver, ou ao menos para amenizar o déficit habitacional da cidade, completou 5 meses de ocupação desordenada, o que fez com que a Prefeitura tivesse que paralisar as obras dos mangues. Segundo a Secretaria do desenvolvimento Comunitário, o projeto necessita de uma reformulação total para compensar a forma desordenada como foram construídas as casas. Além disto, o projeto, que fazia parte do programa de governo Wittich Freitag, foi dado como fracassado pela própria Secretaria, que explica, nas palavras de Pedro Alacom (responsável pelo Centro de Habitação da Secretaria), que o principal problema foi a falta de verbas, que atrasou as obras de aterro e saneamento básico. Com a demora, em junho diversas famílias ocuparam 42 hectares de área aterrada além de outro tanto sem aterro.

Apenas sobrou um terço do total aterrado do Boa Vista, onde a execução corre como planejamento.

Caso seja aprovada uma verba de 334.508 OTNs pela Caixa Econômica Federal, o projeto pode retomar as obras de aterro e canalização do Rio Mathias. Esta possibilidade, apesar de não confirmada, pode acontecer com recursos do Fundo de Ação Social (FAS), exatamente o mesmo fundo que negou verbas para a continuidade do projeto quando da ocupação.

MORADOR NOS MANGUES

Segundo um levantamento sócio-econômico do morador dos mangues, destacadamente no mangue do Bairro Boa Vista, ele é procedente, em sua maioria, de outros municípios do estado (55,4%) e, em segundo nível, do Paraná (20,3%). Pessoas nascidas em Joinville representam 19,2% do total, enquanto 66,8% veio para Joinville em busca de melhores ofertas de emprego, sendo que 44,5% trabalham na indústria de metalurgia, restando 55,5% para todas as outras profissões. 42,6% tem apenas o 1º grau incompleto, e 8,2% são analfabetos.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, o que ocorreu foi que muitos dos moradores, após conseguirem tomar posse de uma área, chamaram parentes e amigos para fazer o mesmo. Hoje, o Bairro de Fátima conta com 420 famílias, o Boa Vista com 720 e o Iririú, onde não existe qualquer tipo de aterro, 120, em um total de 1.250. "que não podemos nem pensar em tirar, visto o problema social que isto causaria", afirma Alacom.

INVASÃO

Em 14 de junho, no Boa Vista, e no dia 27 do mesmo mês, no Bairro Fátima, deu-se o início da ocupação dos mangues, causada pela demora na entrega dos lotes, o que é contestado pela Prefeitura ao menos no que se refere ao mangue do Fátima. Segundo afirma Alacom, uma semana antes de se dar a ocupação foi feita uma reunião entre a Associação dos Moradores e a Secretaria, combinando para daí a uma semana uma reunião com todos os moradores cadastrados para definir os critérios da ocupação, que deveria ser feita de modo ordeiro. Faltando exatamente 7 dias para essa reunião, afirma Alacom, deu-se a ocupação, com alguns tumultos, pois a Prefeitura decidiu retirar material de construção de um depósito no local, quando os caminhões foram cercados pelos moradores, sendo necessária a utilização de uma tropa de choque para a retirada.

Face à ocupação desordenada, na época o prefeito afirmou que apenas ia continuar as obras caso as famílias não cadastradas se retirassem do mangue. Aconteceu o contrário: alarmadas pela televisão e pelos jornais, diversas famílias foram ocupando aos poucos a região, que hoje já conta com diversas casas, ainda que precárias, e representa um dos maiores problemas sociais da cidade.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

A reportagem, publicada no jornal *O Estado* em 29 de novembro de 1987, sem assinatura de autoria e com o título "Projeto urbano fracassa e gera ocupação desordenada de mangues", narra conjunções de projeto de urbanização iniciado em 1984 em Joinville nas regiões de mangue que atualmente compõem os bairros Fátima, Boa Vista, Espinheiros e Iririú. Esses bairros estão localizados entre as regiões leste e sul de Joinville, nas margens da baía da Babitonga, trecho da foz do rio Palmital, que atravessa as cidades de Araquari, Joinville, Itapoá e a ilha de São Francisco do Sul até desaguar no oceano Atlântico, no extremo nordeste do litoral de Santa Catarina.

Região distante à escolhida para a instalação da colônia Dona Francisca devido às fragilidades ambientais para moradia, como o solo formado por lama e a vulnerabilidade às cheias das marés, passou a atender a alta demanda por moradia da cidade. Joinville estava recebendo fluxos migratórios crescentes desde a década anterior e a região do manguezal foi o local escolhido pelo poder público para um projeto de urbanização e instalação de moradias. Os atrasos no repasse de verbas, nas obras do projeto de habitação e no atendimento social das pessoas que necessitavam de moradia, levaram a frequentes ondas de ocupação na região, onde as pessoas passaram a se instalar na falta de outras opções para se estabelecer.

Sem explicar a fonte exata dos dados, a reportagem apresenta um perfil dos moradores dos mangues do bairro Boa Vista: pessoas de outros municípios do Estado (55,4%), pessoas que migraram do Paraná (20,3%), nascidas em Joinville (19,2%). A explicação para a migração está na busca de melhores ofertas de emprego, sendo a maioria, na indústria metalúrgica (44,5%), setor de destaque na economia da cidade que atraiu famílias compostas por pessoas de baixa escolaridade, sendo 42,6% com o primeiro grau incompleto (atual Ensino Fundamental Anos Iniciais) e 8,2% de pessoas analfabetas. Os dados indicam a inserção da população recém chegada em circuitos de trabalho informal, na metalurgia (área de maior demanda na indústria local) e baixa remuneração pelo trabalho executado.

A reportagem narra um processo de urbanização excludente, onde populações socialmente vulneráveis, em maioria pessoas pobres, migrantes, negras e de baixa escolarização são empurradas para territórios ambientalmente frágeis e socialmente marginalizados, distantes de regiões mais valorizadas das cidades, onde inicialmente a colônia foi instalada. Um padrão de segregação socioespacial recorrente em diferentes cidades brasileiras, conforme explicitado por Ermínia Maricato (2011) e Milton Santos (1993) em suas análises dos processos de ocupação do Brasil.

Com a ausência de políticas públicas efetivas para atender o fluxo migratório incentivado pela elite local, cujo intuito era ocupar postos de trabalho de baixa remuneração nas linhas de produção das indústrias da cidade, as ocupações informais cresceram. Essas ocupações nas áreas alagadiças dos manguezais foram apontadas pelo poder público e pela mídia local como ocupações desordenadas, sem, no entanto, contextualizar devidamente a responsabilidade estatal nesse processo.

Tal escolha linguística atribui a desordem habitacional às ações da população, perspectiva que criminaliza as estratégias populares de habitação e desloca a crítica das estruturas públicas para os sujeitos que deveriam ser atendidos por políticas públicas e pela assistência social. Lógica de estigmatização utilizada historicamente pelas elites para delimitar o espaço dos pobres nas periferias urbanas (Raquel Rolnik, 2015).

As articulações entre mobilidade forçada, exclusão urbana, e a vulnerabilidade social e educacional evidenciam os obstáculos e violências institucionais que as camadas populares mais vulneráveis do Brasil enfrentam por falta de acesso à direitos básicos de cidadania. Exemplo prático dos mecanismos históricos e estruturais que reproduzem a desigualdade no país (Maria Aparecida Silva Bento, 2020) e que reforçam uma pedagogia social da marginalização conforme analisa Sueli Carneiro (2011b) sobre interseccionalidades entre raça, classe e gênero nas dinâmicas de exclusão no Brasil. Esse processo efetiva a produção e

reprodução da desigualdade, no qual a negligência estatal, a precarização da vida e a criminalização da pobreza se articulam na construção e manutenção das periferias.

Quando disserta sobre o tema "invasão", a reportagem do jornal *O Estado* revela ocupação mais intensa nos mangues dos bairros Boa Vista e Fátima a partir junho de 1987. A região recebeu ondas de ocupação desde o início da década de 1970, partindo de locais com terras mais firmes, passou a adentrar os espaços mais alagadiços dos mangues conforme novas ondas de migração e ocupação da região ocorriam para atender principalmente a demanda por trabalhadores em indústrias como a Tupy, fundada em 1938 por Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwartz, e instalada no bairro Boa Vista em 1954. Situada em local estratégico, a indústria fica nas margens na lagoa do Saguaçu, região de manguezal com saída navegável para a baía da babitonga e porto de São Francisco do Sul, fácil acesso à saída terrestre da cidade e longe da região mais nobre da cidade.

O contexto da instalação da fábrica nessa região, assim como o alto crescimento em capacidade produtiva e lucros das indústrias instaladas em Joinville, ocorreu no cenário em que políticas desenvolvimentistas para a indústria nacional foram implantadas através de acordo com empresas multinacionais no governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), com destaque para as montadoras de automóveis. Após a metalúrgica Tupy instalar uma fábrica no bairro Boa Vista, passou a atender a indústria automotiva nacional, fabricando peças para a Volkswagen, empresa multinacional alemã que abriu fábrica em São Bernardo do Campo em 1959, já com contrato de fornecimento de peças fabricadas pela Tupy.

A ocupação, segundo a reportagem, teria iniciado como resposta à demora na entrega dos lotes de moradia por parte do poder público às famílias que aguardavam soluções às suas demandas por habitação. Embora essa motivação seja apresentada como justificativa, a prefeitura de Joinville alegou que a ocupação se deu de forma antecipada e desordenada no bairro Fátima, próximo ao Boa Vista. A linguagem e estrutura da comunicação utilizada na reportagem do jornal O Estado constrói uma narrativa que reforça a desresponsabilização do governo municipal, e, também evidencia tentativas de organização interna por parte da comunidade desassistida através da constituição e atuação das associações de moradores.

Esse tipo de articulação comunitária via associação de moradores para fazer frente de atuação e lutar por cidadania e acesso à direitos sociais encontrou apoio nas CEBs e em pastorais que atuavam em paróquias próximas às ocupações. Trago uma interlocutora para exemplificar, Terezinha. Interlocutora da pesquisa, embora não tenha concedido uma entrevista formal, mas tenha me recebido em diferentes momentos em sua casa e partilhado suas memórias, mudou de Criciúma para Joinville com seu marido em meados de 1971,

quando o marido passou a trabalhar na Tupy e o casal se instalou na região próxima ao que futuramente se tornou a Paróquia Imaculada Conceição no bairro Boa Vista.

Terezinha participou da construção das CEBs e, futuramente, da APN, se engajando na luta por moradia nas ocupações da região e por alimentação, desempenhando diferentes ações, como acampar com outras mulheres em vigília contra as tensões por desocupação, conforme registrado em diário de campo: “A gente se reunia entre mulheres para tomar a frente da ocupação em vigília, os homens iriam apanhar da política se pegassem essa tarefa, então as mulheres que ficavam acompanhadas em vigília para não deixar a polícia passar” (Francine Costa, 2025, 07/09) e também na distribuição de alimentos acessíveis à comunidade, com cozinha comunitária e distribuição de alimentos. Outros elementos sobre essa interlocutora serão desenvolvidos ao longo do capítulo.

Atuações como as narradas ao longo desse tópico da pesquisa foram invisibilizadas em discursos institucionais, da elite local (proprietária das indústrias) e da mídia, que se referiam às pessoas migrantes e pobres sem moradia e desassistidas pelo poder público com narrativa e ponto de vista pejorativo. Nos jornais que circulavam na cidade à época, as ocupações eram referidas com o termo invasão, atribuindo os processos de ocupação como atos ilegítimos, aleatórios e violentos, criminalizando estratégias de resistência e sobrevivência da população sem acesso a direitos básicos como a moradia (Rolnik, 2015), prática recorrente do poder público aliado à elites locais no país para controlar corpos e negar acessos a direitos.

Diante da ocupação da região por novos moradores, a prefeitura passou a exigir que as pessoas sem cadastro para receber habitação deixassem a região e passou a retirar materiais de construção do local, o que gerou conflitos e tensões, seguido da mobilização de uma tropa de choque para a região para conter a população. Por esse motivo é possível identificar a possível data da fotografia onde a pastoral da juventude presta apoio aos moradores do bairro Fátima, pois outra fotografia, do mesmo dia, foi encontrada no acervo do CDH:

Figura 6 – Tropa de choque da Polícia Militar de Santa Catarina em 1987 no Bairro Fátima

Fonte: Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz de Joinville (2024).

A fotografia registra um cenário onde a tropa de choque divide a população, que está em frente a casas de madeira e atrás da tropa de choque. Ao centro da fotografia, na rua, está a viatura da polícia militar e a tropa de choque, do outro lado, maquinários e trabalhadores da prefeitura. Ao fundo, é possível ver a faixa da Pastoral da Juventude no chão. O uso da força pública como forma de controle no enfrentamento da questão urbana compõe um padrão de repressão às populações pobres que ocupam áreas periféricas ou ambientalmente sensíveis. A gestão urbana no Brasil frequentemente se realiza por meio da violência simbólica e material contra os corpos racializados e economicamente vulneráveis (Sueli Carneiro, 2021), controlando os corpos na lógica da necropolítica (Achille Mbembe, 2018), que passam a ser tratados como ameaças à ordem hegemônica e não como sujeitos de direitos.

Quando o prefeito da ocasião, Wittich Freitag, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) condiciona a continuidade da política pública à saída de famílias não cadastradas, os obstáculos enfrentados por pessoas em situação de vulnerabilidade para acessar políticas sociais são desconsiderados. Ao mesmo tempo, a mídia noticiava nos jornais e televisão o risco das famílias não conseguirem um lote devido ao fracasso da política pública. A mídia, ao mesmo tempo em que denuncia a ocupação, contribuiu para intensificá-la por meio de uma cobertura sensacionalista. Outra opção seria

contextualizar os fatos, informar a população sobre os passos para acessar a política habitacional, porém, a narrativa gerou desinformação, pânico e disputa entre os sujeitos vulnerabilizados. Situação que pode ser entendida através da lente interpretativa de Stuart Hall (2003) quando evidencia o papel dos meios de comunicação na construção de pânicos morais e na criação de problemas sociais, reforçando a estigmatização de grupos específicos e desviando a atenção das causas estruturais da desigualdade.

Por fim, a reportagem destacada nessa tessitura termina afirmando que a região "já conta com diversas casas, ainda que precárias, e representa um dos maiores problemas sociais da cidade" (O Estado, 29/11/1987), associando a ocupação das família ao agravamento de um problema social causado pela população, ao invés de apresentar os moradores como sujeitos de direitos que lutam por dignidade e condições básicas de existência. Essa população representa obstáculos à ideologia da cidade “ordenada”, reforçando o imaginário urbano da elite hegemônica que legitima práticas de expulsão, invisibilização e violência através de um mecanismo que combina omissão do Estado, repressão policial, barreiras no acesso à moradia/direitos sociais, produção de estigmas pela mídia, e, organização comunitária e social como forma de resistência, compondo um cenário que distribui direitos e privilégios de forma desigual nas cidades brasileiras.

De forma a consolidar a análise, as tessituras a seguir amarram fios que foram encontrados em momento de pesquisa nas clipagens temáticas da hemeroteca do AHJ, campo de pesquisa que fornece fontes relevantes para constituição desse capítulo. Ao acessar e ler jornais como o *O Estado* (com grande circulação em todo o estado de Santa Catarina no momento em que as reportagens foram publicadas) e o jornal *A Notícia* (com grande circulação e destaque na cidade de Joinville no momento em que as reportagens foram publicadas), foi possível acompanhar desdobramentos de acontecimentos na cidade a partir de reportagens. Os materiais apresentados a seguir estavam organizados em 3 caixas arquivo, com vários envelopes dentro, sem organização cronológica, com o tema urbanização.

Descrevo brevemente, para explicar de forma mais detalhada, o processo de manuseio das fontes de pesquisa aqui analisadas: entre reportagens diversas, de diferentes momentos e contextos históricos, as fontes foram selecionadas a partir da leitura dos materiais armazenados em cada envelope. As clipagens de reportagens que chamavam atenção por de alguma forma se aproximarem do interesse de pesquisa foram fotografados e armazenados em arquivo digital com palavras-chave, como o nome dos bairros e o que estava sendo noticiado. Uma nova leitura nas fontes foi realizada, organizando os materiais por temas e ordem

cronológica. Para visualizar o material, um quadro com reportagens selecionadas sobre as ocupações em área de manguezal de Joinville ao longo do anos de 1980 foi sistematizado:

Quadro 1 – Reportagens selecionadas sobre ocupações em área de manguezal de Joinville ao longo do anos de 1980

Data	Jornal	Título	Palavras-chave
09/08/1983	A Notícia	Vereadores vão ao mangue ver problemas	Mangue da Vila Paranaense; flagelados das cheias; péssimas condições; sem infra-estrutura; saneamento básico e saúde; morar sobre o mangue; visita de vereadores
06/03/1985	A Notícia	Convênio sobre mangues é aprovado por vereadores	Projeto de urbanização e preservação dos mangues; enchentes de maré alta; Bairros: Fátima, Espinheiros, Guanabara; Iririú, Aventureiro; Jarivatuba e Morro do Amaral; convênio entre Joinville e São Francisco do Sul para construir ponte
24/06/1986	Diário Catarinense	Moradores fazem vigília para exigir urbanização	Projeto de urbanização do mangue; obra de aterro parada no bairro Boa Vista; enchente de maré alta nas casas; casas soterradas após aterro no bairro Fátima; obra de saneamento parada.
24/06/1986	Jornal de Santa Catarina	Draga paralisa serviços no mangue e moradores reclamam em Joinville	Bairro Boa Vista; obra de dragagem paralisada; protesto; associação de moradores; fecham a rua com piquetes; Pastoral da terra e do trabalhador; projeto de saneamento dos mangues
17/10/1986	A Notícia	Índice de mortalidade nos mangues é de 10 por cento	Bairros Fátima, Boa Vista e Espinheiros; mortalidade infantil; falta de condições de moradia; projeto para preservar mangues ainda não invadidos; melhorar as áreas de invasão; draga para aterros; projeto de 1983; início dos trabalhos em 1985
30/01/1987	Diário Catarinense	Moradores abandonam as casas invadidas pela lama	projeto de urbanização do mangue; bairro Fátima, desassoreamento do Rio Cachoeira; dragagem; casas invadidas pela lama; barracas improvisadas na Igreja; bairro em pé de guerra
31/01/1987	A Notícia	Projeto de Urbanização na Pior Fase	Projeto de recuperação do mangue; aterro hidráulico; lama invade casas; famílias desalojadas; associação de moradores; bairros: Espinheiros, Boa Vista, Fátima;
25/08/1987	A Notícia	Urbanizar mangues, uma piada	Ocupação e desequilíbrio ecológico; realocar as famílias para chão firme; recuperar e preservar o mangue; contaminação por metais pesados; crítica às pastorais e CEBs: irresponsáveis;
25/08/1987	A Notícia	Recursos para o mangue	Projeto de urbanização do mangue; ameaça de corte de recurso da Caixa na urbanização do mangue do Fátima por invasões; famílias sensibilizadas por grupos políticos da oposição ao governo municipal; prejuízo para a cidade
22/11/1987	O Estado	Projeto de urbanização fracassa e gera ocupação desordenada de mangues	Projeto de urbanização do mangue; falta de recursos, Bairros: Boa Vista e Fátima; manifestação da população; associação de moradores; aterro; ocupação e atraso de assentamento; perfil dos moradores; ocupação desordenada; prefeitura exige saída da ocupação para continuar obras

26/04/1988	O Jornal	Urbanização dos mangues	Vereador Lauro Lorenzetti; projeto de urbanização dos mangues, Vila Paraná, Boa Vista, Fátima; enchente de maré alta; casas invadidas por lama de dragagem; associação de moradores; participação da população; “a lágrima de hoje transformar-se-ão no sorriso e valorização do que é seu, do dia de amanhã”
21/07/1988	Jornal de Santa Catarina	Programa de instalações sanitárias para o mangue	Programa hidráulico-sanitário mínimo em domicílios; construir banheiros nas casas no mangue do Boa vista; doenças na população; reivindicação da população; doação de materiais para construir; instalação hidráulica por técnico de encanamento até a vala de dragagem
15/10/1988	A Notícia	Moradores de mangue pedem água	Mangue do bairro Fátima, invasão, sem água encanada e energia; rabicho de energia; obras tornam as ruas intransitáveis; morador: “os benefícios são feitos onde estão os ricos, mas nós estamos aqui justamente porque somos pobres e somos nós quem damos voto”.
07/04/1996	A Notícia	Pneus formam estranha passarela no Boa Vista	Casas dentro do mangue, acesso com ponte de madeira e fila de pneus de caminhão no chão até as casas; bairro Boa Vista; Empresa Ciser; guarda florestal que mora no mangue impede novas invasões por migrantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

O quadro 1 – Reportagens selecionadas sobre ocupações em área de manguezal de Joinville ao longo dos anos de 1980, com publicações de jornais relacionadas às ocupações nas áreas de manguezal ao longo da década de 1980 e início de 1990 em Joinville, permite analisar a cobertura da mídia e o que estava sendo noticiado nesse cenário de tensão urbana e socioambiental. Através do exercício de organizar em tabela as publicações em ordem cronológica, registrar o Jornal da publicação, o título da notícia e palavras-chaves que correspondem a informações encontradas em cada texto, se constrói um mapeamento dos assuntos abordados sobre o tema nos jornais da cidade. Mesmo em um território onde a taxa de analfabetismo é mais alta na camada popular e o acesso ao jornal impresso é diferente em relação à camada com mais poder aquisitivo, é possível analisar a linguagem e os sentidos mobilizados pelos jornais sobre os habitantes pobres ocupantes das áreas de manguezal.

No discurso jornalístico, os fatos são documentados de forma recorrente à partir da visão ideológica da elite local, contribuindo para consolidar determinadas imagens sobre o espaço urbano, seus usos legítimos e o imaginário sobre os sujeitos que o habitam. Quando as palavras-chave do quadro são organizadas em grupos, um primeiro grupo mostra um discurso que recorre à uma semântica do abandono da população e das dificuldades do governo municipal em atender as demandas: “péssimas condições”, “sem infraestrutura”, “obra parada”, “falta de saneamento”, “obra de aterro paralisada” e “reivindicação da população”.

Esses termos constroem uma narrativa que denuncia, mesmo que de forma indireta, a precariedade das condições de vida nos mangues de Joinville entre os anos de 1980 e 1990 devido à incapacidade do poder público garantir os direitos básicos à moradia. Em outro grupo de palavras-chave, a recorrência de palavras como “dragagem”, “aterro”, “saneamento” e “urbanização” apontam para a urgência por infraestrutura urbana e sua ausência como sintoma da marginalização socioespacial nas regiões de manguezal. A linguagem utilizada é ambígua, ao mesmo tempo em que sugere a necessidade de intervenção pública, também reforça uma visão higienista e desenvolvimentista, que muitas vezes ignora as dinâmicas sociais e políticas dos territórios populares (Rolnik, 2015).

Outro grupo de palavras-chave presente é o da emergência social, expressos em “flagelados das cheias”, “mortalidade infantil”, “casas invadidas pela lama”, “doenças na população”, “sem água encanada” e “energia de rabicho”. As reportagens posicionam a população como vítimas de um desastre permanente, reiterando uma estética da carência e da vulnerabilidade. Sueli Carneiro (2011a,b) alerta sobre discursos onde a estetização da miséria pode reforçar a desumanização dos sujeitos pobres, transformando sua existência em objeto para observar, mas não de política para intervir. A construção da imagem de vulnerabilidade não é neutra, se insere na lógica discursiva que retira a agência das comunidades, apresentando-as como corpos passivos à espera da salvação técnica do Estado.

Entre os grupos de palavras-chave, um deles indica indícios de organização popular e resistência. Nas palavras “associação de moradores”, “protesto”, “piquetes”, “reivindicação da população” e “Pastoral da Terra e do Trabalhador” estão registros da presença de sujeitos organizados coletivamente para demandar direitos e justiça social, denuncia de abandono estatal e proposição de soluções, sendo os lócus de organização as associações de moradores, igrejas, CEBs e pastorais, para discutir questões como critérios de ocupação, protestos contra a paralisação das obras, alocar no terreno de Igrejas barracas improvisadas para abrigar famílias que perderam suas casas para enchentes de marés alta ou por enxurradas de lama causadas pelas obras de urbanização. Mesmo que essas ações apareçam entre descrições de caos e desordem, sua presença no texto jornalístico denuncia fissuras no discurso hegemônico e aponta para a existência de racionalidades políticas periféricas, operando fora de mecanismos institucionalizados, conforme argumenta Milton Santos (1993).

As palavras-chave também mostram um conflito entre os moradores e o poder público, como “prefeitura exige saída da ocupação”, “ameaça de corte de recurso”, “famílias desalojadas”, “protesto” e “tropa de choque”. Ao fazer associação entre a figura do invasor e com a desordem urbana, se legitima a violência institucional e se reforça a ideia de que a

cidade é propriedade dos que já a ocupam legalmente, em detrimento daqueles que precisam lutar por inserção e pertencimento.

No conjunto das reportagens, destaca-se também o silenciamento ou a crítica à atuação de movimentos sociais e seus agentes, como as pastorais e as CEBs, que aparecem como "grupos que sensibilizam famílias a invadir" ou como responsáveis indiretos por prejuízos à cidade por falta de noção e irresponsabilidade com o impacto negativo à cidade que as ocupações causam. Crítica que revela uma disputa simbólica sobre quem tem legitimidade para intermediar o conflito urbano, desqualificando as resistências dos movimentos sociais que enfrentam o consenso da gestão municipal. Movimentos sociais como as pastorais são nominalmente criticadas nas reportagens por politizar negativamente, acusadas de atuar como oposição ao governo municipal e apontadas por ceder espaço no terreno de igrejas para moradias temporárias.

O discurso jornalístico tenta desarticular e deslegitimar alianças entre movimentos populares e setores do campo político-religioso que estão às margens do pensamento da elite dominante local, como a CEBs e seu posicionamento ligado à teologia da libertação. Em relação aos discursos narrativos que aparecem ao longo das reportagens, diferentes reportagens que compõem esse grupo de análise exibem notas de conversas com a empresa Tupy, que comenta ao repórter da matéria a evolução das ações movidas pela empresa para desocupar áreas que considera sua propriedade. Também existem notas que narram o processo judicial que a empresa movia por desocupação, ações junto às prefeituras e afirmando a ilegalidade das ocupações nas terras.

A interlocutora Terezinha, quando teve acesso à essas reportagens organizadas no contexto da pesquisa e perguntada sobre a situação entre ocupação e Tupy comentou, conforme registrado em diário de campo: "Era assim mesmo, como que eles eram donos do mangue? Queriam tirar o povo de lá a todo custo, até diziam que era um problema de meio ambiente, mas pensa o quanto muito mais eles poluíram? Queriam mais espaço para a empresa" (Diário de campo, Francine Costa, 2025, 07/09).

O registro em diário de campo faz parte de reflexão sobre a visão hegemônica narrada na cidade sobre as ocupações aqui relatadas e da proposta de pesquisa com mulheres negras: o de mostrar fontes e ouvir as memórias que emergem a partir dela, em diálogo, com registros em caderno de campo e retorno às fontes de pesquisa.

Nos textos jornalísticos encontrados nesse bloco de análise, expressões como "piada", "problema social" e "prejuízo para a cidade" aparecem nos textos jornalísticos, as ocupações são descritas como indesejáveis, um símbolo de fracasso urbano que ameaça o "projeto

civilizatório" de "cidade moderna" imaginado para a cidade. As ocupações, alternativa encontrada por famílias em contexto de exclusão social, são narradas como anomalias que precisam ser removidas ou controladas na lógica da necropolítica (Mbembe, 2018), inclusive força policial.

Ao analisar as palavras-chave contidas na tabela é possível encontrar evidências que relacionam a condução de reportagens publicadas em jornais de Joinville em meados dos anos de 1980 partícipe na construção de discurso que associa a presença dos pobres ao colapso urbano, ao risco ambiental e à desordem social enquanto silencia ou deslegitima movimentos sociais e formas de organização, resistência e pertencimento. A disputa pela cidade aparece nos territórios físicos e no campo dos discursos, onde se define quem pode habitar, reivindicar e narrar a cidade.

Caminhar de forma etnográfica pelas fontes em exercício historiográfico permitiu tecer um panorama que revela elementos do contexto social e político em que a APN foi fundada em Joinville. Com maior participação numérica de mulheres negras e próxima de outras pastorais ligadas à Igreja, existem registros de atividades do grupo, com um nome diferente, até meados do ano de 2010 na cidade, embora APNs continuem em plena atividade em diferentes lugares em Santa Catarina, Brasil e na América Latina.

A organização de grupos de pessoas negras na Igreja Católica ocorre desde o período colonial, já as APNs surgiram por todo o Brasil no contexto da Teologia da Libertação, em ações ligadas às CEBs com reuniões entre militantes ativistas do movimento negro e religiosos dentro da Igreja Católica. Ivan Costa Lima (2009) descreve a pastoral do negro como movimento social da população negra. Lima (2009) encontrou, ao longo de pesquisa sobre o movimento negro em Santa Catarina, estruturação de APNs em regiões como Joinville, Criciúma, Laguna, Itajaí e Florianópolis, com foco na formação de consciência crítica em relação à negritude. Organizadas na Igreja Católica, as APNs surgiram a partir da concepção de uma vivência ecumênica e cultural do negro e através de uma série de ações que culminaram "na efetivação das Pastorais do Negro. Parte das pessoas que compuseram Pastorais do Negro em Santa Catarina posteriormente formaram o Grupo de União e Consciência Negra" (Lima, 2009, p.184).

Em Joinville, conforme contam as interlocutoras Consolação e Terezinha, por decisão do grupo, a APN foi rebatizada como Grupo de Pastoral Consciência Negra[20] e continuou as atividades e encontros no mesmo endereço em espaço da CEBs, sem se desvincular da proposta da Pastoral do Negro. Ao longo do tempo, o grupo passou a se chamar Consciência

[20] Também encontrei registros com o nome Grupo União e Consciência Negra.

Negra. Como espaço de resistência, além de lugar com âmbito religioso, a APN constitui um lugar político, onde trânsitos religiosos, políticos e sociais se efetivaram.

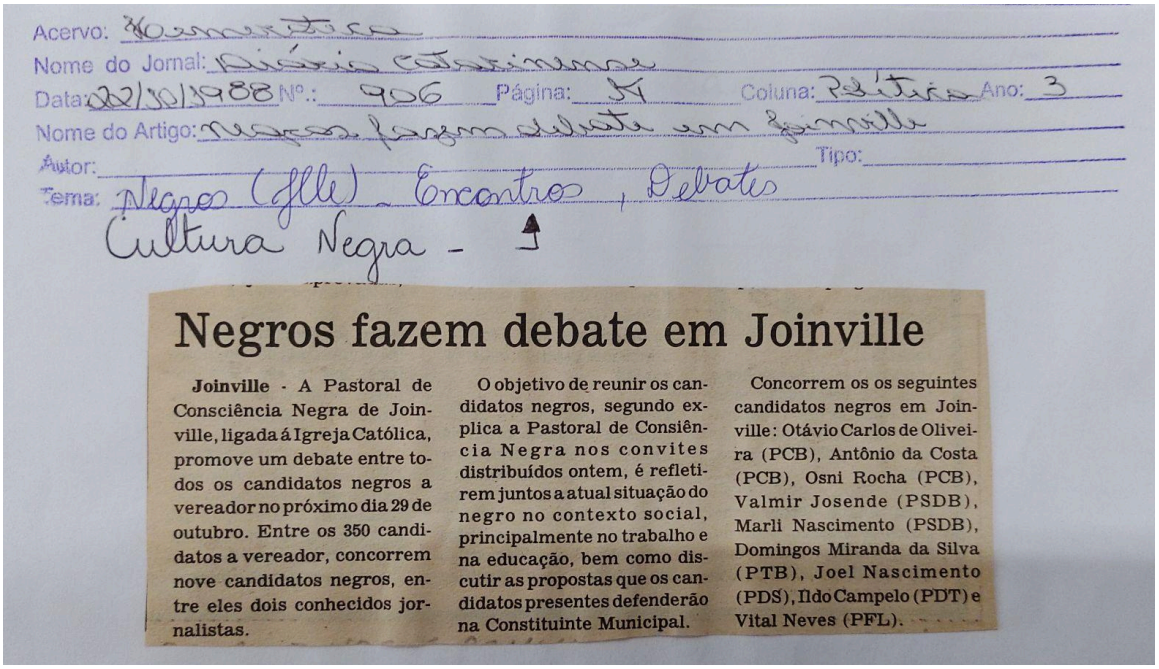
Durante levantamento de documentação para a pesquisa, conversei com a interlocutora Consolação, mulher negra e postulante na Igreja Católica quando compôs o grupo de fundação da APN Joinville, participante das atividades até o início dos anos 2000. Ouvi sobre o grande interesse no sucesso da pastoral pela Igreja Católica por existir várias pastorais e na época não ter nada ligado ao negro na proximidade com a Campanha da Fraternidade de 1988. Perguntei sobre o interesse na APN e ouvi sobre a campanha da fraternidade visar muita reflexão no ambiente religioso onde vivia e, então, nas discussões, aceitou compor o grupo que formou a APN com as preocupações de se apropriar da discussão do racismo e tornar visível a questão social do negro. A interlocutora também falou de sua militância ligada ao espaço, como APN e como Grupo Consciência Negra, ouvi sobre Joinville "ser uma cidade muito reacionária, não só para os negros", um lugar de desafio para a luta onde era difícil acreditar e conseguir fazer algo diferente nesta realidade. Dificuldades com a rotatividade no grupo, de vincular a militância com as outras esferas da vida e condições materiais para se manter e manter a luta são elementos que interlocutores alegaram tornar a militância algo muito difícil.

Além dos encontros na sede das pastorais, a APN promoveu atividades realizadas em espaços diversos e dialogou com diferentes grupos sociais. Existem registros de formações abertas ao público em geral, com foco na reflexão sobre demandas e problemas sociais nas comunidades, como as discussões voltadas para a questão racial e a luta por moradia, momentos que promoviam discussões coletivas e organização de luta por políticas públicas.

No ano de 1988, a APN publicou um convite em jornal de grande circulação para todas as pessoas interessadas em participar de reunião com todos os 9 candidatos negros[21] à Câmara de Vereadores nas eleições daquele ano. O intuito era discutir suas propostas de campanha, o que os candidatos defenderiam na constituinte municipal e refletir a atuação do negro no contexto social, principalmente no trabalho e na educação.

Figura 7 – Reportagem no Diário Catarinense de 1988 sobre debate com candidatos negros à câmarade vereadores da cidade

[21] Entre os candidatos listados, estão uma mulher e oito homens de diferentes partidos. Ao todo, 350 pessoas se candidataram à Câmara de Vereadores de Joinville nas eleições municipais de 1988.


Acervo: Manuscritos
Nome do Jornal: Diário Catarinense
Data: 22/10/1988 Nº.: 906 Página: 14 Coluna: Política Ano: 3
Nome do Artigo: Negros fazem debate em Joinville
Autor: Tipo:
Tema: Negros (Afro) - Encontro, Debate
Cultura Negra - 1

Negros fazem debate em Joinville

Joinville - A Pastoral de Consciência Negra de Joinville, ligada á Igreja Católica, promove um debate entre todos os candidatos negros a vereador no próximo dia 29 de outubro. Entre os 350 candidatos a vereador, concorrem nove candidatos negros, entre eles dois conhecidos jornalistas.

O objetivo de reunir os candidatos negros, segundo explica a Pastoral de Consiência Negra nos convites distribuídos ontem, é refletirem juntos a atual situação do negro no contexto social, principalmente no trabalho e na educação, bem como discutir as propostas que os candidatos presentes defenderão na Constituinte Municipal.

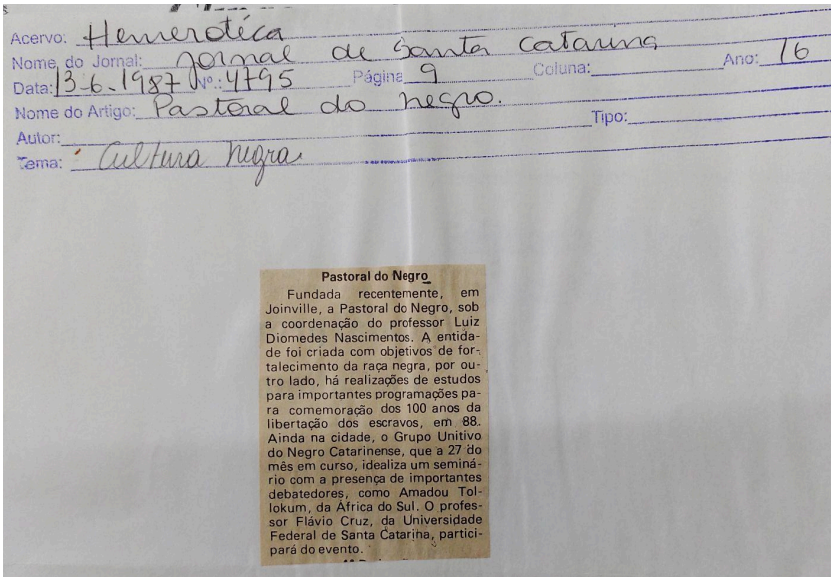
Concorrem os os seguintes candidatos negros em Joinville: Otávio Carlos de Oliveira (PCB), Antônio da Costa (PCB), Osni Rocha (PCB), Valmir Josende (PSDB), Marli Nascimento (PSDB), Domingos Miranda da Silva (PTB), Joel Nascimento (PDS), Ildo Campelo (PDT) e Vital Neves (PFL).

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville , registro da pesquisadora (2021).

De acordo com o texto da reportagem, publicada no Diário Catarinense de 22/10/1988 na página 14, coluna de tema "política" e sem assinatura de autoria, entre os 350 candidatos nas eleições à câmara de vereadores em 1988 estavam 8 homens negros e uma mulher negra. O convite para o debate com candidatos negros visa refletir o contextos social, do trabalho e da educação junto às propostas dos candidatos. Outro fato colocado em pauta é a constituinte, assunto debatido no Brasil como um todo no período, pois, a população atravessava a abertura política, eleições e debates intensos entre grupos sociais e políticos para definir uma constituição pretendida como democrática e cidadã.

A reportagem publicada em 1988 revela uma atuação que pensa um projeto de cidade que contemple a população negra, inclusive na Câmara de Vereadores, espaço de tomada de decisões e gestão do município. Sobre a atuação da APN, retorno a uma fonte de pesquisa anterior à apresentada acima em pouco mais de um ano, para o período da fundação da Pastoral do Negro em Joinville (1987):

Figura 8 – Jornal noticia a fundação da Pastoral do Negro


Acervo: Hemerotéca
Nome do Jornal: Jornal de Santa Catarina Ano: 16
Data: 13-6-1987 Nº: 4795 Página 9 Coluna:
Nome do Artigo: Pastoral do Negro.
Autor: Tipo:
Tema: Cultura Negra

Pastoral do Negro

Fundada recentemente, em Joinville, a Pastoral do Negro, sob a coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimentos. A entidade foi criada com objetivos de fortalecimento da raça negra, por outro lado, há realizações de estudos para importantes programações para comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos, em 88. Ainda na cidade, o Grupo Unitivo do Negro Catarinense, que a 27 do mês em curso, idealiza um seminário com a presença de importantes debatedores, como Amadou Tollokum, da Africa do Sul. O professor Flávio Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina, participará do evento.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville. Registro da pesquisadora, 2021.

Seguindo a lógica do tecer fios e perceber redes, trago a fundação da APN como o nó de uma rede em movimento na cidade de Joinville. O recorte acima, do Jornal de Santa Catarina publicado em 13 junho 1987, noticia a seguinte manchete: “Pastoral do Negro”. A notícia começa comunicando que foi fundada, em Joinville, a Pastoral do Negro, sob a coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimento com objetivos de “fortalecimento da raça negra” (Jornal de Santa Catarina, 13 jun. 1987, p. 9).

Luiz Diomedes Nascimento é um dos fundadores da APN. Foi professor de matemática na rede municipal de Joinville, atuante em diferentes organizações do movimento negro da cidade e em atividades relacionadas à população negra e combate ao racismo. Em 2014, foi homenageado pela Câmara de Vereadores de Joinville com a medalha professora Antônia Alpaídes[22], concedida à cidadãos pela câmara, em reconhecimento a trabalhos realizados em defesa da população negra.

A APN, posterior Grupo Consciência Negra, não era o único espaço de atuação de seus agentes, que se engajaram em diferentes locais no território e no tempo. O momento de fundação da APN foi articulado também com “programações para comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos, em 88” (Jornal de Santa Catarina, 13 jun. 1987, p. 9), que movimentou ações em diferentes lugares e entidades do Brasil, inclusive na Igreja Católica, assim como, a grande efervescência de movimentos sociais, políticos e artísticos que se engajaram em outro evento simultâneo e também impactante na história do Brasil: o fim da

[22] Antônia Alpaídes Cardoso dos Santos, mulher negra e professora, nasceu em 1904 e faleceu em 1968 em Joinville. Docente engajada, trabalhou em diferentes escolas de Joinville, incluindo as escolas Rui Barbosa, Germano Timm, Prefeito João Colin e Conselheiro Mafra.

ditadura cívico-militar que durou entre os anos 1960 e 1980, a reabertura política e a discussão da Constituinte, que culminou na Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida por Constituição Cidadão do Brasil, de 1988.

Seguindo esses fios, é possível situar APN como um nó, no sentido de local de encontro, de uma rede de ativismos negros que no processo de redemocratização conectava Igreja, movimentos sociais, intelectuais negros de universidades, circuitos de atuação nacionais e transnacionais. Através da notícia publicada no jornal, fragmentos dessa rede estão visíveis quando outros atores e fluxos são mencionados de forma conectada: "o Grupo Unitivo do Negro Catarinense […] idealiza um seminário com a presença de importantes debatedores, como Amadou Tolkoum, da África do Sul. [...] O professor Flávio Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina, participará do evento [...]" (Jornal de Santa Catarina, 13 jun. 1987, p. 9).

Aqui aparecem três de diferentes fios que se conectam ao nó APN: um fio de conexão institucional da Igreja com movimentos sociais, onde a APN atua com intervenção social junto à CEBs; outro fio de conexão acadêmica, com palestra do professor já aposentado do Censo Sócio-Econômico da UFSC Flávio Cruz, e; o fio de conexão transnacional, com atividade ligada ao cenário socio-político da África do Sul de combate ao apartheid.

Situada em 1987, a fundação da APN aproveita estruturas de oportunidade política abertas pelo cenário nacional de marco do centenário da abolição e da transição democrática para operar como quadro de ação coletiva que alinha identidades e objetivos. A estratégia utilizada foi a atuação nas diferentes esferas e lugares da cidade, tendo no repertório de atuação estudos, seminários, celebrações, debates, divulgação, protestos e outras ações que possibilitaram a agência. São estratégia de uma rede que tecia fios entre entre Igreja, universidade, movimento social ou outros fios que possibilitacem lugar de atuação, inclusive formando laços transnacionais, como a atividade com ativista anti-apartheid Amadou Tolkoum, da África do Sul.

Quando escreve sobre "O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos", Sidney Tarrow (2009) descreve a atuação de movimentos sociais como uma arquitetura relacional que combina cooperação e desafio, e, nesse caso da fundação e atuação da APN, a cooperação se dá em escala local e em circulação atlântica, construindo ciclos de mobilização capazes de sedimentar mudanças pelas quais o grupo luta, atualizando repertórios de ação coletiva historicamente construídos pelo movimento negro (Munanga, 1999).

Ao inicialmente se constituir dentro da Igreja Católica, a APN surge no campo das pastorais sociais, historicamente relevantes para mediações entre fé, cidadania e mobilização

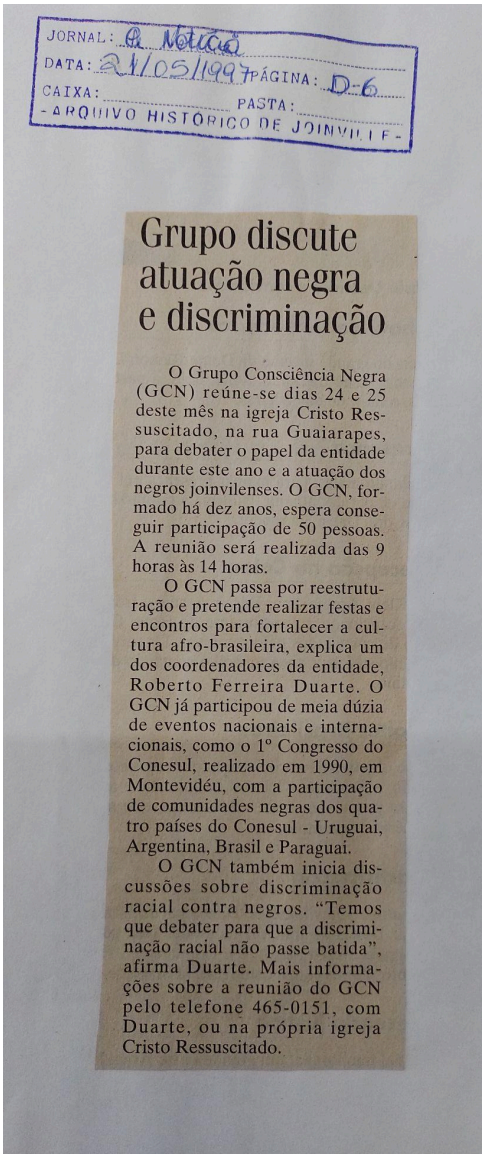
(Ângela Randolpho Paiva, 2003). Esse arranjo permitiu territórios como paróquias e comunidades para iniciar e ampliar a atuação e a interconexão com circuitos sociais, intelectuais e educativos que integram quadros e recursos culturais como conhecimentos, saberes e a própria memória do centenário. Os circuitos sociais se constituem em recursos organizacionais como eventos, seminários, protestos, momentos na missa e debates para fazer circular agendas antirracistas entre os agentes/cidadãos que transitam por múltiplos lugares de pertencimento e territórios.

A menção à presença de um intelectual da África do Sul ecoa a diáspora negra e seus fluxos no atlântico negro (Paul Gilroy, 2001), evidenciando que o ativismo mapeado na região de Joinville também integra o "vento comum", o movimento transatlântico que se espalha pelo mundo através da comunicação em rede (Julius Scott, 2021) e se nutre de conhecimentos e lutas transnacionais.

No plano educativo, Nilma Lino Gomes (2017) mostra como o "movimento negro educador" produz saberes na luta, promovendo espaços pedagógicos. Na APN, as atividades relatadas na reportagem podem constituir espaço pedagógico de produção de consciência histórica, como a reflexão sobre o centenário da abolição da escravatura em 1888, a formação política através de debates e seminários seminários e a solidariedade em rede, conectando fiéis, estudantes, docentes e lideranças comunitárias. A cooperação entre diferentes espaços de atuação narrada na reportagem indicam outro elemento interessante, uma governança que é distribuída e as lideranças transitam, costuram alianças e reconfiguram repertórios conforme contextos e oportunidades. O movimento negro pode ser percebido em rede, composto por pessoas, instituições e eventos que se entrelaçam e criam a possibilidade de ampliar o alcance da luta antirracista.

Outras ações foram promovidas pelo grupo ao longo dos anos. Quando perguntados sobre atividades realizadas, interlocutores lembraram de diferentes ocasiões, uma que trago é o lançamento de livros, a exemplo, lançamento de um livro do ativista anti-apartheid da África do Sul Stephen Bantu Biko em livraria do centro da cidade frequentada pela elite. A ação alterou o público frequentador da livraria e visou também alterar as relações em espaços onde a população negra não sentia fazer parte. Tomo a leitura de intelectuais ligados ao Movimento de Consciência Negra na África do Sul como potencial contribuição para a escolha do novo nome da APN, que passou a se chamar Pastoral Consciência Negra.

Figura 9 – Reportagem A Notícia (1997), grupo discute atuação negra


JORNAL: A Notícia
DATA: 21/05/1997 PÁGINA: D-6
CAIXA: PASTA:
- ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE -

Grupo discute atuação negra e discriminação

O Grupo Consciência Negra (GCN) reúne-se dias 24 e 25 deste mês na igreja Cristo Ressuscitado, na rua Guaiarapes, para debater o papel da entidade durante este ano e a atuação dos negros joinvilenses. O GCN, formado há dez anos, espera conseguir participação de 50 pessoas. A reunião será realizada das 9 horas às 14 horas.

O GCN passa por reestruturação e pretende realizar festas e encontros para fortalecer a cultura afro-brasileira, explica um dos coordenadores da entidade, Roberto Ferreira Duarte. O GCN já participou de meia dúzia de eventos nacionais e internacionais, como o 1º Congresso do Conesul, realizado em 1990, em Montevidéu, com a participação de comunidades negras dos quatro países do Conesul - Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai.

O GCN também inicia discussões sobre discriminação racial contra negros. "Temos que debater para que a discriminação racial não passe batida", afirma Duarte. Mais informações sobre a reunião do GCN pelo telefone 465-0151, com Duarte, ou na própria igreja Cristo Ressuscitado.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville. Registro da pesquisadora, 2021.

A fonte acima, reportagem da página D-6 do Jornal A Notícia de 21 de Maio de 1997, é sobre o grupo APN, já consolidado com o nome Grupo Consciência Negra. Pensando o grupo como um nó de um rede de atuação, é possível evidenciar elementos como a continuidade organizacional, mudanças de enquadramento e ancoragem territorial ao longo dos seus 10 anos de existência (1987–1997) até aquele momento. Continuidade organizacional da Pastoral do Negro, fundada em 1987, o Grupo Consciência Negra (GCN) em 1997 foi representado por Roberto Ferreira Duarte, um dos coordenadores do grupo, que concedeu a entrevista ao jornal.

Na ocasião, contou sobre uma reunião na Paróquia Cristo Ressuscitado, mesmo local em que a APN foi fundada e se manteve como local de encontro ao longo dos anos. Roberto contou que o GCN "passa por reestruturação", promoverá "festas e encontros para fortalecer a

cultura afro-brasileira" e fará "discussões sobre discriminação racial" (Jornal A Notícia, 21 mai. 1997, p. D-6). Ao longo da reportagem, Roberto fala da mudança na estratégia de atuação ao trazer a festa como oportunidade de fortalecer a cultura afro-brasileira, mas também pontua continuidades, como a participação em diferentes eventos acadêmicos, como a citada participação no 1º Congresso do Cone Sul (Montevidéu/Uruguai, 1990) com comunidades negras do "Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai" (A Notícia, 21 maio de 1997, p. D-6). Esses dados encontrados na reportagem mostram que o grupo atuou ao longo desses dez anos com continuidades e também com mudança de enquadramento. O grupo manteve a base organizacional e territorial na Paróquia Cristo Ressuscitado e alterou o seu enquadramento saindo da estrutura de pastoral ligada à CEBs para uma estrutura cívico-política e cultural enquanto consciência negra.

Em 1987, a proposta de atuação foi pontuada como "fortalecimento da raça negra" e memória do centenário de 1888. Já na reportagem de 1997, o léxico desloca-se para "fortalecer a cultura afro-brasileira" e "debater a discriminação racial". Existe uma continuidade de proposta política de atuação, mesmo saindo de um âmbito eclesial para uma outra proposta de estrutura. Essa mudança também pode ser lida a partir da categoria de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988), o pertencimento político-cultural afro-latino-americano conduz a passagem de um registro intraeclesial para outro mais abrangente, que vai articular raça, classe, gênero e cultura no cotidiano (Gonzalez, 1988).

O ato de nomear termos como consciência, discriminação e cultura afro-brasileira reorganiza sentidos compartilhados entre a população negra e amplia o público interlocutor do grupo. A permanência do mesmo lugar de encontro por uma década indica que a paróquia funciona como espaço livre para atuação, um ambiente relativamente protegido onde se formaram vínculos, se guardaram memórias e se construíram repertórios, viabilizando a continuidade do grupo entre ciclos de maior/menor visibilidade, como ancoragem territorial, um lugar de referência para retornar e se reorganizar.

Antônio Bispo dos Santos (2023) ajuda a compreender essa ancoragem territorial como um tecer de confluências e obrigações recíprocas que vão dar sustento a modos de vida e saberes comunitários. Uma política de contracolonização que cuida dos laços e do território enquanto se ampliam as alianças (Santos, 2023). O endereço paroquial funciona como infraestrutura política que dá capilaridade e previsibilidade logística.

Ao mesmo tempo, a participação transnacional, como a participação em atividades fora da cidade e até um Congresso do Cone sul, mostra a ideia de redes que operam em múltiplas escalas. Conexões internacionais podem reforçar movimentos locais ao colocar em

diálogo repertórios e diagnósticos locais e globais, requalificando a ação local (Tarrow, 2009). Nessa lente de interpretação, a moldura da Amefricanidade de Lélia Gonzalez pensa o trânsito Brasil–Cone Sul como a circulação de pessoas, símbolos e estratégias entre comunidades negras latino-americanas que traz densidade cultural à ação pela circulação do "vento comum". Antônio Bispo lembra que esses trânsitos não dispensam o retorno ao território em "A terra dá, a terra quer", pois toda expansão de alianças precisa sustentar o cuidado com a base (Santos, 2023).

Em relação às mudanças e continuidades percebidas ao longo da década relatada, a mudança no nome do grupo traduz uma estratégia ecumênica e multi-institucional que preservou recursos (salas, redes comunitárias, legitimidade) enquanto ampliou parcerias. A base paroquial funcionou como reserva de memória e sociabilidade política, já o repertório de diálogo compôs uma escolha política-pedagogia da luta, no sentido do movimento negro educador, que produz consciência histórica e saberes de resistência (Gomes, 2017).

Figura 10 – Registro de reunião do grupo Consciência Negra

Fonte: Acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Brás, 2023.

No registro acima, está um grupo de três mulheres, dois homens e um bebê em plano de destaque e, ao menos, outras quatro pessoas identificadas na periferia do cenário (dois

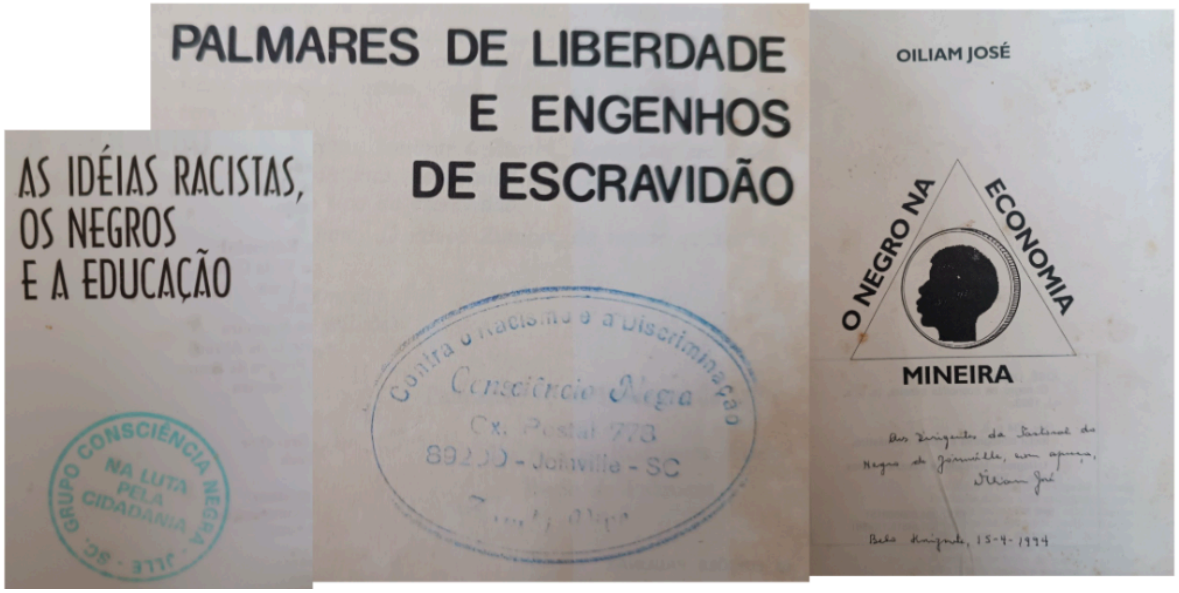
conjuntos de pés de prováveis mulheres à esquerda, a posição da autora da fotografia e mãos à direita), juntos em círculo e dispostos em uma sala com sofá, almofadas e tapete. Foi feito durante um encontro do grupo Consciência Negra em meados dos anos ~1995, dentre as pessoas da foto estão as interlocutoras da pesquisa Ana Lúcia e Consolação. Segundo Consolação, sua casa era também um local onde aconteciam as reuniões do grupo, como no registro fotográfico acima. Dentre os objetivos de encontros como esse, estava planejar e organizar as ações do grupo e o estudo de textos e livros.

Ao longo de sua trajetória, enquanto estudava e discutia sobre questões relacionadas à negritude e luta antirraciasta, o grupo construiu uma biblioteca de livros e textos de referências. No percorrer dessa pesquisa tive contato com uma parte do acervo bibliográfico do grupo, mantido por Consolação, que também abrigava a biblioteca do grupo quando ele estava ativo.

Alguns materiais puderam ser acessados e mapeados, destaco o livro Identidade Negra e Religião (1986) organizado pela Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo - ASETT, com o resultado das reflexões da "Consulta sobre cultura negra e teologia na América Latina" organizada em São Paulo (1984) por Manuel Zapata Olivella (Colômbia), Antonio Aparecido da Silva (Brasil), Edir soares (Brasil), Márcia Cruz Piva (Brasil/Nicarágua), José Oscar Beozzo (São Paulo), Marcos Rodrigues da Silva (Brasil), Julio de Santa Ana (Brasil - ASETT), Amélia Tavares Correia Neves (ASETT), Quince Duncan (Costa Rica), Laennec Hurbon (São Domingos). A referida consulta foi realizada no Rio de Janeiro (1985), reunindo cristãos (católicos romanos, metodistas, presbiterianos, batistas e episcopais), praticantes de Vodu, Candomblé e Lumbalu oriundos do Haiti, República Dominicana, Curaçau, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru e Brasil. Os textos incluídos no livro, escritos por intelectuais negros de diferentes lugares da América Latina, são fonte historiográfica sobre a relação cultura negra e teologia na América Latina durante os anos de 1980 e anos seguintes e indicam a inserção do grupo na discussão promovida pela consulta.

Tal acervo foi identificado através de carimbos encontrados em livro e cartilhas armazenados na biblioteca pessoal da citada interlocutora. Para identificar os materiais, procurei, junto com a filha da interlocutora e também pesquisadora, por marcações manuscritas e de carimbo na folha de rosto da entrevista quando ela estava doando seus livros e desfazendo a biblioteca para voltar a morar em Minas Gerais, seu estado de origem.

Figura 11 – Montagem com registros encontrados em livros de acervo bibliográfico



Fonte: montagem feita pela pesquisadora (2025).

Os registros nos livros incluem dois tipos de carimbo, sendo um com as inscrições em círculo “Grupo Consciência Negra - JLLE - SC” e ao centro “Na luta pela cidadania”, outro carimbo em formato oval, tendo na borda de cima a inscrição “Contra o racismo e a discriminação” e em destaque no centro “Consciência Negra - Cx Postal 778 89290 - Joinville - SC - Zumbi Vive”. Outro livro foi identificado pela dedicatória “Aos dirigentes da Pastoral do Negro de Joinville, com apreço, Oiliam José, 15/04/1994).

Através dos registros foi possível capturar algumas informações do grupo, os lemas: “Na luta por cidadania”, “Contra o racismo e a discriminação” e “Zumbi vive” mostram sentidos de luta social defendidos pelo grupo. Já a dedicatória de um livro enviado à diretoria da Pastoral do Negro em 1994, confirma a informação das interlocutoras sobre não se desvincular totalmente enquanto APN, mas ampliar a atuação como Grupo Consciência Negra. Os materiais encontrados foram catalogados com título, autoria, ano, cidade e tipo no quadro a seguir:

Quadro 2 – Listagem de acervo bibliográfico acessado

Título	Autoria	Ano	Cidade	Tipo
Como se dá a exploração	Sem capa	Sem	Sem infor.	cartilha
Cruz e Souza e o Rio Grande do Sul	Rodriguês Till	1981	Florianópolis	livro
Greve de Massa e Crise Política (estudo da greve dos	José Álvaro Moisés	1978	São Paulo	livro

300 mil em São Paulo - 1953-54)				
A Sociedade em que Vivemos	Cadernos de Formação 13 de Maio - NEP (org)	1984	São Paulo	cartilha
Palmares de Liberdade e Engenhos de Escravidão	CEHILA: publicação Popular	1985	São Paulo	livro
Parte da Minha Alma: Winnie Mandela	Anne Benjamin (org)	1986	Rio de Janeiro	livro
Identidade Negra e Religião	Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (org)	1986	São Paulo	livro
Historia Breve de la Federación de Nigeria	Departamento de Información (org)	1986	Nueva York	cartilha
As leis da Abolição	Flávio da Cruz e Poeta Vieira da Silva	1987	Florianópolis	cartilha
Descobrimentos e Colonização	Janice T. da Silva	1987	São Paulo	livro
O Negro no Planalto Lageano	Sebastião Ataíde	1988	Lages	livro
Negritude Favelada: a questão do negro e o poder na "democracia racial brasileira"	Fernando Conceição	1988	Salvador	livro
Negros no Brasil: dados da realidade	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (coleção negros em libertação)	1989	Petrópolis	livro
Palavras de um Trabalhador Negro	Hédio Silva Júnior, Ivair A.A. dos Santos, Ma. Aparecida Silva Bento, Maurício Pestana	1992	São Paulo	cartilha
O Negro na Economia Mineira	Oiliam José	1993	sem local	livro
A Discriminação do Negro no Livro Didático	Ana Célia da Silva	1995	Salvador	livro
As Ideias Racistas, os Negros e a Educação	Ivan Costa Lima, Jeruse Romão, Núcleo de Estudos Negros (org)	1997	Florianópolis	livro
Cruz e Souza em Versos	Grupo de Teatro Tropos	1998	Joinville	cartilha
História, Crise e Dependência do Brasil	Consulta Popular	1999	São Paulo	cartilha

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2025.

Embora a análise mais aprofundada sobre o acervo catalogado fique para um momento de pesquisa posterior, o material fornece pistas sobre as discussões e debates que permeiam o grupo. Os materiais bibliográficos reúnem títulos de livros e cartilhas produzidos entre 1978 e

1999 em diferentes regiões do Brasil (com algumas produções internacionais, como a cartilha sobre a Nigéria publicada em Nova York).

As pistas mapeadas nos referenciais indicam uma genealogia do pensamento negro, circulação de saberes em redes comunitárias e militantes, "trânsitos políticos" (conceito elaborado ao longo da pesquisa), articulação entre experiência local e internacional, uso do acervo como memória e resistência do grupo.

Perceber uma genealogia do pensamento negro e redes de solidariedade no acervo revela como produções bibliográficas foram fundamentais para alimentar redes de formação política, cultural e religiosa das pessoas que circularam entre o grupo. Cartilhas como A Sociedade em que Vivemos (1984) e Palavras de um Trabalhador Negro (1992) exemplificam a pedagogia da coletividade, são materiais pensados para fácil circulação, reuniões de base, sindicatos, grupos comunitários e populares.

De forma coletiva, o grupo buscou fortalecer a consciência racial em meio à precarização da vida negra, transitando por territórios e experiências. O quadro 2 – Listagem de acervo bibliográfico acessado, traz evidências dessa circulação: o livro Negro no Planalto Lageano (Sebastião Ataíde, 1988) documenta uma realidade específica de Santa Catarina, enquanto o material Historia Breve de la Federación de Nigeria (1986) pode conectar a luta negra brasileira em diálogo com processos africanos de independência, como o caso da Nigeria.

A heterogeneidade mostra militantes e coletivos negros articulando referências múltiplas, nutrindo-se de fontes locais e internacionais para ampliar a luta antirracista, principalmente via educação popular. Através da elevada quantidade de cartilhas, fica evidente o esforço em popularizar o conhecimento, com conceitos e experiências pensados de forma coletiva e para o debate no cotidiano de trabalhadores, estudantes e comunidades religiosas.

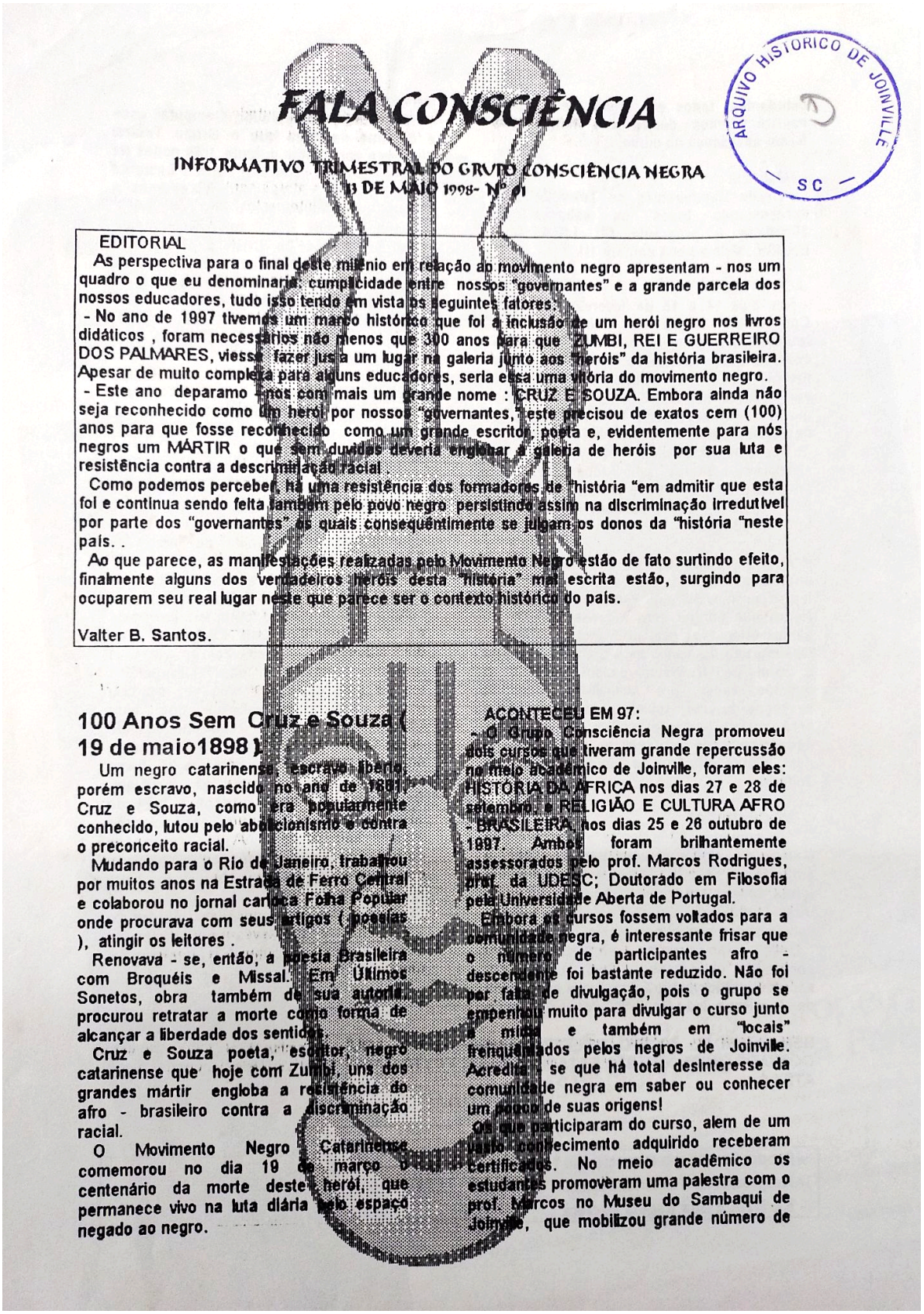
Memória, literatura e identidade são elementos percebidos nos materiais do acervo através de títulos que cruzam literatura, memória e identidade negra, como Cruz e Souza e o Rio Grande do Sul (1981), Cruz e Souza em Versos (1998) e Negritude Favelada (1988). Os materiais bibliográficos mostram trajetórias, tensionam a ideia de democracia racial e também oferecem recursos para a crítica às narrativas hegemônicas na sociedade.

O material catalogado no quadro também evidencia uma prática pedagógica da militância: a constituição de acervos para fortalecer redes de solidariedade e viabilizar a transmissão comunitária e intergeracional de saberes, como uma cartografia política da

memória, revelando como sujeitos e coletivos negros construíram redes de formação, crítica e solidariedade no Brasil e em diálogo com a diáspora.

Acrescento a essa tessitura, um material que permite contactar um fragmento sobre as produções e registros do grupo. Trago a seguir um exemplar da edição 1 do informativo Fala Consciência, publicado em 13 de Maio de 1998 pelo grupo Consciência Negra, a APN.

Figura 12 – Informativo Fala Consciência - 13 de Maio de 1998, página 1



FALA CONSCIÊNCIA

INFORMATIVO TRIMESTRAL DO GRUPO CONSCIÊNCIA NEGRA
13 DE MAIO 1998- Nº 01

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
SC

EDITORIAL

As perspectiva para o final deste milênio em relação ao movimento negro apresentam - nos um quadro o que eu denominaria: cumplicidade entre nossos "governantes" e a grande parcela dos nossos educadores, tudo isso tendo em vista os seguintes fatores:

- No ano de 1997 tivemos um marco histórico que foi a inclusão de um herói negro nos livros didáticos , foram necessários não menos que 300 anos para que ZUMBI, REI E GUERREIRO DOS PALMARES, viesse fazer jus a um lugar na galeria junto aos "heróis" da história brasileira. Apesar de muito completa para alguns educadores, seria essa uma vitória do movimento negro.
- Este ano deparamo - nos com mais um grande nome : CRUZ E SOUZA. Embora ainda não seja reconhecido como um herói por nossos "governantes," este precisou de exatos cem (100) anos para que fosse reconhecido como um grande escritor, poeta e, evidentemente para nós negros um MÁRTIR o que sem dúvidas deveria englobar a galeria de heróis por sua luta e resistência contra a descriminação racial .

Como podemos perceber, há uma resistência dos formadores de "história "em admitir que esta foi e continua sendo feita também pelo povo negro persistindo assim na discriminação irredutível por parte dos "governantes" os quais consequêntimente se julgam os donos da "história "neste país. .

Ao que parece, as manifestações realizadas pelo Movimento Negro estão de fato surtindo efeito, finalmente alguns dos verdadeiros heróis desta "história" mal escrita estão, surgindo para ocuparem seu real lugar neste que parece ser o contexto histórico do país.

Valter B. Santos.

100 Anos Sem Cruz e Souza (19 de maio1898)

Um negro catarinense, escravo liberto, porém escravo, nascido no ano de 1861, Cruz e Souza, como era popularmente conhecido, lutou pelo abolicionismo e contra o preconceito racial.

Mudando para o Rio de Janeiro, trabalhou por muitos anos na Estrada de Ferro Central e colaborou no jornal carioca Folha Popular onde procurava com seus artigos (poesias), atingir os leitores .

Renovava - se, então, a poesia Brasileira com Broquéis e Missal. Em Últimos Sonetos, obra também de sua autoria, procurou retratar a morte como forma de alcançar a liberdade dos sentidos.

Cruz e Souza poeta, escritor, negro catarinense que hoje com Zumbi, uns dos grandes mártir engloba a resistência do afro - brasileiro contra a discriminação racial.

O Movimento Negro Catarinense comemorou no dia 19 de março o 101 centenário da morte deste herói, que permanece vivo na luta diária pelo espaço negado ao negro.

ACONTECEU EM 97:

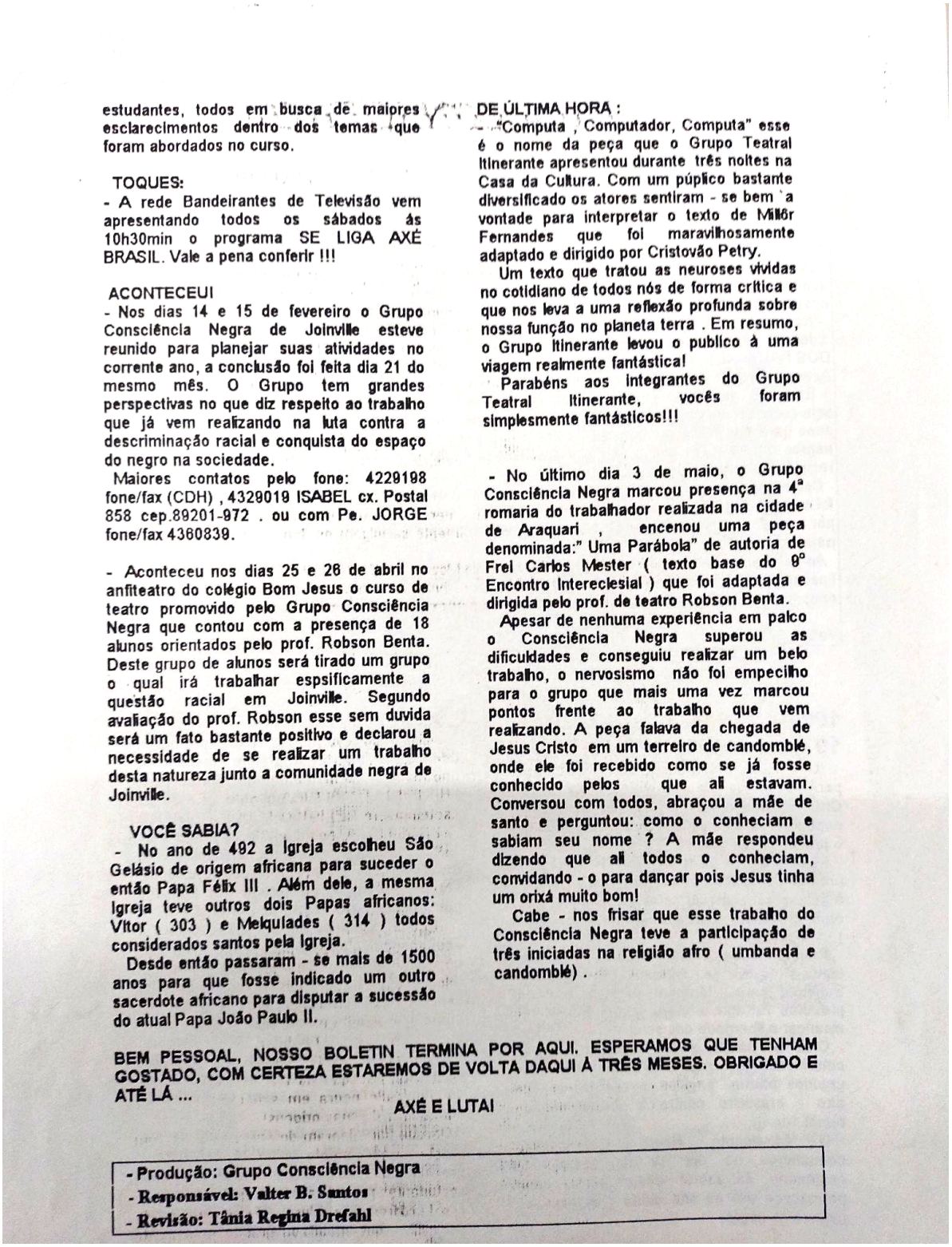
O Grupo Consciência Negra promoveu dois cursos que tiveram grande repercussão no meio acadêmico de Joinville, foram eles: HISTÓRIA DA ÁFRICA nos dias 27 e 28 de setembro, e RELIGIÃO E CULTURA AFRO - BRASILEIRA, nos dias 25 e 26 outubro de 1997. Ambos foram brilhantemente assessorados pelo prof. Marcos Rodrigues, prof. da UDESC; Doutorado em Filosofia pela Universidade Aberta de Portugal.

Embora os cursos fossem voltados para a comunidade negra, é interessante frisar que o número de participantes afro - descendente foi bastante reduzido. Não foi por falta de divulgação, pois o grupo se empenhou muito para divulgar o curso junto à mídia e também em "locais" frenquentados pelos negros de Joinville. Acredita - se que há total desinteresse da comunidade negra em saber ou conhecer um pouco de suas origens!

Os que participaram do curso, alem de um vasto conhecimento adquirido receberam certificados. No meio acadêmico os estudantes promoveram uma palestra com o prof. Marcos no Museu do Sambaqui de Joinville, que mobilizou grande número de

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, autorização de uso assinada pela pesquisadora em 2021.

Figura 13 – Informativo Fala Consciência - 13 de Maio de 1998, página 2



estudantes, todos em busca de maiores esclarecimentos dentro dos temas que foram abordados no curso.

TOQUES:
- A rede Bandeirantes de Televisão vem apresentando todos os sábados ás 10h30min o programa SE LIGA AXÉ BRASIL. Vale a pena conferir !!!

ACONTECEU!
- Nos dias 14 e 15 de fevereiro o Grupo Consciência Negra de Joinville esteve reunido para planejar suas atividades no corrente ano, a conclusão foi feita dia 21 do mesmo mês. O Grupo tem grandes perspectivas no que diz respeito ao trabalho que já vem realizando na luta contra a descriminação racial e conquista do espaço do negro na sociedade.
Maiores contatos pelo fone: 4229198 fone/fax (CDH) , 4329019 ISABEL cx. Postal 858 cep.89201-972 . ou com Pe. JORGE fone/fax 4360839.

- Aconteceu nos dias 25 e 26 de abril no anfiteatro do colégio Bom Jesus o curso de teatro promovido pelo Grupo Consciência Negra que contou com a presença de 18 alunos orientados pelo prof. Robson Benta. Deste grupo de alunos será tirado um grupo o qual irá trabalhar espsificamente a questão racial em Joinville. Segundo avaliação do prof. Robson esse sem duvida será um fato bastante positivo e declarou a necessidade de se realizar um trabalho desta natureza junto a comunidade negra de Joinville.

VOCÊ SABIA?
- No ano de 492 a Igreja escolheu São Gelásio de origem africana para suceder o então Papa Félix III . Além dele, a mesma Igreja teve outros dois Papas africanos: Vitor (303) e Melquiades (314) todos considerados santos pela Igreja.
Desde então passaram - se mais de 1500 anos para que fosse indicado um outro sacerdote africano para disputar a sucessão do atual Papa João Paulo II.

DE ÚLTIMA HORA :
- "Computa , Computador, Computa" esse é o nome da peça que o Grupo Teatral Itinerante apresentou durante três noites na Casa da Cultura. Com um púplico bastante diversificado os atores sentiram - se bem a vontade para interpretar o texto de Millôr Fernandes que foi maravilhosamente adaptado e dirigido por Cristovão Petry.
Um texto que tratou as neuroses vividas no cotidiano de todos nós de forma crítica e que nos leva a uma reflexão profunda sobre nossa função no planeta terra . Em resumo, o Grupo Itinerante levou o publico à uma viagem realmente fantástica!
Parabéns aos integrantes do Grupo Teatral Itinerante, vocês foram simplesmente fantásticos!!!

- No último dia 3 de maio, o Grupo Consciência Negra marcou presença na 4ª romaria do trabalhador realizada na cidade de Araquari , encenou uma peça denominada:" Uma Parábola" de autoria de Frei Carlos Mester (texto base do 9º Encontro Intereclesial) que foi adaptada e dirigida pelo prof. de teatro Robson Benta.
Apesar de nenhuma experiência em palco o Consciência Negra superou as dificuldades e conseguiu realizar um belo trabalho, o nervosismo não foi empecilho para o grupo que mais uma vez marcou pontos frente ao trabalho que vem realizando. A peça falava da chegada de Jesus Cristo em um terreiro de candomblé, onde ele foi recebido como se já fosse conhecido pelos que ali estavam. Conversou com todos, abraçou a mãe de santo e perguntou: como o conheciam e sabiam seu nome ? A mãe respondeu dizendo que ali todos o conheciam, convidando - o para dançar pois Jesus tinha um orixá muito bom!
Cabe - nos frisar que esse trabalho do Consciência Negra teve a participação de três iniciadas na religião afro (umbanda e candomblé) .

BEM PESSOAL, NOSSO BOLETIN TERMINA POR AQUI. ESPERAMOS QUE TENHAM GOSTADO, COM CERTEZA ESTAREMOS DE VOLTA DAQUI À TRÊS MESES. OBRIGADO E ATÉ LÁ ...

AXÉ E LUTA!

- Produção: Grupo Consciência Negra
- Responsável: Valter B. Santos
- Revisão: Tânia Regina Dreifahl

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

Através desta fonte conseguimos ter dimensão das atuações do grupo. O informativo é aberto com o editorial, com foco no âmbito da educação básica. Neste primeiro quadro se comenta as perspectivas do movimento negro na virada de milênio, cita a "cumplidade" entre

governantes e educadores que resultou na inclusão de Zumbi dos Palmares nos livros didáticos do país e a demarcação do centenário e reconhecimento público do escritor negro Cruz e Souza, apontado como herói na luta e resistência contra a discriminação racial. Notícias celebradas como resultantes do engajamento do movimento negro, considera estas inclusões sinais de que a luta do movimento geram efeitos, mesmo em um cenário com disputa de narrativa histórica quanto ao reconhecimento da luta e história do povo negro por parte governantes e formadores de história que se sentem "donos da história neste país".

Na coluna "aconteceu em 97" (ano anterior à publicação do informativo) está o relato sobre dois cursos que "tiveram grande repercussão no meio acadêmico" sobre história da África e religião e cultura afro-brasileira, ambos em parceria com professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e com certificação. Nesta coluna também está uma provocação à população negra, considerada pelo editorial como pouco presente nos cursos: "acredita-se que há total desinteresse da comunidade negra em saber ou conhecer um pouco sobre suas origens"[23]. Esta crítica foi realizada junto ao relato de ampla divulgação na mídia e em locais frequentados por pessoas negras na cidade, tópico que indica o grande trabalho de divulgação realizado pelo grupo. Ao analisar este trecho do informativo se verifica um possível sentido da crítica: capturar a atenção sobre o conhecimento das origens da população negra. Consolação, interlocutora da pesquisa, comenta que as divulgações eram realizadas em locais estratégicos como as saídas de fábricas da cidade, na Igreja Católica, Terreiros, igrejas evangélicas, saída da universidade, praças do centro e de bairros mais carentes da cidade.

Percorrendo a primeira página do informativo é possível verificar a afirmação enquanto movimento negro e a atuação tanto no ensino básico quanto superior, com críticas às escolhas curriculares realizadas por professores de história, e a promoção de atividades tanto para estudantes da graduação quanto formação continuada, em espaços como o Museus Nacional do Sambaqui, referência na cidade nos estudos de povos originários que habitaram a região e a oferta de cursos de formação com certificação oferecida na sede das pastorais (centro da cidade, anexo à Diocese de Joinville) em parceria com professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC) de Florianópolis.

Na página seguinte, a característica ecumênica e de ocupação de diferentes espaços sociais pode ser percebida na indicação do programa de televisão "Se Liga Axé Brasil" com, logo abaixo, o relato das reuniões de planejamento anual da luta contra a discriminação e conquista do espaço do negro na sociedade e o endereço da sede das pastorais da cidade

[23] Uma observação. Existe uma dificuldade estrutural que resulta no pouco conhecimento da comunidade negra sobre de suas origens, efeito de um racismo epistêmico e institucional.

(anexo à Diocese de Joinville) com o contato do Padre da Igreja Matriz. Seguido ao anúncio da reunião de planejamento está o relato do curso de teatro promovido pelo grupo na escola Bom Jesus, escola confessional Luterana e comentário do professor do curso de teatro, pessoa muito engajada no movimento negro da cidade, acerca da oferta do curso de teatro sobre a questão racial na cidade como fato positivo e necessário para a comunidade negra de Joinville.

O informativo é encerrado com o anúncio da encenação de uma peça onde Jesus chega em um Terreiro de Candomblé e é recebido como alguém já conhecido. A encenação foi organizada pelo professor de teatro com a participação de pessoas iniciadas na umbanda e no candomblé e adaptou um texto escrito para o 9° encontro interclesial. Foi apresentada na romaria do trabalhador em Araquari, cidade vizinha a Joinville. Segundo as interlocutoras Consolação e Terezinha, foi esta característica ecumênica que levou a APN a ter um segundo nome "Grupo Consciência Negra", para ampliar o alcance do movimento sem se desvincular enquanto Pastoral, organizando a luta antirracista e pela consciência negra a partir da Igreja.

A seguir, trago mais uma reportagem publicada em jornal como fonte para ampliar o mapeamento sobre o que foi a APN/GCN e possíveis reflexões sobre sua atuação:

Figura 14 – Notícia em Jornal de Festa organizada pelo GCN

Data: 23/11/1999 Nº: Página: G6 Coluna:
Nome do Artigo: Festa marca o Dia da Consciência Negra
Autor: Antônio Anacleto Tipo:
Tema: Cultura Negra - Dia da Consciência Negra

A NOTÍCIA
Joinville - SC

G6
Terça-feira, 23/11/99

GERAL

Festa marca o Dia da Consciência Negra

Foram três dias de atividades artísticas e culturais, além de palestras e escolha das mais belas representantes afros

ANTÔNIO ANACLETO

Parte do discurso do pastor batista Martin Luther King feito em agosto de 1963 para mais de 200 mil pessoas na capital americana, continua atual. Foi com este mesmo sentimento de confraternização que o Grêmio Afro-brasileiro de Joinville, em conjunto com o Grupo Consciência Negra, organizou no final da semana a 1ª Festa Afro de Joinville. Foram três dias da mais variada programação na Designer Night Club, no bairro Floresta. A data, que lembra a morte de Zumbi dos Palmares, ficou marcada como o Dia Nacional da Consciência Negra.

A abertura da festa teve a participação do secretário estadual de Saúde, Eni Voltolini, e família. Também prestigiaram a deputada estadual Ideli Salvatti (PT) e o vereador florianopolitano Márcio de Souza (PT). Ainda na sexta-feira foi eleita a Garota Afro de Joinville 2000. A eleita, entre 19 concorrentes, foi a estudante Joseli dos Santos Lisboa, 18 anos, que integra a equipe joinvilense de atletismo. Em segundo lugar foi escolhida Vera Lúcia de Paulo e como garota simpatia foi eleita Joice Cunha de Souza. Na mesma noite foram homenageadas personalidades destacadas afro e os amigos da cultura afro-brasileira.

MULTIRACIAL

No sábado à tarde ocorreu a apresentação da banda do 62º Batalhão de Infantaria, sob a regência do tenente Fragoso. A apresentação foi bastante aplaudida e emocionou a plateia. A composição interpretou o Hino Nacional e músicas populares. O especial da banda do 62º Batalhão de Infantaria, que mesmo sem pertencer incorporou o espírito do encontro, está em sua formação multiracial. Assim como todo o Exército, ela reúne as mais diferentes etnias. Segundo o tenente Fragoso, "o Exército acolhe todos os filhos da pátria sem distinção".

Os organizadores também destacaram o apoio da Cipla Industrial S/A, patrocinadora do encontro, e a Clínica Alexandre Samas, que forneceu a linha de maquiagem especialmente desenvolvida para os descendentes afros às concorrentes do concurso.

O espaço para discussão dos diversos temas que envolvem a comunidade negra ficou reservado para a conferência pública, na tarde de sábado. Os discursos dos diversos palestrantes giraram em torno em comum, elegeu como principal ponto a ser explorado no caminho da igualdade entre os homens a educação.

"Eu tenho um sonho...

Eu tenho um sonho que um dia meninos e meninas negras poderão unir as mãos com meninos e meninas brancas, como irmãos e irmãs..."

■ MARTIN LUTHER KING

INCENTIVO

A tenente-sargento de saúde do Hospital Geral do Exército de São Paulo, Adriana Ramos de Souza falou da importância do incentivo da sociedade para que o negro conquiste seus objetivos. Sua mãe, a enfermeira e obstetra Natália Pereira Ramos de Souza abordou o papel dos pais na formação da consciência negra e o necessário investimento na educação.

A professora e coordenadora do Grupo Consciência Negra de Joinville, Maria Consolação Osório, conclamou a organização à conquista e garantia dos direitos que cabem a todos os cidadãos. O professor Luiz Diomedes lembrou que as dificuldades já foram maiores e indicou o caminho da educação e cultura como forma de libertação.

A pedagoga Silvia Regina Cavalheiro falou da auto-estima – que, em sua opinião, o negro tem que cultivar, fugindo do ideal de beleza ocidental – e da valorização do caráter. A enfermeira e integrante do movimento Helena Francelino ressaltou como necessária a continua cobrança dos direitos como forma de afirmação da cidadania.

CULTURA Apresentações de capoeira integraram a programação da 1ª Festa Afro de Joinville, de sexta-feira a domingo

Grupo folclórico precisa de apoio

A 1ª Festa Afro de Joinville [illegible] palco de outras apresentações culturais. Mostraram seu trabalho o Grupo de Capoeira Caravelo Negras e grupos de street dance. O público também participou do baile embalado pelo grupo Cartão Postal.

O ponto alto no domingo [illegible] por conta da apresentação do Grupo Folclórico Catumbi, que tem mais de 80 anos de tradição mas precisa de apoio para não desaparecer.

Também não faltaram a comida típica e os shows de talento, entre outras atividades. Segundo Helena Francelino, uma das coordenadoras da festa, foi dada a largada para futuros eventos e iniciativas mais ousadas. A comissão organizadora foi composta por Olga Maria Agostinho, Joana Teresinha Ramos, Helena Francelino, Rosângela Gonçalves e Sergio Sestrem. (AA)

REPRESENTANTES Joseli, Vi Lúcia e Joice: as belas

ETNIAS Banda do 62º Batalhão de Infantaria: multiracial

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

A fonte acima faz parte do jornal A Notícia publicado em 23 de novembro de 1999, na página G6, com a manchete "Festa marca o Dia da Consciência Negra". Com registros sobre a 1ª Festa Afro de Joinville, a reportagem narra que foram três dias com programações artísticas e culturais como palestras, capoeira, Catumbi, baile, eleição da Garota Afro e presenças institucionais (secretário estadual, deputada, vereador).

Organizada pelos grupos Consciência Negra e Grêmio Afro-brasileiro de Joinville, a festa foi custeada com patrocinadores privados e teve a presença da banda do 62º Batalhão de Infantaria e presença de autoridades políticas. A matéria enfatiza que os discursos que permearam a programação convergiram para "a educação" como eixo para a igualdade. Esses elementos permitem ler o evento como infraestrutura pedagógico-política sobre a memória e a estética afro-diásporica, articulando cultura, cidadania e alianças interinstitucionais nos moldes no movimento negro educador (Gomes, 2017).

Do ponto de vista da atuação política, a festa revela mais sobre o repertório de atividades do movimento, que ao longo dos seus anos de atuação ocupou a cidade com marchas, panfletagens, manifestações, piquetes, performances, debates e celebrações. A

diversidade de atividades demonstra potencial para ampliar a audiência interlocutora. No caso da festa noticiada em jornal no ano de 1999, a presença de autoridades e de um corpo musical militar indica interações sustentadas com elites e autoridades, típicas de momentos em que estruturas de oportunidade se abrem para reconhecimento formal, sem eliminar disputas de sentido sobre racismo, memória e pertencimento (Tarrow, 2009).

A reportagem apresentada acima mostra uma rede que cruza parcerias entre associações negras locais, movimentos culturais como o Catumbi, grupos de capoeira e street dance, Estado (Executivo/Legislativo e Exército), mercado (patrocinadores) e mídia (o próprio jornal). Essa teia de laços atravessa a festividade com circulação e articulação de organizações sociais, recursos simbólicos (legitimidade pública, visibilidade midiática) e materiais (patrocínios, estrutura logística, presença institucional). A atividade narrada constitui, assim, uma práxis do movimento negro educador (Gomes, 2017), pois o encontro produz formação política, com palestras sobre autoestima da população negra e discriminação, homenagens a lideranças e performances artísticas que se convertem em pedagogia pública (hooks, 2017), historizando e conscientizando o sentido político do "20 de Novembro".

Lentes teóricas como a categoria político-cultural de amefricanidade (Gonzalez, 1988) permitem visualizar a fonte acima como uma mostra de diferentes linguagens (o baile, a capoeira, o Catumbi) que transitam entre matrizes culturais africanas, afro-brasileiras e locais, compondo um espaço de enunciação da experiência negra. Esses trânsitos conectam os sujeitos a repertórios culturais afro-diaspóricos (Gilroy, 2001; Hall, 2003), colaborando para a construção de uma história e estética negra de experiência local em diálogo com a diáspora. Trata-se de um território que articula pedagogia, cultura e política, reafirmando a centralidade da cultura negra como projeto de emancipação coletiva.

Competições de beleza, a prática de eleger rainhas, musas e madrinhas em clubes e sociedades foi um traço marcante das sociabilidades no Brasil, principalmente ao longo do século XX EC., e, especialmente em associações recreativas, carnavalescas e clubes negros (Giane Vargas Escobar, 2010).

A eleição funcionava como dispositivo de representação da beleza e também como forma de marcar status social dentro dessas coletividades. Dentre as atividades descritas na programação do festejo de 20 de Novembro, está a eleição da "Garota Afro". Como refletir a escolha de realizar uma eleição da "Garota Afro"? De um lado, está uma estratégia de descolonização de padrões estéticos, ao afirmar a legitimidade e a diversidade das belezas negras em um espaço social marcado historicamente pela hegemonia de estéticas

eurocentradas. De outro, está o risco de reproduzir hierarquias internas e reforçar normatividades coloniais. A tensão entre emancipação e reprodução é pensada por Lélia Gonzalez (1988) no entrecruzar do racismo e do sexismo, estruturando as formas de reconhecimento e representação e produzindo uma lógica que conceitua de forma crítica como uma mestiçagem cultural (Gonzalez; Carlos Hasenbalg, 1980) que ora resiste, ora se acomoda às imposições coloniais.

Os concursos de beleza não são neutros, operam como dispositivos de visibilidade social, mas também como mecanismos de controle simbólico dos corpos (Fanon, 2008). Quando transportados para o contexto das populações negras, esses dispositivos podem adquirir sentidos contra-hegemônicos, transformando-se em pedagogias de autoestima e afirmação (Gomes, 2017), embora com o risco de reiterar critérios de avaliação que historicamente foram usados para hierarquizar mulheres negras, mesmo que o objetivo seja a valorização de identidades negras no sentido de amefricanidade (Gonzalez, 1988), de celebrar o diverso, o plural e o insurgente nas experiências negras.

Outro texto que consta na reportagem é a nota sobre a necessidade de apoio ao Grupo Folclórico Catumbi, explicitando a dimensão econômica e territorial da luta. Com Antônio Bispo (Santos, 2023), a festa pode ser lida como prática de contracolonização que mobiliza a confluências entre grupos, empresas e poder público para cuidar do comum, como um mecanismo de redistribuição de reconhecimento e recursos, ancorado em um território, a cidade de Joinville, e, produzindo sentido sobre a população negra na cidade, visibilidade, aprendizagem e coalizões em torno da pauta antirracista.

A seguir, trago para a tessitura da pesquisa uma entrevista concedida pela interlocutora Maria da Consolação para o Jornal A Notícia em 1997. Retomo o conceito de *vozes políticas*, elaborado no início do capítulo para pensar que o movimeno negros se faz com o emergir de corpos que se deslocam, ocupam fronteiras e constroem sentidos coletivos de pertencimento e resistência.

Figura 15 – Reportagem concedida por interlocutora ao jornal A Notícia (1997)

AN Classificados
Novo Telefone
431-9009

ANCidade

TERÇA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1997

COMFLORESTA
Preservando o meio ambiente

Comunidades negras vivem no esquecimento

No dia em que se lembra a data oficial da abolição da escravatura no Brasil, ocorrida há 109 anos, negros lamentam a falta de documentos para que possam descobrir suas reais origens, negados historicamente assim como lhes foi negada a liberdade

CRISTIANO MAIA

Todos os anos o assunto volta à baila. Dia 13 de maio, data oficial da abolição da escravatura no Brasil, os ativos do País voltam-se para as comunidades negras. Descendentes dos primeiros africanos que chegaram trazidos para abastecer a industrial colonial e, depois, os ricos latifundiários com seus empreendimentos exportadores. Depois de 109 anos de abolida a permissão para a utilização de mão-de-obra humana em regime de escravidão, as comunidades negras espalhadas pelo País e em particular em Joinville, sofrem com o que o professor Paulino de Jesus, mestre em história e membro do Núcleo de Estudos Negros (NEN), de Florianópolis, chama de invisibilidade.

Invisibilidade que para a professora Maria da Consolação Pereira Ondrio, membro do Grupo Consciência Negra — fundado em Joinville há 11 anos — passa muito próximo do racismo. Racismo velado que esconde a pluralidade dos grupos étnicos que formam a sociedade. Sem distribuição de terras ou programas de incentivo à pequena empresa, com falta de educação básica, os negros atraessados da África foram libertos pela princesa Isabel em 1888.

MEMÓRIA QUEIMADA

O detalhe é que a alforria foi apenas formal. Cerca de 90% da população negra já estava liberta do regime escravagista. Para piorar a situação, o governo brasileiro queimou milhares de documentos que informavam sobre a história dos escravos trazidos para o Brasil, temendo pedidos de indenização dos senhores escravagistas em cima de pequenos descendentes de africanos conseguem reconstituir, hoje, sua árvore genética. Os que tentam, invariavelmente, são pasmos da terceira geração.

Morando há 45 anos em Joinville, o aposentado Manoel Henrique Brás faz parte dessa história esquecida. Hoje com 81 anos, relembra os tempos em que ajudou a fundar e presidiu o Clube Kinta, no bairro Floresta, em Joinville, na década de 40. Um dos poucos clubes constituídos por negros e para negros. Mas, para negros de classe média.

O aposentado acredita que os negros continuam discriminados. "A discriminação do pobre e do negro é muito grande, o negro está jogado", explica. "A intenção da princesa Isabel foi boa, mas a sociedade e o governo não ligam para os pequenos", completa Brás, hoje com seis filhos, 23 netos e 11 bisnetos. A maioria vivendo em Joinville.

Dono de memória e lucidez invejáveis, Brás explica, sorrindo no início de sua casa, no Floresta, que a história dos negros está esquecida. As grandes festas, danças e tradições da cultura afro-brasileira estão desaparecendo porque crianças negras não são ensinadas, nas escolas, sobre a memória de seus antepassados. Um exemplo: na juventude Brás participava da Festa da Nossa Senhora do Rosário, uma antiga tradição de descendentes de africanos que se realizava em todo o Brasil, em épocas diferentes. Na Piraba, onde Brás festava, as comemorações aconteciam no final de ano. Hoje, poucas pessoas de descendência negra que viram nas grandes cidades catarinenses, como Joinville, sabem da existência da festa. "A gente tenta passar para os netos, mas tem muita gente que não sabe", reflete.

ÍNDICES CONTESTADOS

Os números mostram que sociedade civil e Estado desconhecem o número de profissionais de origem africana que trabalham em setores essenciais como educação, direito, medicina, engenharia... As respostas são sempre muito parecidas: "não há dados". Segundo Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1995, existiam em Santa Catarina 592.195 negros ou pardos. O técnico do IBGE, Armando da Costa, explica que os critérios de identificação da raça a qual pertence o pesquisado são definitivos. Os próprios entrevistados informam a qual raça — entre amarelos, indígenas, negros, brancos ou pardos — pertencem.

Porém, como esta pesquisa respostas, no censo de 1980 também promovido pelo IBGE que não fechavam a classificação em cinco raças, definições como agalegada, azul-marinho, tostada, ruiva, roxa, marinheira, alvinha, canelada e outras 86 respostas. Para o professor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (Udesc), Paulino de Jesus, definições como essas e o resultado do índice da pouco menos de 10% da população catarinense se definir como negra ou pardo é a resposta a um processo cultural de embranquecimento. "Esse índice é a prova de uma história de movimento cultural que faz da branquitude o alcance da nossa identidade regional", explica.

INVISIBILIDADE
Família do vigia Palmiro Abdon de Oliveira (na foto acima) e a professora Maria da Consolação Pereira Ondrio com as filhas: dificuldades para resgatar a árvore genealógica, cortado pelo regime escravagista

Sociedade Bakhita homenageia religiosa negra

A Sociedade Bakhita, instalada no bairro Boa Vista há 12 anos, é exemplo da presença dos africanos na sociedade joinvilense. O nome Bakhita é em homenagem à ex-escravizada nascida no Sudão, em 1869, e falecida em Vicenza (Itália), em 1949. Negra, conheceu a dor da escravidão. Obrigada ao ponto de esquecer o nome dado por seus pais, Bakhita significa afortunada. Entretanto, o nome foi dado pelos seus raptores. Passou por uma dezena de mercados onde, ao invés de produtos alimentícios ou utilidades domésticas, vendia-se a força de trabalho humana.

A humilhação datou até ser comprada pelo cônsul italiano no Sudão, Calisto Legnani. Quando ele e sua família voltaram para a Itália, Bakhita foi também. Em seus cuidados ficou os filhos do casal e tornou-se amiga da esposa de Legnani. Ela foi deixada pelo casal em Veneza, no Instituto dos Catecúmenos. A partir daquele dia começa-se a intensificar-se os laços entre Bakhita e a religião. Ale que em 9 de janeiro de 1890, já batizada como Josefina Bakhita, recebe os primeiros sacramentos de iniciação cristã.

O processo de canonização começou 12 anos após a morte de Bakhita. Em 1º de dezembro de 1978 a igreja católica reconheceu formalmente as virtudes da irmã.

Antes de morrer, já agonizando, a dor dos anos de escravidão ainda pesavam nos ombros de Bakhita. Segundo relatos, ela suplicava a enfermeira: "Abrevia-me as correntes...pesam!".

Em Joinville a entidade Sociedade Bakhita trabalha com 300 crianças, no ensino pré-escolar. Destas 120 estudam em período integral. A sociedade localiza-se na Helmuth Falgatter, 1952, no bairro Boa Vista. Telefone: 437-0704.

RESSURGIMENTO

Os primeiros movimentos negros, através de associações de lazer, começam no início do século 20, pouco tempo depois da abolição formal da escravidão. Em Santa Catarina os primeiros núcleos negros de integração cultural nascem na primeira década deste século.

Em Joinville as associações de negros, fundadas oficialmente ou informais como reuniões e festa entre famílias aumentaram significativamente durante as décadas de 40 e 50. Com as campanhas de nacionalização promovidas pela ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945), as colônias européias, e, em particular, as alemãs eram perseguidas e perdiam força enquanto os movimentos negros brotavam com mais força.

BARREIRAS

Hoje o NEN tenta quebrar uma das maiores barreiras do movimento negro, a participação de negros com curso superior — alguns com especialização e doutorado no exterior — e comunidade residentes em favelas, nas periferias de grandes cidades. Para avançar no campo da interação entre as comunidades negras Paulino explica que é preciso entender a cultura negra. Diferente da européia baseada na linguagem escrita, a cultura africana nasceu-se através da cultura oral.

A professora Maria da Consolação Pereira Ondrio, que para receber o título de especialista em historiografia e história do Brasil na Universidade da Região de Joinville (Univille) defendeu a monografia "Fragmentos da História da População de Origem Africana em Joinville". A Fundação do Kinta Clube (1960-1965)", explica que a discriminação da cultura oral e da música africana são formas de racismo porque boicotam a população afro-brasileira de seus orgãos. (CM)

PARA SABER MAIS

- NEGROS NO SUL DO BRASIL: INVISIBILIDADE E TERRITORIALIDADE. Editora Letras, 1996. Organizadora: Ilka Boaventura Leite.
- MEMÓRIAS NEGRAS. Editora Insular, Florianópolis, Brasil, 1996. Autor: José Beneti Rosa da Silva.

História não é contada na escola

A história da cultura afro-brasileira não é contada nas escolas. A afirmação vem de dois professores negros que estudam a civilização afro-brasileira há, pelo menos, uma década. Em Joinville, a professora com especialização em historiografia e história do Brasil, Maria da Consolação Pereira Ondrio, trabalha na elaboração de uma cartilha, para professores, contando um pouco da história da civilização africana. "A escrita utilizada é de que não se tem nada sobre a história africana, mas não é verdade", explica Maria da Consolação. Exemplo disso é a monografia da professora apresentada na Universidade da Região de Joinville (Univille) e à disposição dos interessados. A cartilha está quase pronta, mas a publicação depende da boa vontade de editoras ou governo.

Do Brasil, o professor José Bento Rosa da Silva, mestre em história do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, contribui para a diversidade de informações sobre a história dos africanos no Brasil com o livro "Negros Memórias". Relata a memória de historiens e descendentes de escravos residentes na região de Piraba (SC) e que participaram da Festa do Rosário, antiga tradição da comunidade negra de Santa Catarina. Na região, durante o século 18, a população negra chegava a quase 30% do total. No Desterro, atual Florianópolis, também durante o século 19, a população escrava chegou a 30% e em toda Santa Catarina entre 19% e 20%.

O professor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (Udesc), Paulino de Jesus, explica que a imagem do negro em Santa Catarina não existe. "Porque ele não é mostrado", diz. Sem visualização, as comunidades negras não se emergem. "Por isso é comum durante o carnaval se discutir escolas de samba em cidades catarinenses tecnicamente de imigração puramente européia, como Blumenau, e se achar que isso é autêntico", informa Paulino. "O que existe é uma negação de olhar para Santa Catarina de forma diferente da", completa o professor.

Mas, para os professores o melhor livro publicado até hoje sobre cinco sobre comunidades negras em Santa Catarina, e nos outros dois estados do Sul do País, é "Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade". Lançado em 1996, organizado pela professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e antropóloga Ilka Boaventura Leite, o livro é uma coletânea de artigos — com caráter científico e baseado em pesquisas de especialização, mestrado ou doutorado nas áreas de ciências humanas — sobre comunidades de descendentes de africanos que vieram ao País. Dia é uma das cientistas sociais mais respeitadas do Brasil. (CM)

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, reprodução da pesquisadora, 2021.

A fonte acima é uma entrevista concedida por Maria da Consolação ao jornal A Notícia em 13 de maio de 1997, publicada em matéria jornalística sobre a Sociedade Bakhita de Joinville, ligada à Igreja Católica e que estava realizando homenagem à religiosa negra. Identificada como professora e especialista em historiografia da história do Brasil, a entrevistada falou de sua pesquisa "Fragmentos da História da População de Origem Africana em Joinville" e da produção de conhecimento historiográfico por pessoas negras.

Na entrevista, a professora denuncia a lacuna persistente de uma história negra ensinada nas escolas, reduzida quase exclusivamente à narrativa da escravidão. Uma das autorias citadas na reportagem é de Ilka Boaventura Leite (1996) em "Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade" que corrobora com a crítica levantada pela

entrevistada sobre as sistematica invisibilização da população negra no sul do Brasil, negando-lhes inscrição na memória coletiva regional.

Ao abordar a fundação do Kênia Clube (1960–1965), Maria da Consolação enfatiza como a oralidade, a música e outras expressões culturais de matriz africana foram discriminadas e associadas à marginalidade, forçando o isolamento da população negra. Evidencia que clubes e sociedades como o Kênia não se restringiam a espaços recreativos, mas constituíam arenas de resistência política e cultural. Nesse sentido, sua leitura sobre a população negra em Joinville está próxima das análises de Clóvis Moura (1988), que identifica nas sociabilidades negras a emergência de estratégias de resistência, ainda que em ambientes fortemente marcados pelo racismo. Uma de suas estratégias é narrar a história negra em sua região.

Maria da Consolação inscreve-se no horizonte do Movimento Negro Educador (Gomes, 2017) com práticas coletivas que produzem pedagogias insurgentes, capazes de tensionar a narrativa oficial e construir identidades emancipatórias. Sua *voz política*, inscrita em publicação de jornal de grande circulação regional, intenciona visibilizar a história negra na cidade, produzindo presença no lugar da ausência (Gomes, 2017). Narrando memória de luta, de criação e de produção de saberes capazes de sustentar racionalidades emancipatórias (Gomes, 2017).

Seguir fios e retalhos através de documentação jornalística reunida ao longo da pesquisa sobre o movimento negro em Joinville permite acompanhar, ao longo dos anos, a trajetória de um mesmo ator social que se transforma. O grupo APN/Consciência Negra foi criado como Pastoral do Negro (1987) “sob a coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimentos”, com objetivos de “fortalecimento da raça negra” e “programações para a comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos” (Jornal Santa Catarina, 13 jun. 1987, p. 9). Passou por reorganização como o nome Grupo Consciência Negra – GCN e teve intensa atuação na cidade, comprovada pelas fontes históricas analisadas.

Ao longo da pesquisa foi possível compreender que o grupo passou por momentos de atuação mais intensa e outros de reorganização, informação narrada pelas interlocutoras e também encontrada em recorte do A Notícia (21 mai. 1997, p. D-6) onde se inscreve que o GCN “passa por reestruturação”, promoverá “festas e encontros para fortalecer a cultura afro-brasileira” e iniciará “discussões sobre discriminação racial”, mantendo como locus a Paróquia Cristo Ressuscitado. A página de A Notícia (23 nov. 1999, p. G6) documenta a 1ª Festa Afro com três dias de atividades com capoeira, Catumbi, palestras, baile e homenagens, sublinhando que os discursos convergiram para “a educação” como eixo de igualdade.

Lidas em conjunto, as fontes analisadas mostram um grupo cuja atuação se caracteriza por continuidade com mudanças. Em 1987 predomina um registro intraeclesial (pastoral) e memorial (centenário de 1888), com o passar dos anos, o grupo se forma coletivamente e amplia suas discussões. Nas fontes acessadas com datas entre 1997 e 1999, o vocabulário torna-se cívico-político e cultural, aparecem conceitos como discriminação e cultura afro-brasileira, sem ruptura com a base organizacional na Paróquia Cristo Ressuscitado.

Ao longo dos anos, o grupo conserva alianças antigas e constrói novas, movendo-se da concentração da atuação na região paroquial para circuitos públicos mais amplos. A permanência na Paróquia Cristo Ressuscitado como lugar de encontro caracteriza um espaço que protege vínculos e armazena memória. Opera como nó articulador que conecta igreja, associações, universidade e poder público, produzindo laços que ampliam a circulação de recursos materiais e simbólicos. A notícia de 1987 já indicava essa costura ao mencionar o Grupo Unitivo do Negro Catarinense, o professor Flávio Cruz do departamento de Ciências Contábeis da UFSC e um debatedor da África do Sul, sinalizando trânsitos transnacionais.

A fundação em 1987 aproveita estruturas de oportunidade abertas pela redemocratização do Brasil e pelo marco simbólico de 1888. Os ciclos de mobilização utilizaram de diferentes repertórios, inclusive com circulação no Cone Sul (Montevidéu, 1990, lembrada no recorte de 1997) e a festivalização de 1999: estudos, seminários, festas, homenagens, concursos, apresentações, debates, performances. São trânsitos que ocorrem ao mesmo tempo em que educam a sociedade (Gomes, 2017)**.** De forma coletiva, o grupo ensina e aprende em rede, produz sujeitos políticos e consciência histórica. Transitando em arenas múltiplas desde as elites à base popular, atravessa diferentes estruturas sociais e camadas de classe. Combinando agentes com acesso a circuitos de elitizados (acadêmicos, gestores públicos, parlamentares, patrocínios) e agentes da base popular (redes de bairro, CEBs, manifestações), tenciona posições na luta por direitos e na luta antirracista.

Tal coletivo se fez em rede com outros coletivos. Fios dessa rede foram encontrados ao longo da pesquisa, principalmente publicações em jornais que circularam na cidade ao longo dos anos 1980 até os anos 2000. O quadro a seguir apresenta uma organização cronológica com data, nome do jornal, título da notícia e palavras-chave do texto noticiado. Consiste em uma tentativa de juntar retalhos feitos por fios que atravessaram a rede que compõe o movimento negro em Joinville.

Quadro 3 – Fontes relacionadas à atuação de movimentos negros em Joinville ao longo da pesquisa

Data	Jornal	Título	Palavras-chave
22/04/1970	Jornal de Joinville	Data redentora: A abolição da escravatura negra no Brasil foi comemorada condignamente em Joinville	Realização do Congresso Negro foi prestigiada por autoridades civis, militares e eclesiásticas. Pela primeira vez em Joinville, a data da abolição da escravatura no Brasil foi comemorada ontem pela União Catarinense dos Homens de Cor, idealizada pelo líder Avandie de Oliveira, com a realização do congresso amplamente divulgado na imprensa, o presidente nacional da UCHIC veio representando o governador Paulo Pimentel do Paraná, o governador Ivo Silveira se fez representar pelo prefeito municipal de Joinville, Livandário Nóbrega.
09/05/1970	Jornal de Joinville	Ultimam-se os preparativos do I Congresso Negro de Joinville	Congresso dos Homens de Cor de Joinville coordenado pela União dos Homens de Cor. União dos Homens de Cor aguarda a confirmação das autoridades na solenidade.
13/05/1970	Jornal de Joinville	Congresso Comemora a Abolição da Escravatura	Congresso dos Homens de Cor de Joinville coordenado pela União dos Homens de Cor com a presença do governador Ivo Silveira e prefeitos da região.
30/07/1982	A Notícia	Cultura Negra	Grupo Afro-Brasileiro de Joinville estará presente no Encontro Nacional Afro-Brasileiro, na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro com o tema “cultura negra” participando de palestra e mostrando o grupo folclórico Surinam
18/11/1984	A Notícia	Inicia amanhã a Semana Afro	1º Semana Afro-catarinense, promovida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, a coordenação da 5ª UCRE e membros da comunidade afro-catarinense; Maria Laura: o bjetivo é resgatar fatos históricos significativos, promoção da proximidade entre o negro e o branco, elementos étnicos formadores do povo brasileiro; abertura: ealizada na Sociedade Ginástica com exposições e demonstrações de elementos da cultura negra; a exposição vai percorrer bairros de Joinville com atividades ao longo da semana; Nas escolas a comissão organizadora vai desenvolver atividades para divulgar a cultura da cultura afro-brasileira “especialmente na região norte do estado, onde esta cultura é muito forte, mas que conserva seus valores escondidos”; presentes durante o evento: diversos representantes de governos africanos no Brasil, como o Conselheiro Cultural da Embaixada da Costa do Marfim no Brasil, Narcisse konan Kouadio, o Conselheiro Municipal da Embaixada do Senegal no Brasil Mouramadou Do Do Lou e o ministro José Ferreira Lopes, chefe da divisão sobre a África do Itamaraty do Ministério das Relações Exteriores; abertura com palestra da professora Maria José de Souza, presidente do Centro de Itegração Cultural Comercial Afro-Brasileiro e responsável pelo Departamento de Assuntos Afros do Governo Estadual
22/11/1984	A Notícia	Semana Afro-catarinense	1º Semana Afro-catarinense; parceria entre Secretaria da Educação de Estado e 5º UCRE; articula maior intercâmbio de ordem econômica, um dos convidados é o diplomata brasileiro José F. Lopes, responsável no Itamaraty pela coordenação das relações do Brasil com 23 países africanos; em Joinville há tempos um grupo de pessoas de cor negra faz intenso trabalho para ampliar as relações de caráter cultural com os países africanos; um dos aspectos singulares desta movimentação é que

			se registra numa cidade de colonização germânica e eminentemente europeia, o que demonstra que o movimento migratório interno nas últimas três décadas trouxe para Joinville pessoas com interesses de ordem cultural e econômica dos mais diversos; promove uma saudável integração social e um perfeito convívio de brasileiros oriundos de diferentes raças; Santa Catarina tem interesses em relações especiais com países africanos para diversificação do seu parque fabril , apesar do reduzido poder aquisitivo das muitas nações recém criadas no continente.
20/11/ 1985	Extra: o diário de Joinville	A Consciência Negra	Entrevista com a professora e diretora da Escola João Colin sobre o dia da consciência negra
26/11/ 1985	A Notícia	Punições para o Preconceito	Sobre o projeto da Lei Afonso Arino e sua tramitação.
16/02/ 1986	Extra: o diário de Joinville	A marginalização do negro e sua consequência	José da Conceição da GUNC: marginalização do negro no acesso do processo político-administrativo do Estado; urge que as consciências negras do Estado se sensibilizem em torno do grande ideal da valorização e participação ativa do negro no processo político-administrativo do Estado; todos os participantes afinados ideologicamente com o movimento participarão da escolha da indicação dos representantes aos cargos eletivos e administrativos conquistados pelo GUNC; unidos por um só ideal vamos eleger o nosso constituinte; a finalidade do GUNC é conscientizar o negro de seu valor e conduzi-lo a luta por um espaço dentro da sociedade em relação a emprego, igualdade e respeito humano; fazer com que o negro sinta que pode sobreviver com harmonia sem se sentir inferior
20/02/ 1986	JSC - Câmara de Joinville	Racismo velado marginaliza o negro no Estado	José da Conceição do GUNC: a marginalização do negro no processo político e administrativo do Estado é acosionada pelo disfarçado racismo das autoridades, da lideranças políticas conservadoras e pela própria dispersão da comunidade negra catarinense; urge que as consciências negras de todo o estado sensibilizem-se e irmanem-se na valorização do ideal e participação ativa do negro no processo político e administrativo do Estado
21/02/ 1986	A Notícia	Lider da comunidade negra acha que há racismo na política	José da Conceição do GUNC: a marginalização do negro no processo político administrativo do Estado é causada pelo disfarçado racismo das autoridades, da lideranças políticas conservadoras e pela própria dispersão da comunidade negra catarinense; Urge as consciências negras do Estado se sensibilizarem e irmanarem-se em torno do da participação ativa do negro no processo político do Estado; temos que romper os elos viciosos abraçando o ideal, traçando os objetivos comuns que nos levarão à ocupação dos espaços que já nos são devidos, com luta, desprendimento e renúncia alcançaremos os resultados desejados; somente unidos por um só ideal, elegeremos o nosso constituinte; a finalidade do GUNC é conscientizar o negro de seu valor e conduzi-lo à luta por um espaço dentro da sociedade em relação a empregos, igualdade e respeito humano
11/05/ 1986	Diário Catarine	Aos 111 anos, vó Zuzina é feliz.	Vé Zuzina tem 111 anos de idade. Foi escravizada. Hoje tem 11 filhos. Seus pais foram escravos até a Revolução de 30. A

	nses		família de Josina abrigou desertores alemães e franceses, quando aprendeu a falar os idiomas. Hoje não sabe ler nem escrever. Casou com Silvério, que morreu há 44 anos. Foram morar em Joinville. Sempre lavou roupas para famílias da região. Vive de uma pensão de 290 cruzeiros. Tem dificuldades financeiras e é feliz.
14/05/ 1986	Extra: o diário de Joinville	Negros já não comemoram o dia da abolição: ontem	Presidente da GUNC, José da Conceição, e Maria Laura, conselheira do CICCAB: 13 de maio não é muito importante para os negros; é o dia que morreu o zumbi dos palmares, marcando o dia da consciência negra; a desunião da raça é motivo que leva à atual situação discriminatória na sociedade; José: mesmo com candidaturas de negros eles não seriam eleitos, pois não há união e os negros se envergonham de sua raça; Maria Laura: falta de união da raça em torno de si mesmo; é importante uma integração entre os negros, unindo-se como quem preza por sua raça.
12/06/ 1986	Jornal de Santa Catarina	GUNC quer a participação do negro na sociedade	José da Conceição do GUNC: tem crescido a participação da raça negra na sociedade, mas ainda tem que ter mais participação; somos considerados cidadãos de segunda categoria; a cada 100 negros brasileiros que trabalham apenas três ganham mais de cinco salários mínimos; metade da população negra vive com um salário mínimo apenas; espera que na nova república o negro tenha uma ativa participação nos destinos do país; na realidade que vivemos, sem termos muitas chances de subir no palco do sucesso; quando a TV mostra problemas com pessoas pobres a figura do negro é a que aparece; é difícil ver um negro no papel de primeira linha na novela; o Mussum dos trapalhões é a imagem do negro que não sabe falar e beberrão; as negras em novelas fazem papéis secundários, como de empregadas e etc. estamos num país onde quase metade da população é negra; a cada 100 negros, 49 não sabem ler nem escrever, enquanto entre a raça branca o número é de 28 entre um grupo de 100.
01/10/ 1986	Jornal de Santa Catarina	Negros de Santa Catarina querem participar da nova constituinte	A GUNC tem ramificações no norte do Estado e discute maior participação do negro na sociedade; José da Conceição acha que a nova Constituição é a oportunidade para fazer valer as leis sobre o racismo; que nunca funcionaram. A discriminação racial deve ser caracterizada como um crime inafiançado; o racismo é um comportamento cultural que precisa de leis firmes para uma igualdade entre todos os brasileiros; a situação pode mudar a partir das aberturas constitucionais, como as colocadas no projeto da Comissão Afonso Arinos; a Constituinte só terá legitimidade se for antecedida pela eliminação da legislação autoritária e resultar da participação e debate de toda a sociedade
11/10/ 1986	Jornal de Santa Catarina	Em Joinville: racismo versus beleza	vereador criticou na tribuna da Câmara o comportamento de bancário que impediu funcionárias de participar de concurso de beleza no Clube Floresta, por ser uma sociedade frequentada por negros e pessoas de baixo nível; vereador diz: “é lamentável que existam pessoas que ainda pensam desse jeito”; declaração do banqueiro repercutiu negativamente entre os negros da cidade; o presidente da Escola Príncipes do Samba, Eugênio Butiaco Miranda afirmou “é uma pena que em pleno ano de 1986, ano Internacional da Paz, existam pessoas com espírito reacionário. Joinville é uma cidade que cresceu numa mistura de raças”; diretor do Clube Floresta disse “não tem sentido uma colocação dessa. O clube cresceu pela força de todos, pretos ou brancos. É

			um clube aberto. Não é clube frequentado só por negros, muito menos por pessoas de baixo nível"; bancário diz que não é verdade e está muito magoado por terem dito que falou isso; bancário pretende falar com o delegado para esclarecer os fatos; algumas funcionárias do banco não concordam com a posição do bancário
29/11/ 1986	JSC - Câmara de Joinville	Vereador de Joinville faz análise sobre o dia da consciência negra	Vereador Mauro Moura faz análise; critica o preconceito da raça branca e da raça negra; muitos ainda mantém clubes fechados; todos são iguais, a diferença está na cor da pele e desenvolvimento da inteligência; dia da consciência negra não foi comemorado na cidade, a data é importante e ficou nas discussões internas; GUNC e um grupo recém formado ainda sem nome; conselho político de apoio ao negro foi formado para que nas eleições de 1988 negros façam parte da câmara de vereadores; luta para que a nova constituição do brasil acabe com o preconceito e o racismo; reinauguração do Kenia clube vai acontecer e é necessário como lugar de encontro das pessoas negras
06/12/ 1986	A Notícia	Grupo Negro em dificuldade	Falta de recursos está sendo a maior dificuldade encontrada pelo GUNC para organizar 1º Seminário Joinvilense Negro Constituente, que discutirá o tema Negro, Cultura e História; programação elaborada pelo GUNC prevê palestras de caráter sociológico proferidas por políticos e autoridades nacionais: o professor Flávio Cruz com "negro, cultura e história", "democracia e política" com o deputado federal Luiz Henrique da Silveira; "justiça e sociedade" com o juiz de direito Luiz Carlos Barbosa, "as constituições brasileiras" com o advogado João Camill, o sociólogo senegalês Thierno Gueye com o tema "negritude e diáspora", e, o governador Esperidião Amin com "política e constituinte"; apesar da programação definida faltam recursos, diz presidente do GUNC José da Conceição; situação que já provocou adiamento do seminário; foram feitas solicitações de ajuda ao governo do Estado e prefeituras da região; esperam ajuda para organizar o evento, importante para o negro catarinense para discutir interesses sobre a cultura negra; os interessados em colaborar financeiramente podem entrar em contato
24/12/ 1986	A Notícia	Grupo do negro quer voz na constituinte	GUNC quer ter voz ativa na constituente; para levantar reivindicações da categoria negra do Estado foi realizado o 1º Seminário Joinvilense Negro Constituente, com participação de 120 delegados do GUNC; vários temas entraram em discussão; o juiz de direito Luiz Carlos Barbosa falou sobre "negro, sociedade e justiça"; o advogado João Camilo palestrou sobre "o negro constituente"; o professor Thierno Gueye do Senegal falou sobre "negritude no Pan-africanismo"; o professor da UFSC Flávio da Cruz sobre "negro, cultura e história"; o final do seminário o grupo elaborou um documento que será entregue ao deputado federal Luiz Henrique da Silveira contendo as reivindicações do negro expressas através do GUNC
31/12/ 1986	Extra: o diário de Joinville	GUNC agradece o apoio recebido da cia. Hansen	José da Conceição do GUNC: a desunião e o afastamento do negro de suas origens fizeram com fosse tirado ou negado maior espaço ao negro na política no Brasil; o GUNC produz um banco de dados para colher informações história do negro no Brasil; encaminha pessoas para candidatar-se a vagas de emprego mediando o contato com o empregador para que o candidato não

			sofra racismo; possui 13 coordenadorias regionais que trabalham em apoio com trabalhos comunitários e conta com 10.128 filiados em Santa Catarina; o 1º Seminário Joinvilense Negro Constituente foi realizado no dia 2 de dezembro na sede do sindicato dos bancários de Joinville; começou com um minuto de silêncio pela morte de Samora Michel, ex-presidente de Moçambique; as palestras: "o negro Sociedade e Justiça"com o juiz de direito Luiz Barbosa, em seguida o palestrante Flávio Cruz, falou "sobre negro, história e cultura", onde pode mostrar com dados concretos que a discriminação racial é uma constante em nossos dias e mostrou recortes de jornais que provam que em menos de seis meses houve seis casos de discriminação racial no Estado; "contribuições brasileiras" foi a fala dp advogado João Camillo, onde condenou o governo em favor do negro para que na próxima Constituição lá estivesse um número maior de representantes; "a negritude e o pan-africanismo" com o professor Thierno Gueye do Senegal que lembrou com tristeza a perda inexplicável de Samora e Michel, um grande líder negro. Falou da necessidade de se assumir dentro de sua condição racial e lutar pelos seus direitos; o objetivo do seminário foi conscientizar o negro pela luta de união e maior espaço dentro da sociedade, pedir aos constituintes que vejam seriamente o espaço e as leis que vão aprovar de uma vez por todas, se aceita que a maioria; agradecerm apoio da Prefeitura de São Francisco do Sul e da Companhia Hans Industrial, sem esses recursos a GUNC jamais poderia realizar o seminário
08/03/ 1987	Extra: o diário de joinville	GUNC - promoção - 21/03 na Sociedade Kênia	José da Conceição da GUNC divulga baile em prol das famílias carentes na Sociedade Kenia Clube; a GUNC vêm recebendo bastante apoio de empresas de outros locais; o baile tem como objetivo ajudar as famílias de baixa renda que moram na periferia da cidade
05/06/ 1987	Jornal de Santa Catarina	Seminário do Negro reunirá 250 delegados de todos os estados	O GUNC realiza em 27 de junho o seminário Discrimação do Negro no Trabalho para 250 Delegados de todos os estados do Brasil, sob coordenação de José da Conceição, Presidente da GUNC no Kênia Clube de Joinville. O programa elaborado pela GUNC envolve palestras. Participam o coordenador da Pastoral do Negro Luiz Diomedes Nascimento e o padre Luiz Paulo dos Santos. José lamenta a falta de apoio financeiro.
13/06/ 1987	Jornal de Santa Catarina	Pastoral do Negro	Fundanda recentemente em Joinville, a Pastoral do Negro, sob coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimento, foi criada com objetivo de fortalecimento da raça negra, realização de estudos, programações para comemorar os 100 anos da libertação dos escravos. O Grupo Unitivo do Negro Catarinense - GUNC idealiza um seminário com a presença de debatedores, como Amadou Tolokun, da África do Sul, e o professor Flávio Cruz, da UFSC.
17/06/ 1987	Diário Catarinense	Negro debate discriminação no trabalho	Segundo Seminário sobre a discriminação do negro no trabalho; organizado pelo Grupo Unitivo do Negro Catarinense (GUNC) na Sociedade Kênia Clube; dificuldades para levantar recursos para o evento; 250 representantes dos diversos grupos negros do estado de Santa Catarina participarão do evento
23/06/ 1988	A Notícia	Projeto quer resgatar cultura	A comissão em prol da abolição do negro, lançou no tourist hotel um projeto de intercâmbio Brasil-África através da realização de

		negra	um congresso internacional. Maria Laura Cardoso Eleotério diz que o projeto deve contar com o apoio do bispo de Joinville, do prefeito e Fundação Cultural para desenvolver na região as tradições afro. Com participação do sociólogo e cientista político Thierno Gueye, do Senegal, e vice-presidente do Grupo Unitivo Negro Catarinense.
22/10/1988	Diário Catarinense	Negros fazem debate em Joinville	A Pastoral de Consciência Negra de Joinville, ligada à Igreja Católica, convida para debate com candidatos negros à vereador na eleição da cidade.
03/07/1994	A Notícia	Por um lugar na história catarinense	José Bento Rosa da Silva, do Movimento Negro Tio Marco de Itajaí, vai escrever o livro Negras Memórias para ampliar os relatos oficiais sobre a população negra e mostrar o papel principal e não de mero coadjuvante do negro na história catarinense
26/07/1994	A Notícia	Oferta de emprego mostra cena explícita de racismo	Racismo é crime no Brasil, desde a lei Afonso Arinos, de 1951; em Joinville, atitudes racistas continuam a ser registradas; bairro Guanabara: uma placa anuncia que precisa se de um servente de pedreiro não preto; autor da placa disse que desconhecia que racismo fosse considerado crime; explica: “diz todos os pretos que trabalharam comigo até agora não fizeram nada que preste”; irritado com a própria ingenuidade, o pedreiro arrancou a placa na frente do repórter; dona de casa passava pelo local disse que não aceita discriminação contra pretos e que responsáveis devem ser punidos; advogado do CDH vai solicitar inquérito junto ao fórum para punição do responsável
21/05/1997	A Notícia	Grupo discute atuação negra e a discriminação	Roberto Ferreira Duarte em entrevista conta que o Grupo Consciência Negra está se reunindo na Paróquia Cristo Ressuscitado. Passou por reorganização e no mês de maio vai dscutir a discriminação racial.
15/10/1997	A Notícia	Negros organização nova entidade	Criação da Afroville para fortalecer o movimento cultural na cidade. Luciana Cabral diz que negros estão à margem em Joinville. Entidade quer aprovar estatuto e busca arrecadar fundos com campeonato de futebol suíço.
22/11/1997	A Notícia	Entidade negra promove evento para ter recursos	Afroville divulga bingo seguido do “Pagode da Consciência” para arrecadar fundos.
03/12/1999	A Notícia	Cidade ganha instituto afro	Maria Laura Cardoso Eleotério convida para a instituição oficial do Instituto Afro em cerimônia na Liga das Sociedades. Entre os convidados esteve Ulda Gonzaga, Maria José de Souza, e o editor da revista Raça Aroldo Macedo. A festa exige longo para mulheres, terno com gravata para homens. Convidados usam roupas nas cores branca ou preta para simbolizar a união entre brancos e negros.
22/12/1999	A Notícia	Negros criam instituto Afro-brasileiro	Maria Laura Cardoso Eleotério conta sobre a criação do instituto afro-brasileiro, cuja diretoria é feita por pessoas de diferentes etnias. Fará pesquisas e projetos para que as pessoas aprendam o que é cultura de modo integral. Consta o nome de toda a equipe da diretoria.
20/11/2001	A Notícia	39,2% São analfabetos em SC	Negros de SC apresentam a maior taxa de analfatos entre a população não alfabetizada. João Carlos Nogueira do Núcleo de Estudos Negros (NEN) diz que esse dado é chave para pensar

			políticas públicas para a comunidade negra em Santa Catarina. Comenta sobre as ações de formação de professores pelo NEN.
26/09/ 2006	A Notícia	Feijoada inaugura a casa do negro	Helena João de Souza fala sobre a Casa do Negro de Joinville, com o intuido de aproximar a população afrodescendente da cidade. Foi inaugurada com uma feijoada.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Olhar para os retalhos mapeados acima visibiliza fragmentos sobre o movimento negro em Joinville e como ele se constituiu em rede, conectando diferentes sujeitos, instituições e temporalidades. Feito com deslocamentos de lideranças e coletivos entre espaços culturais, religiosos, comunitários e institucionais, e, articulando memória, denúncia e estratégias de legitimidade, os trânsitos acontecem em rede.

Os registros de 1970 evidenciam a realização do I Congresso Negro de Joinville, organizado pela União Catarinense dos Homens de Cor (UCHIC), sob liderança de Avandie de Oliveira. A presença de autoridades civis e militares demonstra uma tentativa de legitimar a mobilização negra junto às esferas oficiais em plena ditadura civil-militar brasileira.

Esse movimento insere-se na lógica que Petrônio Domingues (2007b) utiliza para dialogar sobre a elite negra no pós-abolição, analisando como médicos, advogados, professores e jornalistas negros construíram estratégias de inserção social, reconhecimento e legitimação muitas vezes ligadas à instrução formal, a uma imagem moral respeitável e à participação em instituições como clubes e associações. Estratégia comum a associações negras no Sul do Brasil, como os clubes Cruz e Souza (Florianópolis) e 13 de Maio (Lages), que buscavam visibilidade e proteção diante das restrições políticas do período (Leite, 1996).

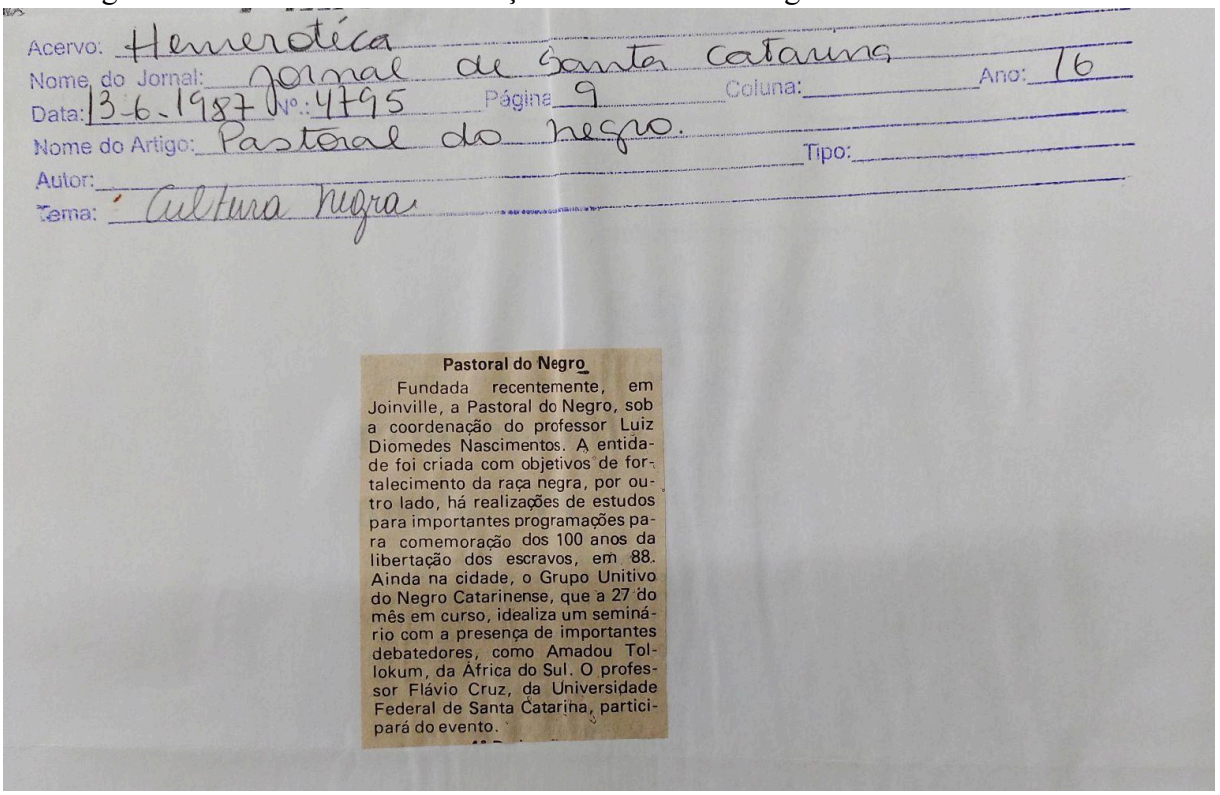
Nos anos 1980, as pautas de atuação e o alcance aumentam. Em 1982, o Grupo Afro-Brasileiro de Joinville participa do Encontro Nacional Afro-Brasileiro, no Rio de Janeiro, levando o grupo folclórico Surinam. Em 1984, a cidade recebe a 1ª Semana Afro-Catarinense, promovida pela Secretaria de Educação de Santa Catarina e coletivos do movimento negro, com participação de diplomatas africanos (Costa do Marfim, Senegal) e representantes do Itamaraty em intercâmbio que conectou a cena local às redes pan-africanas e à diplomacia cultural do Brasil.

Ao longo dos anos 1980 o GUNC aparece com destaque nos jornais mapeados, com destaque para seu presidente José da Conceição que concedeu diversas entrevistas. As fontes mostram sua intensa atuação entre 1985 e 1986, denunciando o racismo velado e defendendo maior presença negra na Constituinte, uma vez que o Brasil estava vivendo o momento de abertura política e fim da ditadura civil-militar. Organizou um seminário de grande porte com

figuras como o professor Flávio Cruz (UFSC) e o sociólogo senegalês Thierno Gueye. Fatos como a morte de Samora Machel, presidente de Moçambique (1986), são lembrados em eventos locais, ampliando a consciência diaspórica e pan-africanista (Clóvis Moura, 1994).

Como já registrado anteriormente no capítulo, em junho de 1987 é fundada a Pastoral do Negro em Joinville, sob coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimento. Seu objetivo era fortalecer a comunidade negra, promover estudos e organizar eventos para o centenário da abolição. Inicialmente, a APN dialogava diretamente com a Pastoral Afro-Brasileira em nível nacional, vinculada à Teologia da Libertação após a Conferência de Puebla (1979).

Figura 16 – Notícia sobre a fundação da Pastoral do Negro em 1987


Acervo: Hemerotéca
Nome do Jornal: Jornal de Santa Catarina Ano: 76
Data: 13-6-1987 Nº: 4795 Página 9 Coluna:
Nome do Artigo: Pastoral do negro.
Autor: Tipo:
Tema: Cultura Negra

Pastoral do Negro

Fundada recentemente, em Joinville, a Pastoral do Negro, sob a coordenação do professor Luiz Diomedes Nascimentos. A entidade foi criada com objetivos de fortalecimento da raça negra, por outro lado, há realizações de estudos para importantes programações para comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos, em 88. Ainda na cidade, o Grupo Unitivo do Negro Catarinense, que a 27 do mês em curso, idealiza um seminário com a presença de importantes debatedores, como Amadou Tollokum, da África do Sul. O professor Flávio Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina, participará do evento.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

A publicação acima se refere à fundação da Pastoral do Negro em Joinville e também trás o GUNC com seminário com sobre a discriminação do negro no trabalho, onde Luiz Diomedes Nascimento da APN foi um dos conferencistas. Na cidade de Joinville, a Pastoral do Negro funcionou como espaço religioso, cultural e político. Ao longo anos seguintes, sediou debates e atividades em parceria com o GUNC e outros coletivos, conforme mapeado na pesquisa, ocupando em diferentes momentos a Paróquia Cristo Ressuscitado como lugar de

encontro. Essa rede de sociabilidade e formação de base foi fundamental para que o Grupo Consciência Negra, como passou a se intitular, pudesse ampliar suas atuações na cidade.

O debate sobre o nome do grupo pode ser acompanhado de alguma forma através dos registros. A exemplo, na Figura 07, aparece como Pastoral de Consciência Negra, ligada à Igreja Católica. Nessa ocasião, o grupo promoveu um debate com todos os candidatos negros à vereador no ano de 1988 para discutir as propostas dos candidatos e, de forma coletiva, a situação do negro no contexto social, especialmente no trabalho e na educação, áreas em que o grupo atuou com grande fôlego.

A partir da década de 1990, o grupo Consciência Negra seguiu com suas atividades, muitas delas em parceria com outras organizações do movimento negro. Novas organizações do movimento negro surgem na cidadade, como a Afroville (1997), voltada à cultura e à mobilização comunitária, o Instituto Afro-Brasileiro (1999), liderado por Maria Laura Cardoso Eleotério, e, a Casa do Negro de Joinville, inaugurada em 2006 com atividades comunitárias e culturais.

Contextualizar fragmentos da trajetória do movimento negro em Joinville e a perceber como um movimento que acontece em rede remete a um campo mais amplo de lutas e resistências que o pós-abolição estruturaram-se em clubes, associações e coletivos, articulando cultura, educação e política. Principalmente após a virada de século para os anos 1900 associações negras se constituíram pelo Brasil desempenhando papel central na criação de espaços de sociabilidade e reconhecimento social (Domingues, 2007a; Leite, 1996).

A fundação da Imprensa Negra Paulista nas décadas de 1910 a 1930 e a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931 são marcos que demonstram a busca por institucionalização e representação política da população negra. Após o período de repressão e dissolução da FNB durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1945) novas expressões ressurgiram, entre elas está o Teatro Experimental do Negro (TEN) de Abdias Nascimento, fundado em 1944 no Rio de Janeiro com o intuito de promover a valorização da cultura negra e constituir espaço de formação política e intelectual, inclusive com aulas de alfabetização pautas que ganharam força nas décadas seguintes (Abdias do Nascimento, 1982), sendo pautas de luta dos movimentos negros em Joinville no período mapeado na pesquisa.

Experiências em diferentes lugares do Brasil e de caráter nacional também ecoam em Santa Catarina. Através de registros em jornais da década de 1970 lê-se associações como a UCHIC em Joinville com mobilização em torno de datas cívicas e congressos para discussão e formação política, posturas que visam legitimação e visibilidade pública.

Inclusive, a década de 1970 representa um marcador histórico do movimento negro no Brasil. A partir do ano de 1978 se constituiu o Movimento Negro Unificado (MNU), força fundamental da reorganização política negra durante a ditadura militar. O MNU engajou nacionalmente a luta contra o racismo apoiando a articulação de coletivos em diferentes estados do Brasil. Nesse mesmo contexto, em Joinville, o GUNC se articula em defesa da participação negra na Constituinte e na denúncia do racismo velado na política catarinense.

Por volta da década de 1980 as agendas locais de Joinville dialogavam diretamente com o horizonte nacional: valorização da memória, luta pela criminalização do racismo e disputa por espaços de representação política. Nos anos 1980, outro marco fundamental é a criação da Pastoral Afro-Brasileira, impulsionada pela Igreja Católica em sintonia com a Teologia da Libertação e com a Conferência de Puebla (1979). Em Santa Catarina, a fundação de pastorais como a Pastoral do Negro de Joinville, em 1987, inscreve-se nesse movimento mais amplo, funcionando como espaço de formação política e religiosa.

As tessituras que viabilizaram a contextualização histórica através de fontes relacionadas à cidade de Joinville evidenciam que a cidade, mesmo marcada por um imaginário de "brancura" e colonização germânica, foi atravessada por redes, lideranças e coletivos que, em consonância com movimentos nacionais e internacionais de pessoas engajadas na luta contra o racismo e formação política da população negra, construíram práticas de resistência e de luta por justiça social entrelaçando a realidade local com o cenário nacional.

2.2.1.1 Maria Laura: a semana Afro-catarinense e atuação em rede

Nas clipagens temáticas pesquisadas na hemeroteca do AHJ encontrei um trecho publicado no jornal *A Notícia* de 18/11/1984 com a divulgação da 1º Semana Afro-Catarinense, promovida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, com solenidade de abertura na Sociedade Ginástica de Joinville, presença de autoridades locais, representante de governo africanos no Brasil, apresentações com temáticas voltadas para a identidade negra e a inauguração de exposições que após a solenidade de abertura circularam em escolas básicas da cidade. Uma cerimônia de abertura foi realizada no hotel Tannenhof de Joinville, onde também foi concedida uma coletiva à imprensa e assuntos voltados para a história e cultura afro-brasileira foram abordados. Participaram das comemorações intelectuais, artistas e autoridades educacionais. Nos demais dias, na Escola de Educação Básica João Colin, foram desenvolvidas diversas atividades ligadas ao negro brasileiro. Parte

das ações da Semana Afro-Catarinense incluiu a apresentação cultural da peça Navio Negreiro na Sociedade Kênia Clube, abordando a participação do negro na história e na sociedade brasileira. Fotografias do evento foram encontradas no acervo fotográfico do Centro de Direitos Humanos de Joinville, compõem a figura 17 – Montagem com fotografias de evento no Kênia Clube com APN (Junho de 1989).

Entre as organizadoras desse evento está a professora Maria Laura Cardoso Eleotério, ativista reconhecida do movimento negro em Joinville. Seu nome foi homenageado por ativistas negros que fundaram em 2015 o Movimento Negro Maria Laura, atuande principalmente em ações voltadas para a educação antirracista.

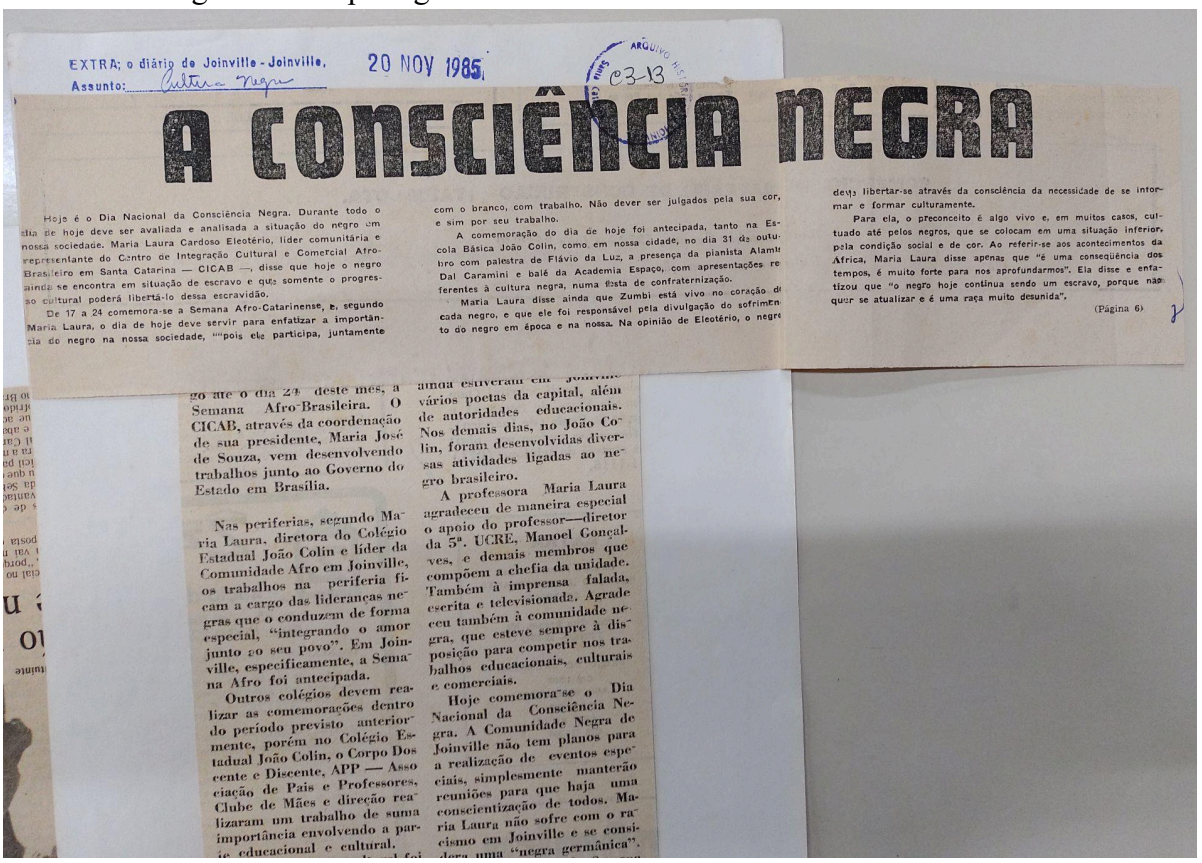
Ao longo de sua vida, Maria Laura Cardoso Eleotério, falecida aos 70 anos em 2012, atuou na educação, na luta política e na valorização da cultura afro-brasileira em Joinville. Viveu na mesma casa em que nasceu, no bairro Bucarein, perdeu o pai aos três anos e durante a infância acompanhava a mãe no trabalho de cozinheira na casa que abrigava um administrador da colônia, Frederico Bruestlein, desde 1865. Frederico representava os interesses de François Ferdinand d'Orléans e sua esposa Francisca Carolina do Brasil, filha do imperador Dom Pedro I, que dava nome à colônia. Após deixar o cargo, Frederico e seus descendentes seguiram morando no casarão, onde a mãe de Maria Laura passou a trabalhar como cozinheira. O casarão foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e atualmente abriga o já mencionado Museu Nacional de Imgração e Colonização de Joinville.

De acordo com entrevista concedida por Maria Laura em 2011 ao jornalista Salvador Neto e reportagem publicada pelo mesmo na ocasião da morte da professora[24] em 2012, Maria Laura começou a trabalhar aos 14 anos em uma biblioteca e iniciou sua atuação como professora após formada pelo Colégio Rui Barbosa no magistério. Sua atuação como professora e diretora ocorreu na Escola Básica João Colin, onde ingressou em 1958 e exerceu a direção por 25 anos, até 1987, sendo eleita três vezes pela comunidade. Ao mesmo tempo, atuava em prol da valorização da cultura negra, principalmente na educação básica. Se dedicou à política, sendo candidata nas eleições de 2006 e sócia do Kênia Clube, onde era atuante na gestão. Em 1999 fundou o Instituto Afro-Brasileiro de Joinville com o objetivo de valorizar a cultura negra, onde promoveu intercâmbios culturais, criou o Museu da Mulher e

[24] Link de acesso à reportagem publicada por Salvador Neto na mídia digital blog Palavra Livre em < https://www.palavralivre.com.br/2012/03/morre-maria-laura-eleoterio-homenagem-do-blog-com-o-seu-perfil-sua-historia/>. Acesso em 16/01/2025.

desenvolveu diversas ações voltadas à igualdade racial e à afirmação identitária da população negra em Santa Catarina.

Figura 17– Reportagem do Jornal Extra de 20 de Novembro de 1985



EXTRA; o diário de Joinville - Joinville, 20 NOV 1985
Assunto: Cultura Negra

A CONSCIÊNCIA NEGRA

Hoje é o Dia Nacional da Consciência Negra. Durante todo o dia de hoje deve ser avaliada e analisada a situação do negro em nossa sociedade. Maria Laura Cardoso Eleotério, líder comunitária e representante do Centro de Integração Cultural e Comercial Afro-Brasileiro em Santa Catarina — CICAB —, disse que hoje o negro ainda se encontra em situação de escravo e que somente o progresso cultural poderá libertá-lo dessa escravidão.

De 17 a 24 comemora-se a Semana Afro-Catarinense, e, segundo Maria Laura, o dia de hoje deve servir para enfatizar a importância do negro na nossa sociedade, "pois ele participa, juntamente com o branco, com trabalho. Não dever ser julgados pela sua cor, e sim por seu trabalho.

A comemoração do dia de hoje foi antecipada, tanto na Escola Básica João Colin, como em nossa cidade, no dia 31 de outubro com palestra de Flávio da Luz, a presença da pianista Alamir Dal Caramini e balé da Academia Espaço, com apresentações referentes à cultura negra, numa festa de confraternização.

Maria Laura disse ainda que Zumbi está vivo no coração de cada negro, e que ele foi responsável pela divulgação do sofrimento do negro em época e na nossa. Na opinião de Eleotério, o negro deve libertar-se através da consciência da necessidade de se informar e formar culturamente.

Para ela, o preconceito é algo vivo e, em muitos casos, cultuado até pelos negros, que se colocam em uma situação inferior, pela condição social e de cor. Ao referir-se aos acontecimentos da África, Maria Laura disse apenas que "é uma conseqüência dos tempos, é muito forte para nos aprofundarmos". Ela disse e enfatizou que "o negro hoje continua sendo um escravo, porque não quer se atualizar e é uma raça muito desunida".

(Página 6)

go até o dia 24 deste mês, a Semana Afro-Brasileira. O CICAB, através da coordenação de sua presidente, Maria José de Souza, vem desenvolvendo trabalhos junto ao Governo do Estado em Brasília.

Nas periferias, segundo Maria Laura, diretora do Colégio Estadual João Colin e líder da Comunidade Afro em Joinville, os trabalhos na periferia ficam a cargo das lideranças negras que o conduzem de forma especial, "integrando o amor junto ao seu povo". Em Joinville, especificamente, a Semana Afro foi antecipada.

Outros colégios devem realizar as comemorações dentro do período previsto anteriormente, porém no Colégio Estadual João Colin, o Corpo Docente e Discente, APP — Associação de Pais e Professores, Clube de Mães e direção realizaram um trabalho de suma importância envolvendo a parte educacional e cultural.

ainda estiveram em Joinville vários poetas da capital, além de autoridades educacionais. Nos demais dias, no João Colin, foram desenvolvidas diversas atividades ligadas ao negro brasileiro.

A professora Maria Laura agradeceu de maneira especial o apoio do professor—diretor da 5ª. UCRE, Manoel Gonçalves, e demais membros que compõem a chefia da unidade. Também à imprensa falada, escrita e televisionada. Agradeceu também à comunidade negra, que esteve sempre à disposição para competir nos trabalhos educacionais, culturais e comerciais.

Hoje comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra. A Comunidade Negra de Joinville não tem planos para a realização de eventos especiais, simplesmente manterão reuniões para que haja uma conscientização de todos. Maria Laura não sofre com o racismo em Joinville e se considera uma "negra germânica".

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

A fonte acima é uma reportagem publicada no jornal Extra: o diário de Joinville, em 20 de novembro de 1985, na página 6, sem assinatura de autoria e com o título "A Consciência Negra". A reportagem divulga a 2º Semana Afro-Catarinense, ocorrida entre 17 e 24 de novembro. Divulgando o evento, a entrevistada Maria Laura se posiciona quanto a função do dia da consciência negra ao jornal: "a data do 20 de novembro deve servir para enfatizar a importância do negro na nossa sociedade, pois ele participa, juntamente com o branco, com o trabalho e não deve ser julgado pela sua cor e sim por seu trabalho".

Maria Laura é apresentada como líder comunitária e representante do Centro de Integração Cultural e Comercial Afro-Brasileiro em Santa Catarina. Em outro trecho a reportagem trás outro posicionamento da professora: "ela diz que hoje o negro ainda se encontra em situação de escravo e que somente o progresso cultural poderá libertá-lo dessa escravidão". Embora não seja possível averiguar se houve ou não uma proximidade da

professora, a fala dialoga com a posição defendida pela FNB, cujo um dos fundadores foi o intelectual Abdias do Nascimento, em 1931. A FNB foi um movimento negro do Brasil que apostou na educação e na cultura como ferramentas para a libertação e ascensão social da população negra. Enquanto movimento a FNB, chegou a reunir mais de cem mil membros, atuava em diversas frentes pelo país, incluindo a criação de escolas, a promoção de atividades culturais e a luta contra o racismo

Em outro trecho da reportagem, Maria Laura disse que Zumbi está vivo no coração de cada negro e que ele foi responsável pela divulgação do sofrimento do negro. Na sua opinião, o negro deve libertar-se através da consciência da necessidade de se informar e se informar culturalmente. Na entrevista, também apresenta um olhar crítico sobre as pessoas negras ao afirmar que o preconceito é algo vivo e cultuado até pelos negros, que se colocam em uma situação inferior pela condição social e de cor, enfatizando que o negro continua sendo escravo porque não quer se atualizar e é uma raça muito desunida. Na mesma reportagem, Maria Laura disse que nas periferias, os trabalhos ficam a cargo das lideranças negras que o conduzem de forma especial, integrando o amor junto ao seu povo.

Em diálogo com Petrônio Domingues (2007b) quando escreve sobre pessoas negras na elite, é possível analisar as falas pontuadas acima por Maria Laura com a revelação de uma tensão interna entre um discurso de valorização da identidade negra e estigmas historicamente construídos sobre a população negra. Ao mesmo tempo, assume uma postura de afirmação da ancestralidade e do saber negro como caminho para a emancipação, e, responsabiliza os negros pela persistência do preconceito. Demarco que evitar um olhar anacrônico e trazer para o diálogo elementos que permitam compreender essa tensão interna é uma necessidade. Existe uma norma social hegemônica imposta (Paul Preciado, 2017), estruturas históricas de opressão e desigualdades racial que moldam os sujeitos.

Ampliando a elaboração de Petrônio Domingues (2007b) quanto à postura em sociedade de pessoas negras na elite, Frantz Fanon (2008) elabora o conceito de peles negras e máscaras brancas. Chama de interiorização da inferioridade quando sujeitos colonizados internalizam narrativas do opressor e as reelaboram, constituindo uma lógica onde mesmo em discursos de resistência, o oprimido se vê com os olhos do opressor. Contradição que aparece nos discursos de Maria Laura, a “negra germânica”, como diz a reportagem no momento em que afirma ser essa uma atribuição da própria professora, que não sofre racismo em Joinville.

Com a chave interpretativa de Franz Fanon (2008), o que inicialmente emerge um posicionamento que articula resistência e submissão em um mesmo gesto discursivo, pode ser deslocado da ideia de submissão como mera aceitação da opressão. A estratégia de

sobrevivência e disputa de espaços mostra como sujeitos colonizados vestem máscaras para transitar em contextos de poder estruturados pela lógica do colonizador ao se apropriar de códigos e valores. Um gesto que parece submissão também é uma forma de resistência estratégica com a leitura das estruturas raciais e performance estratégica para se manter e constituir brechas de atuação, algo que Antônio Bispo Santos (2023) chama de piratear o sistema.

No caso de Maria Laura, se nomear “negra germânica” vai além da submissão à branquitude local. Jeruse Romão (2021), quando compreende quem foi Antonieta de Barros, a professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil, identifica mecanismo estratégico similar de Antonieta de Barros para atuar em Florianópolis (Santa Catarina). Ambas utilizaram de estratégias para legitimar sua presença em espaços de poder (como a direção de escolas, atuação política, publicações em jornais), visibilizando e (re)inscrevendo a presença negra em territórios marcados pela invisibilização. As máscaras são mecanismo de sobrevivência e subversão para piratear o sistema e tensionar os limites colonialistas (Fanon, 2008; Santos, 2023).

Maria Laura disse na entrevista que no dia 20 de novembro a comunidade negra de Joinville não tem planos para a realização de eventos especiais, simplesmente manterão reuniões para que haja uma conscientização de todos.

Figura 18 – Maria Laura fala de projeto em entrevista (1988)

JORNAL: A Notícia
DATA: 23/6/88 PÁGINA:
CAIXA: PASTA:
-ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE-

Projeto quer resgatar cultura negra

A Comissão em Prol da Abolição do Negro, há mais de um ano atuando na cidade, lançou na noite de terça-feira última no auditório de Joinville Tourist Hotel, um projeto audacioso que visa resgatar a cultura e a liturgia negras na região e promover o intercâmbio Brasil/África através da realização de um congresso internacional na cidade. O encontro reuniu quase uma centena de pessoas, entre militantes negros, representantes da comunidade, políticos e autoridades locais.

Conforme explicou a coordenadora da comissão, Maria Laura Eleotério, o projeto deve contar com o apoio do bispo de Joinville, Dom Gregório Warmelling e do prefeito Wittich Freitag, que na ocasião esteve representado por um assessor técnico da Fundação Cultural. A idéia central é desenvolver a religião e as tradições afros, "ainda muito vivas nos descendentes da raça", disse Eleotério.

O trabalho da comissão em prol da abolição do negro iniciou no ano passado, com palestras na periferia que tiveram os objetivos de conscientizar o negro sobre sua igualdade dentro da sociedade e promover a integração "axé" do município, do Estado e do Brasil, explicou Maria Laura. A comissão, composta de 20 pessoas, tem ainda um extenso calendário a executar, envolvendo palestras, debates, peças teatrais, danças e culminando com a idéia — lançada anteontem — de realizar o 1º Congresso Internacional Afro-Brasileiro em Joinville.

Senegal presente

O continente africano se fez presente no lançamento do projeto com a participação do sociólogo e cientista político Thierno Guei, do Senegal, palestrante da noite. Há oito anos Thierno trabalha no Brasil, elaborando um estudo de Norte a Sul que envolve aspectos culturais, políticos, econômicos e estratégicos das relações afro-brasileiras. Na fase final de seu levantamento ele faz uma triste constatação "a escravidão cultural ainda resiste, com grande parte dos negros não reconhecendo sua identidade própria".

Atendendo a convite efetuado há três anos, Thierno Guei é hoje vice-presidente do Grupo Unitivo Negro Catarinense. Com atuação em quase 50 municípios do Estado, o grupo hoje representa perspectivas de alteração para o quadro de inconsciência que prevalece na comunidade negra. "O trabalho ainda é pequeno, mas é concreto e importante", analisa.

Jovelino Ignácio

Eleotério: apoio do bispo

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, registro da pesquisadora (2021).

A reportagem é assinada por Jovelino Ignácio e relata projeto sobre cultura negra. Maria Laura Cardoso Eleotério, integrante da comissão em prol da abolição do negro, conta que projeto de intercâmbio Brasil-África através realizará um congresso internacional. Comenta que o projeto possui apoio do bispo de Joinville, do prefeito e Fundação Cultural para desenvolver na região as tradições afro, com participação do sociólogo e cientista político Thierno Guei, do Senegal, e vice-presidente do Grupo Unitivo Negro Catarinense.

Observando as fontes, o projeto descrito por Maria Laura se converteu em um evento nos moldes da Semana Afro-Catarinense, em junho de 1989. Parte das ações do evento incluiu a apresentação cultural da peça Navio Negreiro na Sociedade Kênia Clube, abordando

a participação do negro na história e na sociedade brasileira. Fotografias do evento foram encontradas no acervo fotográfico do Centro de Direitos Humanos de Joinville, figura a seguir:

Figura 19 – Montagem com fotografias de evento no Kênia Clube com APN (Junho de 1989)

Fonte: Acervo do Centro de Direitos Humanos de Joinville, registros e montagem da pesquisadora (2024).

Sete fotografias registradas pela autora em pesquisa no acervo do CDH de Joinville compõem a montagem de cena acima. Na primeira está em destaque a interlocutora da pesquisa Terezinha capturada com um grupo de jovens negros encenando a peça Navio Negreiro. A segunda fotografia registra o público presente na cerimônia ecumênica ocorrida após a encenação da peça, assim como a terceira, quarta e quinta fotografia. Junto ao altar, nas terceira à sexta fotografia, está a interlocutora Maria da Consolação, uma das organizadoras da atividade como APN/Consciência Negra, assim como Terezinha. Ambas narram memórias da atividade quando receberam cópias das fotografias, enfatizaram o caráter ecumenico da cerimônia e cantaram um verso parte da peça, registrada em diário de campo “Foi no balanço

do navio que eu cheguei aqui, meio morto eu vivo, mas eu consegui" (Francine Costa, Diário de campo, 2024).

A maior parte o público da atividade é composto por pessoas negras, entre os cinco religiosos presentes, um é negro. Em destaque no altar da cerimônia está o painel exibido durante a peça encenada em momento anterior com a inscrição "Navio negreiro, vergonha colonial" junto à representação em mapa da região do globo terrestre que abrange Brasil e continente africano, separados pelo Oceano Atlântico navegado por um navio a vela, alusivo a exploração colonial executada por países na Europa nas américas e continente africano. Uma roda de capoeira, sétima fotografia, encerrou a programação que faz parte da Figura 20 – Montagem com fotografias tiradas em momentos registrados em diário campo, composta por um quadro de registros fotográficos.

Ao longo desse capítulo, organizado a partir da ideia de zonas de fronteira no sul do Brasil para contextualizar sobre a Joinville negra enquanto campo de pesquisa, as elaborações foram tecidas considerando conceitos como *vozes políticas*, feminismos negros e movimento negro fazendo tessituras entre o afrocatolicismo, CEBs, teologia da libertação, movimentos sociais e pastorais para capturar um olhar sobre movimentos sociais, movimento negro e a APN/Consciência Negra em Joinville.

Sobre a atuação do movimento negro em Joinville, foi possível capturar articulações em rede, principalmente entre coletivos como a UCHIC, o GUNC, a Pastoral do Negro e posteriormente o Grupo Consciência Negra. As tessituras viabilizaram encontrar lideranças e trajetórias de pessoas negras, com destaque para mulheres negras, que atravessaram diferentes esferas institucionais e culturais para engajar suas pautas de luta na sociedade.

No próximo capítulo faço um mergulho teórico para dialogar com esses percursos. A análise das fontes evidenciou que a construção do movimento negro em Santa Catarina se deu por trânsitos políticos entre religião, educação, cultura e institucionalidade, produzindo um repertório de práticas que oscilavam entre a busca de legitimação pública e a afirmação de *vozes políticas*.

Essa constatação remete a categorias conceituais para compreender tais deslocamentos e narrativas históricas. Ao dialogar com a contextualização histórica aqui realizada, o mergulho a seguir visa aprofundar sentidos da diáspora enquanto Sul Global, tendo a posição contracolonial (Santos, 2023) como horizonte através das elaborações teóricas que emergem do campo de pesquisa, chaves interpretativas centrais para a análise das entrevistas e fontes históricas que compõem a pesquisa.

3. EPISTEMOLOGIAS DO SUL, CONTRACOLONIALIDADE E POSSIBILIDADES DE PESQUISA: ESCOLHAS E APOSTAS

3.1 ONDE ESTÁ O SUL? PRIMEIRAS PALAVRAS: QUANDO A FICÇÃO VIRA REALIDADE

As elaborações tecidas nesse mergulho teórico organizado em tópicos partem da seguinte provocação de Paul Preciado no livro *Um apartamento em Urano* (2017): o sul não existe. Preciado (2017) relata como as nações dominantes dividem o mundo entre Sul e Norte, sendo o Sul o local menos avançado e a ser explorado, o inferior. Não é uma localização, mas sim uma definição, uma ficção política construída pela razão colonial e ficção ocidental moderna do Norte, inventora da cartografia colonial moderna, um mapa do mundo fragmentado que multiplica distinções entre norte e sul.

A reflexão se localiza em um dos lugares que experienciaram o colonialismo na forma do "novo mundo" a ser civilizado, é uma elaboração ciente de sua parcialidade, por reconhecer que toda produção científica é corpórea, e as escolhas para os diálogos tecidos são sempre escolhas conscientes. Reconhece a existência ficcional de norte e sul e dialoga de um dos territórios que foram marcados pelo processo colonial, de forma estruturada pela hierarquização racial dos corpos explorados e na produção de desigualdades.

Por este motivo, é importante pautar o conceito de raça, integrante da razão colonial, e historicamente usado de forma classificatória, por exemplo, na catalogação de espécies na Biologia, trata-se de um conceito relacional e histórico. Silvio Almeida (2019) historiciza a ideia de construção do conceito de raça inserida no contexto mercantilista europeu do século XVI da Era Comum (EC), da expansão comercial da burguesia envolta na cultura renascentista europeia. Lugar que transforma o europeu no homem universal e considera todas as outras culturas menos evoluídas, no processo de complexa construção filosófica racionalista, iluminista.

A razão colonial ganha amplitude de dimensões com projeto iluminista do século XVIII EC, quando uma forma de pensar torna a visão de homem o principal objeto e sujeito da investigação, aqui visto - e a metáfora da visão é muito significativa - como ser vivo que trabalha, pensa, fala. Esta visão serve de ferramenta para a distinção/classificação/comparação filosófico-antropológico de uma norma de homem - porque a humanidade está contida, nesta perspectiva, no indivíduo anatomicamente macho - em relação aos outros, mobilizando classificações de civilizado e primitivo. Neste contexto iluminista ocorreram grandes

revoluções liberais em lugares como França, Inglaterra e Estados Unidos da América, momentos da revolução capitalista portadora de uma ideia de civilização que também deveria ser levada para os outros, em processo hoje conceitualizado como colonialismo (Almeida, 2019).

Mas, a civilização, enquanto ideal de sociedade, não chega nas Américas sem apropriações. Em 1791, a revolução Haitiana, organizada pelo povo negro da ilha de São Domingos, no Caribe, para exigir igualdade e liberdade, tal qual difundia a revolução francesa, tomou o país e declarou independência em 1804. A reação da metrópole colonial foi repressão e violência, sem considerar a possibilidade de equidade de direitos. Silvio Almeida (2019) aponta esta reação como demonstração de que a ideia de civilização difundida pelas metrópoles não era para todos, ao menos não nos mesmos termos. Exemplo do porquê a raça é um conceito central para os estudos em sociedades que experienciaram a dominação colonial. Neste contexto, a universalidade da razão é contraditória e serve como tecnologia de dominação para classificar os seres humanos entre os que estão na norma e os que estão fora, os civilizados e não civilizados, desumanização que no âmbito racial, precede genocídios.

Entre as consequências da experiência colonial está a constituição da sociedade colonial permeada por seu poder nas relações sociais e, conjuntamente, a resistência, as lutas pela descolonização, a instalação de novas relações de dependência, e as lutas para aprofundar ou desafiar essa dependência (Césaire, 1978; Fanon, 2008).

Pensar a construção de conhecimento com epistemologias do sul global se relaciona com a compreensão da divisão social do trabalho, de organização complexa e dimensão geopolítica muito forte, na construção de conhecimento entre uma elite de poder localizada ao norte que subalterniza a produção do conhecimento do sul. Relação de produção de conhecimento conceituada por Raewyn Connell (2012) como a divisão imperial do trabalho, que estrutura textos e fundamenta teorias. Retomo a ideia sobre a divisão política de produção de conhecimento entre os lados imaginários da linha entre norte e sul global (Gomes, 2017) como algo que não é exclusivamente geográfico, mas muito marcado pelas relações de poder que se estabelecem nos territórios e permitem a existência desta relação de produção de conhecimento (Trouillot, 2016), imersa nas relações construídas pela colonialidade. Na esteira da elaboração de Preciado (2017), o sul é uma ficção colonial forjada, tendo a razão como tecnologia de dominação.

Estabelecer diálogos teóricos com epistemologias do sul global, no caso da pesquisa, caminha por interlocução com teóricas e teóricos não-brancas/os e feministas e, ter como premissa a compreensão de racismo e colonialidade de gênero como estruturais nas

sociedades que receberam os fluxos da afrodiáspora na experiência colonial. No viver em sociedade, as relações raciais ocorrem em campo de resistência, negociação e combate às desigualdades estruturais na sociedade, por este motivo promover diálogos entre experiências e estudos realizados nestas perspectivas podem fortalecer as lutas por mudanças nas sociedades marcadas por contextos afetados profundamente por experiências coloniais. A luta antirracista, conduzida pelos movimentos sociais, como o movimento negro, fortaleceram mudanças necessárias para pensar a unidade na diversidade (Kabengele Munanga, 1996). Os sujeitos são parte ativa da sociedade, suas ações o criam e recriam. As mudanças dependem de práticas de(s)colonizadoras.

A categoria colonialidade de gênero de Maria Lugones (2011) cabe para interpretar essas considerações. Na colonialidade de gênero a hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano sobre os colonizados, a serviço do homem ocidental branco europeu, é central na modernidade colonial, acompanhada por outras distinções hierárquicas, inclusive entre homens e mulheres, o que no ocidente se configurou como marca para reconhecimento de humanidade e civilização. As elaborações de gênero só são possíveis em corpos considerados humanos, então eram homens ou mulheres os corpos brancos não racializados, já povos indígenas das Américas e africanos escravizados na diáspora foram classificados como não humanos, e por consequência, não genderizados.

Não era um objetivo colonial transformar os colonizados em seres humanos. O objetivo colonial com o qual dialogo se iniciou nas Américas em 1492, com intenções de expansão e exploração de territórios por metrópoles da Europa, a colonialidade é o seu resultado que perdura até hoje. Utilizar o termo colonialidade se refere às formas de atuar e compreender a realidade, que fundamentam o sistema de poder capitalista do mundo. Essa fundamentação se deu nos termos da "colonialidade do poder" e da modernidade – dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder (Aníbal Quijano, 1988). Nesta compreensão histórica, a inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista constitui o sistema de poder capitalista mundial que se ancorou na colonização das Américas. Pensar a colonialidade do gênero complexifica esta compreensão ao nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas (Maria Lugones, 2011).

Corroboro com a compreensão de que a modernidade tem a organização de mundo capitalista no controle do poder, ao negar as condições de existência de outros mundos, com diferentes pressuposições ontológicas, é a razão servindo como tecnologia de dominação. Esta negação é a colonialidade, ela emerge como constitutiva da modernidade, estruturada em

relação hierárquica na qual o não moderno está subordinado ao moderno e o não moderno é desprovido de racionalidade (Lugones, 2011; Grosfoguel, 2007; Quijano, 1988; 2009).

Neste sentido, ao considerar o elemento da colonialidade do gênero há possibilidade para entender a imposição opressora como uma complexa interação de sistemas econômicos, racializantes e de gênero, em que cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser que resiste contra a colonialidade (Lugones, 2011), construtos centrais para olhar o sistema de poder do mundo capitalista de forma a não reduzir as experiências do sul à subalternização. Os feminismos, por exemplo, podem fornecem epistemologias que permitem às mulheres teorizar sua situação, a subalternização por meio dos processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexual e também as agencias estabelecidas.

As epistemologias do Sul são produzidas em diferentes abordagens. Elaborar sobre o processo colonial é viável por base em diferentes localizações, experiências e posicionamentos. Seguir um caminho de diálogo não apaga outros, apenas demarca um trajeto possível. Sem desconsiderar os estudos posicionados e/ou autoidentificados como pós-coloniais, reconheço a opção pelo maior diálogo com produções que consideram marco da modernidade o advento da exploração das Américas a partir de 1492, conforme descrito por Ramón Grosfoguel, quando em *El giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (2007) reflete sobre elementos de aproximações e apartamentos entre pensadores pós-coloniais e de(s)coloniais.

A ficção do sul é efeito das relações de poder no espaço e forma de conhecimento que forja um lugar sexualizado e racializado por classificação social (Quijano, 2009), lugar da extração capitalista e de políticas cada vez mais neoliberais. Hegemonicamente o Norte se constitui como lugar da coleção e lucro, marcado pelo humano, masculino, adulto, hétero, branco, cristão, bem sucedido (Audre Lorde**,** 2019). Essa divisão cobre qualquer forma de espacialização, cada sociedade designa um Sul, um centro explorando periferias.

Se o Sul não existe, o Norte também não. Paul Preciado (2017) lembra que para se colocar a Grécia no Norte, se realizou um apagamento das relações da região com a África, Império Otomano e com o Mediterrâneo, um processo para demarcar a origem da civilização cristã ariana em duplo movimento: branquear a Grécia e também espoliar o Oriente, retirando elementos de possíveis civilidades destes lugares. As economias imperiais e as narrativas cristãs brancas deslocaram a produção do conhecimento e valor da Ásia, Oriente Médio e do Mar Mediterrâneo para o Norte da Europa e também criaram o Leste.

Acontecimentos históricos como as guerras mundiais, a guerra fria e a extensão do capitalismo, fragmentaram o mundo e multiplicaram as distinções entre Norte e Sul. Estes lugares não existem, são ficção, efeito das relações entre poder, conhecimento e espaço. Tudo tem seu Sul, Preciado (2017) nos compele a decidir qual é o nosso Sul e utilizar do potencial revolucionário que o sul carrega. O potencial está na possibilidade de se opor à norma, ficção que organiza o mundo contemporâneo, está em mobilizar-se e posicionar os nossos corpos para tensionar a norma, tensionar o norte e potencializar as múltiplas formas de existência (Rita Segato, 2018).

A norma é constituída por um conjunto de marcadores. Audre Lorde (2019) lembra que reconhecer apenas uma área de dominação é um mecanismo de dominação. Nessa compreensão, quando o que é bom é o lucro, a opressão é sistematizada e desumaniza os grupos explorados para gerar lucro. O ponto de ação sob esta estrutura normativa é criar cenários para modificar. A proposta consiste em reconhecer as diferenças e examinar as distorções e efeitos sobre a experiência humana que permitem o domínio e as diferenças da norma.

Uma amostra de ponto é o movimento negro em contextos diaspóricos como o Brasil com a luta antirracista. A chave de luta por mudanças no cenário social está em reconhecer a diferença racial instituída por relações de poder. Reconhecer diferenças é estratégia para reconhecer as armadilhas do poder, reconhecer a norma mítica (ficção), o diferente dentre marcadores hegemônicos. Não existe uma causa básica de opressão, elas são múltiplas e atravessam os nossos corpos e nossas lutas são, então, indivisíveis (Lorde, 2019).

Em diálogo com o campo de pesquisa, compreender a proposta de epistemologias do sul será caminho para pensar possibilidades. Na produção de conhecimentos também existe uma ficção que produz norte e sul, os saberes localizados fora do norte são plurais, dialogam com diferentes realidades e também, em determinados momentos, com o norte.

Essa percepção também pode ser visualizada no campo de pesquisa. Os conhecimentos e saberes ali mobilizados estão às margens do norte local e em constante movimentação. Aventar perceber as agentes do campo de pesquisa em um exercício de ação contracolonial Santos, 2023) aproxima as atuações mapeadas no campo das epistemologias produzidas no sul. Demarco a necessidade de contextualizar e situar a abordagem, pois, como já levantado na pesquisa, a teologia da libertação, por exemplo, é geralmente considerada um pensamento crítico latino americano, junto com Paulo Freire.

3.2 DIÁLOGOS AO SUL: POSSIBILIDADES, ESCOLHAS E APOSTAS NA PESQUISA

Dentre a grande pluralidade de epistemologias do Sul, para essa pesquisa se opta por tecer conexões com autoras como Patrícia Hill Collins, François Vergès, Angela Figueiredo e Nilma Lino Gomes, mulheres que habitam diversidade de corpos e que realizam o debate racial e de gênero enquanto ativistas e feministas em espaços acadêmicos, produtoras de conhecimentos lotadas em diferentes suis do mundo partilhando perspectivas teóricas como a decolonial.

As autoras citadas dialogam através de diferentes áreas das Ciências Humanas. Patrícia Hill Collins é estadunidense, professora de Sociologia no país, atua na área de Estudos afro-Americanos e feminismos. François Vergès é francesa, cientista política e historiadora inserida nos estudos pós-coloniais, de racialização e feminismos. Angela Figueiredo é brasileira, antropóloga e socióloga, atua em temas direcionados à população negra e estudos de gênero. Nilma Lino Gomes, brasileira pedagoga, atua no campo da educação em tópicos como organização escolar, formação de professores para a diversidade étnico-racial, movimentos sociais e educação, relações raciais e gênero.

Patrícia Hill Collins (2018), em movimento de sistematização do pensamento presente em feminismos negros, explica algumas distinções: epistemologia atenta para a maneira como as relações de poder permeiam a produção de conhecimento e quais abordagens interpretativas utilizar; paradigmas, se referem às abordagens interpretativas para explicar fenômenos sociais e, metodologia, é como conduzir e utilizar os paradigmas. Essas concepções sobre epistemologia, paradigmas e metodologias permeiam os diálogos a seguir.

Vergès localiza seu pensamento na continuidade das críticas elaboradas por feminismos do Sul global e se considera uma aliada do norte geográfico em prol da destruição do racismo, capitalismo e imperialismo. Reivindica o seu fazer feminista em experiências desde a infância e parte de movimento com objetivos de justiça social e contraria a cooptação do feminismo civilizatório.

Afirma a França como “criação de seu império colonial e o Norte, criação do Sul” (Vergès, 2020, p.34), por ser constituída a partir da exploração do Sul. Quando analisa as práticas do feminismo francês, aponta o esquecimento do colonialismo e moderação diante da herança colonial e escravocrata. Em oposição a esta moderação, indica o feminismo decolonial, como as lutas das mulheres do Sul global, para despatriarcalizar lutas revolucionárias e contribuir na luta pelo direito de existir.

Vèrges (2020) reconhece que existe uma norma na produção de conhecimento, inclusive a feita por mulheres e produções que se localizam no sul geográfico do mundo. A reação das produções do sul à norma provoca reação violenta, pelo lado dos que estão na norma, os heteropatriarcados, feminismos do norte e governos, com ascensões reacionárias. Vergès (2020) utiliza como exemplo desta reação a eleição de Jair Bolsonaro como presidente e seu governo. Nestas tensões, considera feministas que se recusam a ver a questão racial, cúmplices das opressões.

Como posicionamento político Vèrges (2020) nomeia feminismo decolonial, lócus que considera a exploração imperial colonial elemento central para instituição e manutenção do capitalismo global, o qual conceitua como capitalismo racial. Inclusive não considera o feminismo decolonial uma "nova onda" do feminismo, mas uma etapa no processo de decolonização, continuidade das lutas das mulheres do sul global por emancipação, justiça epistêmica e igualdade entre saberes. Neste posicionamento teórico, distancia o feminismo decolonial do feminismo que nomeia como civilizatório, este acusa relegar à inexistência e se apropriar de saberes de seres humanos subjugados na missão civilizatória colonial.

O sul, para a autora, também é um posicionamento teórico em relação ao pensamento feminista que não considera a questão racial central para estudar as sociedades que experenciaram o colonialismo. Para estes contextos está a demanda pela denúncia da violência sistêmica sem subestimar o capitalismo, que absorve, transforma e esvazia palavras de ordem e pautas de lutas. Retrata a capacidade de apropriação da ideia de decolonização. Por este motivo é preciso separar colonização como acontecimento e colonialismo como processo. Recomenda o estudo da França atual a partir da colonialidade republicana francesa, reconhecendo que a descolonização não acabou com o fim do colonialismo. Nestes estudos, diálogos com o Sul são importantes para releituras de espaço-tempo, um feminismo decolonial que estude como formas de opressão impregnam nas relações de dominação.

No texto *Por um Feminismo Radical*, Flávia Rios (2020), que abre a edição do livro de Vèrges no Brasil, faz apontamentos sobre a luta pelo feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista para alargar horizontes libertários e igualitários. Soma posicionamento ao de Françoise Vèrges e das vozes de intelectuais racializadas para fazer do feminismo teoria radical contra o capitalismo, racismo e sexismo sem sobrepor uma forma de dominação à outra. *Por um Feminismo afro-latino-americano*, escrito em 1988 por Lélia González (2020) é lembrado como proposta em diálogo com as reflexões colocadas por Vèrges. Quando propõe "uma pedagogia decolonial crítica", o feminismo decolonial, é articulado o questionamento sobre a metodologia das Ciências Sociais e convoca ao desafio de realizar a análises

multidimensionais da opressão, esforço para observar as relações entre opressões, quais são elas e evitar a hierarquização das lutas, sustentando múltiplos fios de conexões. A promessa radical tem por objetivo combater todas as formas de opressão, praticar uma pedagogia crítica decolonial vai "partir de um elemento para revelar um ecossistema político, econômico, cultura e social" (Vergès, 2020, p.49).

Angela Figueiredo (2020), do lado de cá do oceano Atlântico, quando propõe uma epistemologia insubmissa negra, contextualiza que o acúmulo de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero com a constante denúncia e ações de conscientização realizadas pelos movimentos sociais e academia, criam um cenário de maior sensibilidade às desigualdades raciais e de gênero. Este movimento associado aos usos digitais fomentam o ciberativismo feminista negro e a eclosão em movimento de mulheres negras, de constituição plural e diversa.

Para demarcar a localização deste movimento, a autora explicita a autodenominação feita por mulheres negras em Salvador como "maré feminista negra". Explica que a atuação não se encaixa como uma continuidade das três ondas que caracterizam o feminismo, mas a uma maré que inunda com conhecimentos que não foram carregados pelas ondas. Acusa a importância de reconhecer a geopolítica do conhecimento que historicamente privilegiou e reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, a maré propõe uma quebra da hegemonia ao rejeitar a continuidade de práticas epistemicidas e valorizar experiências.

O ponto de vista e experiência de mulheres negras são elementos centrais na epistemologia de Figueiredo (2020), um lugar privilegiado, um lugar historicamente construído e através do qual é possível observar/compreender aspectos sociais. Experiência também é um conceito fundamental para a perspectiva, por este motivo a autora dialoga com teóricas do ponto de vista, conhecimento situado e experiência, como Patrícia Hill Collins, Donna Haraway (1995); Gayatri Spivak (2010), em "Pode o subalterno falar?" e, "Lugar de Fala", de Djamila Ribeiro (2017).

Figueiredo (2020) volta a Luíza Bairros (1995) em *Nossos Feminismos Revisitados* para fortalecer este elemento. Bairros (1995) se aproximou da produção intelectual de Patricia Hill Collins para propor uma articulação entre as experiências de mulheres negras e a perspectiva apresentada pela intelectual afro-americana, analisa um programa culinário de televisão brasileiro nos anos 1990, e explica como, no programa, a mulher negra é subordinada a mulher branca e como os nossos feminismos devem ser revisitados para centralizar o debate racial nas análises feministas.

Na proposta de Angela Figueiredo (2020), uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial pensa epistemologia como teoria do conhecimento, ramo da filosofia que trata da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que estabelecem entre o sujeito e o objeto do conhecimento, condições sob as quais se pode produzir o conhecimento científico e ter modos para alcançá-lo e avaliar a sua consistência lógica. Já a "insubmissão é rebeldia; ausência de submissão; qualidade de quem não se submete. Desobediência; comportamento que denota insubordinação. Particularidade ou atributo do que é insubmisso" (Figueiredo, 2020, p. 7).

Figueiredo lembra que a indagação sobre a condição do sujeito na produção do conhecimento é um dos grandes aportes do feminismo à ciência (Sandra Harding, 1987). Propõe dialogar com as produções do norte e sul geográfico posicionando a condição onde se encontra, o conhecimento situado de Haraway (1995), pois falamos sempre de um lugar nas relações sociais de poder. O ponto de vista soma a esta posição por considerar não apenas o gênero, mas também a raça na constituição do sujeito que produz conhecimento. A posicionalidade, lugar de sujeito na produção do conhecimento, é o lugar da enunciação da localização de nacionalidade, etnia ou raça, classe e de gênero de quem enuncia. Movimento diferente do que denomina epistemologias ocidentais, onde o sujeito que fala fica encoberto.

A metodologia proposta pelo feminismo negro, de acordo com Figueiredo (2020), destaca o diálogo mais horizontal, a empatia e, muitas vezes, a autoetnografia como método prioritário de pesquisa, devido ao âmbito da experiência vivida e a proposta de uma ciência comprometida com a transformação social ao se rebelar frente às normas, romper fronteiras e colocar sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, como as mulheres negras. A produção da autora, em específico, se apresenta como epistemologia do sul global feita a partir da perspectiva teórica decolonial. Busca diálogo com a produção de mulheres negras, como estas têm se articulado.

Os conceitos de colonialidade de saber/poder/gênero, também são mobilizados pela autora, quando coloca como objetivo da proposta do giro decolonial, para uma epistemologia insubmissa feminista negra que propõe uma reconciliação com o senso comum, que rompa com a naturalização das desigualdades em diálogo com os movimentos sociais.

Outra teórica feminista brasileira que escreve localizando uma epistemologia do sul e que trago para o diálogo é Nilma Lino Gomes, atuante no campo da Educação. Pensa o movimento negro, incluso intelectuais negras e negros, como ator político, agente de transformações. O movimento de agência se inicia com o questionar das ausências, principalmente na educação, para construir uma sociologia das ausências e das emergências.

Reconhece que as ausências na produção de conhecimento são produzidas de forma intencional, reconhecer as ausências possibilitam as transformar em presenças. As emergências surgem do movimento de transformar o vazio das ausências em possibilidades plurais.

Na sociologia das emergências, a ampliação simbólica de saberes, práticas e agentes são possibilidade de esperança via consciência e ação. Como ator, sujeito coletivo e político, o movimento negro na educação, com a sociologia das ausências emergências, constrói a pedagogia das ausências e emergências, elabora identidades, organizar práticas e produz discursos na defesa de interesses, a luta antirracista.

Para Gomes (2017), a história é chave para compreender a realidade na luta contra o racismo. O cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade, motivo do foco na luta antirracista do movimento negro e a necessidade de escapar da norma, da história universal e, promover diferentes interpretações. A diversidade de narrativas reconhece ausências. Fazer emergir presenças tem potencial emancipador, pressiona por transformação social e cultural na sociedade como um todo, a coloca cara a cara com o racismo e exige da escola práticas pedagógicas e curriculares.

Na produção de conhecimento, desconsiderar os saberes dos movimentos sociais, no pensamento promovido por Gomes (2017), é desperdício de experiência, pois a produção de conhecimento é coletiva. Sobre o conhecimento científico, reconhece existir uma tensa relação entre conhecimento científico e outras formas de conhecer o mundo. A escola (e a universidade) é apresentada como instituição mais afetada por essa tensão por ser responsável pela transmissão de conhecimento. Qual conhecimento produzir? Esta pergunta mobiliza a proposta de diferentes epistemologias do sul, a mudança radical no campo do conhecimento pelos tensionamentos de paradigmas dominantes, reconhecendo a produção de saberes de sujeitos do sul.

Gomes (2017) afirma o corpo negro como produtor de conhecimento que tensiona a monocultura do corpo e do gosto estético que nomeia como branquidade. Reconhecer a produção de corpos plurais, fora da norma, para a população negra, passa pela negritude como afirmação. Apresenta os saberes estético-corpóreos como resistência e luta por direitos políticos e acadêmicos, propõe utilizar do saber da corporeidade negra como resistência e mobilização.

Patrícia Hill Collins, François Vergès, Angela Figueiredo e Nilma Lino Gomes escrevem do Sul, partilham perspectivas teóricas decoloniais, consideram raça e gênero centrais em suas elaborações, são feministas e partilham alguns elementos em comum, como

tensionar a norma científica e quebrar a hegemonia do norte, a visão de apagamento de saberes não hegemônicos, que podemos conceituar como epistemicídio. O conceito de experiência e ponto de vista junto à reconhecer a atuação dos movimentos sociais e, se localizam como feministas se deslocando do feminismo predominante no norte, a exemplo, não se incluir nas ondas do feminismo.

Gomes (2017), em diálogo com Boaventura Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009) traz a pedagogia pós-abissal para compreender a tensão histórica construída nas relações de poder e conhecimento, responsáveis pela racionalização da vida social e promoção de privilégio epistêmico. Quando a ciência moderna possui o privilégio político de ser o único conhecimento válido, torna seu poder exclusivo. Como tornar um outro mundo possível? As autoras aqui apresentadas propõem conhecimentos, práticas e argumentos para conhecimentos plurais, tensionam a norma científica para quebrar a hegemonia da produção científica do norte e o epistemicídio.

Para tencionar a produção do conhecimento hegemônico com conhecimentos que foram marginalizados pela ciência moderna, se considera gênero e raça nas elaborações. As autoras trazem elementos que se centralizam na experiência e ponto de vista para provocar as tensões. Este movimento aparece relacionado com a emancipação, no sentido de conhecer e saber do mundo rompendo com hierarquias de poder que classificam e dividem norte e sul. Relacionado às experiências, as ações dos movimentos sociais para conscientizar sobre as desigualdades sociais, são afirmadas pelas autoras como potentes para a transformação social.

Estes elementos são possibilidades para o debate racial e de gênero nas epistemologias do sul e podem corroborar com pesquisas que busquem diálogos com o movimento negro, proposta desta pesquisa. Sem a intenção de determinar paradigmas universais para os diversos sul, é possível elencar paradigmas que podem ser pensados como consonantes, principalmente a quebra de hegemonia e a experiência/ponto de vista, que possuem uma localização.

Quando construímos conhecimento o fazemos localizados em nossas experiências de vida, linguagem, conhecimentos e escolhas que conduzem o olhar para as fontes, observações, formas de pensar e conduzir as narrativas do que produzimos. Sobre o processo de construção de conhecimento nas sociedades que se atravessam pela experiência colonial, aqui se parte de uma correlação inicial, o poder histórico e o poder na linguagem.

Michel-Rolph Trouillot (2016) compreende que “o próprio poder trabalha em conjunto com a história” (Trouillot, 2016, p.60). Analisa o lugar de produção da história, a forma de produção e definição das fontes e por quem é realizado. Percebe o poder perpassando a construção da narrativa histórica a partir da pretensão de verdade que a conduz com regras

que não se aplicam em todas as épocas e lugares, a exemplo, a maioria das narrativas históricas produzidas nas sociedades que passaram pela experiência colonial e receberam populações da afrodiáspora no contexto do grande negócio econômico que foi o sistema escravista na América colonial.

A produção de narrativa histórica construída nos diversos países da América, assim como do continente Africano, se faz na linguagem dominante (oficial) nos territórios, a dos colonizadores, como o Inglês, Espanhol, Francês, Português. Trouillot (2016) aponta o lugar de subalternização que os europeus atribuíram aos povos que consideravam selvagens e não civilizados por fatores como a não existência de uma gramática da língua registrada que lhes fosse inteligível. A dominação colonial muito se mapeia pela linguagem, como a língua oficial de muitos países que passaram pela experiência colonial ser a língua do colonizador, definida por este, o mesmo que teve o poder para definir as fronteiras territoriais.

Nos territórios marcados pela experiência colonial portuguesa, como Angola, Moçambique e Brasil, assim como nos atuais países que foram perpassados por experiências coloniais, a linguagem oficial constitui instrumento de dominação que perpassa todos os espaços, como o da produção do conhecimento como um todo. O conhecimento e domínio dos usos da língua portuguesa e demais línguas colonizadoras, compõem elementos da "civilidade" ocidental advinda das culturas europeias, que se soma a atitudes culturais, como se alimentar com talheres e existir de forma monogâmica, distinções e dominações sociais que perpassam a língua falada, os corpos e as relações sociais.

Dentro do campo de estudos sobre sociolinguística existe um esforço de revisões metodológicas e epistemológicas denominada Linguística Colonial (Cristine Severo, 2015), voltada para os estudos em contextos afetados profundamente por experiências coloniais. A construção sociolinguística no Brasil, de acordo com Severo (2015), ocorre em contexto historicamente colonizado, onde os discursos em torno da questão da língua nacional fazem pouca ou nenhuma menção às influências das línguas africanas ou dos povos originários do território americano. No Brasil, a língua portuguesa foi usada no período onde esteve vigente o sistema escravista promovido por Portugal, como índice identitário para classificar os escravizados (Severo, 2015).

A língua é muito marcante nas distinções/definições de território e de pertencimento, se altera e se adapta nas relações culturais/sociais. Por este motivo as línguas colonizadoras praticadas no continente africano e americano apresentam particularidades advindas das relações localizadas nos territórios. Lélia González (1988), apresenta o conceito pretoguês, marca de africanização no português brasileiro (o que fala *bunda*), encoberto pelo véu

ideológico do branqueamento e por classificações eurocêntricas da língua oficial que também se atravessam na produção de conhecimento, carregado pela colonialidade do poder (Quijano, 2009). Assim como os sujeitos coloniais se apropriam e significam a língua, o espaço da pastoral do negro, e os muitos espaços construídos através de movimentos sociais, pode ser lido como lugar que promove movimentos de apropriação e (re)significação de ser e estar na sociedade.

Os movimentos de apropriação e (re)significação de ser e estar na sociedade também atravessam o trabalho intelectual na construção de conhecimento, pois através do lugar que ocupamos na sociedade constituímos olhares e identidades. Enquanto mulher negra pesquisadora neste lugar de (re)significações, corroboro com a compreensão da produção intelectual realizada com responsabilidade política. Trouillot (2016), aponta que esta responsabilidade parte de construir conhecimento reconhecendo a estrutura racializada da sociedade, que atores históricos também são narradores e, a História como conhecimento e narrativa que acompanha o processo, a produção e as condições de produção da narrativa histórica para perceber os exercícios de poder que viabilizam certas narrativas e silenciam outras.

Realizar este caminho epistemológico (des)localiza o centro de produção do conhecimento que detém o poder (Trouillot, 2016), localizado principalmente no norte global. Partir da experiência social de atores históricos marcados pelo processo colonial, como as mulheres negras agentes de pastoral do negro, pode produzir potencialidades diferentes das metodologias teóricas que partem da experiência colonial enquanto colonizada como estruturante na construção da narrativa.

Essa perspectiva epistemológica de produção de conhecimento, por vezes nomeado como decolonização do conhecimento, tem sido discutido por vários autores e em diferentes perspectivas, apontando para potencialidades de abordagens de experiências, produzir conhecimentos novos e revisitar abordagens já existentes (Fanon, 2007; Dussel, 1977; Glória Anzaldúa, 2005; Collins, 1990; Quijano, 2009).

As perspectivas epistemológicas que abordam a colonialidade reconhecem as desigualdades que engendram as relações. Vivemos em uma sociedade estruturalmente racista, onde o racismo é naturalizado. Sueli Carneiro (2011a,b) descreve a sociedade brasileira escondida atrás de um discurso de miscigenação em uma realidade de discriminação e exclusão do negro. Os negros compõem os piores índices de qualidade de vida no Brasil e em países com histórias parecidas com a do Brasil. Para Carneiro (2011b) a discriminação e a

intolerância no Brasil resultam de uma postura de negação histórica dos sujeitos negros em detrimento dos brancos.

Entender os sujeitos brancos como racializados, da mesma forma como os sujeitos não-brancos são racializados no Brasil, uma sociedade onde o racismo é estrutural, compõem estudo realizado por Lia Vainer Schucman (2014), inserido no campo de estudos críticos da branquitude[25]. O conceito de raça difundido no século XIX EC., que pesava moral, intelectual e estética através dos fenótipos, marca a constituição dos processos de subjetivação das pessoas na sociedade de forma estruturalmente racializada. Alberto Guerreiro Ramos (1957) conceitua esses processos como patologia social do branco brasileiro, William Edward Burghard Du Bois (1999) chama pacto da brancura. Os estudos críticos da branquitude evidenciam o papel das pessoas brancas na manutenção do racismo, seus privilégios, suas ações e lugares de poder. Promover o letramento racial, um dos sentidos dos estudos, é importante para todos na luta contra o racismo.

As identidades racializadas brancas, a branquitude, constituem uma particularidade que se considera universal, se coloca como tal e forma uma identidade racial hegemonia e de poder que ocupa lugares de vantagem na sociedade, estruturada pelo racismo e marcada pela dualidade que opera simbolicamente separando brancos e não brancos, “uma visão político-ideológica que colocou coletivamente os brancos no topo da pirâmide social, do comando e do poder, independentemente de suas raízes culturais de origem étnica” (Munanga, 2003, p.14).

Na organização da sociedade onde as identidades brancas são privilegiadas, a mobilização e tensionamento político de movimentos sociais, como o movimento negro e também de intelectuais como Abdias do Nascimento, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e muitas e muitos outros popularmente reconhecidos academicamente ou não, pautam historicamente lutas anti racistas e em prol da reafirmação de identidades negras (Domingues, 2007b).

Para dialogar com este campo procuro estabelecer diálogos teóricos com epistemologias do sul global, no caso desta pesquisa, deste campo epistemológico que acabei de narrar, caminha por interlocução com teóricas e teóricos não-brancas/os e feministas e, ter

[25] Lia Vainer Schucman (2014) constrói uma compreensão de branquitude considerando a identidade branca não como uma posição neutra ou universal, mas como construção social historicamente situada e implicada em relações de poder. Aponta a branquitude como um privilégio racial invisibilizado manifestado nas diferentes esferas da vida cotidiana, desde as estruturas institucionais até as relações interpessoais em uma posição social e política que confere privilégios e poderes aos corpos brancos e institui hierarquias raciais com a branquitude no centro do poder.

como premissa a compreensão de racismo e colonialidade de gênero como estruturais nas sociedades que receberam os fluxos da afrodiáspora na experiência colonial.

No viver em sociedade, as relações raciais ocorrem em campo de resistência, negociação e combate às desigualdades estruturais na sociedade, os diálogos a partir destas perspectivas fortalecem as lutas por mudanças e transformação no nosso mundo, que é marcado por um padrão de opressão colonial que precisa ser reconhecido. Compactuo com a visão epistemológica da decolonialidade construída por ativistas e feministas de diferentes suis do mundo que partilham esta perspectiva e se engajam em revelar o sistema colonial. Também compactuo com a agência nesse sistema, com o ser contracolonial (Santos, 2015), se mobilizar com prática, agir e escuta no esforço de contracolonizar as instituições que operam as estruturas (coloniais) que mantêm os mecanismos de dominação (Santos, 2015). Procuro então investigar na pesquisa se o espaço das Agentes de Pastoral do Negro pode ser interpretada como uma proposta contracolonial?

As resistências das mulheres negras fornecem epistemologias que permitem teorizar sobre sua situação de subalternização. Movimentos sociais, como o movimento negro, são reconhecidos por fortalecerem mudanças necessárias em sociedades como o Brasil. As APNs, ao se engajarem na conscientização sobre a negritude e na luta antirracista, alinham-se a essas perspectivas, incorporando a resistência feminina negra em suas práticas pastorais.

Assim, a atuação das APN pode ser vista como um exemplo concreto de produção de conhecimento situado no Sul Global, enraizado nas realidades locais e influenciado por abordagens teóricas críticas que desafiam as hierarquias de conhecimento tradicionalmente impostas pelo Norte Global. Essa compreensão proporciona uma visão mais ampla e inclusiva das dinâmicas sociais, reconhecendo a voz e a legitimidade dos saberes produzidos pelas comunidades negras no Brasil.

4. PERCURSO METODOLÓGICO: CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO COM O CAMPO DE PESQUISA

Ao longo dos tópicos do capítulo procuro construir o percurso metodológico de interlocução com o campo de pesquisa, ospaço-território vivido por relações sociais marcadas pelas tensões e disputas. Conflitos de raça, classe, gênero, sexualidade constituem a estrutura e as instituições que operam de forma estruturalmente opressora e racista. Contexto onde se insere o histórico de movimentos sociais como o movimento negro, presentes na luta antirracista, contra desigualdades e preconceitos (Almeida, 2019).

Retomo o destaque sobre o movimento negro possuir práticas pedagógicas e, portanto, é um educador, um ator político (Gomes, 2017). Construído por militantes negros e negras, organiza as lutas de forma comprometida pela "superação do racismo e com a emancipação social no Brasil e na diáspora africana" (Gomes, 2017, p.13). Dessa forma, o movimento negro reeduca, e é agente na luta pela democracia quando se posiciona contra estruturas de poder, produz saberes emancipatórios, discute de forma crítica a questão racial e pressiona reivindicações por políticas de Estado.

4.1 DIÁRIO DE CAMPO: BREVE REGISTRO DOS ITINERÁRIOS DA PESQUISA

O primeiro ano de pesquisa (2020) ocorreu durante o isolamento social da pandemia de COVID-19. No ano seguinte, em 5 de março de 2021, realizei minha primeira pesquisa em acervo, no AHJ, solicitando acesso à hemeroteca e ao acervo bibliográfico. A hemeroteca, organizada por tema, permitiu localizar documentos relevantes, os quais foram fotografados e organizados em um banco de dados pessoal com informações sobre datas, temas e fontes. Durante essa visita, localizei a dissertação de especialização de Maria da Consolação, que aborda o Kênia Clube, espaço de sociabilidade negra que foi central na vida cultural e política da comunidade negra joinvilense. Esse trabalho tornou-se uma referência historiográfica na cidade.

Em 21 de setembro de 2021, acomanhada de Consolação, iniciei uma das primeiras escutas presenciais da pesquisa com a visita à residência de Terezinha da Cruz Luiz, militante reconhecida no movimento negro em Joinville. Terezinha integrou a Pastoral do Negro/Grupo Consciência Negra e compartilhou suas memórias de forma espontânea e generosa. Ao longo da conversa, ela mostrou fotografias, recortes de jornal e livros, incluindo o livro *Gente Nossa* (Salvador Neto, 2020), onde sua biografia está publicada como capítulo. Com sua

autorização, fotografei parte desses materiais e os organizei em uma pasta de trabalho para análise posterior.

Durante a visita, Terezinha comentou que havia concedido uma entrevista gravada à equipe de História Oral do AHJ e recomendou que o acesso a esse material, fruto de dias de trabalho com as historiadoras do AHJ. Ela disse que, na época dessa entrevista, pôde rememorar episódios importantes de sua vida militante, e que hoje tem menos a falar pois a memória não está tão boa. Poucos dias depois, fui até o AHJ, lá fui informada de que, devido a pendências cartoriais, o material não estava disponível para consulta. Deixei meu contato e sigo aguardando a liberação para acessar esse documento.

Na mesma ocasião, Terezinha e Consolação indicaram outras pessoas para conversar. Uma delas foi Ana Lúcia, professora de Educação Física e, à época, vereadora de Joinville pelo Partido dos Trabalhadores. Outra indicação foi Maria, moradora do bairro Fátima. No dia seguinte, 22 de setembro de 2021, fui até a casa de Maria junto com Consolação, que desejava rever a amiga antes de retornar para Minas Gerais. Maria, uma mulher negra com mais de 80 anos, nos recebeu com afeto e contou sobre sua participação nas lutas do movimento negro na cidade, especialmente sobre o Grupo Consciência Negra. Ainda que tenha demonstrado interesse em conceder uma entrevista, optei por deixar essa conversa para um momento futuro, devido à idade avançada de Maria e também a respeito dos limites temporais que engloba a pesquisa.

Em 30 de março de 2023, participei do II Seminário de Educação Antirracista, realizado no auditório do SINSEJ Joinville, como parte das ações do "mandato educador" da vereadora Ana Lúcia. O evento trouxe falas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), à Educação Escolar Quilombola e às expressões artísticas como ferramentas de luta antirracista. No final do evento, foram prestadas homenagens a educadoras e educadores engajados com a causa, com moções da Câmara de Vereadores.

Quando cheguei no evento, conversei com o ator e artista Robson Benta, reconhecido por suas interpretações como o poeta Cruz e Sousa e com participação histórica nos movimentos culturais e sociais da cidade. Embora tenha relatado menos envolvimento direto com o Grupo Consciência Negra, Robson lembrou que esteve ao lado de figuras como Ana Lúcia e Consolação em diversos espaços de militância. Ao final da atividade, me aproximei de Ana Lúcia, apresentei minha proposta de pesquisa e a convidei para uma entrevista. Ela convidou para continuarmos a conversa em uma pizzaria da cidade.

Durante o jantar, falamos sobre sua trajetória como professora de Educação Física, sua relação com a dança, a militância nos movimentos sociais e sua atuação no Coletivo Ashanti,

grupo negro e antirracista, antimachista, contra a LGBTQIA+fobia e a xenofobia onde é liderança. Ela também refletiu sobre os caminhos que a levaram à vereança, apontando os trânsitos entre o chão da escola e os movimentos negros como parte indissociável de sua atuação política. Ao fim do encontro, combinamos de manter o contato e realizar a entrevista em breve.

Em 24 de junho de 2023, participei de um encontro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, promovido pelo CDH Maria da Graça Braz e vinculado ao Fórum de Direitos Humanos de Joinville. O evento aconteceu no auditório do Sinpronorte e contou com a mesa *"Radicalizar os direitos humanos para direitos humanos já!"*, onde foram discutidas pautas sobre direitos humanos e juventudes negras. Nesse dia, reencontrei Dona Irma, mulher branca, freira aposentada e figura central na história do CDH Joinville. Apresentei-me e compartilhei o interesse em pesquisar o acervo da entidade. Irma me acolheu com entusiasmo, forneceu seu contato e contou que se sentia feliz em ver pessoas jovens pesquisando as lutas históricas da cidade.

Passados alguns meses, em 9 de dezembro de 2023, fui ao CDH Joinville para participar de uma atividade alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, parte do projeto Sementes de Proteção. A roda de conversa do dia abordou as mortes violentas decorrentes da ação policial contra a juventude periférica em Santa Catarina. A palestrante convidada, Zâmbia Osório, fez uma fala sobre racismo e violência institucional, Ana Lúcia também fez fala nesse evento, que abriu para uma roda de conversa na sequência da palestra. Após a atividade, conversei novamente com Ana Lúcia e Irma, a entrevista com Ana ficou agendada para a semana seguinte (foi realizada) e a visita para pesquisa ao acervo do CDH ficou agendada para o mês de fevereiro seguinte.

A visita ao CDH aconteceu pouco depois do retorno de Minas Gerais, momento em que Consolação foi entrevistada para a pesquisa, na cidade de Uberlândia. Em 17 de fevereiro de 2024 fui recebida por Irma no CDH Joinville, onde, entre conversas e arquivos, manuseamos juntas fotografias, recortes e documentos. Com suas memórias ativadas pelas imagens, Irma contou histórias de lutas populares, ações do CDH e processos comunitários da cidade. Olhando as fotografias, rostos foram sendo reconhecidos, como o de Consolação, que aparecia com frequência entre os registros. Conexões entre o que vi no AHJ e no CDH foram se estabelecendo, ampliando a compreensão sobre o entrelaçamento e os trânsitos nos espaços de militância, especialmente no que diz respeito ao protagonismo de mulheres negras.

Em 3 de agosto de 2024 participei como palestrante da I Jornada de Educação Antirracista, organizada pelo Movimento Negro Maria Laura no Kênia Clube de Joinville. A

mesa da qual participei foi composta por educadoras e educadores negros com longa trajetória no movimento negro em Santa Catarina, entre elas, Jeruse Romão. Viajamos juntas da Grande Florianópolis para Joinville, e, durante o trajeto, como já ocorreu em outros encontros, Jeruse demonstrou interesse pela pesquisa, perguntou como estava o processo, compartilhou reflexões, nomes e caminhos possíveis com generosidade.

Nessa ocasião, Jeruse relembrou que o movimento negro no estado de Santa Catarina sempre foi uma rede viva, construída por encontros, diálogos e trocas entre diferentes cidades, como Joinville, Lages, Itajaí e Criciúma, informação constatada durante pesquisa em fontes históricas para contextualizar o campo de pesquisa. Afirmou: "a gente nunca está sozinha, sempre chegam os mais novos para continuar" (Francine Costa, Diário de campo, 2024). Para ela, pesquisas que dialogam com o movimento negro fazem parte desse processo de continuidade e enraizamento, tecendo memória e compromisso coletivo.

Figura 20 – Montagem com fotografias tiradas em momentos registrados em diário campo

Fonte: Registros da pesquisadora, 2021 a 2024.

Acima estão registros realizados em momentos de campo de pesquisa. O primeiro registro à esquerda mostra uma mesa do hall principal do AHJ com um envelope branco. Dentro estão recortes de jornais com a temática "desenvolvimento urbano", integrante da

hemeroteca da instituição. Ao centro está outra mesa, onde uma servidora recebe as solicitações de materiais feita por pesquisadores. Já no fundo do plano se encontra a porta de vidro com a visão externa do prédio, parte da frente, às margens do rio Cachoeira, que corta o setor central da cidade.

Escolhi exibir esse plano na fotografia por memória afetiva. Durante dois anos fui estagiária na instituição, enquanto terminava a graduação em História nos anos de 2011 e 2013. Dentre as atividades do estágio estava apoiar pesquisadores que ali buscavam fontes de pesquisa no acervo. Era em uma mesa como a mostrada na fotografia, mas nessa posição, que costumava trabalhar. Ali sentava após ter percorrido o caminho de casa até próximo da prefeitura de Joinville, onde descia do ônibus em frente ao monumento de homenagem aos imigrantes da cidade "Barca Colón" e caminhava na avenida Beira Rio, às margens do rio Cachoeira, até o AHJ.

Narro essa memória e registro esse ângulo de percepção de cenário em fotografia pela potência que ela representa na minha formação enquanto pesquisadora: conviver com disputas de memória da cidade. Cotidianamente refletia sobre símbolos, signos, narrativas e representações da cidade desde o caminho para o trabalho e o acompanhar dos diferentes interesses de pesquisa que atendia todos os dias. As reflexões e experiências desse momento reverberam de forma significativa na minha formação enquanto pesquisadora.

O segundo registro fotográfico mostra duas mulheres negras sentadas em cadeiras de balanços sorrindo. Ao fundo está a parede da garagem da casa de uma delas, que pediu o registro fotográfico para ter a recordação desse dia, onde uma querida amiga a visitou para uma tarde de conversa acompanhada por mim, a pesquisadora que queria conversar sobre seus tempos de movimento negro.

Trago esse registro para inscrever outro momento significativo na minha formação enquanto pesquisadora, o escrever diários de campo. Foi ao longo da graduação em Ciências Sociais que entendi a potência dessa ferramenta de registro e da escrita etnográfica. Antes não escrevia em primeira pessoa do singular, mas adotei durante o processo das disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa que fazem parte da grade curricular do curso (2018) até escrever o presente texto, primeira pesquisa escrita em primeira pessoa do singular. A graduação em Ciências Sociais também foi momento das primeiras escritas de diário de campo e etnografias, da observação, da prática da descrição densa (Gilberto Velho, 1978), de adotar a escrita de diários de campo (Hélio Silva, 2009) considerando dois lados: um com informações objetivas e outro com uma escrita que flui das subjetividades enquanto

pesquisadora; e, entender que etnografia não é método, é também elaboração teórica (Mariza Peirano, 2014).

Quando estava escrevendo o diário de campo do dia desse registro percebi o quanto havia entendido a importância desse instrumento para a pesquisa. Na época, a experiência de estágio de docência na disciplina de metodologia da pesquisa em Antropologia havia terminado a pouco (2021), momento de intensa aprendizagem que qualificou o processo de pesquisa do doutorado.

No terceiro registro, a fotografia mostra uma atividade realizada no CDH Joinville (2023), em que a pesquisadora Zâmbia Osório está fazendo uma fala sobre o genocídio da juventude negra. Foi nesse espaço que encontrei algumas das interlocutoras da pesquisa: após a atividade, durante o café coletivo, no próprio CDH, conversei com pessoas presentes, me apresentei como pesquisadora, contei sobre a tese, realizei convites para participação na pesquisa, colhi informações e partilhei conhecimentos.

Abaixo, à esquerda, o registro mostra mais um momento de pesquisa em acervo no CDH (2024), com foco nos registros fotográficos, quando em diálogo com Irma, pude ouvir, perguntar, solicitar informações sobre as imagens, localizar datas, pessoas, contextos e anotar pistas para aprofundar a investigação que compôs o movimento de pesquisa.

Ao lado, está o registro da entrevista realizada com Ana Lúcia. Escolhemos sentar à sombra de uma grande árvore do Parque das Águas, em Joinville para aproveitar o frescor das sombra das árvores em uma manhã quente de início de dezembro. Por fim, a última fotografia da Figura 20 – Montagem com fotografias tiradas em momentos registrados em diário campo apresenta uma roda de capoeira na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Jogando capoeira, no centro da cena, estão duas mulheres negras, sendo uma delas Fumacinha/Consolação. Capoeirista, ela me convidou para participar de um momento com o seu grupo de capoeira durante visita feita com o objetivo de realizar entrevista (2024).

Ao longo da pesquisa, foram produzidos diversos registros fotográficos, organizados e armazenados para acesso junto aos diários de campo, parte manuscritos e parte em arquivos de texto digitais que somam 7 *Gigabytes* de arquivo digital, 4 cadernos de campo manuscritos e diversas folhas A4 coloridas utilizadas facilitar a visualização e montagem do "quebra-cabeça" que resultou nos núcleos de significados apresentados no capítulo 5 a seguir.

4.2 LOCALIZAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA: ESTADO DO CONHECIMENTO, FONTES MAPEADAS E DIÁLOGO COM AS INTERLOCUTORAS

Para construir a proposta de pesquisa, foi preciso localizar em bancos de teses e dissertações produções já realizadas nas temáticas relacionadas à pastoral do negro e pastoral afro, duas denominações utilizadas pela pastoral nas regiões do Brasil.

Primeiramente, foi acessada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), plataforma que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Sem ativar filtro de recorte temporal, com o descritor de busca "Pastoral do negro" o resultado identificado foi um trabalho, a tese defendida na Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro *A Dança dos Orixás e o Canto dos Santos: desafios teológico-pastorais das religiões negras do Recife* (Gilbraz de Souza Aragão, 2004).

Já com o uso descritor "Pastoral afro", três trabalhos resultaram da pesquisa. A dissertação em Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro *A Gênese da Pastoral Afro-brasileira (PAB) e sua Articulação Contra o RACISMO* (Camila Oliveira, 2018), a tese em no Programa de Pós-Graduação em Ciência Social (Antropologia Social) na Universidade de São Paulo *A Cor da Fé: "identidade negra" e religião* (Rosenilton Silva de Oliveira, 2017), a dissertação em Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos *Entre Sambas e Rezas: vivências, negociações e ressignificações da cultura afro-brasileira no Bexiga* (Larissa Nascimento, 2014).

No Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, com o descritor "Pastoral Afro" 12 resultados foram encontrados, 10 dissertações e 2 teses. Se percebe neste volume de trabalhos a predominância nos campos de teologia e Ciência da Religião com 5 trabalhos, seguido por Ciências Sociais, havendo 2 trabalhos na área de antropologia e 2 na área de sociologia. Já as outras áreas apresentam 1 produção. Todos os trabalhos e localizam no eixo de produção Rio-São Paulo, com uma produção na Bahia. Essas produções foram organizadas no formato de quadro e está disponível no quadro 1 do apêndice.

O descritor "Pastoral do negro" aplicado no Catálogo de Teses e Dissertações identificou uma tese e uma dissertação foi encontrada, a tese *Umbanda e Religiões de Matriz Afro-brasileira em Valença*, Estado do Rio de Janeiro (2012) de Maria da Consolação Lucinda, defendida no Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a dissertação *Tirando a Cultura das Tocas: da exclusão à cidadania - uma trajetória afro-descendente* (2003), de Eneida de Souza Lopes no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Como forma de ampliar as buscas, com os descritores pastoral do negro, sem nenhum tipo de filtro aplicado, ampliou os resultados para diversas possibilidades, totalizando 1109579 resultados, dos quais se destacaram nas 20 primeiras páginas de 20 resultados, dois trabalhos, descritos a seguir, pois são produções que se mostraram de maneira mais próxima com a proposta de pesquisa.

Na dissertação "*As mulheres na pastoral do negro: construção de identidades das mulheres negras participantes dos agentes de pastoral do negro"*, Cristiane Antunes de Sá (2014) propõe discutir a relação entre militância feminina de pastoral do negro e a formação identitária em mulheres participantes do momento na cidade de Seropédica, estado do Rio de Janeiro. Para realizar a proposta de pesquisa, a autora utiliza questionário e fontes levantadas através da história oral, colhidas a partir de 2007. Através da análise das fontes de pesquisa, o trabalho procura pensar a construção de uma memória coletiva das mulheres agentes de pastoral do negro, assim, realiza o que denomina reconstrução histórica entre o sujeito (mulheres agentes de pastoral do negro) e o reflexo das ações como agente na sociedade. Compreende as mulheres negras como sujeito coletivo na sociedade que ocupa lugar de duplo preconceito de gênero e raça (Cristiane Sá, 2014). Sendo maioria em número, as mulheres negras participantes do momento de agentes de pastoral do negro tencionam o espaço e reivindicam demandas ao mesmo tempo em que constroem uma identidade social de negritude.

A tese '*As pedagogias do movimento negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira"* de Ivan Costa Lima (2009) apresenta pesquisa que perpassa os movimentos dos agentes de pastoral do negro, grupo consolidado em meados de 1983. Com o passar dos anos, em Santa Catarina, muitos de seus membros, composta em maioria por mulheres negras, formaram o *Grupo União e Consciência Negra*. Lins, com uma revisão de literatura, aponta o movimento social da população negra em agentes de pastoral em regiões de Santa Catarina como Criciúma, Itajaí, Lages, Laguna. Içara, Urussanga, Ituporanga e Florianópolis, cada núcleo com diferentes formas de organização, ação e práticas. Suas fontes de pesquisa foram principalmente entrevistas e pesquisas historiográficas, entre produções bibliográficas e publicações na imprensa, para localizar informações sobre os agentes de pastoral do negro nos núcleos mapeados em Santa Catarina. Aponta dois objetivos de organização dos agentes de pastoral do negro em Santa Catarina: ser espaço para os negros refletirem suas atuações como tais, e sensibilizar diante da prática discriminatória que sofre a população negra (Lima, 2009).

Lima (2009) destaca o papel das mulheres negras, maioria no movimento de agentes e também nos movimentos negros que se formam no transcorrer dos anos em Santa Catarina.

A presente pesquisa se aproxima das pesquisas de Sá (2014) e Lima (2009) por propor pesquisar as ações de mulheres que fizeram parte da Pastoral do Negro, neste caso, em Joinville. Se diferencia por propor uma abordagem de análise interdisciplinar e com epistemologias focadas em entender o impacto da atuação dessas mulheres e como essas compreendem o mundo e pautam suas demandas e tensionamentos políticos.

No campo das pesquisas sobre mulheres negras em Joinville, Rosa (2006) analisa trajetórias e estratégias de inserção ocupacional de trabalhadoras da educação infantil e da saúde, articulando raça, gênero, escolarização e emprego por meio de entrevistas semiestruturadas. Minha pesquisa dialoga com esse horizonte metodológico, mas desloca o foco para os trânsitos políticos de mulheres negras vinculadas à APN/GCN, privilegiando as articulações entre religiosidade, militância e produção política contracolonial.

Com a coleta de fontes documentais, a pesquisa amplia a capacidade de mapear e compreender tais atuações através da captura de fragmentos que viabilizem entender o funcionamento e ações da APN e Grupo Consciência Negra via registros de atividades, atas, fotografias, materiais de divulgação e reportagens em jornais. Conforme exposto nas tessituras do capítulo anterior, no percorrer da pesquisa tive contato com uma parte do acervo bibliográfico do grupo, que de alguma forma, também colabora como fonte de pesquisa.

Via estratégia da bola de neve, onde uma pessoa indica outras e as indicações se cruzam, foi possível quantificar mulheres e homens que atuaram como agentes APN e no grupo Consciência Negra, viabilizando a construção de contatos e localização. Tal estratégia permitiu conhecer e ouvir de mulheres negras, em especial as convidadas como interlocutoras na pesquisa Consolação, Terezinha, Maria, Ana Lúcia[26], suas organizações, atuações, lutas políticas e demais movimentações que atravessam suas vidas. Ao longo da caminhada na pesquisa também convidei Robson para participar como interlocutor na pesquisa, devido ao tempo limitado para o trabalho, o encontro ficou para momento futuro.

O primeiro contato para esta pesquisa ocorreu com Consolação, que indicou o nome de sete pessoas. Terezinha indicou o contato de Maria, e também me recebeu em sua casa e disponibilizou panfletos, textos, fotografias e outros registros que guarda em seu acervo, além de indicar a importância de considerar a organização do carnaval no campo de pesquisa. Quatro homens foram localizados até o momento, Sérgio em Florianópolis, Robson, Luiz e José em Joinville, ambos não foram oficialmente entrevistados para a pesquisa.

[26] Neste primeiro momento da pesquisa se optou pelo registro do primeiro nome para preservar identidades.

Ao contatar as pessoas citadas, algumas informações surgiram nas conversas iniciais: entre participantes as mulheres eram maioria em relação aos homens; poucas pessoas brancas compuseram as ações do grupo; atualmente as pessoas se encontram em idade a partir de 55 anos; o grupo possuía rotatividade, com oscilações em tempo de participação; Consolação esteve maior tempo em atividade das pessoas que circularam no grupo, entre a fundação em 1987 a 2001; houve o falecimento de dois homens e três mulheres.

Também conversei com Jeruse Romão, militante do movimento negro e residente na região de Florianópolis, que narrou memórias e destacou a importância das APNs de todo o estado de Santa Catarina e do grupo Consciência Negra para a construção de uma rede do movimento negro em Santa Catarina, com a promoção de encontros estaduais para diálogo e organização da militância, trocas e fortalecimento. Recebi de Jeruse o contato de Odete, atuante na Pastoral Afro[27] de Lages, narrada por Jeruse como uma das mais engajadas atualmente e bastante dedicada na promoção do diálogo entre Pastorais Afro em Santa Catarina. Jeruse também recomendou procurar registros do acervo do NEN da UFSC para encontrar rastros destas conexões.

Abaixo, apresento a fotografia de mesa do 1º Encontro Estadual do Movimento Negro de Santa Catarina, ocorrido em outubro de 1993 em Florianópolis. Entre as integrantes desta mesa sobre educação está Consolação, uma das fundadoras da APN e posterior Grupo Consciência Negra de Joinville, junto às militantes Jeruse e Vera Regina, esta última foi integrante fundadora da Pastoral Negra de Porto Alegre - RS.

Figura 21– Mesa do 1º Encontro Estadual do Movimento Negro de Santa Catarina, Florianópolis, 1993

[27] Atualmente as Pastorais de Santa Catarina utilizam o nome Pastoral Afro, pretendo compreender durante a pesquisa como ocorreu a troca do nome Pastoral do Negro para Pastoral Afro.

Fonte: Acervo pessoal de Jeruse Romão. Registro fotográfico cedido à pesquisadora em 2021.

Para estar colocar em diálogo com as interlocutoras da pesquisa, mobilizo fundamentação teórica e metodológica interdisciplinar, com a etnografia e técnicas de registro da história, realização de entrevistas orais, observação e descrição dos espaços frequentados ao longo do percurso da pesquisa, cotejando esses dados com pesquisa histórica e documental.

Outra questão que levanto, conduzida por leituras que consideram a colonialidade ao estudar a historicidade e o significado da relação entre sexo e gênero, abordo como eram as relações entre mulheres e homens negros no espaço pesquisado. Embora em menor número, homens também compuseram esse grupo de movimento negro e as atividades desenvolvidas e colaboraram de forma engajada.

No intuito de fundamentar a construção de abordagem interdisciplinar, exerço a articulação de conhecimentos que se centram em maior medida na História e Antropologia, realizando trânsito com saberes e ferramentas produzidos nas diferentes áreas das Ciências Humanas, as articulando para a construção de conhecimento de forma posicionada. Dialogar com as interlocutoras demanda considerar as relações de poder a partir da colonialidade do gênero, do saber e do poder (Lugones, 2011) de forma central na pesquisa e reconhecer as relações como estruturalmente racistas e sexistas (Almeida, 2019).

Metodologicamente, a partir da fundamentação interdisciplinar construída, em diálogo com a etnografia e técnicas de registro da história está a técnica da entrevista, da observação e descrição nos espaços frequentados ao longo do percurso da pesquisa para conhecer e ouvir mulheres que foram agentes da pastoral do negro (também denominado grupo Consciência Negra). Nesse campo de pesquisa, busco compreender como se organizaram mulheres negras participantes de movimento negro em Joinville e compreender seus lugares de atuação e lutas políticas, os impactos de suas atuações no meio social.

Inicialmente, foram convidadas para participar da pesquisa quatro interlocutoras e um interlocutor, com idade superior a 55 anos. Pessoas com trajetória de atuação no movimento negro da cidade de Joinville e circulação em diferentes lugares, tendo em comum a atuação na APN e GCN. De fato, devido ao tempo limitado da pesquisa, duas mulheres foram entrevistadas e duas receberam visitas para conversas sem o compromisso de conceder uma entrevista.

O mapeamento seguiu ao longo da pesquisa, por ser uma ferramenta importante para compreender as redes que se estabelecem entre as pessoas interlocutoras e suas formas de se organizar coletivamente. Os registros da pesquisa ocorreram principalmente na forma da produção de cadernos de campo, com registro de anotações, visuais, audiovisuais e fonográficos, coletados ao longo de todos os momentos da pesquisa.

A interlocução foi iniciada através de conversas informais, enquanto estava conhecendo o campo pesquisa, entrando em contato, ouvindo o que essas mulheres tinham interesse em dizer. Nesse caminho, percebi o quanto a rede de pessoas que compuseram o movimento negro em Joinville é fluída quanto aos espaços de circulação no período estudado e atualmente, não se centrando apenas à APN/Grupo Consciência Negra. Junto a esses primeiros contatos também realizei pesquisas e levantamentos documentais visitando acervos de Joinville, como o Arquivo Histórico Municipal e do Centro de Direitos Humanos, além dos acervos pessoais disponibilizados pelas interlocutoras.

Os materiais levantados nesse processo foram organizados em diários de campo e

arquivos temáticos para acesso ao longo das tessituras e caminhadas de pesquisa. Uma primeira imersão nestas fontes de pesquisa viabilizou contextualizar o campo e preparar o roteiro de perguntas das entrevistas, realizadas de forma presencial, aberta, com respostas livres e com base em um roteiro semi-estruturado (Miriam Goldenberg, 2004). Como condução das entrevistas a escuta foi priorizada, para colher a história de vida das entrevistadas[28] no sentido da técnica da liberdade, caracterizada pela estrutura semi-dirigida, pois "ao colher histórias de vida e depoimentos pessoais, deveria ser preservada ao máximo a espontaneidade do relato" (Maria Queiroz, 1991, p.82). Assim, me coloco em posição de liberdade técnica na escuta e de estimular recordações. Neste esforço cabe lembrar que a entrevistadora, mesmo na intenção de dialogar em posição horizontal como as interlocutoras, em questão do papel de pesquisadora desempenhado, está em posição de superioridade na relação com a informante, algo que precisa ser transformado por laços de confiança em prol de um diálogo em posição horizontal.

A técnica da entrevista proposta é composta por diferentes fases e precaver dificuldades nas entrevistas também é importante. Queiroz (1991) recomenda não variar entrevistas de um dia para o outro e realizar uma imersão por vez, com atenção à importância e dimensão de cada fase da entrevista: contextualização do campo, elaboração do roteiro, entrevista/coleta das histórias de vida e depoimentos, a transposição das narrativas e leitura do todo. Chamo atenção ao processo de verificação e complementação das informações sobre o campo de pesquisa antes e depois das entrevistas com outras técnicas. No caso da pesquisa, se utiliza da análise de fontes documentais e registros visuais para ampliar a noção sobre o campo tanto antes de realizar as entrevistas quanto depois, no entrecruzamento de análises. Outra preocupação da pesquisa está no momento após as entrevistas, na transformação das palavras em texto, processo que também é chamado de transcrição, "exercício de memória em que toda a cena é revivida [...] uma nova experiência de pesquisa" (Queiroz, 1991, p.87). Esta etapa é seguida da leitura e sistematização das palavras ouvidas em um novo documento escrito, que permite o olhar de uma posição diferenciada.

Com as entrevistas pretendo artesanar teoria e método, articulando dados e hipóteses para produzir teoria. Jean-Claude Kaufmann (2013) chama de "artesã intelectual" aquela que utiliza deste método, chamado de entrevista compreensiva, que se envolve de forma ativa na entrevista e durante a análise realiza a interpretação do material. Assim, os resultados são alcançados na articulação entre teorização e observação, quando o trabalho de campo também fabrica teoria.

[28] Por dialogar com maioria de mulheres optei por se referir às pessoas interlocutoras no feminino.

4.3 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O roteiro de entrevistas foi pensado em diálogo com a pesquisa de campo preparatória, envolvendo os diálogos iniciais com as interlocutoras, pesquisas documentais, revisões bibliográficas e teorizações que compõem os primeiros capítulos da pesquisa e resultam no roteiro semi-estruturado em três momentos.

Sensibilizar e informar as interlocutoras sobre a intencionalidade da entrevista é o sentido do primeiro momento, explicando a problemática pensada para a entrevista: compreender o impacto da organização de mulheres negras enquanto militantes do movimento negro em Joinville, entender seus lugarares de atuação e luta política como militante entre os anos de 1980 a 2000, e, mapear fragmentos históricos da atuação do movimento negro em Joinville a partir do grupo APN/GCN. Após explicar a problemática de pesquisa, o primeiro momento da entrevista se encerra com a autorização da entrevista e compromisso de disponibilizar os seus resultados nos moldes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da entrevista.

Para incentivar a conversa sobre o que foi a Pastoral do Negro, que passou a se chamar Grupo Consciência Negra e também pensar sobre os impactos da organização política e social de mulheres negras em espaços como esse, um roteiro de perguntas semi-estruturado foi construído com as seguintes questões: perguntar sobre o período em que participou de ações com o grupo e que espaço era esse. Incentivar comentários sobre as pautas, ações e interesses que partiam desse lugar, e, o relato de memórias ou acontecimentos que vividos junto ao grupo. Estimular a fala sobre o fazer parte de um coletivo feito em maioria por mulheres negras e como era a relação com os homens que também compuseram o espaço. Explicitar um cenário enquanto movimento negro, no sentido de coletivos de atuação e perguntar se a entrevistada visualiza uma rede de contatos entre pessoas que atuavam em outros grupos de movimento negro, assim como a atuação do grupo enquanto movimento negro. Questionar se as pessoas do grupo circulavam por outros lugares de movimento negro além do que fizeram parte e sobre sua visão do grupo como um movimento social em Joinville. Perguntar sobre os impactos que a participação no grupo teve na sua vida enquanto lugar de formação política e sociabilidade.

Fontes documentais levantadas ao longo da pesquisa e inseridas no capítulo de contextualização do campo foram impressas e apresentadas às interlocutoras, para sensibilizar as memórias e incentivar relatos. As perguntas do roteiro semi-estruturado foram intercaladas

com a exibição das fontes, a partir dos caminhos que as conversas foram tomando no transcorrer das entrevistas.

No terceiro e último momento de pesquisa as perguntas objetivas foram realizadas: nome completo; data de nascimento; local de nascimento; tempo em que atuou junto ao grupo pesquisado e outras organizações do movimento negro onde atuou e atua.

Os materiais acessados, fontes de pesquisa, diálogos com interlocutoras e interlocutotes que atuaram e atuam no movimento negro em Santa Catarina, conversas informais e duas entrevistas semi-estruturadas culminam do capítulo seguinte, onde a análise produzida no campo de pesquisa resulta em uma artesania que tece, com diferentes fios, trajetórias de Mulheres negras que compuseram um movimento negro em Joinivlle chamado APN e GCN, percebendo os trânsitos políticos dessas mulheres, seus lugares de atuação e lutas políticas.

5. TRAJETÓRIAS DE MULHERES APN/GCN: TRÂNSITOS POLÍTICOS, LUGARES DE ATUAÇÃO E LUTAS POLÍTICAS.

A lente crítica apresentada na análise foi construída através de pesquisa junto à mulheres que atuaram como Agentes de Pastoral do Negro, a interlocução foi iniciada através de conversas, enquanto estava conhecendo o campo pesquisa, entrando em contato, ouvindo o que essas mulheres tinham interesse em dizer. Ao longo do caminho, percebi o quanto a rede que estou contatando é fluída quanto aos espaços de circulação no período histórico estudado e atualmente, não se centrando apenas às APNs e Grupo Consciência Negra, mas de pessoas que circulam em diferentes movimentos sociais. Junto a esse contatos também realizei pesquisas e levantamentos documentais visitando acervos de Joinville, como o Arquivo Histórico Municipal e do Centro de Direitos Humanos, além dos acervos pessoais disponibilizados pelas interlocutoras.

Os materiais levantados foram organizados em diários de campo e arquivos temáticos para acesso ao longo da caminhada de pesquisa. Uma primeira imersão nas fontes de pesquisa viabilizou o preparo do roteiro de perguntas das entrevistas, realizadas de forma presencial, aberta, com respostas livres e com base de um roteiro semi-estruturado (Miriam Goldenberg, 2004). A condução das entrevistas foi guiada pela ênfase na escuta, buscando capturar a história de vida das entrevistadas através da técnica da liberdade (Maria Queiroz, 1991, p.82). Essa abordagem, influenciada pela estrutura semi-dirigida, preconiza a preservação da espontaneidade nos relatos ao colher histórias e depoimentos pessoais. Enquanto pesquisadora, assumi uma postura de liberdade técnica na escuta, visando estimular recordações e criar um ambiente propício à expressão.

Destaco que, apesar da entrevistadora aparentemente ocupar uma posição de superioridade na relação, o objetivo era transformar essa dinâmica em laços de confiança, promovendo um diálogo igualitário e horizontal. Processo conduzido com atenção à importância e dimensão de cada fase da entrevista: contextualização do campo, escolhas metodológicas e elaboração do roteiro, entrevista/coleta das histórias de vida, memórias e depoimentos, a transposição das narrativas em texto e leitura do todo. Chamo atenção ao processo de verificação e complementação das informações sobre o campo de pesquisa antes e depois das entrevistas com outras técnicas e da lente crítica que incorpora estudos teóricos das epistemologias do Sul Global, da colonialidade de gênero e dos feminismos negros como formas de conhecimento produzidas no Sul Global.

Inicialmente, a proposta buscou identificar e localizar narrativas de resistências neste espaço político e religioso de APN/GCN, em diálogo com experiências de mulheres negras e suas agências nas esferas sociais. Observa-se, na reflexão, a atuação política como trânsito, destacando-se a busca pela cidadania por meio da luta pelos direitos, políticas públicas e ações antirracistas.

Na elaboração de pessoas que integraram a APN/GCN, o elemento da indissociabilidade das lutas contra o sexismo e o racismo se materializam, mas a fala atravessa também a constante preocupação em integrar a presença de homens negros como parte diretamente afetada por essas elaborações e como diretamente implicados nesta luta.

A seguir, trecho da entrevista/diálogo com Maria da Consolação, uma das interlocutoras da pesquisa, explicando sua compreensão sobre as CEBs e como atuava neste espaço enquanto APN/GCN:

> "A proposta da CEB's é que você tem que partir, você tem que discutir a partir da sua realidade. Então, você não pode discutir sem pensar que você é uma mulher negra, e que seus antepassados foram escravizados. Não se falava de ancestralidade, falava de antepassado. A gente vai falar muito de ancestralidade na Capoeira Angola, nas religiões de matriz africana, mas essa palavra "ancestralidade" ela não era usada, falava muito de: "Ah, nossos antepassados". E aí, enquanto Comunidade Eclesial de Base, você tem que se encontrar primeiro, você tem que se encontrar para dialogar com o outro, e aí então você tem que dialogar a partir da tua vivência, da tua história. E é a partir desse momento que eu vou começar a ler, a ler e discutir a questão da negritude. Antes eu nem... Não tinha nenhuma discussão sobre negritude, essas questões não existiam." (Maria da Consolação, 2024)

Maria da Consolação, mulher negra e postulante na Igreja Católica quando compôs o grupo de fundação da APN Joinville, participou das atividades com o grupo até sua desarticulação, já no início dos anos 2000. Através dela, ouvi sobre seu interesse na criação da Pastoral do Negro na CEBs onde atuava, principalmente na proximidade com a Campanha da Fraternidade de 1988, com o tema voltado para a população negra. Questionei sobre o interesse na APN e escutei sobre a campanha da fraternidade visar muita reflexão no ambiente religioso onde vivia, e então, nas discussões, aceitou compor o grupo que formou a APN com as preocupações de se apropriar da discussão do racismo e tornar visível a questão social do negro.

Maria da Consolação também conta de sua militância ligada ao espaço, como APN e como Grupo Consciência Negra, sobre Joinville "ser uma cidade muito reacionária e conservadora, não só para os negros" (Maria da Consolação, 2021), um lugar de desafio para a luta, onde era difícil acreditar em conseguir fazer algo diferente. Nessa realidade, a

dificuldade com a rotatividade no grupo e a dificuldade de vincular a militância com as outras esferas da vida, através desses elementos, considerando a militância como algo muito difícil.

A seguir, apresento trecho de entrevista com Ana, primeira vereadora negra eleita na cidade de Joinville, nas eleições municipais de 2020 e com longa trajetória no movimento negro de Joinville e na organização com mulheres negras:

> "Eu começo toda a minha militância política por meio do Cristo Ressuscitado [paróquia com atuação da APN] [...] o Cristo Ressuscitado já era considerada uma igreja desvirtuada do catolicismo, porque se falava justamente de lutas que as pessoas até hoje acham que não podem ser tratadas na igreja. Eu vejo que o Cristo Ressuscitado foi pra nós um espaço de formação política, de classe. [...] a igreja como um espaço que tinha que ser um espaço de luta, de reivindicação de direitos, de formação política, porque é a partir daquele lugar que a gente começa a lutar por educação, por educação infantil, por moradia, por direito a comida" (Ana Lúcia, 2023).

Ana, professora aposentada, atualmente foca seu mandato nos direitos da população, combate ao racismo e foco na educação, intitulando seu mandato como "mandato educador", referência à Nilma Lino Gomes, intelectual negra brasileira que pensa o movimento negro como um movimento educador da sociedade. Visualiza a sua atuação enquanto APN e as atividades desenvolvidas nesse espaço como ponto inicial da sua formação política na luta antirracista e por direitos sociais.

Além dos encontros na sede das pastorais, a APN promoveu atividades realizadas em espaços diversos e dialogou com diferentes grupos sociais. Existem registros de formações abertas ao público em geral, com foco na reflexão sobre demandas e problemas sociais nas comunidades, como as discussões voltadas para a questão racial e a luta por moradia, momentos que promoviam discussões coletivas e organização de luta por políticas públicas.

No ano de 1988, a APN publicou um convite em jornal de grande circulação para todas as pessoas interessadas em participar de reunião com todos os 9 candidatos negros[29] à Câmara de Vereadores nas eleições daquele ano. O intuito era discutir suas propostas de campanha, o que os candidatos defenderiam na constituinte municipal e refletir a atuação do negro no contexto social, principalmente no trabalho e na educação.

As atividades de conscientização e panfletagem também mobilizaram diálogo com diferentes grupos sociais dentro e fora da Igreja, entre panfletagens em praças do centro da cidade, saída de fábricas e do campus universitário à missas elucidativas à questão racial, com espaço nas missas para atividades como cantos da APN.

---

[29] Entre os candidatos listados, estão uma mulher e oito homens de diferentes partidos. Ao todo, 350 pessoas se candidataram à Câmara de Vereadores de Joinville nas eleições municipais de 1988.

Estes são alguns registros de trânsitos em diferentes lugares e grupos sociais. Enquanto movimento negro, a APN tencionou posições na luta por direitos e na luta antirracista. Conhecer a experiência vivida de forma localizada nestes espaços, identificar e localizar narrativas de resistência, caminha no sentido teórico e metodológico feministas e negro, uma perspectiva de construção de saberes construídos no Sul Global que mobilizam a subjetividade contaminada pela condição de mulher negra ao tratar de questões historicamente levantadas por mulheres negras.

As reflexões e análises documentais aqui apresentadas demostram que a luta antirracista promove grande mobilização social e atua em diferentes espaços, ampliando a agenda de forma a contemplar a disputa por cidadania em sua integridade, movimento que repercute operando em toda a sociedade, tensionando as fronteiras dos lugares políticos na sociedade pós-colonial que vivemos.

A convergência de lutas nas CEBs e nos APN em Joinville ilustra como a consciência política da negritude pode ser uma força transformadora na busca por justiça social. Destaca-se, assim, a importância de reconhecer e valorizar as diversas expressões da identidade negra, impulsionando a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equânime para todos, tal qual propõe a Constituição Federal e cidadã do Brasil.

Em seguida, situo as duas entrevistadas como casos paradigmáticos de trânsitos políticos de mulheres negras no Sul do Brasil, empregando o uso de *núcleos de significação* propostos por (Aguiar, Wanda Maria Junqueira de; Ozella Sergio, 2013a,b; 2015) em diálogo crítico com epistemologias feministas negras e epistemologias do sul para possibilitar análises das trajetórias militantes das interlocutoras.

Para analisar as entrevistas, as articulando com o cenário tecido através de conversas com outras/os interlocutores, diários de campo e documentos que compõem o material empírico desta pesquisa, optei pela construção de núcleos de significado, a partir da proposta dos núcleos de significação elaborada por Aguiar e Ozella (2006, 2013a,b, 2015). Essa escolha se ancora no método histórico-dialético e na perspectiva sócio-histórica, por compreender que as falas das interlocutoras não se esgotam em significados imediatos e condensam sentidos produzidos na e pela história, atravessadas por raça, gênero, classe, religiosidade, e território.

Trabalhar com núcleos de significado permite deslocar a análise de um nível descritivo do que é dito para a apreensão das mediações que articulam singularidade e totalidade. Os enunciados de Consolação e Ana Lúcia são lidos como produções marcadas pelas dinâmicas

do racismo estrutural em Joinville, pela inserção em pastorais sociais, pelo movimento negro e pelas redes de cuidado e luta em que essas mulheres se movimentam.

É a partir desse movimento de idas e vindas entre material empírico e categorias teóricas que chego aos núcleos de significado, entendidos como momentos de abstração que sintetizam múltiplas determinações (Aguiar; Ozella, 2013b). Núcleos como "*economia do cuidado expropriado*", "*corpo em movimento político*", "*espiritualidade afrocatólica* e *feminismos de terreiro*" e "*piratarias contracoloniais*" resultam desse processo analítico-interpretativo, permitindo explicitar como os trânsitos políticos das mulheres negras pesquisadas se constituem historicamente e como produzem formas situadas de ação política contracolonial. Os núcleos de significado visam apreender sentidos e significados que as interlocutoras atribuem às suas experiências, sem reduzir suas falas à aparência imediata ao buscar contradições e mediações que atravessam suas trajetórias.

5.1 Consolação: da Pastoral do Negro à rede de educação antirracista e ambiental

Apresento a análise da trajetória de Maria da Consolação, mulher negra cuja atuação transita da Pastoral do Negro/Grupo Consciência Negra para uma ampla rede de educação antirracista e ambiental em Joinville e em outros territórios. Seu percurso, atravessado por experiências comunitárias, pastorais sociais, lutas por direitos e práticas pedagógicas, permite visualizar como os trânsitos políticos de uma mulher negra podem se desdobrar em diferentes espaços institucionais e comunitários, mantendo como pauta de luta a defesa da vida digna da população negra. No tópico 5.1.1 Unidades de significado, organizo os primeiros movimentos dessa análise, sistematizando unidades de significado construídas a partir das entrevistas, do diário de campo e de documentos, que posteriormente darão origem aos núcleos de significação relacionados à Consolação.

5.1.1 Unidades de significado

Maria da Consolação, conhecida pelos nomes "Consola" no movimento negro e também como "Fumacinha" na capoeira, tem 63 anos e atualmente é aposentada da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, onde atuou como professora de História em escolas próximas de onde residia ao longo de sua atuação como professora nessa rede, em Joinville(SC) e Araquari (SC). Militante negra, ingressou na Pastoral do Negro em meados do

final da década de 1980, quando Joinville atravessava intensas transformações industriais e demográficas, conforme contextualizado nessa pesquisa.

Natural de Buritizeiro, Minas Gerais (MG), chegou à Joinville como postulante das irmãs Catequistas Franciscanas e começou a militar na CEB's, na Associação de Moradores, nos Direitos Humanos. Fez parte do grupo que organizou a Pastoral do Negro e também do grupo que optou por rebatizar o grupo como "União e Consciência Negra", passando a ser conhecido como grupo "Consciência Negra".

Figura 22 – Celebração da CEBs Estadual, Paróquia Imaculada Conceição - Boa Vista/Joinville, 1986

Fonte: Centro de Direitos Humanos de Joinville, registro da pesquisadora (2024).

A fotografia acima é de um encontro da CEBs Estadual em 1986, no bairro Boa Vista, região de Joinville onde a luta por moradia e ocupação na região do manguezal foi palco de intensa luta e tensões políticas. No registro fotográfico, as faixas estão espalhadas pela Paróquia, dentre elas, "Direitos iguais lutaremos por isso", Semente de uma nova sociedade", e, na faixa mais à direita, embora não seja possível entender toda a frase, lê-se "Contra fome só reforma [...] feira comunitária unida contra". Quando encontrei essa foto, perguntei à Dona

Irma, a freira aposentada que acompanhou a pesquisa no acervo do CDH, o que estava escrito na faixa. Ela comentou que a faixa era sobre reforma agrária, pois a luta por moradia e terra era intensa nas CEBs naquele período.

Consolação estava engajada na CEBs, e passou a atuar nas lutas sociais da cidade. A ligação próxima com pautas sociais teve um efeito na atuação religiosa. Junto com outra amiga que também era postulante, acabou deixando a posição entre as irmãs Catequistas Franciscanas após a escolha posta entre focar na vida religiosa ou na atuação social. Escolheu atuar mais ativamente em movimentos sociais, como a luta por moradia em regiões de ocupação na cidade de Joinville e a luta antirracista, outro espaço de trânsito político se constituiu em sua atuação, ampliando os espaços de luta social.

Por sugestão das madres onde era candidata à noviça, acabou deixando a posição de postulante entre as irmãs Catequistas Franciscanas e a trabalhar como professora de magistério, atuando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental enquanto fazia graduação de História. Em "Jeito de freira: uma etnografia da vocação religiosa feminina no século XX" Miriam Pillar Grossi (1990) divulga estudo empírico em conventos do sul do país. Quando analisa o jeito de freira esperado pelas madres trás a expressão "fruta podre", aquela que dentre características negativas está "não obedecer", cujas atitudes podem "levar para o mau caminho outras" (Grossi, 1990, p.53).

A interlocutora contou que ouviu, na conversa que levou à sua saída, que estava envolvida demais em causas sociais, se expressando demais, não estava sendo ordeira e obediente conforme esperado de uma futura freira. Foi o momento em que Consolação optou por seguir atuando na Paróquia Cristo Ressuscitado do bairro Floresta sem seguir como postulante. Sua fonte de renda era o trabalho docente através do seu magistério. Antes de concluir os estudos no magistério, trabalhou como empregada doméstica. Grossi (1990) apresenta dados estatísticos sobre a ocupação profissional das freiras em meados de 1983: 30% das freiras de Santa Catarina trabalhavam com trabalhos domésticos e 23% com o ensino. Para Consolação o trabalho como professora estava entre as poucas ocupações capazes de trazer alguma estabilidade financeira para mulheres negras, e, assim como suas irmãs, trabalhou para custear sua formação como educadora, primeiro no magistério e então como professora de História.

Seguiu atuando como militante em diferentes movimentos sociais de Joinville. Trabalhou como professora de história no ensino público, sem deixar de atuar em movimentos sociais, também militou de forma organizada no Partido dos Trabalhadores (PT) e na corrente

do partido Esquerda Marxista e produziu um estudo sobre o Kênia Clube de Joinville, uma referência bibliográfica reconhecida no movimento negro de Joinville.

Após se aposentar como professora de História, em 2019, Maria da Consolação decidiu, como ela mesma afirma, “deixar a linha de frente como militante” e passou a se dedicar a outra atuação, voltou a ser a Fumacinha, capoeirista comprometida com a troca de saberes e experiências em hortas comunitárias, cultivando a terra sem o uso de venenos ou práticas agressivas ao meio ambiente.

É importante destacar que Fumacinha — nome pelo qual Maria da Consolação prefere ser chamada atualmente — é minha sogra, uma mulher negra, professora, militante e tantas outras identidades que mobiliza conforme seus trânsitos políticos e afetivos. Para entrevistá-la, fui até a zona rural de Uberlândia, em Minas Gerais, onde ela vive hoje, praticando e promovendo a agricultura comunitária e ecológica como forma de partilha e resistência. A entrevista, realizada em 9 janeiro de 2024, tem duração total de 72 minutos e foi integralmente transcrita.

A viagem de Florianópolis (SC) até a zona rural de Uberlândia (MG), realizada para fazer a entrevista presencial, foi registrada, assim como outras saídas realizadas ao longo da pesquisa, em um diário de campo manuscrito, com descrições densas (Clifford Geertz, 1989) e registros fotográficos feitos durante o percurso e após o retorno. De volta a Florianópolis, iniciei a transcrição da entrevista em um processo de imersão, conforme definido na metodologia pesquisa, movimento que resultou na versão textual da conversa - a transcrição. Com a transcrição em mãos, realizei exercícios de leitura em camadas, elaborando perguntas específicas para cada etapa da leitura, conforme a metodologia proposta para analisar as entrevistas.

Fazer perguntas ao texto se mostrou uma possibilidade potente para a análise. As primeiras perguntas utilizadas foram: *o que a interlocutora enfatiza?,* e, *em que termos constrói sua própria presença no que é narrado?* As perguntas iniciais foram feitas com a proposta de separar as falas em fragmentos de significados, seguido por agrupar esses fragmentos em um novo exercício, o de formar unidades que aproximam os fragmentos em grupos.

O exercício de capturar fragmentos de significados revelou cinco fragmentos recorrentes em suas falas, vou nomeá-los como: (a) o trabalho invisível das mulheres na igreja; (b) as contradições entre fé católica e heranças afro-religiosas; (c) a centralidade da formação continuada de professoras negras; (d) o sobre-trabalho doméstico como obstáculo político; e (e) a criação de redes interestaduais de resistência. Esses f*ragmentos de*

significados constituem grupos, as *unidades de significado* descritas a seguir, que alimentarão as análises dos *núcleos de significados* de Consolação.

5.1 Consolação/Consola/Fumacinha: da Pastoral do Negro à rede de educação antirracista e do meio ambiente

5.1.1 Dos fragmentos de significado às unidades de significado

Importante retomar e demarcar que a leitura que lanço sobre o material de pesquisa utiliza uma lente, a *ótica dialético-decolonial-contracolonial* que sustenta esta tese. Essa ótica, junto das análises de contextos mapeados através das diferentes fontes documentais e bibliográficas utilizadas na pesquisa e das perguntas feitas ao texto transcrito da entrevista, possibilitaram captar *fragmentos de significados* recorrentes nas falas da entrevistada.

Esses fragmentos possibilitaram emergir as tensões entre experiência singular e determinações estruturais, elementos que Aguiar e Ozella (2013a,b) denominam unidades de significado. Esse procedimento de leitura foi guiado por duas novas perguntas: (i) *o que a interlocutora insiste em narrar?*; (ii) *como essa ênfase dialoga com raça, gênero, classe e espiritualidade*, categorias que Patrícia Hill Collins (1990) trata como eixos co-constitutivos da dominação. Cinco unidades de sentido foram mapeadas e organizadas em quadro:

Quadro 4 – Unidades de significado de Consolação

Unidade de significado	**Trecho da entrevista (encurtado)**	**Articulação teórica**
Liderança feminina invisibilizada	“Quem assume mais a liderança [...] são as mulheres, mas muitas vezes os homens aparecem mais”	Patrícila Hill Collins descreve o *outsider-within*; Sueli Carneiro conceitua o epistemicídio que apaga a autoria feminina negra.
Espiritualidade insurgente nas CEB’s	“Você tem que discutir a partir da tua realidade [...] você é uma mulher negra”	Lélia Gonzalez propõe a *amefricanidade* como síntese afro-católica; Angela Figueiredo lê espiritualidade como locus de agência política.
Pedagogia antirracista por meio de cursos	“Esse [curso] específico de religiões africanas [...] outro de História da África [...] todos no sindicato”	Alex Ratts, ao analisar Gonzalez, destaca o ensino de História da África como ruptura da amnésia colonial. Nego Bispo, estar às Margens

Redes de fortalecimento	"A gente vai visitar Criciúma […] eles se encontravam; para se organizar e se fortalecer"	A noção de *trânsitos políticos* (conceito central na tese) ganha contorno empírico nas trocas entre movimentos sociais.
Classe, mobilidade e acesso negado	"Quem tem poder aquisitivo vive muito bem […] isso tudo me foi negado"	Patrícia Hill Collins insiste que a interseccionalidade produz barreiras diferenciadas; Sueli Carneiro denuncia o mito da universalidade de classe.

Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora através da entrevista transcrita (2025).

O exercício de mapear essas unidades de significado foi realizado com a intenção de estabelecer, ou possibilitar, um *material empírico* para análise, sem a pretensão de esgotar a riqueza da narrativa que ouvi ao longo da entrevista.

As cinco unidades de significado mapeadas a partir da entrevista com Consolação revelam aspectos de sua trajetória e formas pelas quais sua experiência (singular) tenciona estruturas sociais. Nesse contexto, a análise dessas unidades funciona como um dispositivo analítico, revelando territórios de negociação e reinvenção, nos quais opressão e resistência se entrelaçam de forma complexa, atravessadas pelas dinâmicas interseccionais de raça, classe e gênero e espiritualidade.

A primeira unidade, "*liderança feminisna invisibilizada"*, revela como a atuação de mulheres negras em espaços de luta política e social pode ser silenciada ou invisibilizada, ainda que suas ações sejam estruturantes para a manutenção dos espaços. A fala de Consolação evidencia esse paradoxo: espaços de militância onde mulheres sustentam os processos, e os homens podem figurar como representantes públicos do movimento.

Esse fenômeno é discutido por autoras como Patricia Hill Collins (1990) através da posição de *outsider within*, e, Sueli Carneiro (2011b), que conceitua o *epistemicídio* como a morte sistemática dos saberes produzidos por populações negras e periféricas. Operada por uma racionalidade ocidental que institui hierarquias entre modos de conhecer, esse processo impacta de forma profunda a autoria e atuação de mulheres negras, cujos conhecimentos e experiências são historicamente invisibilizados em diferentes espaços de atuação.

Em relação à segunda unidade, "*espiritualidade insurgente nas CEBs"*, fica evidente um entrelaçamento entre fé, identidade e política. Quando afirma que sua espiritualidade deve partir da realidade de ser uma mulher negra, Consolação recusa um modelo colonialista de vivência religiosa. A espiritualidade opera como um locus de enunciação política, ressignificada pela *amefricanidade* (Gonzalez, 1988) e pela epistemologia insubmissa de Angela Figueiredo (2020), é possível compreender as práticas religiosas afro-diaspóricas como formas de agência e resistência.

Ao analisar a terceira unidade, "*pedagogia antirracista por meio de cursos"*, é revelado uma articulação entre militância, educação popular e a produção de saberes localizados. Quando relata a organização de cursos sobre religiões africanas e História da África ministrados em sindicatos, espaços acadêmicos e terreiros, Consolação afirma o compromisso com uma pedagogia comprometida com a transformação social, desafia o que Alex Ratts (2016) denomina como *amnésia colonial* e encontra eco no pensamento de Antonio Bispo (2023), que propõe o saber "das margens" como epistemologia.

A quarta unidade, *redes de fortalecimento*, indica a potência das conexões entre movimentos sociais e coletivos de base. As trocas com territórios de outras cidades de Santa Catarina, como Criciúma, evidencia também o que tenho conceituado como *trânsitos políticos*, movimentos que são geográficos, epistemológicos, políticos, relacionais e afetivos. Essas redes constituem formas de articulação horizontal e os modos coletivos de resistência.

Por fim, a quinta unidade "*classe, mobilidade e acesso negado*" evidencia a materialidade da exclusão social. Ao narrar aquilo que historicamente lhe foi negado, Consolação compartilha sua experiência individual e interpelam criticamente o discurso meritocrático e suas promessas colonialistas de ascensão social. São os limites de um modelo que desconsidera as condições estruturais que moldam o acesso a direitos, políticas públicas e recursos.

A interseccionalidade, conceito sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece uma lente para compreender como múltiplos sistemas de opressão, como, por exemplo, o racismo, sexismo, classismo, machismo, lgbtqia+fobia que atuam de forma simultânea, produzindo experiências específicas de desigualdade. Patricia Hill Collins (1990) enfatiza que os sistemas de opressão não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam numa matriz de dominação que organiza hierarquias sociais e define quais trajetórias são legitimadas, reconhecidas ou inviabilizadas. Essa abordagem permite compreender as desigualdades narradas por Consolação como uma posição interseccional enquanto mulher negra atravessada por diferentes fatores em um contexto historicamente marcado pela colonialidade. Nesse sentido, sua narrativa expressa uma relação entre as exigências da sobrevivência cotidiana e a escolha política de se engajar em práticas coletivas de resistência, como o movimento negro.

Essas unidades de sentido compõem, em conjunto, os *núcleos de significação de Consolação*, que serão aprofundados no próximo tópico. Elas, as unidades de sentido, expressam contradições que atravessam sua trajetória e apontam para formas de resistência em contextos marcados por exclusão, fé, trabalho coletivo e produção popular de saberes. É possível elaborar sobre uma crítica situada à razão feminista colonial (Oyěwùmí, 2021; Sivia

Rivera Cusicanqui, 2015; Lugones, 2014) que evidencia como os modos de viver, lutar e ensinar de Consolação se distancia da centralidade do sujeito feminino branco, laico, ocidental e de classe média. Figura que, em suas falas, ela associa ao modelo dominante do que é "ser feminista". Visualizo, inclusive, nesse tensionamento, um dos motivos pelos quais a interlocutora opta por não se autodefinir como feminista, embora reafirme em suas falar sua posição como mulher negra e seu compromisso com a luta coletiva antirracista e pelas mulheres.

Nesse caso, suas experiências de vida não são traduzíveis pela categoria feminista, elas se organizam em práticas encarnadas (Santos, 2023). Ao afirmar sua trajetória sem recorrer à posição de feminista, Consolação não nega o feminismo, mas o desloca, descoloniza e reconstrói de outro lugar, deslocando fronteiras.

Sua práxis cotidiana como mulher negra, militante em movimentos sociais se ancora em epistemologias enraizadas na ancestralidade, na oralidade e na coletividade. Saberes historicamente desautorizados e invisibilizados na modernidade colonial. Patricia Hill Collins (1990) pensa lugares de atuação similares ao de Consolação como produção de um conhecimento de fronteira, situado nas margens da epistemologia dominante, enraizado na experiência e na resistência das mulheres negras. Seguindo Antônio Bispo dos Santos (2023) quando propõe uma postura contracolonial, o autor nomeia um pensamento fronteiriço:

> A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras. Pode ser que, no futuro, como a fronteira é um território movediço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo (Santos, 2023, p.17).

Esse conhecimento insurgente emerge de uma prática de vida, de um "pensamento do chão", tecido na oralidade, nas redes de reciprocidade, no corpo e no fazer cotidiano, tencionando "limites". Para o autor, o conhecimento emerge do território, do corpo, do tempo da roça, das palavras ditas entre o trabalho e o cuidado — saber que acontece na relação com a vida. Nessa chave de interpretação, os sentidos produzidos por Consolação tensionam a colonialidade do saber, do poder e do ser, e reivindicam uma postura contracolonial, com modos de existir e pensar, ancorados em saberes produzidos pela população negra.

Ao utilizar as categorias analíticas das unidades de significado, é possível expressar a existência de uma epistemologia encarnada, realizada na intersecção entre narrativas de vida e estruturas sociais, entre memória, espiritualidade e política para visualizar a atuação da interlocutora como de um sujeito epistêmico que tenciona as lógicas de apagamento e propõe

modos de existir, de narrar e de construir saber em oposição à lógica colonialista. A seguir apresento como essas unidades se agrupam em três núcleos de significados analíticos, evidenciando as estratégias de re-existência que Consolação formula a partir de sua trajetória.

5.1.2 Núcleos de significados específicos de Consolação

O movimento de agrupar unidades de sentido, conforme descrito no tópico anterior, viabilizou emergir na análise três núcleos de significados específicos sobre a Consolação que organizo da seguinte forma: 1. *"Espiritualidade insurgente";* 2. *"Pedagogia antirracista";* 3. *"Economia do cuidado expropriado"*. Cada núcleo de significado é detalhado abaixo com trechos da entrevista transcrita, a análise/interpretação dialética da prática mapeada junto à articulação teórica.

No caminho dessa etapa de análise da pesquisa, primeiro identifiquei cinco unidades de significado, já elencadas acima, seguido de três núcleos de significados: espiritualidade insurgente, pedagogia antirracista e economia do cuidado expropriado, que condensam questões que apareceram na trajetória narrada por Consolação. Cada núcleo de significado elencado articula (i) o fragmento empírico, (ii) as lentes teórico-decolonial e teórico-contracolonial (iii) a construção do conceito de *trânsitos políticos* de mulheres negras.

5.1.2.1 Núcleo 1 — "Espiritualidade insurgente"

> *"Nós fizemos o curso com o Marcos, e a entrega do certificado foi num terreiro [...] A Igreja nunca rompeu com a gente, mas nós é que passamos a discutir a partir da nossa realidade de mulher negra"*
> (Maria da Consolação, 2024).

Consolação descreve seus deslocamentos entre Comunidades Eclesiais de Base, terreiros de Umbanda, movimento negro e sindicatos como parte constitutiva da própria militância. Esse trânsito político encarna a lógica de *amefricanidade* formulada por Lélia Gonzalez (1988), nesse caso, a fé se converte em fronteira estratégica de resistência e reinvenção sociopolítica, entendido aqui como reapropriação negra de devoções católicas que incorpora cosmologias africanas e legitima projetos comunitários (Marinho; Simoni 2021) Acrescento a essa análise, as alianças do grupo Consciência Negra (e de Consolação) com ialorixás e lideranças de terreiro, ação que Marinho e Simoni (2021) entendem como *feminismos de terreiro*, formações político-espirituais protagonizadas por mulheres que combinam cuidado, liderança ritual e combate ao racismo (Simoni, 2023).

Os conceitos de *afrocatolicismo* e de *feminismos de terreiro*, materializados a partir da narrativa da interlocutora, podem visibilizar como mulheres negras reapropriam práticas na Igreja católica e práticas de terreiro para (re)produzir epistemologias antirracistas. Mesmo que a interlocutora prefira não se autointitular como feminista, a chave de compreensão *feminismos de terreiro* faz sentido quando sua posição ecumênica e constantes trânsitos com os conhecimentos de terreiro, principalmente os partilhados por mulheres negras, é evocado em sua narrativa.

Ao transformar vivências espirituais em ação coletiva como integrante de um grupo do movimento negro, Consolação exerce uma epistemologia insubmissa (Figueiredo 2020), um modo autônomo de produzir saber por meio de sua experiência enquanto mulher negra que atua "nas margens",ou, como diz Santos (2023), em posição *contracolonial,* onde "Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio" (p.36), assim, os trânsitos entre espaços como a Igreja e o terreiro tornam-se gesto insurgente na sociedade colonialista (Santos, 2023). Essa práxis corporifica o *conhecimento de fronteira* descrito por Patricia Hill Collins (1990) quando as rotas religiosas convertem-se em corredores de trânsitos políticos para agendas antirracistas.

5.1.2.2 Núcleo 2 — "Pedagogia do contra-racismo"

> *"Foram pelo menos três cursos: História da África, Religiões Africanas. Sendo um na Univille, outro no sindicato dos metalúrgicos"* (Maria da Consolação, 2024).

Os cursos organizados pelo grupo Consciência Negra, dos quais Consolação participou ativamente, representam uma importante estratégia do movimento negro, enquanro educador da sociedade (Nilma Lino Gomes, 2017), de formação política e antirracista. Essas ações são exemplos de estratégias que tensionam os limites dos espaços acadêmicos ao circular os debates entre territórios operários, eclesiais e acadêmicos (espaços de vivência popular, de trabalho, de fé e de formação) de forma a ampliar o acesso à educação crítica e também reposicionar sujeitos historicamente marginalizados na sociedade colonialista como protagonistas na construção do saber. Essa estratégia de formação antirracista do movimento negro, que ultrapassa o espaço universitário formal, configura-se como um gesto insurgente e desafia o silêncio e o apagamento das memórias e saberes da população negra no Brasil.

As ações formativas do grupo Consciência Negra tensionam as estruturas do racismo e afirmam uma pedagogia enraizada nas lutas dos movimentos negros. Algo que exemplifica a

contraposição àquilo que Alex Ratts (2016) denomina de “amnésia colonial”, o esquecimento sistemático e apagamento da presença negra nos processos históricos e na configuração dos territórios.

A ação pedagógica emerge como parte intrínseca da militância negra, alinhando-se à concepção de Patricia Hill Collins (2019) de que a educação comunitária é uma ferramenta de libertação e de reconfiguração dos sentidos de pertencimento e agência. Como afirma Gomes (2017), o movimento negro atua como um educador da sociedade que produz estratégias formativas enraizadas nas experiências e demandas do povo negro, deslocando os centros tradicionais da autoridade do saber. Essa perspectiva também dialoga com bell hooks (2017) em Ensinando a Transgredir, quando a autora propõe práticas pedagógicas engajadas que rompem com a lógica da dominação.

Os palestrantes escolhidos para atividades de formação, como Marcos Rodrigues e Cidinha da Silva (Maria Aparecida da Silva), junto à estratégia de emitir certificados em parceria com núcleos de estudos de universidades e circular esses saberes em diferentes espaços — inclusive em terreiros — revelam uma rede tecida entre espaços da academia, dos sindicatos e das religiões de matriz africana. Trata-se de uma pedagogia que constrói infraestruturas de saberes e conhecimentos nas margens do Estado e da universidade, operando no que Bispo (2021) denomina de “reexistência”, uma racionalidade marcada por saberes insurgentes que constroem espaços de diálogo e partilha de saberes.

5.1.2.3 Núcleo 3 — “Economia do cuidado expropriado”

> *“Quem tem poder aquisitivo vive muito bem; eu nunca tive acesso […] até estudar exigiu sair de casa e trabalhar como babá”.* (Maria da Consolação, 2024).

A fala de Consolação/Consola/fumacinha levanta uma questão interessante sobre o triplo enredamento de trabalho doméstico, precariedade salarial e militância que atravessa as trajetórias de mulheres negras no Brasil. Para elaborar sobre essa questão, retomo François Vergès (2020) em “Um feminismo decolonial”, onde a autora demarca os corpos racializados como os mais explorados e, principalmente, o serviço doméstico e de limpeza como aquele que historicamente constitui o corpo de prova da colonialidade do trabalho. No caso do serviço doméstico, cuidar da casa alheia implica expropriar o tempo e a possibilidade de estudo de muitas mulheres racializadas, reproduzindo a divisão sexual-racial do trabalho que foi a base econômica do sistema escravista colonial.

Rosa (2006), quando reflete sobre as ocupações de mulheres negras na cidade de Joinville, trás as ocupações em trabalho doméstico e fabril, muitas vezes nos postos de trabalho mais insalubres e sem prestígio das fábricas, como os mais ocupados. Essa elaboração teórica pode ser articulada com a visão do processo de epistemicídio conceituado por Sueli Carneiro, ao incluir as condições materiais que silenciam a autoria intelectual de mulheres negras.

Contudo, a questão que trago é que a narrativa da interlocutora simultaneamente confirma e torce essa lógica. Quando narra que precisou "sair de casa e trabalhar como babá para poder estudar", ela faz do deslocamento forçado o ponto de inflexão da sua agência: o veneno vira antídoto, na chave contracolonial de Antônio Bispo dos Santos (2023). A exploração do corpo com trabalho de cuidado é subvertido em estratégia para subsidiar condições materiais de vida e financiar a formação profissional como educadora. Posteriormente, a interlocutora amplia redes com o movimento negro e professoras negras e ela passa a ofertar formação antirracista à comunidade.

Essa conversão também se entrecruza com o que Patricia Hill Collins (1990) chama de conhecimento de fronteira: saber contra-hegemônico gestado na encruzilhada de raça, gênero e classe, que se volta contra o regime colonialista condicionador de corpos racializados à posições de exploração e retorna à pesquisa de Rosa (2006) quando aponta a formação para atuar nas áreas da educação e saúde como possibilidade de mobilidade social e estabilidade, sendo recorrente a passagem pelo trabalho doméstico para subsidiar a formação desejada .

Ao analisar o núcleo de significado da economia do cuidado expropriado, evidencia-se uma dialética que incorporo ao meu exercício de conceituar a categoria de trânsitos políticos: (i) deslocamentos laborais compulsórios que comprimem o tempo de vida; (ii) deslocamentos pedagógico-intelectuais que se abrem justamente a partir dessa escassez; e (iii) deslocamentos militantes que ligam sindicatos, espaços acadêmicos e não acadêmicos de formação, e, comunidades religiosas, expandindo os territórios de resistência.

Quando a interlocutora transita em busca de trabalho, estuda, passa a atuar no campo da educação e organiza formações antirracistas, ela pratica o que Angela Davis (2016) sintetiza como transformar o trabalho em plataforma de emancipação. Embora Angela Davis trate do contexto norte-americano, a lógica de privatizar o cuidado como forma de dominação racial e patriarcal se repete na história social brasileira, como mostram Sueli Carneiro (2011a, 2011b) e Maria Aparecida Silva Bento (2020).

Ao reconhecer essa ambivalência, o núcleo de significado "*Economia do cuidado expropriado*" amplia a análise da constatação da opressão para exemplificar como a opressão

pode se dobrar em potência política. Esse trânsito político não ocorre de forma individual, ele se faz em redes que se relacional, se conectam e se ampliam com militância, formação e partilha de saberes. Antônio Bispo dos Santos (2023) chama de bio-interação um movimento onde a vida se defende tecendo alianças entre quem compartilha o mesmo território de luta, elemento que dinamiza o conceito de *trânsitos políticos* quando se refere a deslocamentos forçados que se transformam em lugar potente para compartilhar saberes e resistência.

Os três núcleos de significado analisados revelam uma lógica com dois lados de uma moeda, condições de opressão convertem-se em oportunidades de insurgência. Essa dialética evidencia como os sentidos individuais se entrelaçam a estruturas de colonialidade, permitindo que, no tópico 5.3 adiante, seja possível colocar significados encontrados na experiência narrada por Consolação lado a lado à de Ana Lúcia e mais significados possam emergir. Antes, as unidades e núcleos de significados de Ana Lúcia serão tecidos a seguir.

5.2 Ana Lúcia: dança, religiosidade e política institucional

Os contatos com Ana Lucia ocorreram em diferentes ocasiões, momentos em que fui registrando informações sobre seu perfil. Como a interlocutora é uma figura pública, também pesquisei seu nome no *Google*, acessei informações relacionadas a ela que estão disponíveis no *site* da Câmara de Vereadores de Joinville e visitei suas redes sociais. O olhar construído a partir dessa pesquisa resultou nas informações descritas a seguir.

Ana Lúcia Martins Rosskamp nasceu em Joinville, em 20 de agosto de 1966 (58 anos), cresceu no bairro Floresta, periferia da cidade. Seu pai, Acácio Martins, foi tratorista e servidor público, e a mãe, Onélia Durvalina Martins, trabalhadora doméstica e operária. Foi mãe solo jovem e interrompeu seus estudos para trabalhar como empregada doméstica, diarista e balconista, posições laborais marcadas por dinâmicas de gênero, raça e classe que historicamente conformam o lugar social da mulher negra na sociedade brasileira.

Em 1984, concluiu o curso de magistério em Joinville, e, dois anos depois,assim, como Consolação foi professora de magistério, ingressou na rede municipal de educação como professora da educação infantil. Concluiu a graduação em Educação Física em 1990, e seguiu atuando como professora nessa área. No início da década de 1990, iniciou sua aproximação com os estudos sobre a cultura africana e afro-brasileira, ancorando sua militância na Pastoral do Negro/Grupo Consciência Negro, vinculado à comunidade católica da Igreja Cristo Ressuscitado do bairro Floresta, onde passou a atuar junto à Consolação. O engajamento na militancia é o momento de vida que Ana Lucia associa ao que Nilma Lino

Gomes (2017) nomeia como "movimento negro educador", no qual as práticas pedagógicas constituem formas de intervenção política, insurgência epistêmica e produção de saberes e memória coletiva.

A trajetória de Ana Lúcia configura-se em uma atuação de encruzilhada entre educação, dança e militância, onde os saberes da vida e os saberes escolares caminham juntos, em uma perspectiva contra-hegemônica que tensiona os limites da racionalidade moderna-colonial, o que também podemos chamar de sociedade colonialista (Santos, 2023).

Seu marido, Maurício Eduardo Rosskamp (homem branco), consultor legislativo da Câmara de Vereadores de Joinville e figura que, assim como Ana Lúcia, era conhecida na cidade, foi assassinado em 2018, em um caso de violência que teve repercussão na cidade. O luto de Ana Lúcia foi vivido de maneira pública e política, com a mídia local noticiando a morte e todo o processo de investigação, acusação dos envolvidos, julgamento e pena após júri popular.

A inserção da interlocutora no campo político-partidário ocorreu a partir de 1992, como representante de base no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville - SINSEJ e sua filiação ao Partido dos Trabalhadores ocorreu em 1994. Ana Lúcia integrou a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e do Comitê da Igualdade Racial em Joinville, organismos importantes no enfrentamento institucional ao racismo estrutural na cidade. A eleição de Ana Lúcia para o legislativo municipal, em 2020, representou uma inflexão histórica em Joinville: com 3.126 votos, foi a única representante eleita pelo PT e a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Joinville, após dezoito legislaturas compostas em maioria por pessoas brancas.

Poucos dias após sua eleição, Ana Lúcia sofreu ataques racistas e ameaças de morte por meio das redes sociais e correio eletrônico. A Polícia Civil de Santa Catarina instaurou inquérito, identificando como suspeito um homem branco de 22 anos, cujas ações se conectavam a uma célula neonazista com histórico de ataques semelhantes a outras parlamentares negras e LGBTQIA+. A gravidade dos fatos foi noticiada em diferentes veículos de imprensa no Brasil e recebeu apoio de milhares de pessoas em todo o país, que solicitaram proteção institucional à vereadora, além da articulação de uma força-tarefa específica para o enfrentamento do racismo no estado de Santa Catarina. Sobre essa situação de violência, Ana Lúcia concedeu uma entrevista à Carta Capital onde declarou:

> Fui vítima do racismo que quer que as mulheres negras permaneçam no lugar da invisibilidade, como se nós não pudéssemos representar nada nem ninguém. Como se não pudéssemos estar em um lugar de tomada de decisão, de disputa. Esse racismo se reflete também nos processos de violência

> simbólica que vivencio diariamente na Câmara, como as tentativas de interdição da minha fala por parte de homens brancos. (Ana Lúcia, 2022).

A resposta política e simbólica à violência sofrida por Ana Lúcia incluiu atos públicos, como a manifestação no Dia da Consciência Negra de 2020 por diferentes organizações de movimento negro, e ações jurídicas, incluindo uma denúncia formal à Organização das Nações Unidas (ONU) em 2021, relatando os casos de ameaças direcionadas a mulheres negras no exercício da política institucional que estavam ocorreram em diferentes cidades do Brasil.

No dia da sua posse, em 1º de janeiro de 2021, ocorreu uma performance política representando a ancestralidade como fonte de força e legitimidade. "Eu sou sua semente", declarou Ana Lúcia, referindo-se à memória de Marielle Franco, vereadora negra, periférica e LGBTQIA+ assassinada no Rio de Janeiro em 2018.

Sua atuação no parlamento, através do "mandato educador", alusivo à ideia de movimento negro educador de Nilma Lino Gomes, durou 4 anos[30] e priorizou agendas voltadas à educação, à cultura e aos direitos humanos, como demonstra um ofício de janeiro de 2021 solicitando a inclusão de pessoas em situação de rua e comunidades quilombolas nos grupos prioritários de vacinação contra a COVID-19, pleito ignorado pela Secretaria Municipal de Saúde, em um movimento denunciado pela então vereadora e expressão de necropolítica racial na cidade.

Nas redes sociais, Ana Lúcia Martins movimenta seu perfil pessoal e do coletivo de mulheres negras Ashanti, que integra há mais de 10 anos. Em suas falas, enfatiza sua trajetória entre encruzilhadas do cotidiano, da militância de base, educação e da luta institucional. Também posta conteúdos relacionados à dança, à militância sindical, movimento negro, indicações de livros e literaturas produzidas por intelectuais e autores negros, como Nego Bispo, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, bell hooks e Angela Davis. Costuma posicionar uma ética política antirracista, feminista e popular, se posicionando como uma mulher negra antirracista e feminista, em diálogo com intelectuais negros e feministas negras.

5.2.1 Unidades de significado

Ana Lúcia foi entrevistada em 17 de dezembro de 2023, marquei a entrevista quando a encontrei em um evento ligado aos Direitos Humanos no CDH de Joinville (narrado no tópico

[30] Ana Lucia ficou na suplência do PT nas eleições para a Câmara de Vereadores de Joinville - SC em 2024.

da tese dedicado aos diários de campo). Fui ao seu encontro durante evento no Museu de Arte de Joinville, a inauguração da exposição "obra poética em conservação", do artista joinvillense Luiz Henrique Schwanke. Combinamos de realizar a entrevista sentadas na sombra de uma grande árvore do Parque das Águas, praça que fica ao lado do Museu de Arte e lugar de grande movimentação social na cidade, onde é recorrente a ocupação do espaço por movimentos sociais. Embora o encontro para a entrevista tenha durado cerca de 3 horas, a entrevista gravada durou 64 minutos. Algo que chamou atenção na entrevista foi a narrativa contada sobre lugares que marcaram sua trajetória: a atuação no movimento negro desliza entre grupos como a Pastoral do Negro/Consciência Negra e de dança afro-brasileira na década de 1990 para a atuação em um coletivo de mulheres a partir dos anos 2010 até seu mandato parlamentar como vereadora nos anos 2020.

Utilizando semelhante metodologia e lentes ópticas de análise e teorização aplicados na análise da entrevista realizada com Consolação/Consola/Fumacinha, apliquei o protocolo dos Núcleos de Significação (Aguiar; Ozella, 2013b): transcrição literal e checagem auditiva; leitura em camadas para destacar repetições, ênfases e silêncios; agrupamento preliminar em fragmentos de sentido, unidades de sentido e núcleos de sentido; com análise em cada etapa.

O mapeado revelou seis fragmentos de significado recorrentes: (a) clubes negros como espaços de aquilombamento; (b) mediações entre catolicismo popular e umbanda; (c) implementação da Lei 10.639/2003 nos currículos; (d) hierarquias intrarraciais de classe; (e) rotatividade de militantes em cargos públicos; e (f) colaboração com redes latino-americanas de mulheres negras. Em seguida, foi realizado o exercício de agrupar esses fragmentos na formação de unidades de sentido, que aproximaram os fragmentos em um grupo listados no Quadro 5 – Unidades de Significado de Ana Lúcia, abaixo, com as unidades de significado, excertos literais da transcrição e as articulações teóricas possíveis através da análise.

Os fragmentos que formaram as unidades de sentido levantaram a hipótese de que a trajetória narrada por Ana Lúcia articula trânsitos entre performance corporal, espaços espirituais e instâncias estatais. Conformando aquilo que venho conceituado como *trânsitos políticos*, amplio à essa conceituação os deslocamentos pragmáticos que convertem territórios coloniais em infraestruturas de luta contracolonial (Bispo, 2023).

Quadro 5 – Unidades de Significado de Ana Lúcia

Unidades de significado	**Trecho da entrevista (encurtado)**	**Articulação teórica**

Corpo em movimento político	“Então tem esse clube, que eu acho que quando a gente vai falar de movimento negro a gente tem que também prestar atenção [...] esse movimento negro ele começa muito antes. Porque se eles conseguiam se organizar pra alugar um salão para fazerem a sua matinê [...] ele já estava organizado, já estava se aquilombando “Em 2009 comecei a me interessar muito por essa coisa da mulher negra [...] Partiu da minha pesquisa, assim, de que nome nós daríamos para o Ashanti, mas porque eu já tinha trabalhado com o povo Ashanti com as minhas alunas na dança. Eu fiz uma coreografia para reverenciar as mulheres negras, porque no povo Ashanti, as mulheres eram a liderança desse povo. Eram mulheres altas, que vestiam vermelho, as cores usadas por esse povo eram as cores vermelhas, e era um povo rico”	Corpo como **sítio de resistência** (Collins, 1990) e **pedagogia encarnada** (Figueiredo, 2014).
Espiritualidade afrocatólica em disputa	“O Cristo Ressuscitado foi pra nós um espaço de formação política […]”.“Foi também através do curso de religiões de matriz africana, que eu comecei a olhar de novo para as religiões de matriz africana, da qual eu fazia parte desde sempre, porque eu fui a última filha, eu sou a mais nova, e os meus pais já estavam na Umbanda, então eu nasci na Umbanda.”	**Afrocatolicismo** (Oliveira 2015) e **feminismos de terreiro** (Simoni 2023). Nego Bispo (2023) Conceito de trânsitos políticos
Implementação da Lei 10.639/11.645 liderada por mulheres	“Percebemos que são as mulheres que estão à frente da implementação da Lei.”	Currículo como contra-epistemologia (Ratts 2021).
Aquilombamentos urbanos & estratificação intrarracial	“Por que que alguns de nós não frequentávamos tanto o Kênia quanto outros? Porque [...] eles eram formados pelos negros da classe média alta da cidade. Então nós não estávamos lá.” “A minha adolescência já começou a se aquilombar lá no Fluminense, porque lá sim era um salão de preto e periférico e, inclusive, bastante discriminado, porque quem dançava no Fluminense não era bem vista.”	Interseccionalidade (Collins 1990); crítica ao mito da negritude homogênea (Carneiro 2011a).
Trabalho doméstico e memória de exploração	“Minha avó foi empregada doméstica, minha mãe, eu trabalhei de empregada doméstica, minha irmã, as minhas primas, as minhas tias. Então, todas nós passamos por esse lugar, que era o que tinha na verdade, isso também é importante dizer, não tinha escolha.” “Então esse é um outro recorte que a gente tem que fazer da importância dessas mulheres, porque foram essas mulheres empregadas domésticas [...] foi essa força de trabalho que garantiu os nossos estudos, inclusive a nossa mobilidade social.” “A Lúcia Xavier, filha de empregada doméstica. Sueli Carneiro, filha de empregada doméstica. Olha, nós somos frutos dessas trabalhadoras. E muitas, e muitas sozinhas, né? Então a gente tem que reverenciar, a gente tem que colocar essas mulheres, dar visibilidade para essas mulheres.”	Economia do cuidado expropriado (Carneiro 2011a,b); socialização do cuidado como autodefesa coletiva (Davis 1981/2016).

Fonte: Trechos resumidos com base na transcrição; transcrição completa no acervo da pesquisadora.

Os fragmentos que formaram as unidades de sentido levantaram a hipótese de que a trajetória narrada por Ana Lúcia articula trânsitos entre performance corporal, espaços espirituais e instâncias estatais. Conformando aquilo que venho conceituado como *trânsitos políticos*, amplio à essa conceituação os deslocamentos pragmáticos que convertem territórios coloniais em infraestruturas de luta contracolonial (Santos, 2023).

Na unidade de sentido *"Corpo em movimento político"* Ana Lúcia (2023) recorda como o Fluminense, "um salão de preto e periférico", era o lugar das matinês que se aquilombava. Organizar esse espaço produziu saberes que mais tarde vão potencializar a atuação em redes e atuação política. Quando, em 2009, Ana Lúcia criou uma coreografia alusiva ao povo ashanti para reverenciar a liderança feminina, saberes foram produzidos através do corpo, construindo um território de formação política.

Em *"Espiritualidade afrocatólica em disputa"*, a unidade de sentido narra que para Ana Lúcia, a Paróquia Cristo Ressuscitado se transformou com a construção de saberes através de um "catolicismo negro" (Ana Lúcia) e atividades ecumênicas, lideradas por mulheres negras, com terreiros de Umbanda. Tais questões articulam cuidado, liderança e antirracismo, fazendo da fé tecnologia de luta e parte dos trânsitos políticos.

"Implementação da Lei 10.639/11.645 liderada por mulheres" constitui a terceira unidade de sentido. Ana Lúcia (2023) declara que "foram as mulheres que estiveram à frente da implementação da Lei 10.639". Evidencia um processo de pirataria curricular (Nego Bispo, 2023), criando oportunidades pedagógicas em um currículo contra-epistemologia (Alex Ratts, 2021) deslocando a autoridade do saber de cânones colonialistas.

Na quarta unidade de sentido, "*Aquilombamentos urbanos e estratificação"* emerge a contraposição entre dois lugares, o Kênia Clube de "preto de terno"(Ana Lúcia, 2023) e do Fluminense "chinelo e periférico" (Ana Lúcia, 2023). Essa unidade de sentido ressalta a interseccionalidade através das experiências diferenciadas de raça, gênero e classe.

Por fim, a quinta unidade de sentido, *Trabalho doméstico e memória de exploração*, dialoga com a genealogia familiar de serviço doméstico "avó, mãe, eu, irmã, primas" (Ana Lúcia) na economia do cuidado expropriado (Sueli Carneiro, 2011a,b). Mulheres racializadas (Françoise Vergès, 2020) se obrigam a trabalhar com limpeza e cuidado e utilizam desse lugar de exploração para viabilizar outra condição de vida, transformando o veneno em antídoto para alterar suas condições de vida e das pessoas em seu entorno (Santos, 2023).

Essas cinco unidades de significado revelam três núcleos analíticos: Corpo em movimento político; Espiritualidade afrocatólica e feminismos de terreiro; e, Estratificação e

redes emancipatórias. A análise desses núcleos de sentido torna o conceito de *trânsitos políticos* visível a partir de articulações que serão apresentadas a seguir. Os núcleos de significado demonstram como deslocamentos estratégicos entre salões, paróquias e câmaras municipais constituem *trânsitos políticos* e infraestruturas, no sentido de espaço e território de resistência e produção de saber, conforme a lógica contracolonial de Antônio Bispo (2023).

5.2.2 Núcleos de significado específicos de Ana Lúcia: aprofundando a análise

A partir das unidades de significado apresentadas anteriormente, organizo os núcleos de significado específicos de Ana Lúcia. Síntese interpretativa que permite compreender como seus trânsitos políticos se corporificam em experiências, afetos, deslocamentos territoriais e práticas de luta. Durante o exercício de construção dos núcleos de significado, busco articular falas transcritas de Ana Lúcia com tessituras históricas, raciais, de gênero e religiosas que atravessam sua trajetória narrada, visando apreensão densa de sentidos.

Ao longo de *5.2.2.1 Núcleo 1 – Corpo em movimento político*, aprofundo o modo como o corpo de Ana Lúcia, aquele que dança, celebra, educa, se cansa e insiste, se torna lugar privilegiado de elaboração política, através da sua presença em festas, liturgias, conselhos, escolas e territórios diversos, Ana Lúcia constitui trânsitos políticos que disputam reconhecimento, pertencimento e (re)invenção das formas de fazer política.

5.2.2.1 Núcleo 1 - Corpo em movimento político

> *"Nós ensaiávamos os passinhos a semana inteira para dançar no Fluminense"*
> *"Partiu da minha pesquisa, assim, de que nome nós daríamos para o Ashanti, mas porque eu já tinha trabalhado com o povo Ashanti com as minhas alunas na dança. Eu fiz uma coreografia para reverenciar as mulheres negras, porque no povo Ashanti, as mulheres eram a liderança desse povo." (Ana Lúcia, 2023).*

A narrativa de Ana Lúcia é marcada pelo corpo em trânsito político. Quando recorda de sua adolescencia e juventude, fala da participação em clubes negros. A dança e o corpo aparecem associados com o que chamou de aquilombamento. Para a população negra não era uma possibilidade frequentar qualquer clube da cidade, a formação de clubes negros como forma de organização social e política foi realizadade no Brasil. É possível compreender esse contexto através de considerável produção historiográfica produzida sobre clubes negros no Brasil, pesquisas que mapeam, analisam e compreendem essa forma de organização do

movimento negro. Em Joinville, clubes negros também exitem, o mais conhecido na cidade é o já relatado nessa pesquisa Kênia Clube.

Durante a juventude de Ana Lúcia, sua maior interação ocorreu no Clube Fluminense do bairro Floresta, salão que, ao seu olhar, expresava a organização do movimento negro no seu bairro, o mesmo onde a Pastoral do Negro atuava "o movimento negro já estava organizado [...] ali os jovens alugavam um salão para fazer a matinê"(Ana Lúcia, 2023). Sua fala contraria a ideia de que a militância só começa depois da formalização estatutária, o exemplo, é o clube negro a que se refere. O Fluminense, salão "de preto e periférico" (Ana Lúcia, 2023), começou operando como infra-estrutura clandestina de encontro, rateando o aluguel entre os participantes, montando a aparelhagem e organizando a segurança durante os encontros.

Quando Ana Lúcia chama essa organização de aquilombamento, cotejo essa compreensão com a de Beatriz Nascimento (1987), que entende essas formações como quilombos urbanos funcionando como redes de autoproteção que nascem porque o Estado é ausente ou hostil, construindo mundos negros possíveis. Nos termos de Antônio Bispo dos Santos (2023), trata-se de prática contracolonial de criar um contra-mundo, que se ergue nas brechas da cidade para tornar o corpo negro possível para dançar, flertar, socializar, sem atravessar o olhar policial ou a censura moral colonialista.

Essa interpretação se alinha ao conceito de aquilombamento urbano de Edson Cardoso de Souza (2017), onde a convivência festiva é um projeto político. Ao organizar e manter uma organização coletiva, seus integrantes desenvolvem habilidades que, mais tarde, serão mobilizadas em outros espaços de organização política como conselhos sindicais, coletivos de mulheres ou mandatos parlamentares. Patrícia Hill Collins (1990) lembra que espaço de resistência emerge onde os sujeitos produzem repertórios de autoproteção cultural, o clube Fluminense pode ser um exemplo dessa lógica.

Professora de dança, em 2009, a interlocutora decidiu criar uma coreografia para trabalhar com suas estudantes "Eu fiz uma coreografia para reverenciar as mulheres negras, porque no povo Ashanti, as mulheres eram a liderança desse povo. Eram mulheres altas, que vestiam vermelho, as cores usadas por esse povo eram as cores vermelhas, um povo muito rico" (Ana Lucia, 2023). O corpo é lugar de conhecimento e saberes, com repertório pedagógico. Ângela Figueiredo (2014) denomina pedagogia encarnada o saber que circula por músculo, suor e respiração. Através da dança, a coreografia ensina que as mulheres negras podem liderar exércitos, administrar reinos e gerar riqueza, um contraponto ao epistemicídio (Carneiro, 2011b).

Foi nesse período que se constituiu o Coletivo Ashanti, que passou a atuar em circuitos institucionais como editais culturais, conferências de mulheres negras, e, no futuro, a campanha para vereadora. O trânsito político ocorre com o corpo, do salão à câmara de vereadores, reconfigurando estruturas de poder (Collins, 1990). Ao confluir essa compreensão com Antônio Bispo dos Santos (2023), a energia festiva que o colonizador rotulou como subcultura é contracolonizada para alimentar políticas públicas, como a Lei 10639/2003 na abordagem de história da África nas aulas de dança e nos discursos parlamentares sobre cultura afro-brasileira.

Uma característica dos movimentos sociais é a construção coletiva do espaço, a Pastoral do Negro/Consciência Negra e o coletivo Ashanti são narrados como espaço onde as crianças estavam presentes, o lanche e as caronas eram partilhadas, roupas e materiais eram emprestadas para viabilizar as atividades. O corpo de mulheres negras em trânsito político institui redes de reciprocidade que transformam territórios de opressão em lugares de criação, onde o corpo também constitui quilombo.

5.2.2.2 Núcleo 2 - Espiritualidade afrocatólica e feminismos de terreiro

> *"O Cristo Ressuscitado [e o grupo Consciência Negra] foi pra nós um espaço de formação política [...]" (Ana Lúcia, 2023).*
>
> *"Foi também através do curso de religiões de matriz africana, que eu comecei a olhar de novo para as religiões de matriz africana, da qual eu fazia parte desde sempre, porque eu fui a última filha, eu sou a mais nova, e os meus pais já estavam na Umbanda, então eu nasci na Umbanda." (Ana Lúcia, 2023).*

Os fragmentos de significado que compõem o núcleo de significado sobre espiritualidade afrocatólica e feminismos de terreiro narram uma memória onde a comunidade da Paróquia Cristo Ressuscitado mudou com a chegada do Padre Jorge, um homem negro, e da postulante Consolação, uma mulher negra "surgiu uma banda negra, nossas vozes ecoavam no sótão da igreja" (Ana Lúcia, 2023). A interlocutora comenta que ocorreu uma emergência do "catolicismo negro".

Nas lentes do afrocatolicismo Rosenilton Silva de Oliveira essa transformação no espaço configura "apropriação crítica de símbolos católicos para reafirmar cosmologias africanas" (2017, p. 78). É também, no dizer de Ana Lúcia, "fé como tecnologia de luta", uma reconfiguração do território da paróquia. No panfleto informativo da Pastoral do Negro/Consciência Negra analisado como fonte histórica está o registro de encontros e

celebrações que integravam pessoas da Paróquia Cristo Ressuscitado, participantes do movimento social, com terreiros de Umbanda, revelando um diálogo entre ambos. Quando narram suas memórias, Consolação, Terezinha e Ana Lúcia comentaram sobre as atividades em e com terreiros. Ana Lúcia (2023) também narrou suas raízes umbandistas "então, eu nasci na Umbanda".

Entre as pessoas que articulavam o movimento negro Pastoral do Negro/Consciência Negra se reconhecia e ressignificava saberes afro-religiosos como parte de sua estratégia de resistência. Encontrar um caráter ecumênico, não especificar religião, foi a justificativa de Ana Lúcia para a mudança do nome do grupo de Pastoral do Negro para União e Consciência Negra. O diálogo com a confluência contracolonial de Antônio Bispo dos Santos (2023) exemplifica essa junção, como um rio cresce com a junção de seus afluente, um contra-mundo é construído.

Esse contra-mundo se conecta com o feminismo de terreiro através das práticas de mulheres negras que articulam cuidado, liderança e antirracismo (Simone 2023, p. 102). Os saberes partilhados nesses espaços configuram uma epistemologia insubmissa (Ângela Figueiredo (2014), tensionando as doutrinas coloniais. Quando Ana Lúcia (2023) relata que "nascemos na Umbanda e só depois aprendemos o que era religião de matriz africana", aponta para uma pedagogia encarnada em que ritos e conhecimentos ensinam uma crítica social através dos gestos e do corpo.

Sob a lente de Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 45), esse entrecruzar de espaços religiosos é confluência contracolonial "rios [religiosos] que se encontram e se fortalecem" para politizar a fé e converter o sagrado em lugar de organização política com demandas por educação, moradia e direitos.

5.2.2.3 Núcleo 3 - Estratificação e redes emancipatórias

> *"O Kênia era para negros ricos; o Fluminense, pra nós da periferia."*
> *As mulheres trabalhavam de empregadas domésticas [...] e eram muito exploradas" (Ana Lúcia, 2023).*

A distinção feita por Ana Lúcia entre Kênia Clube como local frequentado por pessoas negras de maior poder aquisitivo e do Fluminense frequentado por pessoas de menor poder aquisitivo e periféricas, expõe um exemplo de intersecção entre raça e classe dentro da diversidade que compõe a experiência negra e a multiplicidade do ser negro na sociedade. Intelectuais como Patrícia Hill Collins (1990) pensam a interseccionalidade como o

entrelaçamento dialético de múltiplas formas de opressão. Nesse exemplo, existem atravessamentos entre a questão econômica e racial como um tecido social tensionado que molda identidades, práticas de sociabilidade e possibilidades de pertencimento (Collins, 1990).

Através da chave teórica da interseccionalidade é possível visualizar o entrelaçamento dialético de múltiplas formas de opressão. Essa interpretação trás para a discussão a diversidade que compõe a população negra. No exemplo do chinelo versus terno, Ana Lúcia narra um sistema simbólico de distinção dentro da população negra. Em "Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil" Sueli Carneiro (2011b) nos convida a pensar sobre a demanda por estratégias de solidariedade adaptadas dentro de comunidades negras, atravessadas por diferenças de renda, escolaridade e acesso a recursos.

Tal distinção, ou estratificação, apontada por Ana Lúcia funciona como um espelho que reflete a relação entre grandes opressões estruturais e as hierarquias internas que atravessam o corpo social negro, e, ao mesmo tempo, dialoga com a formação de redes de solidariedade entre coletivos negros. É nesse sentido de solidariedade que a interlocutora também tece a narrativa de uma genealogia do serviço doméstico em sua família: "avó, mãe, eu, minhas primas" (Ana Lúcia, 2023). Retomo a ideia da economia do cuidado compartilhado de Sueli Carneiro (2011a,b), para pensar o trabalho reprodutivo barato que sustenta toda a sociedade funciona como veneno e antídoto (Santos, 2023) por também ser responsável pelo sustento da família , e, mobilizar recursos materiais e afetivos para sustentar a organização social e a militância.

Quando Angela Davis (2016) propõe a socialização do cuidado como forma de autodefesa coletiva, a prática se exemplifica na narrativa de Ana Lúcia. Sob a lente contracolonial de Santos (2023), tal movimento revela como as estruturas de exploração podem ser subvertidas, convertendo escassez e exclusão em infraestrutura de liberdade, em trânsitos políticos que atravessam o corpo para viabilizar a existência de redes emancipatórias.

A compreensão sobre redes emancipatórias também pode ser pensada através de outro elemento narrado pela interlocutora. Ao fundar o Coletivo Ashanti e "piratear" (Santos, 2023) o currículo das aulas de dança, a ideia de pirataria contracolonial, onde ocorre a apropriação de dispositivos institucionais, para desviar sua função original e redistribuir poder de forma contracolonial pode ser vista em prática com o uso da legislação educacional (Lei 10.639/2003) para construir redes de formação antirracista. Compreender exemplos de deslocamentos sociais e formações de redes emancipatórias trazem a possibilidade de pensar

outra dimensão para a ideia de trânsitos políticos: construir engenharias de sobrevivência que convertem escassez em infraestrutura, no sentido de espaço para atuação e movimento.

Ao longo desse tópico da pesquisa, os exemplos tecidos dialogam com narrativas da interlocutora sobre clubes, espaços educativos, a relação entre salão paroquial e terreiros, o trabalho doméstico remunerado, de forma a emergir os trânsitos políticos como ponte entre espaços e saberes habitados por corpos negros em luta. Patrícia Hill Collins (1990), ao expor contradições da colonialidade de raça e classe, chama esse saber situado de conhecimento de fronteira. Esse lugar, pensado como limite por Antônio Bispo dos Santos (2023), trás o elemento da transfluência contracolonial: converter energia opressiva em redes de emancipação, lugares de invenção e cuidado compartilhado que ampliam fronteiras de resistência.

5.3 Síntese interpretativa: núcleos de significação compartilhados

Para finalizar o percurso analítico e aproximar as trajetórias de Maria da Consolação e Ana Lúcia em uma leitura de conjunto, apresento a seguir a tabela que representa uma síntese interpretativa com os núcleos de significação compartilhados. Os núcleos de significação construídos ao longo da análise, como, por exemplo, aqueles relacionados à economia do cuidado, ao corpo em movimento político, às espiritualidades e às piratarias contracoloniais são sintetizadas. O quadro busca de evidenciar convergências, tensões e ressonâncias entre os trânsitos políticos das interlocutoras para visualizar na forma de quadro sentidos compartilhados que emergem das narrativas e que ajudam a compreender como se produzem, historicamente, formas situadas de ação política de mulheres negras em Joinville.

Quadro 6 – Núcleos de significados partilhados entre Consolação e Ana Lúcia

Núcleos comuns de significado	**Evidência nas falas**	**Chave teórica (como dialoga / tensiona)**
1. Liderança feminina invisibilizada	Consola: “quem assume mais a liderança … são as mulheres, mas muitas vezes os homens aparecem mais” . Ana Lúcia descreve que a implementação da Lei 10.639 e outras ações educativas “era discutido por mulheres… começamos a ver que são as mulheres que estão à frente dessas ações” .	Collins conceitua o “outsider-within” mostrando como mulheres negras produzem conhecimento crítico a partir de posições subalternizadas. Carneiro denuncia o *epistemicídio*: elas fazem o trabalho, mas seu protagonismo é apagado. O contraste entre “ação” (mulheres) e “visibilidade” (homens) reafirma a matriz de dominação.

2. Espiritualidade e disputa de sentidos religiosos	Consolação relata que a CEB's exigia "discutir a partir da tua vivência de mulher negra" e que o grupo dialogava com terreiros para cursos e certificações. Ana Lúcia narra a tensão entre catolicismo colonial e Umbanda, qualificando alguns terreiros como opressores e buscando um "catolicismo praticado por pessoas negras" .	Gonzalez propõe *amefricanidade*: sínteses culturais afro-diaspóricas que ressignificam a fé. Collins lê a espiritualidade negra como fonte de agência contra-hegemônica. Figueiredo insiste que epistemologias negras nascem nesses "entremeios" de saber/poder religioso.
3. Educação como militância e produção de saber	Consolação menciona redes de professoras negras, encontros e cursos de História da África com UDESC/NEN. Ana Lúcia vincula sua trajetória de supervisora de dança à formação antirracista no sistema municipal e às viagens para debater 10.639/11.645.	bell hooks (2017) descreve educação comunitária como espaço de "pedagogia para a libertação". A práxis das entrevistadas materializa esse princípio de *conhecimento situado* (Carneiro, 2003).
4.Estratificação interna e política de classe na comunidade negra	Ana Lúcia diferencia Kênia Clube (elite negra) e Fluminense (periferia), revelando um "apartheid social". Consolação sublinha o sobre-trabalho de mulheres negras pobres que "faziam missão impossível" entre emprego, filhos e militância.	Collins lembra que gênero-raça-classe conformam sistemas co-constitutivos de opressão. Carneiro denuncia a "universalização" branca-masculina que escamoteia essas clivagens. As falas tensionam uma visão homogênea do "movimento negro", mostrando hierarquias internas.
5. Trânsitos políticos e redes multidimensionais	Consolação descreve articulações entre Pastoral, sindicatos, Direitos Humanos, NEN, universidades e partidos, mas frisa a rotatividade de militantes em cidade "super reacionária". Ana Lúcia fala do *aquilombamento* em clubes e da passagem por CEB's até o mandato político, marcando deslocamentos entre cultura, religião e Estado.	Figueiredo (2020) propõe uma "epistemologia insubmissa" tecida em redes; Gonzalez lê essas *diásporas internas* como práticas de resistência amefricana. Os "trânsitos" confirmam a leitura de Collins sobre mobilidade como estratégia contra controle social e informam a crítica de Ratts ao mito da integração linear.

Fonte: Trechos resumidos com base na transcrição; todas as citações completas estão no Apêndic

5.3.1 Liderança feminina invisibilizada

Ambas afirmam que as mulheres "mantêm a engrenagem girando" enquanto os homens ocupam a vitrine pública, lugares de fala em palestras e cargos de liderança. Essa disjunção ressoa o conceito de *outsider-within* (Collins, 1990), descreve uma posição de certa forma marginalizada de mulheres negras mesmo em espaço de atuação no movimento negro. Embora estejam dentro de um espaço social, permanecem "estrangeiras de dentro", *status* que constitui às mulheres negras uma perspectiva única e visão crítica sobre relações de poder.

Quando perguntada sobre a atuação de mulheres e homens e lugares de visibilidade, Consolação argumentou sobre diferenças nos lugares de atuação:

> Então, eu vejo assim, Fran, quem assume mais a liderança e de fazer acontecer são as mulheres, mas muitas vezes os homens aparecem mais. Entende? Por exemplo o NEN, quem muitas vezes segurou o NEN foi a Jeruse, não deixou ele cair, porque tem momentos de altos e baixos [...] A mesma coisa a Pastoral do Negro em Joinville, depois Consciência Negra, sempre quem manteve, até enquanto existiu, foi sempre eu. [...] Comigo junto, as pessoas participavam e atuavam, mas se eu não estivesse junto a coisa não acontecia (Maria da Consolação, 2024).

Ao tornar visível a *liderança feminina invisibilizada* no gesto político de cozinhar, arquivar, catequizar, ocupar, lecionar entre outros gestos, as entrevistadas subvertem a naturalização do cuidado como destino e estabelecem agência e trânsitos políticos, articulando redes e mobilizando pautas e resistências.

5.3.2 Espiritualidade em disputa

Outro núcleo de significado partilhado entre as interlocutoras se refere à *espiritualidade em disputa*. As falas das entrevistadas retratam uma religiosidade híbrida, com a missa cheia de cantos, atividades em parceria com terreiros e universidade, rezas sincréticas e o uso da palavra “axé” em espaço paroquial.

Esse “catolicismo com axé” evidencia que a fronteira sagrado-profano é constantemente renegociada como estratégia identitária de sobrevivência sendo meio de resistência cultural e manutenção da identidade negra. Vagner Gonçalves da Silva (2017) procura refletir a relação entre religião e a identidade cultural negra, pensando uma articulação entre elementos culturais afro-brasileiros em espaço católico e evangélico. Apresenta um contexto histórico onde Abdias do Nascimento é localizado como precursor no ativismo a favor do legado religioso afro-brasileiro e da valorização da África.

Para o pesquisador, o processo de redemocratização viabiliza espaço para atuação político-religiosa da população negra no cenário político, com destaque para o Seminário de Teologia Negra (1980), apontado como via de aproximação entre a Igreja de movimentos negros. Novamente, o Concílio Vaticano II (1962) aparece como um marco para a atuação social e política na Igreja Católica ao permitir que o rito da missa pudesse incorporar símbolos da tradição local de diferentes povos, viabilizando uma inflexão pastoral fortalecida pela teologia da libertação, CEBs e APNs na luta contra injustiças sociais e o racismo. A *espiritualidade em disputa* percebida no diálogo com as interlocutoras não ocorreu de forma

isolada na Paróquia Cristo Ressuscitado do bairro Floresta, foi uma atuação local conectada a uma rede de atuação cujos fios podem ser seguidos ao encontro de articulações nacionais e da América Latina.

5.3.3 Educação como militância e produção de saber

Educação como militância e produção de saber aparece como outro núcleo de significado em comum entre as interlocutoras. Ao longo da entrevista, Consolação menciona redes de professoras negras, encontros e cursos de História da África em parceria com espaços acadêmicos como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UDESC e o NEN na UFSC. Ana Lúcia vincula sua trajetória de professora de dança como lugar para formação antirracista através do corpo, menciona momentos de debate entre professoras e o debate das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Rosa (2006), apresenta chave interpretativa que qualifica o pano de fundo sócio-histórico das trajetórias de Consolação e Ana Lúcia. Em sua pesquisa, quando dialoga com mulheres negras trabalhadoras da educação/saúde/comunidade, revela que a atuação de mulheres negras nesses campos não é incidental, mas parte de uma divisão racializada e generificada do trabalho na cidade. Para Rosa (2006), a inserção de trabalho em áreas como a educação aparece muitas vezes não como escolha vocacional, mas como forma de fuga do trabalho doméstico e fabril, com forte marca de discriminação racial ao longo das trajetórias. De lugar possível para mulheres negras, diante da estrutura social embranquecida e de baixa mobilidade social, as interlocutoras transformam essa possibilidade em potência para garantir meios de sobrevivência e trânsitos políticos.

Professoras após passagem pelo trabalho doméstico, Consolação e Ana Lúcia convergem na aposta de que a escola, enquanto espaço de formação cidada, é local de engajamento antirracista. A práxis das entrevistadas materializa o princípio de conhecimento situado (Carneiro, 2003) na transformação dos currículos. Seus trânsitos políticos, inclusive na educação, ilustram como professoras negras se transformam em intelectuais orgânicas da comunidade. bell hooks (2017) descreve educação comunitária como espaço de pedagogia para a libertação quando a educação é pensada como prática da liberdade.

5.3.4 Estratificação interna e política de classe na comunidade negra

O quarto núcleo de significado partilhado dentre as interlocutoras foi organizado como *estratificação interna e política de classe na comunidade negra.* Ana Lúcia diferencia dois clubes negros que embora geograficamente próximo, para ela seus frequentadores geralmente eram de lugares sociais diferentes. Enquanto o Kênia Clube é narrado como território da elite negra da cidade, o Clube Fluminense é lembrado como sua referência de clube enquanto pessoa de classe social menos favorecida. Para Ana Lúcia, o Fluminense era um território da população negra periférica. Quando perguntada sobre sua frequência em clubes como local de sociabilidade, Consolação sublinhou o sobre-trabalho de mulheres negras pobres que "faziam missão impossível" entre emprego, filhos e militância, a deixando sem tempo ou interesse nesse tipo de espaço.

Quando Ana Lúcia diferencia o Kênia Clube do Fluminense, e Consola fala do turno duplo das trabalhadoras, emergem fissuras internas que desafiam a categoria homogênea "povo negro". Examino essa clivagem à luz da interseccionalidade e da crítica ao universalismo de classe. Patrícia Hill-Collins (1990) lembra que gênero-raça-classe conformam sistemas co-constitutivos de opressão. Trago Sueli Carneiro (2003), que denuncia a visão universalista branca-masculina, para tensionar esse elemento, que pode escamotear a visão analítica sobre as fragmentações de classe na população negra. As falas tensionam uma visão homogênea do "movimento negro", mostrando hierarquias internas.

5.3.5 Trânsitos políticos e redes

O último núcleo de significado compartilhado entre as interlocutoras mapeia *trânsitos políticos e redes*, a categoria analítica construída ao longo da pesquisa e a agência coletiva via redes de atuação. Consolação descreve articulações entre atuação como educadora, APN, sindicatos, CDH, movimentos sociais, universidades e partidos políticos, mas frisa a rotatividade de militantes frente às dificuldades em seguir militando em uma cidade "super reacionária". Ana Lúcia fala do aquilombamento em clubes, da passagem pela CEBs e APN, a atuação como educadora e a trajetória até sua eleição para mandato político, marcando deslocamentos entre cultura, religião e Estado.

As duas trajetórias percorrem sindicatos, igrejas, universidades e partidos, reforçando a tese de que o sujeito político negro feminino é móvel e rizomático. Tal mobilidade, longe de indicar dispersão, opera como tática contracolonial de (re)existência (Santos, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa de tese, retomo o movimento inicial em que me apresentei como mulher negra, joinvilense, militante do movimento negro e educadora. Posicionei que o lugar de onde falo é condição epistemológica para pensar o movimento negro em Joinville a partir dos trânsitos políticos de mulheres negras.

Em uma cidade historicamente marcada pelo embranquecimento de sua memória pública e pela invisibilização de corpos não brancos, como os corpos negros, enquanto sujeito político legítimo, a pergunta que me acompanhou desde a introdução foi como os trânsitos políticos de mulheres negras que atuaram como Agentes de Pastoral do Negro (APNs) em Joinville, entre as décadas de 1980 e 2000, configuram formas situadas de produção política contracolonial? Tendo no centro duas trajetórias, a Consolação e Ana Lúcia, busquei compreender como deslocamentos cotidianos, laborais, espirituais e militantes operam como formas de (re)inscrição da presença negra na cidade.

Durante o processo de tessituras historiográficas de Joinville, desde a Colônia Dona Francisca até os processos de industrialização e migração, com grande presença da população negra na segunda metade do século XX EC., os fios tecidos tencionam a narrativa hegemônica e oficial. Caminho realizado em diálogo com produções historiográficas que também contestam as narrativas da cidade que promovem um imaginário homogêneo, branco e germânico através do exercício histórico de visibilizar pluralidades de presenças.

Ao evidenciar a presença negra em engenhos, portos, quilombos e clubes, bem como a organização de movimentos como o Kênia Clube, o GUNC e a própria APN/Grupo Consciência Negra, a pesquisa evidenciou que Joinville é também território negro e lugar de práticas contracoloniais, ainda que silenciadas pelos registros oficiais e pelos discursos turísticos. Nesse cenário, as APNs e o Grupo Consciência Negra aparecem como zonas de fronteira em que afrocatolicismo, CEBs, movimento negro e teologia da libertação se enredam na luta por moradia, saneamento, direitos humanos e combate ao racismo

Durante o percurso de acompanhar as histórias e deslocamentos de Consolação, Ana Lúcia e de outras pessoas que compuseram as Agentes de Pastoral do Negro/Grupo Consciência Negra, as tessituras da caminhada antropológica viabilizaram compreender que a presença negra na cidade é força política em movimento, que reorganiza territórios, sentidos de fé, práticas comunitárias e projetos de futuro, inscrevendo memórias frente a narrativa oficial embranquecida

A categoria de trânsitos políticos, construída ao longo da escrita, constitui operador analítico para nomear deslocamentos que não cabem nos limites das formas instituídas de fazer política, confluindo em transversalidades que chegam em diferentes lugares sociais e políticos. Ao descrever e interpretar as trajetórias das interlocutoras entre a APN/GCN, as CEBs, o Kênia Clube, a luta por moradia, a atuação em redes de educação e outros espaços de organização popular, evidenciei que esses trânsitos são processos de (re)inscrição da presença negra em uma cidade historicamente organizada para negar e silenciar essa presença.

Os trânsitos políticos aparecem como formas situadas de produção política contracolonial, tecidas em fronteiras entre o religioso e o político, o institucional e o comunitário, o bairro e a cidade, o local e o global. No percurso analítico centrado em Consolação, núcleos de significados como a "*pedagogia do contra-racismo*" e a "*economia do cuidado expropriado*" tornam visível uma dialética constitutiva desses trânsitos políticos.

Ao mesmo tempo em que Consolação é acionada como liderança, esse reconhecimento se apoia numa intensa doação de tempo, afeto e trabalho que raramente é nomeado como trabalho político legítimo. Através do núcleo de significado *economia do cuidado expropriado* procuro explicitar essa contradição: o cuidado que sustenta a luta antirracista e as redes populares de enfrentamento às desigualdades é, em grande medida, produzido por mulheres negras, mas segue sendo invisibilizado, naturalizado e explorado. Reconhecer esse núcleo como parte dos trânsitos políticos é afirmar que não há luta antirracista sem desconstruir também a expropriação sistemática do cuidado produzido por mulheres negras.

Na análise da trajetória de Ana Lúcia, especialmente a partir dos núcleos de significados "*corpo em movimento político*" e "*espiritualidade afrocatólica" e "feminismos de terreiro*", os trânsitos político evidenciam que o corpo dançante, celebrante, devoto, cansado e insurgente é um lugar central de elaboração política. Se, na introdução, aponto a importância de pensar epistemologias do sul e posições contracoloniais a partir de corpos situados, nas considerações finais enfatizo que o corpo de mulheres negras, atravessado por raça, gênero, religiosidade e território, é inscrição de epistemologias insubmissas e em disputa. A dança, a participação nas liturgias, as presenças em conselhos, reuniões e assembleias são modos específicos de enunciar uma política negra feminina e feminista que tensiona tanto a branquitude hegemônica de Joinville quanto as hierarquias de gênero presentes em espaços religiosos e políticos.

Ao situar a pesquisa na cidade de Joinville, marcada por um projeto de embranquecimento que operou simultaneamente no plano material via ocupação do território,

distribuição de terras e políticas migratórias desiguais, e, no plano simbólico, na produção de uma memória oficial germânica, ordeira e de corpos normativos, busco registrar a presença negra de forma (re)inscrita, tensionando a forma como a cidade foi e é narrada.

Os dados censitários recentes, que indicam o aumento percentual da população negra no município, ajudam a desmontar o mito da homogeneidade branca, mas é na articulação entre essas estatísticas, as fontes historiográficas e as *vozes políticas* das interlocutoras que se produz uma contranarrativa capaz de disputar o imaginário social sobre quem faz e fez a cidade.

Essa disputa narrativa inscreve a tese num campo mais amplo de epistemologias negras e feminismos negros que, ao lado de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Nilma Lino Gomes, Angela Figueiredo, entre outras, afirmam que as v*ozes políticas*, como o lugar de fala, a escrevivência e a experiência vivida são dimensões constitutivas da produção de conhecimento.

A escolha de mobilizar a categoria "negro" como posição política, englobada pela definição do IBGE e com a trajetória dos movimentos negros no Brasil, reforça o alinahmento da pesquisa com produções intelectuais que entendme a nomeação como gesto político: nomear-se negra, nomear-se mulher negra, nomear-se agente de pastoral do negro, moradora de ocupação, trabalhadora, educadora, é tensionar o campo de debate racial e de gênero.

Do ponto de vista metodológico, a aposta na análise de casos singulares, articulando entrevistas semiestruturadas, conversas informais, diário de campo e pesquisa historiográfica em arquivos locais, viabilizou a produção de conhecimento sobre o movimento negro em Joinville compondo um mosaico de *vozes políticas*, documentos e memórias que produzem história em contexto local de forma articulada com cenário global.

A análise das trajetórias de Consolação e Ana Lúcia, realizada a partir do protocolo dos Núcleos de Significação em diálogo com epistemologias feministas negras, permitiu visualizar camadas de sentido que não emergem em abordagens ampliadas ou institucionalizadas do movimento negro. Em Consolação, a passagem de postulante franciscana à militante em CEBs, associações de moradores, APN e redes de educação antirracista e ambiental revela um percurso em que a opção pela vida religiosa cede lugar a uma militância laica, mas ancorada em valores ético-políticos produzidos na experiência afrocatólica. Em Ana Lúcia, a articulação entre dança, clubes negros, paróquias, terreiros, escolas e câmaras municipais evidencia um corpo em trânsito político que transforma lazer, espiritualidade e trabalho em resistência e produção de redes emancipatórias.

Por me inserir em um Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, foi possível construir o percurso teórico-metodológico em diálogo com diferentes campos de conhecimento das Ciências Humanas, principalmente a História e Antropologia, áreas do conhecimento em que possuo formação acadêmica, mas também a Linguística. Como resultado, fica esta contribuição à área de concentração África e suas Diásporas, o percurso metodológico construído, a produção de conhecimento sobre a historiografia de Joinville e estudos do campo antropológico com mulheres negras diaspóricas. É através da análise de trajetórias, insurgências e contrainsurgências que executo o caminhar antropológico no papel de viajante que circula por rotas narrativas, praticando pedagogia encarnada que reverbera e narra uma memória pública via escuta formativa.

Ao acompanhar os efeitos dos trânsitos políticos na vida das interlocutoras e nos territórios onde atuaram, o caminho revelado abre frestas para pesquisas futuras que possam ampliar o número de interlocutoras, tensionar a categoria de trânsitos políticos em outros contextos ou estabelecer comparações com experiências de pastoral do negro e movimentos negros em outras cidades e estados.

Reconheço limites da pesquisa. O recorte temporal, centrado entre as décadas de 1980 e 2000, e a escolha por acompanhar mais detidamente duas trajetórias permitiram aprofundamento, mas, por outro lado, deixou de fora outras experiências e conflitos que atravessaram, e seguem atravessando, o movimento negro joinvilense. Contudo, própria delimitação do campo, fortemente referenciada na APN/Grupo Consciência Negra, evidencia a possibilidade de estudos futuros que explorem interfaces com outros coletivos, como o GUNC, o Kênia Clube e organizações mais recentes, como o Coletivo Ashanti e o Movimento Negro Maria Laura. Fica em aberto também pesquisas e tessituras futuras que investiguem as articulações entre o movimento negro da cidade com redes estaduais e nacionais. Outra limitação da pesquisa está na dificuldade de acesso a determinados arquivos e a subnotificação sistemática das presenças negras na documentação institucional e administrativa da região, o que exige leituras indiciárias e cruzamento de dados que nem sempre permitem respostas conclusivas.

Apesar das limitações e fios soltos apontados, considero que a tese contribui para três campos principais. Primeiro, para os estudos sobre movimento negro em Joinville, em Santa Catarina e no sul do Brasil, ao evidenciar a centralidade das mulheres negras em processos de organização política, religiosa e comunitária, e ao deslocar o foco de grandes centros urbanos para uma cidade frequentemente tomada como “branca” na imaginação nacional.

Em segundo, para as epistemologias do sul e para o debate sobre contracolonialidade, ao propor a categoria de trânsitos políticos como ferramenta analítica que aproxima experiências de mulheres negras, debates feministas negros e reflexões sobre produção de conhecimento situada. Como terceiro, para as discussões sobre fé, afrocatolicismo e teologia da libertação, ao mostrar como a APN/GCN se constitui como espaço afrocatólico de resistência, no qual liturgia e luta por direitos sociais e políticos se articulam na prática.

Por fim, retomo a imagem do rizoma e dos ventos em rede, que atravessam fronteiras geográficas, linguísticas e institucionais, para pensar os trânsitos políticos das mulheres negras com quem dialoguei. Suas histórias não se encerram nos capítulos da tese, nem começam com a APN/GCN. Elas se conectam a trajetórias mais amplas de diáspora negra, de lutas por bem viver em contextos marcados pela colonialidade, e a uma produção intelectual que insiste em fazer do cotidiano um campo legítimo de elaboração teórica.

Através das tessituras de nomear, registrar e analisar esses trânsitos, busco contribuir para a (re)inscrição de uma Joinville que, dentre a pluralidade de existências possíveis, também é negra. Na cidade ocupada por diversidade de corpos e formas de existir que extrapolam a ficção/norma forjada pela classe dominante sobre o que é esse território, mulheres negras que historicamente sustentam lutas por direitos e dignidade podem ser reconhecidas como sujeito ativo na produção de mundos outros, menos organizados por eixos de dominação e abertos à pluralidade de futuros que elas cotidianamente lutam e inventam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. A entrevista compreensiva em uma perspectiva construcionista cultural. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 150, set./dez. 2013b. p. 642-659.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 94, n. 236, jan./abr. 2013a. p. 299-322,

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sandra Regina. "Exílios e diásporas: cartografias de gênero na contemporaneidade". In: RIAL, Carmen et al. (org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 239-256.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciencia. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis: N. 13(3), setembro-dezembro, 2005. p. 704-719.

ARAGÃO, Gilbraz de Souza. *A Dança dos Orixás e o Canto dos Santos: desafios teológico-pastorais das religiões negras do Recife*. Doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, 2004.

ATAIDE, Sebastião. *O negro no planalto lageano.* Lages, 1988.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista de Estudos Feministas*. n. 2, vol. 3. 1995.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder. In: CARNEIRO, Aparecida Sueli; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 165-177.

BOFF, Clodovis. *Comunidade Eclesial: comunidade política*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUTLER, Kim; DOMINGUES Petrônio. Definições de diáspora: articulações de um discurso comparativo. In: *Diásporas Imaginadas: Atlântico negro e histórias afro-brasileiras.* São Paulo: Perspectiva, 2020, p.1- 36.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas,* vol. 22, núm. 3, setembro-dezembro, 2014, Brasil. p. 965-986.

CARDOSO, Marcos A. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Enegrecer o feminismo*. Geledés, 6 mar. 2011a. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo : Selo Negro, 2011b.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Édison. O negro como objeto de ciência. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 6-7, 1968. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20679. Acesso em: 3 nov. 2022.

CÉSAIRE, Aimé Fernand David*. Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? In*: Journal of Women in Culture and Society* vol. 22, no. 2, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. (Org.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. In: *Revista Brasileira De Ciências Sociais* - VOL. 27 N° 80, outubro/2012.

CORRÊA, Andrew Bernardo; MEIRA, Roberta Barros. Um patrimônio esmaecido: a produção açucareira, o Beco do Caminho Curto e a presença quilombola em Joinville (SC). *DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 10, n. 2, p. 1-9, jul. 2021. . Disponível em:

<https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/09/ipatrimonio-Joinville-Quilombo-Beco-do-Caminho-Curto-Fonte-Correa-Meira-compactado.pdf\>

COSTA, Francine. *O Contestado (1912-1916) Revisitado: narrativas possíveis para o ensino de história*. 96 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. The University of Chicago Legal Forum. n. 140 p.139-167, 1989.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo. in: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa(Org.). *Feminismo descolonial: Nuevos aportes teórico-metodológicos a más de una década.* Quito: Editorial Abya Yala, 2019. p.61-82.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p.5-25, set. 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007>. Acesso em: 03 out. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. *Negros de Almas Brancas? Elite Negra no Brasil Pós-Abolição*. São Paulo: Annablume, 2007b.

DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isto não se aprende na escola: a educação do povo nas CEBs.* Petrópolis, 1983.

DU BOIS, William Edward Burghard. As almas da gente negra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana: acesso ao ponto de partida da ética*. São Paulo: Loyola, 1977.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. Tradução: Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

FACCHINI, Luiz. Um Deus que tenha haver com nossa vida. In: THIAGO, Raquel S. (org.). *Tempos de Joinville.* Joinville: Editora da Univille, 2008, p. 73 -77.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008

FERRARO, Benedito. Prática pastoral e transformação social. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 5, n. 10, p. 19-31, 13 maio 2009.

FICKER, Carlos. *História de Joinville: Crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965a.

FICKER, Carlos. *História de Joinville: Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca.* Joinville: Impressora Ipiranga, 1965b (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

FIGUEIREDO, Angela Lucia Silva. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FINDLEY, Eleide Abril. As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Edição: XXVI. 2011, São Paulo: Anpuh, Anais, 2011. p. 1-13.

FONTOURA, Arselle de Andrade; SILVA, Janine Gomes da. A presença negra em Joinville durante o século XIX. In: *Série Pensamento Negro em Educação*, NEN, Florianópolis, vol. 9, 2006.

FREIRE, Izaias de Souza. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do Regime Militar em Joinville*. Florianópolis, 2015. 258f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo; Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos; Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Record, 2004. 8ª edição.

GOMES, Lidiane Mariana da Silva. *Irmandades Negras: Educação, Música e Resistência nas Minas Gerais do século XVIII*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. *Por um feminismo afro-latino-americano.* Organização: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia de Almeida; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoj*e, [S. l.], p. 223-244, 1984.

GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Siglo del Hombre, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. *Cadernos de Pesquisa*, n.73, 1990, p.48–58. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1096> Acesso em 10/05/2025.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite Camargo. A escravidão em uma colônia de alemães. In: *XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*, 2007, São Leopoldo. Anais XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: Territórios e deslocamentos. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. v. 1. p. 01-10.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna Jeanne. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 1995. p. 7-41.

HARDING, Sandra. *Feminism & Methodology.* Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. Nº2/95. vol.3. 1995.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In *Revista Brasileira de Ciências Políticas*. 2015, n.16 pp. 193-210.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. *Recenseamento do Brazil em 1872: Censo Geral do Império*. Rio de Janeiro, Brazil: 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477

KAUFFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2013, p. 78-116.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Ivan Costa. *As Pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira*. 2009. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3134/1/2009_Tese_ICLima.pdf?fbclid=IwAR3hIBJLr0Pvzu6Ctz_1L95va-S0HWDrrsm9GbL6O0U68uUObd5KDDWpbS8>. Acesso em: 01 out. 2019.

LOPES, Laura Cecília. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 2, n43, pp.301-330, jan,/jun. 2015.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, n.6, v.2, p. 105-119, Julio-Diciembre 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINHO, Thais Alves; SIMONI, Rosinalda Correa. Decolonialidade e mulheres negras em Goiás: do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião.* Juiz de Fora, v. 24, n.1, jan./jun. 2021, p. 23-52. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/32146/24123

MBEMBE, Joseph-Achille. *Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive*, 2015.

MBEMBE, Joseph-Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.* São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Org.). *Feminismo descolonial: Nuevos aportes teórico-metodológicos a más de una década.* Quito: Editorial Abya Yala, 2019.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude. Usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabenguele. *Uma abordagem das noções de raça, racismo e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. O Quilombo: espaço de resistência negra. In: RAMOS, Joel Rufino (org.). *Negro e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

NASCIMENTO, Larissa Aparecida Camargo do. *Entre Sambas e Rezas: vivências, negociações e ressignificações da cultura afro-brasileira no Bexiga*. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6774?show=full>

NETO, Salvador. *Gente Nossa: Histórias de quem fez e faz a cidade*. Joinville: Nova Letra, 2020.

OLIVEIRA, Camila Moraes de. *A gênese da Pastoral Afro-brasileira (PAB) e sua articulação contra o racismo.* 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34736/34736.PDF>. Acesso em: 02 out. 2019.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. *A Cor da Fé: "identidade negra" e Religião*. Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo, 2017.

OSÓRIO, Maria da Consolação Pereira. *Fragmentos da população de origem africana em Joinville: a fundação do Kênia Clube (1960- 1965).* 1996. 32 f. Monografia (Pós-Graduação em Historiografia e História do Brasil) – Setor de Pós-Graduação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 1996.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Ângela Randolpho. Católicos e cidadania: movimentos sociais e Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, no 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREZ, Léa Freitas; MARTINS, Marcos C.; GOMES, Rafael Barros. *Variações sobre o Reinado: um Rosário de Experiências em Louvor a Maria*. Porto Alegre: Medianiz, 2014, 208p.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PRECIADO, Paul B. O sul não existe. In: *Um apartamento em Urano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. p. 293-295.

QUEIROZ, Maria Isaura. Técnica de gravador e registro da informação viva. In: *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. Coleção Textos 4. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1991. P. 73-80

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-118.

QUIJANO, Anibal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira.* Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RATTS, Alex. Memórias contracoloniais e territórios negros: por uma geografia insurgente da presença negra. In: MORAES, D. et al. (org.). *Geografias Negras: epistemologias, territórios e afetos.* São Paulo: AnnaBlume, 2016.

RATTS. Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIOS, Flávia. Por um Feminismo Radical. In: VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial.* Tradução: Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020, 144p.

RODRIGUES, Bruno Ramos. *A Joinville do tempo presente sob a ótica da migração: disputas, tramas e conflitos a partir do Grafite e do Movimento Hip-Hop.* Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, julho de 2015.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.* São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: Professora, Escritora, Jornalista, Primeira Deputada Catarinense e Negra do Brasil*. Florianópolis: Cais, 2021.

ROSA, Vanessa da. *A invisibilidade da mulher negra em Joinville: formação e inserção ocupacional.* Florianópolis, 2006. 150f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https://bu.ufsc.br/teses/PEED0549.pdf.

SÁ, Cristiane Antunes de. Representações sociais, memória e identidade: as mulheres na Pastoral Negros. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023. 112 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI; UNB, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em 03.nov.22.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul.* Coimbra. Almeidina , 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a história das periferias*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII.* São Paulo: Editora Nacional, 1978

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, vol. 21, núm. 54, septiembre-diciembre, 2008, p. 505-517. Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil. Disponível em < https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632177007.pdf > acesso em 08/01/2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado do Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCOTT, Julius Sherrod. *El viento común: Corrientes afroamericanas en la era de la Revolución haitiana.* Trad. Esther Perez. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2021.

SEGATO, Rita. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. In: *Feminist Research on Violence / Plataforma Feminista sobre Violencias*. 2018.

SEVERO, Cristine Gorski. Língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela. *Working Papers em Linguística* (ONLINE), v. 16, p. 35, 2015. Disp em 10.5007/1984-8420.2015v16n2p35.

SILVA, Fernanda Eliza das. MORAES, Marília Crispi de. Silêncios do jornal A Notícia acerca da resistência das Comunidades Eclesiais de Base frente à Ditadura Militar entre 1975 e 1980. *Redes - Revista Interdisciplinar do IELUSC*, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 209-220, dez. 2020. ISSN 2595-4423. Disponível em: <http://revistaredes.ielusc.br/index.php/revistaredes/article/view/96>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.15, n.32, jul/dec., 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e Identidade Cultural Negra: Afro-Brasileiros, Católicos e Evangélicos. *Revista Afro-Ásia*, número 56, julho-dezembro, 2017, pp. 83-128 Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

SIMONI.Rosinalda Corrêa da Silva . História, Usos, Crenças e Valores místicos do Café dentro das tradições Afro-diaspóricas/ Umbanda. CAMINHOS (GOIÂNIA. ONLINE) , v. 21, p. 46-58, 2023

SOSSAI, Fernando César. COELHO, Ilanil. *Engenhos: fragmentos sobre a história da alimentação de Joinville.* Joinville: Editora Univille, 2012.

SOUSA, *Noémia de. Sangue negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

SOUZA, Edson Cardoso de. *Aquilombamento urbano: projeto político da população negra.* 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Tarrow, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.* Petrópolis: Vozes, 2009.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: poder e a produção da História.* Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba, editora Huya, 2016.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1-13.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial.* Tradução: Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020, 144p.

APÊNDICE

Quadro I: Catálogo de Teses e Dissertações: busca com os descritores “Pastoral Afro”

Área	Ano	Título	Autoria	Instituição
Mestrado Em Teologia	2005	Os Atuais Desafios Teológicos-pastorais Do Sincretismo Religioso Entre A Igreja Católica E O Candomblé'	Guilherme, Elizabete.	Centro Universitário Assuncão, São Paulo
Mestrado Em Psicologia	2003	"Pastoral Afro Achiropita: Identidades E Práticas De Um Catolicismo Afro Brasileiro"	Malaquias, Maria Célia	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Mestrado Em Ciências Sociais	2010	A Pastoral Afro-brasileira da Igreja Católica	Filho, Gabriel Dos Santos	Universidade Federal Da Bahia
Mestrado Em Serviço Social	2018	A Gênese da Pastoral Afro-brasileira (PAB) e Sua Articulação Contra o Racismo	Oliveira, Camila Moraes De	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro
Mestrado Em Relações Étnico-raciais	2014	Da Pastoral Afro-brasileira À Campanha Da Fraternidade De 1988: Uma Análise Discursiva Das Questões Raciais No Interior Da Igreja Católica'	Baptista, Ronaldo Pimentel	Centro Federal De Educação Tecn. Celso Suckow Da Fonseca
Mestrado Em Ciências Da Religião	1999	A Presença De Elementos Da Cultura Afro-brasileira Nas Celebrações Da Igreja Nossa Senhora Achiropita, No Bexiga, Em São Paulo	Borges, Rosangela Ferreira De Carvalho	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Mestrado Em Ciência Social (Antropologia Social)	2011	Orixás: A Manifestação Cultural De Deus': Uma Análise Das Liturgias Católicas 'inculturadas'	Oliveira, Rosenilton Silva De	Universidade De São Paulo
Mestrado Em Sociologia	2014	Entre Sambas E Rezas: Vivências, Negociações E Ressignificações Da Cultura Afro-brasileira No Bexiga'	Nascimento, Larissa Aparecida Camargo Do.	Universidade Federal De São Carlos
Mestrado Em Ciências Da Religião	2002	Da Cor De Ébano: Hermenêutica Do Discurso Teológico Afro-brasileiro	Souza, Samuel De	Universidade Metodista De São Paulo
Doutorado Em Ciência Social (Antropologia Social)	2017	A Cor Da Fé: “Identidade Negra” E Religião	Oliveira, Rosenilton Silva De.	Universidade De São Paulo
Doutorado Em Teologia Instituição De Ensino	2004	A Dança dos Orixás e o Canto dos Santos: desafios teológico-pastorais das religiões negras do Recife	Aragão, Gilbraz De Souza	Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro

Mestrado Em Teologia	2005	O Significado Missiológico Do Termo "Inculturação" A Partir Da Realidade Afro-brasileira (1970-1990)	Waithaka, Joseph	Centro Universitário Assuncão, São Paulo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.